



# **Arquivo Histórico da Mineração Carbonífera**

*Inventário dos  
fundos documentais  
(1889 - 1996)*

INDICADO PARA ABRIR NO  
PROGRAMA ADOBE READER

# **ARQUIVO HISTORICO DA MINERAÇÃO CARBONIFERA**

INVENTÁRIO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS  
1889-1996

**2021**

**Governo do Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer  
Conselho Estadual de Cultura**

**ARQUIVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO  
CARBONÍFERA**

**INVENTÁRIO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS  
1889-1996**

**JORGE EDUARDO ENRÍQUEZ VIVAR  
SILVIA SIMÕES  
FRANCISCO ALCIDES COUGO JUNIOR**

**2021**

Copyright © 2021

**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**  
GOVERNADOR EDUARDO FIGUEIREDO CAVALHEIRO LEITE

**Secretaria da Cultura**  
SECRETARIA BEATRIZ ARAUJO

**Secretária Adjunta da Cultura do Rio Grande do Sul**  
GABRIELLA MEINDRAD

**Diretor de Fomento da SEDAC**  
RAFAEL BALLE

**Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul**  
PRESIDENTE PAULO LEÔNIDAS FERNANDES DE BARROS

**Projeto**  
ACERVO DOCUMENTAL DA REGIÃO CARBONÍFERA RS  
Arquivo histórico da mineração carbonífera: Inventário fundos docu-  
mentais (1889-1996)

**Coordenação Geral**  
JORGE EDUARDO ENRÍQUEZ VIVAR (UFRGS)

**Equipe de Pesquisa**  
SILVIA SIMÕES  
FRANCISCO ALCIDES COUGO JUNIOR (UFSM)  
MARLANA ALVARES BORGES

**Equipe Técnica**  
SILVIA SIMÕES  
MARLANA ALVARES BORGES

**Equipe de Assistência**  
REJANE AVILA PEDROSO  
ADIL ANTONIO DIAS PEDROSO

**Editoração**  
PRISCILA EVANGÉLISTA PINTO

**Capa**  
LAIS STELL RIZZATO

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

V855 Vivar, Jorge Eduardo Enríquez

Arquivo histórico da mineração carbonífera: inventário dos fundos documentais 1889-1996 / Jorge Eduardo Enríquez Vivar, Sílvia Simões, Francisco Alcides Cougo Junior. – Porto Alegre: Formadiagramação, 2021.

354 p.

ISBN 978-65-991941-4-6

1. Mineração. 2. Inventário. 3. Arquivo. 4. Carvão. 5. Descrição. 6. Exploração. I. Vivar, Jorge Eduardo Enríquez. II. Simões, Sílvia. III. Cougo Junior, Francisco Alcides. IV. Título.

CDU 622.33

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÕES E RECONHECIMENTOS .....</b>	<b>10</b>
<i>Apresentação .....</i>	<i>10</i>
<i>Reconhecimentos.....</i>	<i>12</i>
<i>Homenagens .....</i>	<i>12</i>
<i>Agradecimentos .....</i>	<i>12</i>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPITULO I: O ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DO CARVÃO .....</b>	<b>15</b>
<i>Antecedentes e constituição do acervo .....</i>	<i>15</i>
<i>O Processo de organização do acervo e as bases metodológicas.....</i>	<i>18</i>
<b>CAPITULO II: FUNDOS DOCUMENTAIS .....</b>	<b>26</b>
<b>1 COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO - CEFMSJ</b>	<b>26</b>
.....	26
<i>Contexto Histórico .....</i>	<i>26</i>
<i>Entidades Relacionadas .....</i>	<i>36</i>
<b>1.1 FUNDO 01 CEFMSJ - Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo</b>	<b>36</b>
.....	36
<i>Conteúdo Geral do Fundo .....</i>	<i>36</i>
<i>Forma e Estruturação Interna do Fundo .....</i>	<i>37</i>
<b>1.1.1 Séries Documentais .....</b>	<b>37</b>
<i>01.01 Série Administração.....</i>	<i>37</i>
<i>01.02 Série Jurídico .....</i>	<i>40</i>
<i>01.03 Série Escriptório de Contabilidade.....</i>	<i>42</i>
<i>01.04 Série Pesquisas de Mineração.....</i>	<i>43</i>
<b>2 COMPANHIA MINAS DE CARVÃO DO JACUHY - CMCJ .....</b>	<b>45</b>
.....	45
<i>Contexto Histórico .....</i>	<i>45</i>
<i>Entidades Relacionadas.....</i>	<i>48</i>
<b>2.1 FUNDO 02 CMCJ - Companhia Minas de Carvão do Jacuhy .....</b>	<b>48</b>
.....	48
<i>Conteúdo Geral do Fundo .....</i>	<i>48</i>
<i>Forma e Estruturação Interna do Fundo .....</i>	<i>49</i>
<b>2.1.1 Séries Documentais .....</b>	<b>49</b>
<i>02.00 Série Comissão de Instalação das Minas .....</i>	<i>49</i>
<i>02.01 Série Administração das Minas .....</i>	<i>50</i>
<i>02.02 Série Escriptório de Contabilidade.....</i>	<i>52</i>
<i>02.03 Série Almoxarifado Geral.....</i>	<i>54</i>

02.04 Série Pessoal .....	56
<b>2.1.2 Subfundo EFJ - Estrada De Ferro Do Jacuhy .....</b>	<b>57</b>
Contexto Histórico .....	57
Entidades Relacionadas.....	59
Conteúdo geral .....	59
Forma e Estruturação interna .....	60
<b>2.1.2.1 Séries Documentais.....</b>	<b>60</b>
02.1.01 Série Administração Central.....	60
02.1.02 Série Contabilidade .....	61
02.1.03 Série Almoxarifado .....	63
02.1.04 Série Extração do carvão .....	64
<b>3 COMPANHIA CARBONÍFERA RIOGRANDENSE – CCR .....</b>	<b>65</b>
Contexto Histórico .....	65
Entidades Relacionadas.....	71
<b>3.1 FUNDO 03 CCR - Companhia Carbonífera Riograndense .....</b>	<b>72</b>
Conteúdo geral do Fundo.....	72
Forma e Estruturação Interna do Fundo .....	73
<b>3.1.1 Séries Documentais.....</b>	<b>73</b>
03.00 Série Constituição Companhia/Cooperativa Hulha Rio Grandense S.A.....	73
03.01 Série Administração.....	74
03.02 Série Escritório de Contabilidade.....	83
03.03 Série Almoxarifado .....	85
03.04 Série Escolha e carregamento .....	87
03.05 Série F. Segura & CIA. Ltda. ....	88
03.06 Série Caixa de aposentadoria e pensões. ....	90
<b>4 ESTRADA DE FERRO JACUHY - EFJ .....</b>	<b>91</b>
Contexto Histórico .....	91
Entidades Relacionadas.....	94
<b>4.1 FUNDO 04 EFJ - Estrada de Ferro Jacuhy .....</b>	<b>94</b>
Conteúdo geral do Fundo.....	95
Forma e Estruturação Interna do Fundo .....	95
<b>4.1.1 Séries Documentais.....</b>	<b>95</b>
04.01 Série Administração das Minas .....	95
04.02 Série Contabilidade .....	97
04.03 Série Almoxarifado .....	100
04.04 Série Controle de Tráfego.....	101
<b>5 CONSÓRCIO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO (CADEM)</b>	
<b>102</b>	
Contextualização histórica .....	102
Entidades Relacionadas.....	104

<b>5.1 Fundo 05 Consórcio 05 Administrador de Empresas de Mineração (CA-DEM)</b> .....	<b>104</b>
<i>Conteúdo geral do Fundo</i> .....	105
<i>Forma e Estruturação Interna do Fundo</i> .....	105
<b>5.1.1 Séries Documentais</b> .....	<b>106</b>
05.01 <i>Série administrativo (seção de correspondência)</i> .....	106
05.02 <i>Série Agências de Representação Rio Grande/Pelotas</i> .....	114
05.03 <i>Série Seção Pessoal (Departamento Trabalhista)</i> .....	119
05.04 <i>Série Assistência Social</i> .....	128
05.05 <i>Série Imigração / Recrutamento de Trabalho</i> .....	137
05.06 <i>Série Produção e Registro Industrial / Usinas de Eletricidade</i> ....	139
05.07 <i>Série Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN)</i> .....	140
05.08 <i>Série Departamento Legal</i> .....	143
05.09 <i>Série Escritório Comercial (Contabilidade)</i> .....	162
05.10 <i>Série Seção de Almoxarifado</i> .....	165
05.11 <i>Série Movimentação/Exploração-Extração de Carvão</i> .....	166
05.12 <i>Série Estaleiros e Navegação</i> .....	169
05.13 <i>Série Porto do Conde/Cabo Aéreo</i> .....	175
05.14 <i>Série Estaleiro Mabilde</i> .....	179
05.15 <i>Série Companhia de Navegação ARNT Ltda</i> .....	183
05.16 <i>Série Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL)</i> .....	186
05.17 <i>Série Emil &amp; Cia</i> .....	192
<b>5.1.2 Subfundo Companhia Carbonífera Riograndense (CCR)</b> .....	<b>193</b>
<i>Contexto Histórico</i> .....	193
<i>Forma e Estruturação</i> .....	199
05.1.01 <i>Série Administrativo</i> .....	200
05.1.02 <i>Série Pessoal</i> .....	202
05.1.03 <i>Série Almoxarifado</i> .....	203
<b>5.1.3 Subfundo Minas do Butiá (CCMB)</b> .....	<b>205</b>
<i>Contexto Histórico</i> .....	205
<i>Forma e Estruturação</i> .....	206
<b>5.1.3.1 Séries Documentais</b> .....	<b>206</b>
05.3.01 <i>Série Administrativo (Seção de Correspondência)</i> .....	206
05.3.02 <i>Série Escritório Comercial (Contabilidade)</i> .....	211
05.3.03 <i>Série Almoxarifado</i> .....	214
05.3.04 <i>Série Movimentação/Exploração/Produção de Carvão</i> .....	219
05.3.05 <i>Série Assistência Social - Moradia</i> .....	221
05.3.06 <i>Série Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá</i> .....	224
05.3.07 <i>Série Departamento Trabalhista</i> .....	226
<b>5.1.4 Subfundo Companhia Estrada De Ferro E Minas De São Jerônimo (CEFMSJ)</b> .....	<b>234</b>
<i>Contexto Histórico</i> .....	234



Forma e Estruturação .....	244
<b>5.1.4.1 Séries Documentais.....</b>	<b>244</b>
05.4.01 Série Administrativo .....	244
05.4.02 Série Pessoal .....	245
05.4.03 Série Controle De Produção/Expedição/Estoque Do Carvão ...	247
05.4.04 Série Almojarifado .....	247
05.4.04 Série Contabilidade .....	249
<b>5.1.5 Subfundo Minas do Recreio .....</b>	<b>250</b>
Contexto Histórico .....	250
Forma e Estruturação do Subfundo .....	251
<b>6 COMPANHIA DE ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS (COMPEQUI).....</b>	<b>255</b>
Contexto Histórico .....	255
Entidades relacionadas.....	255
<b>6.1 FUNDO 06 Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI)....</b>	<b>256</b>
.....	
Conteúdo Geral do Fundo .....	256
Forma e Estruturação Interna do Fundo .....	256
<b>7 TERMELÉTRICA DE CHARQUEADAS (TERMOCHAR).....</b>	<b>262</b>
Contexto Histórico .....	262
Entidades relacionadas.....	264
<b>7.1 FUNDO 07 TERMOCHAR - Termelétrica De Charqueadas .....</b>	<b>265</b>
Conteúdo Geral do Fundo .....	265
Forma e Estruturação Interna do Fundo .....	265
<b>8 SINDICATOS .....</b>	<b>269</b>
Contexto Histórico .....	269
Entidades Rrelacionadas .....	269
<b>8.1 FUNDO 08 SINDICATOS .....</b>	<b>269</b>
Conteúdo geral do Fundo.....	270
Forma e Estruturação Interna do Fundo .....	270
<b>9 COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS (COPELMI) .....</b>	<b>280</b>
Contexto Histórico .....	280
Entidades relacionadas .....	281
<b>9.1 FUNDO 09 Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI ....</b>	<b>281</b>
.....	
Conteúdo Geral do Fundo .....	281
Forma e Estruturação Interna do Fundo .....	281
<b>9.1.1 Series documentais .....</b>	<b>282</b>
09.01 Série Secretaria (Administrativo) .....	282
09.02 Série Seção Pessoal .....	286
09.03 Série Assistência Social .....	289
09.04 Série Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) .....	295

09.05 Série Escritório Técnico .....	298
09.06 Série Departamento Jurídico .....	300
09.07 Série Escritório Comercial .....	304
09.08 Série Exploração/ Produção e Movimentação do Carvão .....	308
09.09 Série Escritório do Almoxarifado .....	310
09.10 Série Minas do Recreio .....	313
09.11 Série Companhia Agropecuária Butiá .....	314
09.12 Série Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá .....	316
<b>10 PLANTAS E MAPAS DA BACIA CARBONIFERA .....</b>	<b>318</b>
Contexto Histórico .....	318
<b>10.1 FUNDO 10 Plantas e Mapas da Bacia Carbonífera .....</b>	<b>318</b>
Conteúdo geral do Fundo .....	319
Forma e Estruturação Interna do Fundo .....	319
<b>FONTES E REFERÊNCIAS .....</b>	<b>322</b>
<b>SIGLAS .....</b>	<b>325</b>
<b>ANEXO A – MAPA DA REGIÃO CARBONÍFERA .....</b>	<b>328</b>
<b>ANEXO B – QUADRO DE ARRANJO .....</b>	<b>329</b>
Arquivo Histórico Museu Estadual do Carvão .....	329
<b>ANEXO C – LINHA DE TEMPO CEFMSJ .....</b>	<b>341</b>
<b>ANEXO E - LINHA DE TEMPO CCR .....</b>	<b>343</b>
<b>ANEXO F – CRONOLOGIA EXPLORAÇÃO CARBONÍFERA .....</b>	<b>344</b>
COMPANHIAS; CONTEXTOS; LEGISLAÇÕES .....	344
<b>ANEXO G – CEPKAN - Comissão Do Plano Do Carvão Nacional ....</b>	<b>352</b>

# APRESENTAÇÕES E RECONHECIMENTOS

## Apresentação

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRGS associa-se, com a mais superlativa satisfação, ao Governo do Estado, à Secretaria da Cultura e ao Conselho Estadual de Cultura para apresentar, à comunidade rio-grandense e aos interessados na temática carbonífera e na história da lavra e do aproveitamento do carvão mineral, maiormente no sul do Brasil, a publicação *ACERVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO CARBONÍFERA: INVENTÁRIO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS (1889-1996)*.

A publicação, que ora vem a lume, é resultado do Projeto Cultural ACERVO DOCUMENTAL DA REGIÃO CARBONÍFERA RS, patrocinado pela empresa COPELMI MINERADORA LTDA. através dos mecanismos viabilizados pela legislação estadual de incentivo à cultura.

À COPELMI MINERADORA LTDA, nosso reconhecimento e agradecimentos.

Merecem menção especial o Coordenador Geral da execução do Projeto, de suas atividades técnicas e de pesquisa, o Prof. JORGE EDUARDO ENRÍQUEZ VIVAR, da UFRGS, e seus colaboradores, cujos nomes estão relacionados nesta publicação, profissionais altamente capacitados e responsáveis, os quais, com extrema competência, cumpriram as tarefas de forma racional e eficiente, legando, para a comunidade científica, este instrumento de trabalho. São eles, também credores de nosso reconhecimento e agradecimentos.

Não se pode deixar de destacar, no âmbito do processo de construção do *Inventário*, a preocupação de não só não perder de vista mas de reforçar a interação entre a arquivística e a historiografia, para proporcionar resultados ainda mais efetivos nas consultas ao acervo do Arquivo Histórico da Região Carbonífera, quer para informações gerais, quer para saberes especializados; quer para respostas às especulações de diletantes, quer para os que investigam nos amplos campos do conhecimento científico.

Ainda, é necessário o registro de que esta publicação retomou, complementou e ampliou o *GUIA DE FUNDOS DO ARQUIVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO CARBONÍFERA* (1891-1936), editado em 2016, que, já na época, foi saudado como um esforço, altamente bem sucedido, de disponibilizar para os interessados um instrumento de trabalho de tamanha qualidade.

O *ACERVO HISTÓRICO DA MINERAÇÃO CARBONÍFERA: INVENTÁRIO DOS FUNDOS DOCUMENTAIS* (1889-1996), por ser produto de um cuidado labor científico e por suas condições técnicas terá, inegavelmente, VIDA LONGA!

Miguel Frederico do Espírito Santo  
Presidente do IHGRGS, outubro de 2021.

## **Reconhecimentos**

A Manoel Henrique Paulo, Diretor Artístico Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, e Diretor do Museu do Carvão em 2013. Sua atuação tornou-se relevante no desenvolvimento do projeto de organização do acervo histórico, e hoje recolhe os frutos com esta publicação.

## **Homenagens**

Aos (as) trabalhadores (as) que entregaram seu esforço e suas vidas, ou parte delas, à exploração do carvão, nas mais difíceis condições de trabalho ao longo da história da atividade carbonífera na Região, acreditando num futuro melhor para seus filhos.

## **Agradecimentos**

A todos aqueles (as) que participaram de maneira entusiasta e responsável no desenvolvimento do processo de resgate da memória documental e patrimônio da região carbonífera. À equipe de higienização e levantamento documental constituída por: Alda Lerote Gomes, Jéssica Dias Oliveira, Jéssica Cherer Cardoso, Marcia Rodrigues de Sena, Sonia Jussara Machado Bittencourt e Vilma Teixeira Kuhn. À equipe técnica de organização do acervo: Francisco Alcides Cougo Junior, Sílvia Simões, Deise Formolo, Rejane Avila Pedroso, Tiago Nuñez, Marlana Alvares Borges, Pablo Alexander Avila de Assis e Adil Antonio Dias Pedroso, que abraçaram o projeto nas diferentes etapas de trabalho com dedicação, competência e profissionalismo.

Ao Alexandre Veiga, por sua contribuição a partir da Secretaria de Cultura do Estado, cujas ações viabilizaram esta publicação.

Jorge Eduardo Enríquez Vivar  
Coordenação do Projeto

# INTRODUÇÃO

Os instrumentos de pesquisa são ferramentas indispensáveis e necessárias para o acesso, comunicação, divulgação e socialização da informação contida nos fundos documentais das instituições arquivísticas que zelam pela custódia de acervos históricos. Os arquivos assumem neste sentido, mesmo com as dificuldades do desconhecimento de sua existência e seu valor estratégico, o reconhecimento e a importância que têm na sociedade como instituição de preservação do patrimônio público e da memória dos povos, sobretudo quando não existem políticas concretas que visem preservar as suas memórias ou estas são ameaçadas de extinção, como no presente caso.

No Brasil, muito se avançou na regulamentação das atividades de arquivo via promulgação de leis, decretos e resoluções, tanto para a esfera pública como para a privada. Porém, pouco ou nada os poderes públicos fizeram para implementar aquilo emanado dessas legislações.

Apesar do descaso, surgem iniciativas muito importantes à valorização do Patrimônio Cultural no país, que vêm ao encontro de reconstruir em bases sólidas o conhecimento de um passado crítico e amplo, muito mais em função da consciência que surge em relação ao riquíssimo manancial que os arquivos possuem.

Neste contexto de iniciativas, surge este Instrumento de Pesquisa, “Arquivo histórico da mineração carbonífera: Inventário de fundos documentais”, que descreve a totalidade das séries documentais dos dez (10) fundos documentais que constituem o acervo do Arquivo Histórico do Museu do Carvão. Assim, a presente publicação objetiva colocar à disposição dos pesquisadores e usuários em geral, as informações rela-

cionadas com a exploração carbonífera na região centro-leste do Estado do Rio Grande do Sul, e contidas nos fundos documentais correspondentes ao período de 1889 a 1996.

Nele, identificam-se as entidades produtoras e suas atividades, assim como disponibiliza-se a informação das diferentes séries e tipologias documentais, as quais contem: códigos de referência, datas extremas da documentação, dimensão (número e tipo de unidades de instalação), história administrativa das entidades produtoras, e o conteúdo descritivo dos diferentes níveis dos fundos documentais objeto deste instrumento.

É importante assinalar que o presente instrumento de pesquisa, não é apenas o complemento da primeira publicação descritiva o *“Guia de Fundos do Arquivo Histórico da mineração Carbonífera (1891-1936)”* publicado em 2016. Ele constitui-se numa nova publicação, na medida em que é o resultado da revisão, atualização e acréscimo da descrição arquivística da totalidade das séries dos 10 (dez) Fundos documentais que possui o “Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão”: Portanto, trata-se de um novo Instrumento descritivo, muito abrangente e metodologicamente diferente no que diz respeito, aos assuntos e contexto das informações nele contidas

Neste marco, colocamos o presente Inventário à disposição da cidadania em geral e dos pesquisadores das diferentes áreas de conhecimento. Ele visa potencializar o acesso às informações e aos registros da atividade da mineração carbonífera, permitindo, com isso, a produção de novas e aprofundadas reflexões sobre esse processo social da região do Baixo Jacuí, que foi responsável por um dos momentos mais significativos da história do Rio Grande do Sul. Essa é a função deste Instrumento de Pesquisa, que contém as informações necessárias para que todos os interessados tenham pleno acesso aos documentos recolhidos ao Arquivo Histórico do Museu do Carvão, e com isso possam compreender melhor esse processo histórico que marcou a região.

# **CAPITULO I**

## **O ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU DO CARVÃO**

### **Antecedentes e constituição do acervo**

A exploração das jazidas carboníferas no Rio Grande do Sul teve início sistemático em 1853, com a empresa Imperial Brazilian Collieries. Posteriormente, outras empresas, constituídas por remanescentes das instituições originais, foram responsáveis pela continuidade do processo de exploração dessa riqueza, que hoje continua sendo realizada através de duas empresas: a estatal Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a empresa privada Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (COPELMI).

A importância do carvão para a história do Rio Grande do Sul e do Brasil fica evidente ao lembrarmos que este mineral foi a principal fonte de energia, antes das hidroelétricas. A primeira usina termoelétrica do país foi instalada na região e a mineração carbonífera foi considerada atividade estratégica para a chamada “economia de guerra”, sendo objeto de um rigoroso controle por parte do Governo Federal no período da segunda guerra mundial (1939/1945).

Ao longo do tempo desta atividade, foram gerados não apenas bens materiais, mas um enorme patrimônio edificado e documental que



retrata a história e que, ao mesmo tempo, tornou-se a memória social, política e econômica da região. Este é o caso do Museu Estadual do Carvão, criado em março de 1986, pelo Decreto Estadual nº 32.211.

O Museu é formado por um conjunto arquitetônico e documental remanescente das antigas instalações das mineradoras que operaram no período de 1853 a 1964. São edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAE/RS). Entre estas, destacam-se o antigo prédio do escritório, a usina, as oficinas de produção de equipamentos, além das ruínas das caldeiras da termoelétrica e suas galerias, e a denominada “boca” do Poço 1 (primeiro poço de extração de carvão), entre outras.

O Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão possui um importantíssimo acervo documental, constituído por um expressivo volume de documentos, e é composto por diferentes tipologias que registram a história da mineração carbonífera ao longo do tempo, e, graças à Associação Cultural Butiaense (ACUB–Butiá/RS), este acervo hoje se constitui na principal fonte para conhecer esse passado da exploração carbonífera.

No ano de 1996, a ACUB foi informada da iminente incineração de dez toneladas de documentos do arquivo sobre a exploração carbonífera, que seria efetuado pela própria empresa que gerou este acervo. Tratava-se do acervo documental denominado de CADEM (Consórcio Administrador de Empresas de Mineração), aglomerado empresarial que controlou a exploração do carvão mineral no período de 1936 a 1964, e que foi incorporado à Companhia de Pesquisas e Lavras Mineiras-COPELMI, empresa que, ainda hoje, realiza atividades de mineração no Baixo Jacuí.

A partir dessa denúncia, a comunidade da região organizou-se para preservar este acervo, que permaneceu por doze anos (1996-2008) sob a guarda da ACUB, em condições precárias de conservação no prédio de um antigo engenho de arroz de propriedade da senhora Gertrudes Novak Hoff.

Em 2008, iniciou-se um trabalho, em caráter voluntário, com um grupo de universitários interessados em salvaguardar adequadamente esses registros. Para tanto, foi proposta uma atividade voltada para a ação educativa em patrimônio que envolvesse a comunidade escolar

dos diversos municípios da região carbonífera. Surgia assim o projeto “Uma Luz no Fim do Túnel”, uma alusão ao trabalho do mineiro, que após uma jornada exaustiva, no fundo escuro do chão, encontrava a luz ao sair do túnel de mineração.

A primeira fase do projeto foi realizada nas dependências do IFSul Rio-Grandense, em 2009, e tinha como objetivo efetuar a higienização, o registro e a elaboração de inventário inicial do acervo CADEM, bem como posterior produção de banco de dados e ferramentas virtuais em favor da sua divulgação. Após um ano sem ser concretizado esse objetivo, o acervo foi removido novamente para a COPELMI. Sua remoção foi necessária em função dos graves problemas de infraestrutura (ameaça de queda do telhado do antigo engenho Novak, local que abrigou o acervo por catorze anos). Para tanto, o acervo passou a ser acondicionado em contêineres até se concretizar a funcionalidade do prédio do Arquivo Histórico da Mineração (AHM), junto ao Museu do Carvão.

O projeto teve como estratégia a realização de palestras sobre a atividade mineradora no Rio Grande do Sul e dos trabalhadores mineiros, noções de patrimônio e organização e higienização de documentos. Num segundo momento, foram realizadas oficinas práticas de higienização básica, organização e descrição preliminar da massa documental.

A transferência das atividades do projeto para o espaço do Museu Estadual do Carvão determinou novas necessidades para o projeto, redimensionando seu potencial. Com a intervenção de órgãos ligados à preservação do patrimônio histórico-cultural, e através da parceria com a iniciativa privada, durante o segundo semestre de 2011 foi iniciada a obra de restauração do prédio do antigo laboratório das minas de carvão, para abrigar o Arquivo Histórico da Mineração (AHM). Este prédio, após sua reforma, concluída em 17 de janeiro de 2013, tornou-se o espaço destinado a receber o acervo que está sendo tratado e organizado a partir de projeto específico.

Em novembro de 2013, foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica entre a SEDAC e a empresa COPELMI, para recuperar o patrimônio histórico, documental e arquitetônico do Museu Estadual do Carvão. Este acordo permitiu, dentre outras ações, o início do processo de conservação e preservação do patrimônio documental relacionado à trajetória das empresas mineradoras e os registros desta atividade. São

mais de 700 mil documentos, registros únicos para o conhecimento da mineração no Estado do Rio Grande do Sul que estiveram armazenados de forma inadequada, correndo sérios riscos de perda.

## **O Processo de organização do acervo e as bases metodológicas**

Em dezembro de 2013, os documentos que durante décadas registraram a atividade mineradora no Baixo Jacuí retornaram ao antigo Poço 1, atual Museu Estadual do Carvão, em Arroio dos Ratos. Locados na casa que um dia servira às instalações do laboratório de análise de amostras, agora transformada na sede do Arquivo Histórico da Mineração, os velhos papéis traziam consigo não apenas os registros históricos de um século de mineração no sul do Brasil, mas também as marcas do abandono e do tempo, a ação de fungos e cupins, as manchas causadas pela umidade, a sujeira e a desordem.

No mesmo mês, uma equipe interdisciplinar composta por arquivistas, historiadoras e estagiários deu início à primeira fase de recuperação do arquivo, dedicada ao processo de higienização e ao acondicionamento adequado dos milhares de documentos, livros, plantas e fotografias. Processo que se estendeu por quase todo o ano de 2014 e permitiu, pela primeira vez, ter uma dimensão aproximada do tamanho, do estado geral e das potencialidades daqueles registros. A fase inicial, além da limpeza e adequação física recomendada para os documentos, também incluiu um procedimento preliminar de levantamento e identificação dos documentos quanto a seus traços mínimos de proveniência arquivística e organicidade. Tal trabalho buscou na metodologia da análise diplomática um recurso capaz de reconhecer e definir quantos e quais seriam os fundos documentais componentes do acervo.

O levantamento de identificação originou uma planilha de dados, na qual foram apontadas informações relacionadas com as tipologias documentais do acervo, as datas de produção dos documentos e outros componentes considerados importantes pela equipe (como indícios sobre os produtores documentais e assuntos recorrentes). A planilha produto deste trabalho, ainda que formada por dados básicos, teve im-

portância na compreensão das metodologias empregadas, na identificação e na provável estruturação dos fundos documentais do Arquivo Histórico da Mineração. Mostrou indícios iniciais a respeito da massa documental acumulada, assim como o resultado da experimentação prévia na procura de um método arquivístico a ser empregado no tratamento do acervo.

É importante assinalar, a respeito desta primeira intervenção no acervo, que a aplicação isolada do método de análise tipológica não é suficiente para a identificação dos fundos. Isso porque, sem as pesquisas a respeito do contexto de produção dos documentos e da história administrativa de seus organismos produtores, o método pode produzir uma visão equivocada a respeito da composição e definição dos fundos documentais. No caso do Arquivo Histórico do Museu do Carvão, ao final dos trabalhos de higienização e identificação, havia-se apurado a existência de quatro fundos documentais<sup>1</sup> em toda a documentação, em um recorte cronológico que abrangia os anos entre 1917 e 2003.

Foi a partir da segunda etapa do processo, voltada integralmente para a organização e estruturação dos fundos documentais, e levada a cabo por uma equipe interdisciplinar (historiadores, arquivistas, museóloga e jornalista), que as atenções se voltaram para um depurado trabalho de pesquisa que permitisse, através dos dados e produtos obtidos, obter informações necessárias para uma melhor e mais adequada estruturação dos fundos documentais daqueles definidos anteriormente, e que apresentavam inconsistências com a estruturação encontrada nos documentos e lacunas no processo de identificação.

As discussões coletivas no interior da equipe levaram a dividir o trabalho em duas frentes: a primeira dedicaria a pesquisar o histórico da mineração no Rio Grande do Sul e em outras latitudes, sobretudo a partir de fontes documentais externas; e a segunda analisaria de forma mais detalhada os documentos anteriormente identificados, buscando extrair deles dados capazes de preencher os vazios do processo de levantamento documental.

Para o trabalho da segunda frente, definiu-se que a identificação

---

1 Seriam eles: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ); Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR); Consórcio de Administração das Empresas de Mineração (CADEM) e Companhia de Pesquisa e Lavras Minerais (COPELMI).

dos documentos, num primeiro momento, se daria a partir dos locais geográficos da produção documental. Utilizaram-se, para tanto, os mapas e plantas existentes no acervo, relacionados com a exploração carbonífera. Identificaram-se os locais chave da produção no Baixo Jacuí, as companhias que haviam atuado em cada localidade e em que época, e também como este processo havia se dado. Com o uso de ferramentas de edição gráfica, foi desenvolvido um mapa virtual através do qual a região carbonífera gaúcha pudesse ser compreendida no amplo espectro histórico. O objetivo central foi identificar não apenas o local físico da produção documental, mas, principalmente, quais as atividades desenvolvidas em cada lugar e a rede de relações entre as companhias mineradoras. (Ver ANEXO A).

Para a investigação, a equipe produziu uma “ficha de identificação” com o intuito de padronizar a coleta de informações e estabelecer um grau lógico de organicidade. A ficha foi estruturada a partir dos seguintes campos:

<b>Ficha de identificação</b>
Companhia produtora/acumuladora
Data cronológica do documento
Agentes envolvidos (remetente/destinatário/seção produtora)
Tipologia documental
Resumo do conteúdo do documento (assuntos)

A adoção do método geográfico e o uso das ferramentas descritas permitiram à equipe ter uma visão mais ampla e diferenciada, se comparada com o processo de identificação realizado anteriormente. A partir de investigações sobre as origens da mineração no Rio Grande do Sul, relatadas em trabalhos acadêmicos, mas principalmente em fontes oficiais como Regimentos, Estatutos e, o Diário Oficial da União (DOU), entre outros, foi possível deduzir a forma e a composição da organização empresarial para a exploração carbonífera do Sul, no século XX. A pesquisa historiográfica realizada recuperou informações a respeito da formação econômico-político das companhias de mineração instaladas no Baixo Jacuí ao fim do século XIX. Da mesma forma, foi

possível compreender, de maneira mais limitada, como se estruturaram os investimentos e sua forma de administração. Por outro lado, as atas das companhias publicadas no DOU, permitiram esclarecer as dúvidas e vazios observados na primeira fase do processo de identificação.

O resultado destas pesquisas possibilitou redesenhar uma primeira estrutura básica de fundos documentais do Arquivo Histórico do Museu do Carvão. Foram constituídos nove fundos documentais que podem ser divididos em três diferentes fases cronológicas, de acordo com os rumos administrativos tomados pela produção carbonífera à época.

Basicamente, elencam-se três fases e seus respectivos fundos:

- Fase 01 compreende o período de 1916 a 1936): “Pré CADEM”<sup>2</sup>
  - » *Fundo Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo-CEFSJ;*
  - » *Fundo Companhia Minas de Carvão do Jacuhy - CMCJ;*
    - \* Subfundo: Estrada de Ferro do Jacuhy - EFJ;
  - » *Fundo Companhia Carbonífera Riograndense- CCR;*
  - » *Fundo Estrada de Ferro do Jacuhy – EFJ.*
  
- Fase Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM (1936-1964):
  - » *Fundo CADEM;*
    - \* Subfundo Companhia Carbonífera Mina do Butiá -CCMB;
    - \* Subfundo Companhia Estrada de Ferro de Minas de São Jerônimo – CEFMSJ
    - \* Subfundo Minas do Recreio;
  - » *Companhia de Engenharia e Equipamentos – COMPEQUI; e*
  - » *Termoelétrica de Charqueadas; e*
  - » *Fundo Sindicatos*
  
- Fase COPELMI - (1964-1996) Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais;
  - » *Fundo COPELMI.*

Percebe-se que a nova identificação dos fundos documentais trouxe à tona, ainda, uma nova divisão cronológica, com início mais longín-

quo e final menos recente. Tais datas, no entanto, se referem apenas aos documentos seriados, isto é, aqueles que constam dos conjuntos documentais orgânicos, excluindo da contagem os registros de proveniências distintas e/ou não identificadas – sendo estes datados de períodos anteriores a 1900.

A identificação dos fundos e a divisão destes em fases cronológicas tornou possível definir prioridades de trabalho. Levando em conta as dimensões dos fundos, a datação longínqua e os interesses relacionados à pesquisa, se priorizou o tratamento dos fundos da fase “Pré-CADEM”, anteriores a 1936. Para tanto, procedeu-se à revisão e análise de quase a totalidade dos documentos armazenados nas caixas do acervo, identificando e classificando os documentos produzidos antes da data-baliza limite.

Após esta primeira triagem, percebeu-se também que o método empregado até então, o “geográfico”, não seria pertinente, visto que a divisão por regiões geográficas se mostrou insuficiente, pois na medida em que muitas das companhias operavam em locais distintos daqueles inicialmente previstos, ele dificultava a definição de subdivisões do fundo e sua posterior classificação através desse procedimento.

Neste sentido, e no intuito de estabelecer uma metodologia que permitisse a identificação das tipologias documentais para a estruturação preliminar dos fundos, decidiu-se dar prioridade à *análise diplomática*<sup>3</sup> no conjunto do acervo.

Ao perceber que os nomes e cargos dos trabalhadores das companhias de mineração permitiam mapear a estrutura das empresas e o emaranhado de funções existentes na organização das empresas, se procedeu a elaborar um *banco de nomes*<sup>4</sup> através do qual se identificava o agente envolvido na produção do documento, sua função na lógica do processo de exploração carbonífera e sua permanência ao longo do tempo de seu trabalho nas companhias, não poucas vezes se verificando que alguns atuavam em mais de uma delas. Os dados elencados foram reunidos em tabelas e planilhas munidas de filtros capazes de

---

3 Conforme Heloísa Bellotto, a análise diplomática pode ser compreendida como a metodologia que decodifica as partes do documento diplomático (2002, p.39).

4 Lista de nomes das pessoas que exerceram cargos e funções nas diferentes empresas no período, de forma a deduzir as estruturas das empresas e, assim, identificar a proveniência e a autoridade dos documentos, sendo a base para a elaboração do Quadro de Arranjo.

apresentar com acurácia uma estruturação prévia dos fundos da fase “Pré-CADEM”.

É importante salientar que a identificação de nomes e as respectivas funções elencadas em listas são formas previstas na Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), e figuram como importante componente do método de análise tipológica. Assim, a metodologia adotada mostrou-se acertada como fonte para a definição preliminar das estruturas internas dos fundos documentais localizados no período de 1916 e 1936, opção que possibilitou estabelecer séries e subséries componentes dos quatro fundos documentais anteriores à formação do Consórcio Administrador das Empresas de Mineração, ainda que em algumas companhias as nomenclaturas exatas de tais subdivisões não tenham sido localizadas.

O estudo minucioso dessa estruturação resultou na opção por definir o nível mais coerente de organização dos documentos provenientes da Estrada de Ferro do Jacuhy, empreendimento inicialmente subordinado à Companhia Mina de Carvão do Jacuhy, mas que a partir da década de mil novecentos e vinte, em função das negociações da Companhia com o Governo Federal, faz com que a Estrada passe a ser propriedade da União, e que, a partir deste ano, a empresa estabeleça uma relação de promiscuidade institucional de difícil compreensão se nos remetêssemos exclusivamente aos documentos, sem uma análise de contexto.

A identificação dos agentes envolvidos na operação e administração da Estrada de Ferro mostra que, até 1920, os documentos da via férrea podem ser arranjados como um Subfundo da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, mas que, depois desta data, a rota ferroviária tomou forma de empresa autônoma, tendo de fato condições de ser considerada entidade produtora.

No ano de 2016, deu-se início à terceira etapa do Projeto, com a retomada dos trabalhos de organização do acervo e, concomitantemente, ao início do processo de desenvolvimento de uma política descritiva que permitisse a elaboração de instrumentos de pesquisa que facilitassem o acesso à informação por aparte dos pesquisadores e consultantes dos fundos documentais.

Para tanto, uma nova equipe interdisciplinar foi constituída a fim de dar continuidade às atividades antes relacionadas. Foram delineadas as



prioridades, dando-se ênfase à continuidade dos trabalhos de organização dos Fundos documentais a partir da constituição do CADEM, já referenciado num instrumento base que foi aperfeiçoado, na medida em que eram paulatinamente classificados os documentos. Este instrumento é o “Quadro de Arranjo” (ANEXO B), base para a posterior elaboração e produção de instrumentos de pesquisa como guias, inventários e catálogos, entre outros, no contexto da atividade de descrição arquivística a ser desenvolvida no marco das normativas vigentes emanadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

Tarefa nada fácil, quando se pretende elaborar instrumentos descritivos utilizando os elementos e a formatação editorial dos instrumentos tradicionais, e adequando-os às normativas nacionais e internacionais para efeitos da presente publicação.

Assim, optou-se por elaborar um instrumento de pesquisa abrangente que pudesse contemplar, num primeiro momento, as descrições das “autoridades” e/ou produtores dos documentos, com base na Norma Internacional de Descrição de Autoridades – ISAAR, e na sequência as descrições dos Fundos e suas respectivas séries documentais referenciados na Norma Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G). Isto, evidentemente, subordinado às normativas no que diz respeito à utilização dos elementos descritores obrigatórios para a descrição dos diferentes níveis.

Definida a estrutura editorial do instrumento de pesquisa ora apresentado, se estabeleceu uma metodologia que viabilize a construção dos textos descritivos o mais próximo possível da autenticidade do objeto a ser descrito, tomando como referência a profa. Heather MacNeill<sup>5</sup>, que orienta a elaboração da descrição arquivística muito próximo a um “texto cultural”, onde as descrições sejam interpretativas, e não simplesmente produtos de “sistemas neutros ou indicativos”, na medida em que, a pesquisa é uma característica fundamental do trabalho arquivístico nos arquivos permanentes.

Neste sentido, a ideia básica foi a de evitar que, neste processo descritivo, sejam dissociadas as análises das informações recolhidas

---

<sup>5</sup> Heather MacNeill, professora da University of British Columbia, Faculty of Information, afirma que a descrição arquivística, e especificamente a produção dos instrumentos de pesquisa, deve ser construída como textos culturais de produção literária.

nos documentos e outras fontes documentais, do contexto em que eles foram produzidos.

Para finalizar, a presente publicação visa ser uma ferramenta capaz de representar, acessar e difundir o acervo, indo ao encontro do pesquisador especializado, que carece e demanda acesso às informações contidas nos documentos, hoje organizados e custodiados no Museu Estadual do Carvão.

## **CAPITULO II**

### **FUNDOS DOCUMENTAIS**

#### **1 COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO - CEFMSJ <sup>1</sup>**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 09/09/1889 –

PRIVADO – PÚBLICO

#### **Contexto Histórico**

A gênese da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (CEFMSJ) está profundamente imbricada com o capital inglês pelo menos desde o ano de 1853 quando James Johnson, mineiro daquela nacionalidade, descobriu a bacia carbonífera do Herval, obtendo o consentimento do Conselheiro João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, presidente da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para proceder à sua exploração. Com o auxílio de colonos mineiros de profissão, oriundos do País de Gales, Johnson passou a produzir naquela localidade, no ano de 1855, o carvão que era transportado por terra para a Vila de São Jerônimo, e daí para Porto Alegre. O transporte do mine-

ral, no entanto, apresentava dificuldades, pois abarcava a passagem nos terrenos montanhosos e inóspitos do Passo do Feliciano, em Arroio dos Ratos, bem como era suspenso no inverno, devido às cheias daquele Arroio. Em 1865, James Johnson, por despacho do Presidente da Província, com a anuência do Ministro da Marinha, assinou um contrato de fornecimento, para ser cumprido em seis meses, de sessenta toneladas de carvão das minas de Arroio dos Ratos para os vapores da flotilha da Província.

A fim de expandir o negócio, James Johnson associou-se com o capitão de Exército e comerciante de carvão Ignácio José Ferreira de Moura, para obter por parte do Governo Imperial, a permissão para lavar, pelo período de trinta anos, a mina de carvão de pedra “sita no lugar denominado – Arroyo dos Ratos, Município de São Jeronymo, da Província de S. Pedro”, conforme disposto no Decreto Nº 3.715 de 06 de outubro de 1866. Em 13 de abril de 1872, por meio do Decreto Nº 4291, o Governo Imperial concedeu autorização para o funcionamento da *Imperial Brazilian Company Limited* – “a Inglesa”, como passou a ser conhecida –, aprovando a transferência da concessão feita em 1866 a Johnson e Ferreira de Moura. A *Imperial*, fundada na Inglaterra por James Johnson, mandou vir deste país maquinário, mineiros, e grande parte do pessoal técnico e administrativo; iniciou a construção da Estrada de Ferro das minas de Arroio dos Ratos até São Jerônimo, com trilhos de bitola estreita para vagonetas puxadas por mulas, e abriu o Poço Nº 6, também chamado de Poço Velho. Neste período, formou-se uma vila com famílias de 115 operários que trabalhavam na mina, mas as dificuldades para a produção e manutenção dos trabalhos estavam presentes, pois a empresa tinha prejuízos e não conseguia manter os salários em dia.

A *Imperial Brazilian Company Limited* explorou por pouco tempo as minas do Arroio dos Ratos, devido à abertura de falência que colocou em subasta pública o material empregado na mina. Encerrou suas atividades em 1878 e o direito de concessão, – por trinta anos – foi transferido à firma comercial Holtzweissig e CIA de Porto Alegre, que assumiu as dívidas e arrematou o acervo daquela empresa inglesa, visando à exploração em larga escala das minas e, de igual maneira à *Imperial*, mandou vir da Europa materiais para sondagens e pessoal, especial-

mente mineiros alemães, dando início à exploração da bacia carbonífera de São Jerônimo.

Os interesses e as pressões dos intermediários e distribuidores que negociavam com o carvão inglês, e que eram contrários aos incentivos e investimentos na produção nacional, são apontados neste período como um dos fatores geradores do lento desenvolvimento das empresas e dificuldades para a entrada delas no mercado interno do carvão nacional. Acrescido pelos fatores de não possuir o capital necessário para empregar nas minas; ter de enfrentar as dificuldades relacionadas ao comércio do carvão nos mercados estadual e nacional (principalmente o custo de produção elevado, vinculado à qualidade do produto e à estrutura dos transportes), e a rescisão do contrato, por parte do Ministério da Marinha, que havia sido realizado para o suprimento aos navios da flotilha da Província. Estes elementos são apontados como os responsáveis para que no ano de 1883, após apenas cinco anos de exploração, a firma Holtzweissig e CIA também encerrasse suas atividades, passando sua concessão, após aprovação feita pelo Decreto N° 9171, de 22 de março de 1884, a uma companhia formada majoritariamente com capital nacional provindo do Rio de Janeiro e de São Paulo, e dirigida por Guilherme Ahrons – a Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos (CMCPAR). Esta foi responsável pela abertura do Poço vertical “Isabel”, em Arroio dos Ratos, inaugurado no ano de 1885, por ocasião da visita da Princesa Isabel e do Conde D’Eu à mina, além de efetuar a compra de terrenos circunvizinhos aos Poços já existentes. Com a CMCPAR, o transporte do carvão – que continuava a ser um dos principais empecilhos da produção e do consumo do carvão nacional – deixou de ser feito por mulas, passando a ser realizado por locomotivas abastecidas com o próprio carvão produzido em suas minas. Com a construção de novo trecho de ferrovia, a Companhia mudou o traçado da sua Estrada de Ferro do Porto Pereira Cabral, na sede do município, para o recém-criado porto de embarque nas Charqueadas, ligando este local a seus poços de extração em Arroio dos Ratos.

Este fato produziu uma baixa do preço da produção, pois o carvão, ao ser entregue em Porto próprio, evitava o uso e pagamento de fretes. A CMCPAR mandou vir locomotivas e maquinário, montando, em Charqueadas, estabelecimentos para a lavagem de carvão e fabricação de

briquetes, a fim de substituir os produtos das minas de carvão da Inglaterra neste ramo industrial. Porém, mesmo com a mudança do polo investidor para o eixo Rio-São Paulo, o preço do carvão inglês e a incapacidade do Governo para atender às necessidades da Companhia, continuaram sendo apontados pela CMCPAR como alguns dos impeditivos para que o carvão nacional conseguisse competir com vantagem. Em 4 de abril de 1888, foram tomadas medidas para salvar a empresa, dentre elas a solicitação e concessão de empréstimo aprovado pela Assembleia Legislativa da Província, mediante hipoteca dos bens da CMCPAR, e a assinatura de um acordo aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, em 06 de julho de 1888. Contudo, após verificação da impossibilidade de efetivação desse acordo, Emanuel Paulo Frank, o responsável para efetivar os contratos em Porto Alegre, desistiu do empréstimo provincial e requereu a liquidação judicial da CMCPAR. Ainda no final de 1888, Guilherme Ahrons deixou a Diretoria, e o engenheiro Eugenio Dahne, natural do País de Galles e formado pela Escola Superior de Mineração de Clausthal, na Alemanha, assumiu a direção da CMCPAR a fim de garantir a distribuição dos bens entre credores e acionistas. Isto ocorreu na Convenção de 23 de janeiro de 1889, quando foram transmitidos aos credores – que compunham a Diretoria da antiga Companhia – bens correspondentes a 98% das ações da CMCPAR, tocando os 2% restantes aos antigos acionistas, ação esta que foi homologada em 25 de janeiro de 1889.

Em 23 de maio do mesmo ano, a CMCPAR se reorganizou com o nome de *“Companhia das Minas de São Jeronymo”* com sede no Rio de Janeiro, tendo sido eleitos para a direção Emanuel Paulo Frank gerente, e Hermann Kalkuhl secretário; os membros do Conselho Fiscal Comendador José Joaquim de Valença, Pedro Perestrello da Câmara e João Alves do Carvalho. Já seu status jurídico passou a ser o de Sociedade Anônima, o que permitia a elevação de capital com a aprovação da Diretoria e dos acionistas.

Ainda no ano de 1889, a *Companhia das Minas de São Jeronymo* requereu ao governo, em 15 de julho, o prolongamento da sua Estrada de Ferro, e firmou com o Governo imperial um “contrato de localização de imigrantes”, que estabelecia a fundação de núcleos coloniais às margens daquela Estrada – que ligava o Porto de Charqueadas às minas

de carvão, e que se prolongaria em direção a Serra do Herval, A previsão inicial era a instalação de cinco núcleos, estando o cumprimento do acordo de colonização vinculado à obtenção de benefícios para a CEFMSJ, como a concessão de terras devolutas e redução de impostos. No entanto, a colonização foi limitada ao povoamento de apenas um núcleo situado em terras próprias da Companhia, próximas à sua Estrada de Ferro, havendo a desistência dos outros quatro na Serra do Herval, em razão da inexistência da certeza de obtenção de concessão de prolongamento da via-férrea.

Em 9 de setembro de 1889, foi convocada uma reunião dos acionistas da Companhia das Minas de São Jeronymo, na qual foi deliberado reformar os estatutos, elevar o capital e o preço das ações (a aprovação e estabelecimento dos novos Estatutos da CEFMSJ se deu na Assembleia Extraordinária dos Acionistas da CEFMSJ, em 2 de dezembro de 1890). A Companhia passou a se denominar, então, Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo – CEFMSJ. Sua sede permaneceu no Rio de Janeiro, na Rua do Hospício, nº 25. Sua diretoria foi conformada por: Pedro Perestrello da Câmara – Diretor Gerente; Hermann Kalkuhl – Diretor Secretário. O Escritório Central no Rio Grande no Sul ficava na Agência das Minas, Charqueadas, no município de São Jerônimo, sendo o Engenheiro Gerente e Fiscal da Estrada de Ferro, E. S. Eugenio Dahne, e a concessão para a CEFMSJ era de trinta (30) anos, prorrogáveis indeterminadamente. Do mesmo modo, foi efetivada, para a CEFMSJ, por meio de Decreto de 24 de julho de 1890, a concessão do privilégio para a construção, uso e gozo do prolongamento da linha principal da Estrada de Ferro pelo prazo de setenta anos, tendo a Companhia o prazo máximo de doze meses para a sua construção.

Em 1893, existiam nas minas de Arroio dos Ratos, de propriedade da CEFMSJ, os *Poços 5 (Poço Velho)*, *9 (Surpresa)*, *6 (Presidente)*, *7 (Dona Isabel)* e o *poço de ventilação 8 (Caridade)*, sendo aberto nesse mesmo ano o *Poço 10 (Fé)*. A população na *Vila Mineira de Arroio dos Ratos* antiga cerca de mil habitantes, distribuídos em famílias estrangeiras e brasileiras, dispostos em duzentas casas, das quais cinquenta eram alugadas aos mineiros pela Companhia.

Têm-se registros que no mês de junho de 1895, na luta por melhores condições de vida e de trabalho, eclodiu a primeira greve dos mineiros e

demais trabalhadores vinculados às atividades de mineração, em Arroio dos Ratos, com grande protagonismo dos imigrantes em sua liderança. A greve durou mais de quinze dias, e contou com ampla adesão, inclusive dos trabalhadores infantis da mina de Arroio dos Ratos, com os grevistas pleiteando aumento de 25% em todos os preços e ordenados.

Chegado o ano de 1908, a CEFMSJ suspendeu a exploração de carvão, e arrendou a mina de Arroio dos Ratos, por um período estipulado em trinta anos, à Companhia Minas Sul-Riograndense, pertencente a Manoel Buarque de Macedo & CIA., ficando a mina, então, sob a direção do engenheiro Frederico Bueno Horta Barbosa. Em 1911, Buarque de Macedo afastou-se das atividades carboníferas da Companhia Minas Sul-Riograndense, que ficou aos cuidados de Miran Latif, Ernesto Otero e Luiz Betim Paes Leme. Salienta-se que, no ano de 1916, Horta Barbosa e Buarque de Macedo, junto com o Barão de Ibirocahy, foram os fundadores e diretores da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, na região de Minas do Leão, e, em 1917, Buarque de Macedo exerceu as mesmas funções na Companhia Carbonífera Rio-Grandense, fundada em 1917 na região de Minas do Butiá, na esteira do impulso à produção nacional de carvão diante do produto estrangeiro, especialmente inglês e alemão, ocorrido com a I Guerra Mundial.

Utilizando mão de obra estrangeira e nacional, acrescentou-se aos trabalhadores da *Companhia Minas Sul-Riograndense*, um grupo de mineiros espanhóis que chegou com suas famílias à região. A partir aí a Companhia intensificou os trabalhos de sondagem na área, abrindo o *Poço 1*, também conhecido como "*Poço Fraternidade*", e continuando com a exploração do *Poço Fé*, de propriedade da CEFMSJ. De igual modo, a arrendatária cresceu às unidades de transporte fluvial e terrestre, outras de maior capacidade, melhorou e reforçou as condições de resistência da via-férrea, dando condições para um tráfego mais intenso e pesado.

Em Relatório de junho de 1914, a CEFMSJ deu ciência a seus acionistas do esgotamento da camada carbonífera explorada pelo *Poço Fé*, único que a Companhia dispunha por esse tempo, o que levou a diretoria a buscar soluções para as dificuldades enfrentadas. Após diversas negociações, obteve o acordo com os acionistas da *Companhia Minas Sul-Riograndense* para a venda de todas as ações desta à CEFMSJ, acordo



que foi ratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 1915, quando a diretoria da CEFMSJ ficou autorizada a incorporar aos seus bens os que lhe couberam em partilha na liquidação da *Companhia Minas Sul-Riograndense*, e, a incluir todos esses novos bens na totalidade dos bens da Companhia, continuando o pessoal das Minas Sul-Riograndense, sem interrupção alguma, a trabalhar e colaborar com a CEFMSJ.

No segundo semestre do ano de 1918, a CEFMSJ contratou e realizou um empréstimo, com o Governo Federal, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, mediante garantias hipotecárias, para resgatar o que havia sido feito com o Tesouro Nacional em 8 de março de 1918. A diretoria se propunha a melhorar o carvão da mina, e para tal necessitava de instalações que propiciassem o beneficiamento do carvão, ao mesmo tempo em que se aparelhava para aumentar a produção, melhorar os transportes e instalar depósitos. Na Assembleia Geral extraordinária de 16 de agosto de 1918, a diretoria da CEFMSJ apontava a necessidade de poder competir, no futuro, com o produto estrangeiro que entraria livremente no mercado brasileiro, quando a situação ocasionada pela I Guerra findasse, e o carvão estrangeiro entrasse livremente no mercado brasileiro. Portanto, o impulso à indústria carbonífera e ao mercado interno da mineração esteve estreitamente vinculado às conjunturas internacionais geradas pelos conflitos mundiais, uma vez que, com a paralisação do comércio marítimo internacional e seus produtos, o mercado carbonífero sofria intensos problemas de abastecimento interno: se a crise internacional advinda com a I Guerra Mundial fomentou o consumo do carvão nacional, apartando as ressalvas feitas em relação à má qualidade do carvão produzido no país, após seu término o interesse voltou-se novamente ao carvão estrangeiro. Com o advento da crise de 1929, o consumo do carvão nacional voltou a ser objeto de acentuadas ações estatais, como a estabelecida pelo Decreto Federal Nº 20.889 de 9 de junho de 1931 que, ao definir um percentual mínimo de 10% para o consumo do carvão nacional em relação ao estrangeiro, estipulava a obrigatoriedade do seu consumo. Este Decreto também determinava a adaptação de locomotivas em trânsito no território nacional para o uso do carvão nacional.

Concomitante aos esforços empreendidos pela CEFMSJ eclodiu

nas minas de Arroio dos Ratos, entre 14 e 21 de junho de 1918, uma greve que reuniu 400 mineiros que reivindicavam aumento de salário por tonelada de carvão extraído, permissão para sair do interior da mina quando o trabalho inexistisse, e nomeação de um fiscal, pelos mineiros, para o controle do peso dos produtos.

A ênfase dada pela diretoria da CEFMSJ a respeito da proteção do carvão nacional, no intuito de garantir e ampliar o mercado consumidor, encontra com a assinatura do acordo de transferência ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 1920, da *Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRS)*, que havia sido entregue por sua concessionária, a *Companhia belga Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, ao Governo Federal. Como a *Chemins de Fer au Brésil* utilizava carvão estrangeiro como combustível, a partir de sua transferência para o poder estatal estabeleceu-se a obrigatoriedade de adaptação das locomotivas a fim de poderem utilizar o carvão nacional. Estas ações já haviam sido apontadas na Assembleia de 16 de agosto de 1918, onde a diretoria da CEFMSJ relatou as experiências que estavam sendo feitas no *Lloyd Brasileiro* e na Marinha de Guerra Brasileira, além de em estabelecimentos particulares, em relação à adaptação das fornalhas existentes naquele então ao uso do carvão da Companhia.

Em 1923, a CEFMSJ empreendeu ações junto às companhias fornecedoras de eletricidade, tendo por objetivo a formação, ampliação e diversificação do mercado interno para sua indústria. Estas se concretizaram com a aquisição da metade das ações da companhia Fiat Lux de Porto Alegre, responsável pelo fornecimento de energia elétrica a várias regiões do Estado. Em janeiro de 1924, os novos sócios da Fiat Lux – Luiz Betim Paes Leme e Mário Ramos, então diretores da CEFMSJ – anunciaram a fundação de uma nova companhia, a Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense, passando a agir para efetivar a união com a Companhia Força e Luz, do Rio de Janeiro, contratada pela Intendência de Porto Alegre e, à época, detentora do monopólio do fornecimento de energia. Participaram das reuniões, como representantes da Companhia Elétrica Rio-Grandense, Eugenio Honold, Luiz Betim Paes Leme, Mario Ramos e Octavio Reis, todos acionistas e/ou diretores da CEFMSJ, cujo intuito último era a construção de uma usina única, em Porto Alegre, que utilizasse como combustível o carvão do Rio Grande do Sul.

Ainda no ano de 1923, em 24 de janeiro foi promulgado o Decreto Nº 4.682 (Lei Eloy Chaves), que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias. A Lei estabeleceu para os ferroviários a estabilidade no emprego para aqueles trabalhadores com dez anos de permanência na empresa, criando-se logo a seguir o Conselho Nacional do Trabalho, no âmbito do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, através do Decreto Federal Nº 16.027. Nos anos seguintes foram legisladas diversas medidas visando à proteção, garantia e melhoria de vida das classes trabalhadoras, em um avanço paulatino, porém ininterrupto, de direitos e deveres adquiridos, aos quais as empresas de mineração tiveram de se adaptar, não sem resistências, a fim de dar efetivo cumprimento às novas determinações legais. Dentre eles se encontram, a Lei de Férias, pelo Decreto Nº 4982 de 24 de dezembro de 1925 (inicialmente restrita aos comerciários); o Decreto Nº 50863, de 1º de dezembro de 1926, que instituiu o Código de Menores; a extensão do regime de férias aos portuários, por meio do Decreto Nº 5109, de 20 de dezembro de 1926; o Decreto 17943-A, de 12 de outubro de 1927, que estabelece disposições sobre o trabalho de menores, regulamentando o seu trabalho; a criação, em 26 de novembro de 1930, pelo Decreto Nº 19.433, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, bem como das Comissões Mistas de Conciliação para os conflitos coletivos e as Juntas de Conciliação e Julgamento para os conflitos individuais; o início da exigência de identidade profissional (carteira profissional) no Brasil, no ano de 1932; o Decreto Nº 21417-A, de 17 de maio de 1932, que regulou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, vedando o trabalho feminino, dentre outros locais, nos subterrâneos e nas minerações; a Lei 62/35 – a “Lei da Despedida” –, de 1935, que assegurava aos trabalhadores da indústria e do comércio a estabilidade após dez anos de serviços prestados na mesma empresa, e instituindo a indenização por despedida injusta àqueles que não haviam cumprido esses dez anos.

No que diz respeito especificamente à legislação sobre as minas de carvão, em 10 de julho de 1934 foi instituído, pelo Decreto Nº 24642, o Código de Minas, que modifica o regime jurídico das minas, instituído pela Constituição de 1891. Com este Código, as jazidas passaram a ser caracterizadas como bens imóveis, distintos e não integrantes das ter-

ras em que se encontravam. Seu aproveitamento era atrelado à autorização ou à concessão do Governo Federal. As autorizações de pesquisa e concessões de lavra seriam dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, ficando assegurada, ao proprietário do solo, a preferência para a exploração ou a participação nos lucros, se a lavra fosse concedida a terceiros.

Posteriormente, e acentuando as medidas de proteção e fomento à indústria nacional do carvão, o governo de Getúlio Vargas deu um incentivo à produção, elevando de 10% a 20% a cota de aquisição de carvão nacional sobre as importações de carvão estrangeiro, por meio do Decreto N.º 1828, de 21 de junho de 1936.

Em 1936, a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo autorizou a assinatura do contrato com o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), acompanhado da Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR). Conforme Relatório da empresa apresentado aos seus acionistas, o fator determinante para esta comunhão de lucros e perdas e administração conjunta está diretamente associado à superprodução do carvão se comparado com as necessidades do consumo interno. Os excedentes da produção seriam danosos para ambas as Companhias, mesmo com o estabelecimento de novas cotas de consumo do carvão nacional, conforme estabeleceu o Decreto N.º 1.828.

Dessa forma, a administração da CEFMSJ e da CCR, foi passada à Sociedade Civil formada por aquele Consórcio, e desta feita à composição do CADEM deu-se pelos seguintes sócios: Luiz Betim Paes Lemes e Otávio Reis, pela *Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo*, e Roberto Cardoso e o Grupo Martinelli, pela *Companhia Carbonífera Rio-Grandense*, cabendo a direção do Consórcio a Roberto Cardoso.

Em 21 de julho de 1936, os Estatutos do CADEM foram publicados no Diário Oficial da União, estando assim legalmente constituída a Sociedade Civil Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, integrado, nesse período, pelas *Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Rio-grandense*.

Ilustra graficamente o processo de constituição da CEFMSJ a “Linha de Tempo” apresentada no ANEXO C.

## Entidades Relacionadas

- Imperial Brazilian Company Limited;
- Holtzweissig e CIA;
- Companhia das Minas de São Jeronymo;
- Companhia Minas SulRiograndense;
- Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ);
- Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR);
- Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRS);
- Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil;
- Companhia FIAT Lux;
- Companhia de Energia Elétrica RioGrandense (CEERG);
- Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM).

### **1.1 FUNDO 01 CEFMSJ - Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo**

**BR RSAMCO1**

**NÍVEL: FUNDO**

**DATA BALIZA: 1891-1936**

**VOLUME: 0,60ML.**

#### **Conteúdo Geral do Fundo**

O Fundo Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (EFMSJ) compreende o período de 1891 a 1936, sendo sua documentação mais constante e abundante a partir de meados da década de 1910, anos estes que foram de intensas transformações e questionamentos acerca do consumo do carvão nacional. Neste sentido, a documentação produzida, reunida e acumulada pela CEFMSJ tanto informa acerca das atividades de produção, exploração, comercialização e escoamento da sua produção no período referido, como aponta para os desdobramentos em nível local, regional e nacional acerca das tomadas de decisões

e das medidas de proteção e fomento à indústria nacional do carvão.

## **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

O Fundo Documental da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) foi estruturado em quatro séries documentais. O caráter fragmentário dos registros, a ausência de documentos fundacionais e a falta de indícios completos a respeito da proveniência da documentação fizeram com que apenas um setor administrativo da empresa pudesse ser plenamente identificado – o setor retratado na série “Escritório de Contabilidade” (grafia original). Dadas tais características, o arranjo documental prescindiu do método estrutural para a divisão plenamente identificada e de Metodologia funcional para os demais setores da empresa, convertidos nas séries Administração, Jurídico, Pessoal e Pesquisa (nomenclaturas adotadas no processo de arranjo, que não correspondem necessariamente à denominação original dos setores envolvidos na criação, tramitação e guarda dos documentos). Além das séries, foram também destacados no arranjo os dossiês, conjuntos documentais relacionados a um determinado tema ou entidade que pela importância foram reunidos desta forma. (ANEXO B).

### **1.1.1 Séries Documentais**

#### **01.01 Série Administração**

**BR RSAHMC 01.01**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1891-1936**

**VOLUME: 0,30 ML**

Fazem parte da *Série documental Administração* as tipologias documentais: Cartas; Telegramas; Atestados de trabalho; e o Dossiê Companhia Força e Luz Porto-Alegrense

• *Cartas*

Contêm intercâmbios de informações internas e externas relacionadas com a produção, comercialização, transporte e escoamento do carvão, bem como temas que dizem respeito às relações estabelecidas com as empresas afins às atividades que envolvem a indústria carbonífera, como é o caso da Companhia Carbonífera Rio Grandense; Viação Férrea do Rio Grande do Sul; Cia. Força e Luz, e outras instituições do poder público, como a própria Intendência Municipal de São Jerônimo, o Ministério da Agricultura, a Compagnie Française Du Port do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, a Alfândega, assim como com fornecedores e agentes da CEFMSJ nas cidades de Pelotas e Rio Grande, a Cooperativa das Minas e a Caixa de Aposentadoria e Pensões. No que diz respeito ao intercâmbio interno de informações, registram-se as efetuadas especialmente entre a Superintendência da Mina com a Agência de Porto Alegre e a Matriz no Rio de Janeiro, e vice-versa, tratando de assuntos diversos, como: o pedido de prolongamento da Estrada de Ferro; ofertas e compras de terras e terrenos, bem como terrenos em litígio; aquisição de maquinários a fim de suprimir despesas; apreciação de recortes de jornais locais, nacionais, e internacionais, sobre assuntos referentes à navegação, serviços de Energia Elétrica, e a concorrência do carvão estrangeiro; entrega de dados sobre amostras de pedras calcárias, qualidade do carvão para experiências e fazendas na região do Rio Jacuí; negociantes e concorrência na Mina de Arroio dos Ratos, e as medidas adotadas para impedir a elevação do preço do carvão; exportação do carvão; preços e consumo do salitre chileno; ações futuras para o plano de mineração da Mina, abarcando planejamentos detalhados sobre infraestrutura, abertura de novos poços e construção do Poço V, encomendas de materiais no exterior, notadamente em Paris; movimentação da produção nos portos fluviais, certificados de desembarque e os agentes da Companhia em Pelotas e Rio Grande; isenção de impostos, com ênfase dada na que é feita solicitando este benefício ao general José Antônio Flores da Cunha, interventor federal no Rio Grande do Sul e governador constitucional deste mesmo Estado entre 1935-1937. Voltadas para os trabalhadores da Companhia, temáticas como encargos e taxas de previdência, lei de Férias; Caixa de Aposentadoria e Pensões

dos funcionários, ordenados e pagamentos de operários; acidentes de trabalho ocorridos na Mina; pedidos ao Chefe de Repressão do Comunismo da Chefatura de Polícia para a deportação de operários estrangeiros fazem parte das informações intercambiadas entre os diferentes níveis hierárquicos da Companhia. No caso da documentação resultante da comunicação com as empresas e instituições públicas, constam informações de assuntos referentes às regulações e determinações para a exploração mineira, como é o caso do Código de Minas e o regulamento de Faiscação de ouro, provinda do Ministério da Agricultura; estabelecimento de acordos sobre adiantamentos, promessas de compra e venda do carvão nacional e contratos celebrados entre a CEFMSJ e a Cia. Força e Luz; pagamentos de e para a Companhia Brasileira de Energia Elétrica; temas referentes à entrega e acordos de fornecimento de carvão, como a falta de entrega, carvão de má qualidade, demonstrativos de entrega, locação e fretes de locomotivas, comunicados de débito, estão presentes no intercâmbio de informações efetuado entre a Companhia e a VFRGS; e com a CCR e o Lloyd Brasileiro destacam-se, dentre outras, as temáticas sobre empréstimos de materiais entre ambas as Companhias e o preço do carvão na praça, respectivamente. As missivas entre a Companhia e seus fornecedores e agentes na cidade de Pelotas e no Porto de Rio Grande versam, especialmente, sobre contratos de descarga, apólices de seguros e preços de venda da produção e a movimentação no Porto de Rio Grande.

#### • *Telegramas*

Registram informações da comunicação entre a matriz da Companhia e a filial da “Jeromina” – termo utilizado nos telegramas para designar a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo – a respeito de recebimento de materiais, manutenção de equipamentos, recebimento de faturas e registros administrativos. No Copiador de telegramas diversos expedidos, entre o período de junho de 1934 a julho de 1936, menciona-se o envio de informações, para a Matriz, sobre os contatos realizados com o general Flores da Cunha para intervenção na Mina de Arroio dos Ratos.



- *Atestados de trabalho*

São documentos dos anos de 1919 e 1935 que dão fé da atividade laboral, confirmando funções, tempo de serviço, comportamento funcional e atestado de trabalho de serviço ativo, neste último incluindo, para tal, folhas de pagamento da Administração com os vencimentos e descontos mensais do trabalhador requerente.

- *Código Telegráfico (Ribeiro)*

Livro que contém os procedimentos e códigos para a operação de comunicações da empresa via telegráfica

## **Dossiê Companhia Força e Luz Porto-Alegrense**

Neste Dossiê estão reunidos documentos, entre os anos de 1916 – 1931, que dizem respeito às correspondências entre a direção da CEFMSJ e a Cia. Força e Luz Porto Alegrense, bem como para a Companhia Energia Elétrica Rio Grandense e para a Companhia Carris Porto Alegrense. Para as duas últimas constam os contratos celebrados entre ambas as Companhias e seus aditamentos, assim como as promessas de compra e venda do carvão nacional efetuadas entre elas. Propostas de pagamento de passagens da CEFMSJ para a utilização de suas linhas pela Intendência Municipal, no ano de 1925, bem como prorrogações de contratos entre a CEFMSJ e as Companhias Energia Elétrica Rio Grandense e Carris Porto Alegrense, são temáticas que também se encontram no Dossiê.

### **01.02 Série Jurídico**

**BR RSAMC 01.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1918-1936**

**VOLUME: 0,10 ML**

Constituem a *Série Documental Jurídico* as tipologias a seguir: Con-

tratos de Fornecimento/empreitada; Decreto de Concessão; Processos Judiciais; e o Dossiê Viação Férrea –VFRGS.

• *Contratos de Fornecimento / Empreitada*

Dizem respeito, quanto aos de Fornecimento, aos acordos estabelecidos, em correspondências no período de 1918 a 1923, para a compra e venda de carvão, e incluem, também, as missivas trocadas com informações relacionadas àqueles Contratos. Dentre os Contratos podem ser mencionados os acordos feitos com P. Gonçalves e CIA, Fábrica Rio Guahyba Fiação e Tecelagem, Companhia Fabril Porto Alegre em Porto Alegre; Cervejaria Sul-rio-grandense, F. Rheingantz e CIA União Fabril, Fábrica de Chapéus Pelotense, Moinho Pelotense. Frigorífico Pelotas, Companhia Cervejaria Ritter, em Pelotas; Cervejaria Anselmi &Schmitt, Tecelagem Ítalo Brasileira Santo Becchi e CIA, em Rio Grande. No que toca aos de Empreitada, informam sobre o acordo feito entre a CEFMSJ e o empreiteiro para a realização de extração de madeira. Também há o Contrato celebrado em 28 de junho de 1923 entre a CEFMSJ e o Governo Federal para a instalação de usinas apropriadas à fundação da indústria dos subprodutos do carvão nacional.

• *Decreto de Concessão*

Determina o cumprimento da regra estabelecida pelo contrato realizado entre a CEFMSJ e o Governo Federal, em 28 de junho de 1923, para a instalação de usinas apropriadas à fundação da indústria dos subprodutos do carvão nacional.

• *Processos Judiciais*

Dizem respeito a requerimento feito pela CEFMSJ ao Juiz de Direito de São Jeronimo, para proceder à verificação de vistoria prevista no Estatuto Processual Civil, formulando protesto contra arrendatário de terras situadas em áreas da Estrada de Ferro da Companhia. De igual modo, há solicitações de providências a serem tomadas quanto à despedida de funcionário e indenização correspondente, feitas pela CEFMSJ ao Delegado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no Rio Grande do Sul

- *Certidões de arrolamento Capitania do Porto*

Documentos que certificam solicitações de arrolamento nos portos de embarque e desembarque de carvão

### **Dossiê Viação Férrea do Rio Grande do Sul VFRGS**

O *Dossiê* reúne, dentre outros documentos pertencentes ao período de 1928-1932, o Termo de Contrato entre a VFRGS e a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo para a locação e uso, pela Viação Férrea, de um técnico de Santa Maria ou Porto Alegre, e correspondência sobre o projeto de construção de uma ponte sobre o Rio Jacuhy. Também reúne informações relativas às diferenças de preços em função da taxa cambial; cópia de Contrato firmado entre ambas as Companhias em 25 de outubro de 1928; um Memorial descritivo ao interventor, de 11 de novembro de 1932; Contrato de arrendamento de linhas; aquisição de vagões; Pareceres dos chefes da Locomoção e da Divisão sobre o aumento nas entregas de carvão nacional, onde estes emitem suas opiniões sobre este assunto.

### **01.03 Série Escriptório de Contabilidade**

**BR RSMC 01.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1921-1936**

**VOLUME: 0,15 ML**

Fazem parte da Série documental as Tipologias: Faturas de Compras; Registro de Escritura de Materiais Importados; Mapas de Extração de Carvão; Mapas de Consumo de Energia; Mapas de Despesas Gerais; Requerimentos de Restituições.

- *Faturas de Compras*

Abordam, notadamente, à compra de carvão e de mercadorias gerais, e destinam-se, dentre outros, à CIA Energia Elétrica Rio-Grandense,

ao Almoxarifado Geral, bem como para a CEFMSJ, pela Companhia de Navegação Arnt.

- *Registro de Escritura de Materiais Importados*

Compõe-se de um Livro de Escrituração específico a esses Materiais, adquiridos pela Companhia entre os anos de 1935-1938.

- *Mapas de Extração de Carvão*

Referem-se à extração de carvão nos Poços em termos de quantidades, gastos com o custeio das operações e controle da produtividade, abarcando o período de janeiro de 1921 a dezembro de 1926.

- *Mapas de Consumo de Energia*

Listam os devedores de Força e Luz em São Jerônimo, constando os nomes dos consumidores; marcação atual e anterior; consumo; importâncias; impostos; e total geral, abarcando o período de 1928 a 1935

- *Mapas de Despesas Gerais*

Fazem um resumo das despesas relativas à Mina da CEFMSJ, no mês de março de 1936, dentre elas as que se referem a ordenados, gratificações e comissões; acidentes de trabalho. Caixa de Aposentadoria e Pensões; policiamento na Mina; transporte fluvial e lacustre.

- *Requerimentos de Restituições*

Estão voltados à restituição de importâncias dadas como garantia de fornecimento de carvão de pedra nacional ao Hospital São Pedro, bem como as de taxas portuárias pagas pelo carvão da CEFMSJ descarregado no Porto de Rio Grande.

- *Relação de Contas a Pagar*

Lista e registros de dívidas da empresa

## **01.04 Série Pesquisas de Mineração**

**BR RSMC 01.04**  
**NÍVEL SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1931 – 1936**

**VOLUME: 0,05 ML**

Constituem a Série Pesquisas as Tipologias Relatórios de Pesquisas em Mineração e Cartas.

• *Relatórios de Pesquisa em Mineração*

Informam sobre os trabalhos de prospecção de minas realizados pelo Engenheiro Chefe da CEFMSJ, entre outros as excursões feitas às fazendas do Herval, do Godinho e do Faxinal, assim como pesquisas de carvão mineral realizadas em Capão dos Santos, em terrenos pertencentes à CEFMSJ.

• *Cartas*

Constituem-se de intercâmbio de informações entre a diretoria e a Superintendência da Companhia e sua Matriz no Rio de Janeiro, versando sobre Pesquisas Geológicas realizadas nos anos de 1930 e 1931, onde se encontram temas relacionados às pesquisas geológicas de cobre no município de Encruzilhada; pareceres do Departamento Jurídico da Companhia sobre cessão de escrituras de promessa de compra e venda; contratos para a autorização de pesquisas; relatórios de pesquisas em Arroio Piquery; ofícios sobre os Relatórios e resumos das pesquisas geológicas realizadas.

## **2 COMPANHIA MINAS DE CARVÃO DO JACUHY - CMCJ**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1917 - 1940

INSTITUIÇÃO PRIVADA

### **Contexto Histórico**

As origens da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy remontam à descoberta das primeiras jazidas de carvão mineral do Brasil, encontradas em 1795, na localidade de Curral Alto, na estância então pertencente ao espanhol Francisco Leão. Apesar das descobertas ao longo do século XIX, a chamada Mina do Leão não foi explorada de forma sistemática até 1915, quando Albina Freitas de Souza e seus filhos – proprietários das terras – conferiram a Ricardo de Souza Porto (genro de Albina) poderes para que este realizasse pesquisas e sondagens acerca das potencialidades minerais do local. Para desenvolver a investigação, Porto chamou o engenheiro alemão Otokar Pauthner, que já havia trabalhado nas minas de Arroio dos Ratos, pertencentes à Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronimo (CEFMSJ).

Em 24 de julho de 1916, um ano após o início das pesquisas empreendidas por Pauthner e Porto, os proprietários da Estância do Leão decidiram arrendar as terras para Frederico Bueno Horta Barbosa, antigo diretor das minas de Arroio dos Ratos, que passou a ter a prerrogativa da exploração do local pelo período de sessenta anos. O novo arrendatário assumiu o compromisso de abrir três poços de extração de carvão e construir uma linha férrea para interligá-los, além de pontes, casas e instalação de linhas telefônicas. No mesmo ano, Horta Barbosa, residente no Rio de Janeiro, uniu-se aos empresários João Proença, Manoel Buarque de Macedo (então diretor do Lloyd Brasileiro e da CEFMSJ) e Luiz Jacques de Freitas Vale (Barão de Ibirocahy, corretor de fundos e importante comerciante da época). Desta união, nasceu a Companhia Carbonífera do Jacuhy, sediada no Rio de Janeiro e encarregada da ex-

ploração do carvão encontrado na Mina do Leão. À época, o governo federal, presidido por Wenceslau Braz, financiou a empreitada com mil e quinhentos contos (em dinheiro e em embarcações). Em homenagem, a Companhia batizou o poço do Leão com o nome do então Presidente.

Estimativas da época apuraram a existência de cerca de 22 milhões de toneladas de carvão na região. Para explorá-lo, os investidores decidiram pela extração a céu aberto e por meio de escavadores mecânicos, mas logo perceberam a potencialidade do local e projetaram a perfuração de três poços. A exploração da mina chegou a cerca de 1.500 toneladas de carvão extraído por mês, a maior parte dele consumido pelos vapores da *"Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro"*, companhia estatal de navegação. No período inicial, 500 homens trabalhavam no empreendimento e moravam, com suas famílias, na pequena vila construída pela Companhia na região.

Em 1917, o governo federal subscreveu metade das ações da empresa carbonífera e designou dois representantes para a direção (Arrojado Lisboa e Alfredo Pinto Vieira de Melo). As mudanças ensejaram também uma alteração no nome do empreendimento, que, a partir de 26 de janeiro de 1917, passou a adotar sua designação definitiva: Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (agora sediada em Porto Alegre). No ano seguinte, a obra de perfuração do Poço Wenceslau Braz foi finalmente concluída e Horta Barbosa viajou para os Estados Unidos a fim de adquirir a maquinaria necessária para a exploração subterrânea. A mudança na presidência da República, entretanto, trouxe novos rumos ao projeto. Com a ascensão de Delfim Moreira, o governo federal retirou seus dois diretores designados e mostrou desinteresse no negócio. Nas assembleias gerais de 24 e 29 de dezembro de 1919, a União se retirou da sociedade, assumindo a responsabilidade das dívidas da companhia junto ao Banco do Brasil.

Sem o apoio governamental, os sócios da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy avaliaram a baixa rentabilidade do empreendimento e decidiram se afastar. Em 1919, Buarque de Macedo, um dos fundadores, cede suas ações à Rocha Miranda & Filhos Companhia Ltda., do Rio de Janeiro. Com a saída de Macedo, assumiram como novos diretores Camelo Lampreia e Afonso Viana. Isolado e sem o apoio do governo, Horta Barbosa também cedeu parte de suas ações à Rocha Miranda &

Filhos que, em seguida, as transferiu ao empresário ítalo-brasileiro Giuseppe Martinelli - criador da Sociedade Anônima Lloyd Nacional, uma das maiores companhias privadas da marinha mercante brasileira até então.

As empresas de Martinelli tinham interesse na exploração de carvão na Bacia do Jacuí, possivelmente em decorrência da demanda própria por carvão - minério em escassez naquele período de guerra mundial. O fim da guerra, entretanto, reorientou os negócios de Martinelli - do setor importador marítimo para o ramo imobiliário. Em decorrência do desinteresse dos novos proprietários, a Mina do Leão foi abandonada ao fim da década de 1910. Se em 1919 a companhia havia criado uma Caixa de Socorro e uma Cooperativa como ação social e de contenção dos trabalhadores, em 1923, as máquinas utilizadas na perfuração do Poço Wenceslau Braz já haviam sido deslocadas para as minas de Butiá e até mesmo a vila operária instalada na região tinha desaparecido.

Cartas de 1926 mostram que havia interesse em manter as estruturas e a possibilidade de retomar a exploração da Mina do Leão. No entanto, sem que tais medidas tenham sido tomadas, em 1930 os herdeiros de Albina Freitas de Souza romperam o contrato de concessão da mina, que finalmente deixou de pertencer à Companhia Minas de Carvão do Jacuhy. Voltada apenas à parte menos significativa da administração da Estrada de Ferro do Jacuhy e abarcada por dívidas, a empresa foi finalmente liquidada por seus sócios em 28 de novembro de 1940. A ata da assembleia geral extraordinária responsável pela liquidação da companhia, realizada no Rio de Janeiro, remonta a trajetória do empreendimento, salienta as dificuldades do negócio desde sua constituição, a precariedade do capital investido, o fracasso da exploração da Mina do Leão e a única conquista aproveitável da empresa: a dispendiosa construção da Estrada de Ferro do Jacuhy. Na assembleia, a decisão de encerrar as atividades da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy foi unânime. Dos bens que um dia ela havia registrado em balancetes e relatórios, restavam apenas os móveis - de pouco valor.

Ilustra graficamente o processo de constituição da CMCJ a “Linha de Tempo” apresentada no ANEXO D.



## Entidades Relacionadas

- Companhia Carbonífera do Jacuhy;
- Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ);
- Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (CEFMSJ);
- Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro;
- Sociedade Anônima Lloyd Nacional;
- Rocha Miranda & Filhos Companhia Ltda.;
- Sociedade Anônima Martinelli;
- Companhia Brasileira de Transporte do Carvão;
- Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR);
- Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS);
- Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB);
- Consórcio Administrador de Empresas de Mineração.

## 2.1 FUNDO 02 CMCJ - Companhia Minas de Carvão do Jacuhy

**BR RSAMCO2**

**NÍVEL: FUNDO**

**DATA BALIZA: 1917-1940**

**VOLUME: 1,92ML**

### Conteúdo Geral do Fundo

O Fundo Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ), englobando o período de 1916 (criação da CIA da qual ela resultará) a 1936 (formação do Consórcio de Empresas de Mineração) reúne informações acerca das atividades de produção, exploração, comercialização e escoamento da produção, notadamente com a Estrada de Ferro Jacuhy, de propriedade da CMCJ até o ano de 1920; com sua Superintendência nas minas e em Porto Alegre; e a Matriz da Companhia no Rio de Janeiro. Vinculações com órgãos e entidades governamentais, assim como com

as demais empresas de mineração da região do Baixo Jacuí, também se fazem presentes na documentação produzida, reunida e acumulada pela empresa e sua Estrada de Ferro.

## **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

O fundo da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy foi estruturado a partir do estudo da estruturação de dita companhia e das funções mapeadas junto ao organismo produtor. As tipologias localizadas foram adequadas à estruturação (séries), seja por sua pertinência quanto às funções, seja pelos assuntos localizados (com predominância do primeiro método). A nomenclatura utilizada foi, em sua maioria, a mesma localizada junto aos documentos, o que permitiu remontar, ainda que parcialmente, a organicidade da empresa. Ao todo, foram identificadas Cinco séries, três delas a partir dos registros localizados, especialmente na correspondência entre os administradores da companhia. A série “Pessoal” foi a única sobre a qual não se encontraram informações precisas, sendo também a única cuja denominação não aparece de forma explícita nos documentos. (ANEXO B).

### **2.1.1 Séries Documentais**

#### **02.00 Série Comissão de Instalação das Minas**

**BR RSMC 02.00**

**DATA BALIZA: 1917-1919**

**NÍVEL: SÉRIE**

**VOLUME: 50 UNIDADES DOCUMENTAIS**

A Série Comissão de Instalação das Minas está composta por Livro de registro contábil (02.00.01)<sup>2</sup> que contém informações relacionadas à movimentação financeira. Assim como, um borrador de correspondên-

cia (02.00.02)<sup>3</sup> que abrange o período de 1917 a 1919, onde se registram intercâmbios de informações especialmente entre o Contador e a Superintendência da Mina do Leão com a Superintendência da Companhia em Porto Alegre e sua matriz no Rio de Janeiro, bem como missivas entre a Superintendência da Mina com a Intendência Municipal de São Jerônimo, onde se encontram informações sobre a construção da Estrada de Ferro Jacuhy, compra de materiais, contratação de pessoal, e diretrizes a serem adotadas para o cumprimento dos prazos previstos na concessão feita pela Intendência Municipal de São Jerônimo à CMCJ. Temáticas como pagamentos a efetuar; pedidos de envio de materiais; balancetes e contas de custeio; remessas de cargas e vales de carvão; contas de instalações referentes ao almoxarifado, arreamentos, compras de móveis e utensílios, construção de casas, compra e consertos de maquinários, semoventes, veículos e material flutuante; pedidos de gêneros alimentícios para a Cooperativa das Minas, assim como requisitos e propostas para o início dos trabalhos de fundação do Poço Wenceslau Braz, fazem parte das informações contidas na Série.

## **02.01 Série Administração das Minas**

**BR RSMC 02.02**

**DATA BALIZA: 1916-1923**

**NÍVEL: SÉRIE**

**VOLUME: 0,33 ML**

Compõe esta série as tipologias documentais Cartas, Telegramas, Código Telegráfico (Ribeiro), Relatórios dos Trabalhos das Minas e Diários de Ocorrências. Tais documentos registram não apenas as atividades voltadas à gestão da companhia, como também atestam detalhes a respeito da produção carbonífera e dos investimentos efetuados pela empresa na região.

### **• Cartas**

Contêm correspondência encadernada ou avulsa, relativa aos con-

---

<sup>3</sup> Código da tipologia atribuído no Quadro de Arranjo dos Fundos documentais

tatos realizados entre os administradores da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, seus subalternos, parceiros comerciais e sócios. A correspondência trata, basicamente, dos detalhes relativos à construção da Estrada de Ferro do Jacuhy (1917-1920), as despesas realizadas com a obra, listados de dívidas a pagar, relacionamento com organismos tais como a Cooperativa das Minas e a Caixa de Socorro, envio de relatórios referentes à movimentação no processo de extração do carvão e decisões de caráter gerencial e administrativo. Os livros chamados de “copiadores” contém correspondência organizada de acordo com os remetentes e destinatários, envolvendo a Matriz, as minas e as agências da companhia em outras praças. Tais documentos assinalam a estrutura de mando e as esferas de decisão da empresa ao longo do tempo.

• *Telegramas*

Incluem documentação entre os acionistas Horta Barbosa e Arrojado Lisboa, referentes à abertura dos primeiros poços da Mina do Leão, bem como boletins de serviço, relatórios de atividades nas minas e correspondência entre a superintendência da Companhia e os diretores da mesma, no Rio de Janeiro.

• *Código Telegráfico*

Refere-se ao Código Telegráfico Ribeiro, instrumento de padronização de linguagem e contato utilizado pelas companhias para comunicação telegráfica.

• *Relatórios de Trabalhos nas Minas*

Abrangem o período de 1919-1920, constando de informações semanais dos trabalhos realizados nas Minas do Leão, apresentando dados sobre as produções médias diárias e totais do Poço Wenceslau Braz e medição das galerias. Dentre as temáticas abordadas, constam os relatos sobre a produção recorde no Poço Wenceslau Braz, no ano de 1919, creditada à entrada de novos mineiros nos quadros funcionais da Companhia; por outro lado, é mencionada a falta de pessoal para fazer a escolha do carvão no chão, gerando acúmulo ao lado da via-férrea. Também compõem essa Tipologia, Relatórios pormenorizados sobre acidentes com os maquinários e seu funcionamento; informações;

a ventilação no Poço; oficinas e caldeiras; novas instalações na Mina, bem como planos de exploração e os pagamentos de operários, salientando os atrasos em seus pagamentos, em janeiro de 1920, e a preocupação da Companhia com a “nova explosão” que isso ocasionará, e que, dessa feita, não será fácil de conter como a anterior. De igual modo, há registros dos bailes realizados nas Minas, salientando sua iluminação com luz elétrica, e o fato de trazerem diversão à monotonia da vida dos trabalhadores. Mencionam-se, também, os relatos sobre a urgência de organizar e publicar os estatutos da Caixa de Socorro, para que cada sócio saiba suas obrigações e direitos.

• *Diários de Ocorrência*

Abarcam o ano de 1919, e são relatos da produção na Mina do Leão, feitos pelos engenheiros ajudantes da Companhia. Neles estão registradas a punho as relações de ocorrências e notas referentes ao serviço durante cada turno de trabalho, registrando falta de materiais e de pessoal, e a produção no Poço Wenceslau Braz, dentre outros. Nos Diários constam, também, registros do cotidiano dos dias de trabalho das minas, onde as “novidades”, acidentes, e os dias em que os trabalhos foram “muito mal” são relatados com minúcias pelos responsáveis da Companhia.

## 02.02 Série Escriptório de Contabilidade

**BR AHMC 0203**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1917-1920**

**VOLUME: 0,48 ML**

A série é composta pelas tipologias documentais intituladas: Balançetes financeiros; Movimento de Caixa; Boletim de Caixa; Inventário de Equipamentos e Materiais; Cartas; e Pagamentos de Serviços e Materiais. Basicamente, tais documentos registram a movimentação numérica da produção, os valores monetários circulantes e o relato a respeito das posses e bens pertencentes à empresa.

- *Balancetes Financeiros*

Abrangem relatórios referentes aos movimentos financeiros registrados pela companhia em suas atividades de exploração carbonífera, na construção de instalações para a organização e escoamento da produção, nos transportes e no fornecimento de carvão e outros produtos a empresas distintas. A documentação está estruturada no modelo “deve/haver”, ou seja, registros de débito e crédito, relacionados à atuação da empresa na região.

- *Movimento de Caixa*

Contém informações referentes à contabilidade geral da companhia, na maioria das vezes registrada de forma resumida, a partir das informações obtidas junto aos Boletins de Caixa.

- *Boletins de Caixa*

São compostos por Boletins mensais, dos anos de 1919 e 1920, onde constam os saldos do dia, pagamentos para as despesas gerais e o Almojarifado Geral, bem como os dos atrasos efetuados à Estrada de Ferro Jacuhy, e recebimentos, dentre eles os remetidos pelo Banco Francês e o Italiano e o Lloyd Brasileiro. Constam, também, notas de débito de vencimento de pessoal, recibos, e saldos à Cooperativa das Minas.

- *Inventário de Equipamento e Materiais*

Constitui-se de um levantamento geral sobre os bens totais da companhia em 1920 e relaciona ainda as diferenças encontradas em documento congênere (apenas citado) do ano anterior.

- *Cartas*

Elencam a correspondência entre o Escriptório de Contabilidade da companhia e distintos destinatários. A correspondência é composta dentre outros, por cópias de telegramas, memorandos, balancetes, boletins de caixa e recibos, versa sobre o pagamento de salários, arrendamentos e outras contribuições. Nos tomos, cita-se também o rompimento do acordo entre a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy e a Companhia Francesa do Porto de Rio Grande; são relacionadas, como cópias ou anexos, as tratativas de venda e cedência de maquinário para

outras companhias e notas fiscais que comprovam pagamentos e a comunicação entre setores tais como a presidência e a diretoria da empresa.

### **Dossiê Pagamentos serviços e materiais**

Abrange documentos entre a companhia e seus fornecedores, incluindo não apenas as notas, mas também orçamentos e faturas relativas a folha de pessoal, viagens e mercadorias diversas. Observa-se nesta documentação a relação entre a companhia e outras empresas, como a Aliança do Sul e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul. As faturas e recibos referem-se ao conjunto de documentos destinados a comprovar distintos pagamentos realizados pela companhia em função de atividades diversas. Destacam-se os recibos referentes ao pagamento de operários, da Cooperativa das Minas e de fretes. Uma nota registra, em dezembro de 1918, o pagamento pela condução dos cadáveres dos operários mineiros Veríssimo Morosa, João Leivas e o foguista da lancha Mirim, vitimados pela gripe espanhola. Constam ainda recibos de pagamento de amortização das dívidas da companhia junto ao Governo Federal.

### **02.03 Série Almojarifado Geral**

**BR AHMC 0204**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1919-1926**

**VOLUME: 0,12 ML**

A série é composta pelas seguintes tipologias: Relação de materiais, Controle de materiais, Inventários de Materiais, Balancetes Financeiros, Faturas e Recibos e Cartas, identificadas a partir do mapeamento a respeito de seu produtor original (o próprio almojarife da companhia). Em geral, são documentos produzidos no Almojarifado e, por tal característica, versam a respeito da entrada e saída de materiais, provenientes de distintos locais e contextos.

- *Relação de materiais*

Registra os materiais fornecidos à Mina do Leão pelo Almojarifado, além de registrar a mesma informação em relação à Vila Operária e outros setores da companhia. Basicamente, a documentação permite antever o fluxo de bens materiais utilizado no contexto de exploração carbonífera.

- *Controle de materiais*

Enumera os materiais de uso armazenados e geridos pelo Almojarifado e enviados a outros setores da companhia, tais como o Porto Coronel Carvalho. O sentido desta documentação é, justamente, o de controlar o envio de materiais, tais como ferramentas, trilhos etc.

- *Inventários de Materiais*

São listagens feitas no ano 1919 tendo por referência as Existências da Companhia em 31 de dezembro de 1918, e que constam no Balancete das despesas feitas com instalações e custeio nas Minas do Leão, discriminando especificamente as com Administração no Rio (Matriz da Companhia); Administração; Afloramentos com Instalação e Exploração; Arrendamentos; Casa da Diretoria; Despesas Gerais; Estudos e Sondagens; Levantamentos Topográficos; Conservação de Edifícios, Estradas de Rodagem e Benfeitorias; Poço Wenceslau Braz; um auto "Ford"; Transporte terrestre; Usinas e Oficinas; e Semoventes.

- *Balancetes Financeiros*

Fornecem as relações de contas da Cooperativa das Minas do Leão em 31 de dezembro de 1918, e as constantes no Balancete do Almojarifado Geral da Administração em Rio Grande nos meses de agosto e setembro de 1919, designando os materiais por unidades, entradas e saídas e totais de quantidades valores.

- *Faturas e Recibos*

Contêm documentos que comprovam o pagamento de materiais comprados e/ou cedidos para/pelo Almojarifado nas atividades de exploração carbonífera.



- *Cartas*

Contêm registros do ano de 1918, sobre o intercâmbio de informações entre o Almoxarife, o Contador e as Superintendências da Companhia na Mina do Leão e em Porto Alegre, assim como entre a Matriz, no Rio de Janeiro, e o diretor da Companhia, em Porto Alegre, assim como entre a Matriz da Companhia no Rio de Janeiro e o seu diretor em Porto Alegre. Dentre as temáticas que constam nesta Tipologia, encontram-se pedidos e aquisições de materiais; boletins diários de serviços no Porto Coronel Carvalho; controle de mercadorias para a Cooperativa das Minas, inclusive as reclamações sobre gêneros alimentícios deteriorados; envio de demonstrativos de caixa e mapas de exploração de carvão; lançamentos de créditos da Companhia feitos pela Estrada de Ferro Jacuhy; relações de mercadorias transportadas nas chatas com destino ao Porto do Conde e contas pagas à Standart Oil Company. Também se encontram os saldos em folhas de pagamentos de trabalhadores da Companhia; débitos feitos na conta da Comissão de Instalação das Minas, bem como créditos realizados à Cooperativa e alugueis de casas nas Minas.

## 02.04 Série Pessoal

**BR RSMC 02.05**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1918-1919**

**VOLUME: 0,24 ML**

A série Pessoal destina-se a agrupar documentos produzidos em função do registro de atividades, pagamento, suspensão ou adiantamento de salários aos mineiros da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy. Compõem a série as seguintes tipologias: Folhas de Pagamento, Recibos de Adiantamento de Salário, Controle de Dias Trabalhados, Lista de Atraso de Pagamentos.

- *Folha de Pagamento*

Congrega informações tais como o nome dos operários, período

trabalhado e quantia recebida em dinheiro por tal serviço. As folhas dão conta do pagamento aos operários em ação na Mina do Leão, durante os anos de exploração daquela jazida pela Companhia Minas de Carvão do Jacuhy.

• *Recibos de Adiantamento de Salário*

Por sua vez, apontam para o registro de adiantamento de salários pela companhia em relação a seus operários. Os registros mostram os chamados vales emitidos, que permitiam o controle sobre quanto do salário dos mineiros havia sido adiantado e quanto ainda restava por pagar a eles. É importante salientar que alguns vales também eram utilizados como adiantamento de gastos junto à Cooperativa das Minas.

• *Controle dos Dias Trabalhados*

Enumera a relação de operários e a carga horária por eles trabalhada em determinadas jornadas. Constam os pontos de pedreiros e serventes, da Carpintaria e dos mineiros do Poço Wenceslau Braz (Mina do Leão).

• *Lista de Atraso de Pagamentos*

Registra débitos da companhia ou de operários junto à Cooperativa.

• *Folha de Pagamentos (outros)*

São varias registros diversos de pagamentos a trabalhadores de diferentes entidades ligadas a mineração.

## **2.1.2 Subfundo EFJ - Estrada De Ferro Do Jacuhy**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1917 – 1920

PRIVADO

### **Contexto Histórico**

A história da Estrada de Ferro do Jacuhy se confunde com a das

empresas de mineração do Baixo Jacuí no início do século XX. Logo após o arrendamento de parte da Fazenda do Leão, em 27 de setembro de 1916, os sócios da recém-criada Companhia Carbonífera do Jacuhy obtiveram da Intendência de São Jerônimo uma concessão pública que lhe outorgava o direito de construir uma estrada de ferro destinada ao transporte do carvão extraído daquelas terras. Inicialmente, foram projetadas duas vias: a primeira, mais longa, transcorria paralelamente aos arroios Taquara e do Conde, e escoaria a produção carbonífera da Mina do Leão em direção ao porto do Conde, às margens do Jacuí; a segunda ligaria o porto Mauá (em Charqueadas) ao município de São Jerônimo. A projeção inicial previa a construção de 60 quilômetros de estrada.

Em 1917, a Companhia Carbonífera do Jacuhy é reorganizada e adota o nome de Companhia Minas de Carvão do Jacuhy. Na transação, a nova empresa assumiu a concessão da Estrada de Ferro e iniciou as obras, sob a supervisão do engenheiro Francisco A.C. de Araújo Feio. Em 24 de fevereiro de 1918, o primeiro trecho da Estrada de Ferro do Jacuhy, entre o porto do Conde e a mina do Leão (42 quilômetros) foi dado por concluído. Em virtude das necessidades óbvias de escoamento da produção, no mesmo ano foi iniciada a construção de um ramal ligando o porto do Conde às minas de Butiá, então exploradas pela Companhia Carbonífera Rio-Grandense. Tal ramal só pôde ser construído graças a uma nova concessão da municipalidade de São Jerônimo à Companhia Minas de Carvão do Jacuhy.

A Estrada de Ferro do Jacuhy começou a operar no primeiro semestre de 1918, com seis locomotivas e noventa vagões (com capacidade de cinco toneladas). Sua administração era autônoma a da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, embora a Estrada tivesse por prioridade atender às demandas da empresa. Cada tonelada de carvão transportada pela Estrada era paga pela Companhia, como se ambas fossem empreendimentos distintos. Em pelo menos um documento, uma carta do engenheiro-chefe da Estrada, datada de novembro de 1917, menciona-se o projeto de transportar passageiros e mercadorias - ambição que nunca se concretizou.

O declínio na atividade carbonífera na Mina do Leão, e as mudanças no controle acionário da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, a partir de 1919, impactaram também no controle e uso da Estrada de Ferro do

Jacuhy. Em dezembro de 1919, o governo federal se retirou da sociedade em que era acionista da Companhia, assumindo a responsabilidade das dívidas da empresa junto ao Banco do Brasil e ao Lloyd Brasileiro. Como parte do negócio, em 28 de setembro de 1920, a Estrada de Ferro do Jacuhy foi dada à União como forma de pagamento dos valores devidos pela Companhia Minas de Carvão do Jacuhy ao Estado brasileiro. Apesar da escritura de dação e da existência de uma proposta de arrendamento da Estrada por sua antiga dona, relatórios oficiais mostram que, na prática, o governo federal não se apropriou da via férrea e, mais do que isso, a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy seguiu utilizando os ramais (sem a devida regulação) por vários anos.

### **Entidades Relacionadas**

- Companhia Carbonífera do Jacuhy (CCJ);
- Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ);
- Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR);
- Banco do Brasil S/A (BB);
- Governo Federal – Fazenda da União.

### **Conteúdo geral**

O Subfundo Estrada de Ferro Jacuhy se refere ao período de 1916, quando a Companhia Minas do Jacuhy obteve a concessão para a construção da Estrada, até 1920, ano em que a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy a transferiu ao Governo federal. Informações que vão desde a Comissão instituída para a construção da Estrada, até as tratativas feitas entre a diretoria da Companhia e a União para solucionar os problemas enfrentados pela CMCJ estão presentes na documentação reunida neste Subfundo, que não se limita, contudo, a ele próprio, mas ultrapassa os seus limites, devido ao estreito vínculo estabelecido entre a Estrada de Ferro Jacuhy, e as Companhias que se valiam desta via-férrea e seus ramais para escoar suas produções até o Porto do Conde.

## Forma e Estruturação interna

O Subfundo Estrada de Ferro do Jacuhy (EFJ) foi estruturado a partir de três séries documentais: Administração Geral, Contabilidade e Almojarifado. Tais séries apresentam a nomenclatura original de divisões setoriais presentes na própria estrutura organizativa da EFJ. Tais séries, aliadas às tipologias documentais identificadas e aos agentes produtores dos registros, formam, portanto, uma concepção de arranjo estrutural, voltada a refletir – ainda que de forma parcial – a estruturação da EFJ e de seu respectivo fundo. Por seu caráter de vinculação direta à Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, sua inicial proprietária e concessionária, a Estrada de Ferro do Jacuhy figura como subfundo pertencente ao fundo da referida companhia, entre os anos de 1916 e 1920. Após esta última data, observa-se certa autonomia do empreendimento em relação à sua entidade originadora e, por tal razão, os documentos passam a integrar um fundo documental próprio. (ANEXO B).

### 2.1.2.1 Séries Documentais

#### 02.1.01 Série Administração Central

**BR RSMC 02.1.01**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1916-1920**

**VOLUME: 0,12 ML**

A série Administração Central é constituída por duas tipologias documentais: Cartas e Escrituras de Propriedade. Basicamente, a série trata de documentos destinados a aferir processos decisórios no contexto da administração da companhia, bem como a correspondência entre seus administradores.

#### • *Cartas*

Reportam o contato entre os responsáveis pela administração e

construção da Estrada de Ferro do Jacuhy, empreendimento que compôs a estrutura da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy. Basicamente, as Cartas retratam a troca de correspondências entre o Engenheiro Chefe da Estrada, a Direção da companhia, o superintendente da mesma, o contador da Estrada, chefes de outras companhias e fornecedores. Constam normas destinadas a padronizar a forma de correspondência entre os integrantes da administração, cartas relatando o envio de plantas de maquinários, notas e recibos de despesas. Os documentos também registram as fases da construção da Estrada, seu detalhamento técnico, a desapropriação dos terrenos que receberam as linhas, a situação dos seguros da obra e o relato da compra de locomotivas. Cartas de novembro de 1917 trazem resoluções a respeito do funcionamento do serviço oferecido pela Estrada, bem como orientam para a estrutura administrativa da mesma. Os documentos de 1920 reportam, também, as mudanças na diretoria da Estrada, assim como o registo de construções irregulares ao longo da via e a interrupção dos trabalhos.

• *Escrituras de Propriedade*

Refere-se a um extrato para transcrição, do ano de 1920, sobre a Estrada de Ferro Jacuhy, incluindo o ramal de Butiá, contendo a história da construção da Estrada; localização dos seus prédios; quilometragens da estrada e do ramal, assim como dos terrenos de propriedade da Estrada; inventário de maquinários; cópia da dação da Estrada feita à Fazenda Federal da República e o traslado da sua escritura.

### 02.1.02 Série Contabilidade

**BR RSMC 02.1.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1916-1920**

**VOLUME: 0,06 ML**

A série Contabilidade refere-se ao acompanhamento financeiro-contábil das atividades de construção e operação da Estrada de Ferro do Jacuhy até 1920. A série é composta pelas tipologias Cartas, Diários/

Balancetes, Boletins de Caixa, Folha pagamento pessoal, Memorandos, Guias de Expedição, Recibos de Pagamentos e Registro de rendas e transporte.

• *Cartas*

Contém a documentação produzida ou recebida pelo contador da Estrada de Ferro em função de suas atividades. Basicamente, esta correspondência se cruza com outros setores da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, com outras companhias e com entes públicos. Tais registros apresentam informações a respeito do andamento das obras de construção da Estrada de Ferro do Jacuhy, os valores nelas gastos, os débitos com folhas de pagamento, algumas dificuldades como a falta de recursos em caixa e acidentes na rotina de trabalho e também um conjunto de correspondências referentes ao processo de dação da Estrada à Fazenda Nacional, em 1920.

• *Diários/Balancetes*

Referem-se aos materiais utilizados, seus custos, os gastos com pagamentos e serviços efetuados pela Estrada de Ferro.

• *Boletins de Caixa*

Basicamente se referem ao mesmo tipo de conteúdo, estruturado de forma menos resumida e em períodos de tempo mais curtos.

• *Folha Pagamento de Pessoal*

Refere-se aos trabalhos da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy na construção da Estrada de Ferro, registros de pagamentos referentes aos trabalhos do empreiteiro Arthur Shwerin e registros de adiantamentos realizados por outros setores da Companhia para a Estrada. Também fazem parte de documentos que registram os gastos com o operariado da Estrada de Ferro, além dos setores administrativos da mesma, permitindo antever quem eram os indivíduos que trabalhavam no setor no período de construção e consolidação da linha. Neste conjunto, destaca-se Recibos de pagamento dos vencimentos<sup>4</sup> do chefe da seção policial, Turibio Pereira da Costa, feitos pela Companhia.

---

<sup>4</sup> Código 02.1.02.4.1 do Quadro de Arranjo do Guia de Fundos

- *Memorandos*

Constituem uma tipologia referente à comunicação interna da Estrada de Ferro, sobretudo em relação ao pedido de materiais. Uma das correspondências alerta para a necessidade de “precisa comunicação” do escritório para a realização de pagamentos, indicando o fluxo de autorizações das ações financeiras da companhia.

- *Guia de Expedição*

Registra as rendas obtidas com os serviços de transporte, sobretudo a partir do Porto do Conde, destino final da Estrada de Ferro do Jacuhy. Tais guias orientam-se pelo registro do tráfego fluvial no rio Jacuí à época, situação similar à documentada através da tipologia Registro de Rendas de Transporte.

- *Recibo de Pagamentos*

Refere-se aos registros de pagamentos efetuados pela Estrada de Ferro através de sua contabilidade.

- *Registro de Rendas de Transporte*

Relaciona a movimentação financeira em relação ao pagamento de fornecedores, Almoxarifado e Administração, bem como aponta as rendas e a situação do caixa da Estrada.

### 02.1.03 Série Almoxarifado

**BR RSMC 02.1.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1918-1924**

**VOLUME: 0,06 ML**

A série Almoxarifado é composta pelas tipologias Cartas, Balançetes e Controle de Materiais, referentes às atividades exercidas pelo Almoxarifado da Estrada de Ferro do Jacuhy durante os anos de 1916 a 1920, período importante do empreendimento, pois abarca a construção do mesmo.



- *Cartas*

Incluem a correspondência entre o almoxarife da Estrada e outros setores da via-férrea, tais como o contador, além do contato entre o responsável pelo Almoxarifado e o superintendente da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy. As cartas também incluem o registro de ordens remetidas pela Inspetoria Geral de São Jerônimo para o almoxarife C.R. Ferrari, em 1920.

- *Balancetes*

Referem-se ao levantamento sobre materiais constantes no Almoxarifado, bem como aqueles que foram despachados a outros setores.

- *Controle de Materiais de Exploração*

Referem-se ao registro dos materiais usados no abastecimento, reparação e conservação de locomotivas, pontes, linhas, bueiros, edifícios e dependências que constituíam a estrutura da Estrada de Ferro do Jacuhy.

#### 02.1.04 Série Extração do carvão

**BR RSMC 02.1.04**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1918-1924**

**VOLUME: 0,06 ML**

Esta série é composta por dos Livros de registros cada um deles identificados na sequência, como: Registro movimentação do carvão (02.1.04.1)<sup>5</sup>, e Controle extração do carvão (02.1.04.2)<sup>6</sup>. O conteúdo registra a movimentação de carvão e os registros realizados. É importante assinalar que são livros avulsos que restaram desta atividade de controle entre 191. a 192..

---

<sup>5</sup> Código de indexação no Quadro de Arranjo do Guia de Fundos

<sup>6</sup> Código de indexação no Quadro de Arranjo do Guia de Fundos

## **3 COMPANHIA CARBONÍFERA RIOGRANDENSE – CCR**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1917 –1941

PRIVADO

### **Contexto Histórico**

A fim de situar a gênese da Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR) remonta-se ao ano de 1881, quando Nicácio Teixeira Machado – valendo-se de uma concessão imperial, juntamente com o tenente-coronel Antônio Patrício Azambuja e Gaspar Menezes, tendo Eugenio Dahne como responsável técnico dos trabalhos – procedeu à exploração de carvão mineral, que foi encontrado nas proximidades do Arroio dos Cachorros – o maior afluente do Arroio dos Ratos –, nas cercanias da região de Butiá. Esta empresa, contudo, findou no ano de 1882, quando a firma comercial porto-alegrense Holtzweissig & CIA – nesse período responsável pela exploração das minas de Arroio dos Ratos –, alegando que a concorrência dos trabalhos feitos em Butiá ocasionava prejuízos, obteve a anulação da concessão feita a Nicácio Teixeira. Este, entre os anos de 1882 a 1905, abandonou os trabalhos na região, mas, ao final desse período, retomou suas atividades em Butiá, ocasião em que entrou com pedido à Intendência Municipal de São Jerônimo para a concessão de pesquisa e exploração, e também a construção de uma Estrada de Ferro para o transporte de carvão da mina a ser explorada naquele local. Embora o pedido de concessão tenha sido indeferido, tendo que ser abandonado o projeto de construção da Estrada, a exploração mineral foi possível, graças ao auxílio financeiro prestado a Nicácio Teixeira pelo engenheiro Guilherme Krumel (irmão de Eugenio Danhe), Felipe Steigleder e Luiz Custódio de Souza. Nessa feita, o carvão era transportado em carroças para o Porto Pereira Cabral, na sede do município, e daí, por lanchas, para Porto alegre.

Nicácio Teixeira, no ano de 1912, se associou com Alfredo Wied-

mann, na tentativa de capitalizar a empresa na Europa, e ambos organizaram, no ano de 1915, a Companhia Anônima Cooperativa Hulha Rio-Grandense, continuando os investimentos em pesquisas e na exploração das jazidas na região, bem como no poço com mais de sessenta metros que já havia sido aberto. A diretoria ficou composta por João Landell de Moura, Alcides Antunes e Alfredo Mariath, sendo Nicácio Teixeira o técnico.

Apesar das dificuldades encontradas, a Hulha Rio-Grandense prosperou, fato este apontado como possível tanto pelo estímulo à produção nacional devido a crise de abastecimento do mercado interno, na conjuntura da I Guerra Mundial, quanto à administração de Manoel Buarque de Macedo. Este, que foi proprietário e diretor da extinta Companhia Minas Sul-Riograndense, bem como diretor do Lloyd Brasileiro, foi o responsável pela reorganização da Companhia localizada nas Minas do Leão, que, em janeiro de 1917, passou a se denominar Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ). Em estreita relação com essa reestruturação, efetuou-se a liquidação amigável da Companhia Anônima Cooperativa Hulha Rio-Grandense, organizando-se, então, a Sociedade Anônima Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR), por escritura de constituição lavrada em 22 de agosto também do ano de 1917. Compareceu para a deliberação dos estatutos e assinatura dos termos finais da liquidação o general João Leocádio Pereira de Mello, por si e como procurador de Henrique Pereira Netto; J. J. Leite de Almeida; o major Carlos Fontoura e Antonio Dias da Costa, todos liquidantes da Cooperativa Hulha Rio-Grandense, e, representando a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, Miguel Arrojado Lisbôa, presidente; Manoel Buarque de Macedo; Luiz Jacques de Freitas Vale, Barão de Ibirocahy; Herculano Marcos Inglez de Souza; Mario de Andrade Ramos; Zeferino de Faria; Caetano Garcia e Mario de Azevedo Ribeiro.

Conforme seus Estatutos, o objeto da CCR, estipulado em seu Artigo 1º, era “a exploração das jazidas carboníferas do Butiá, no município de São Jeronymo, e o comércio de carvão das mesmas jazidas e de outras que vier a explorar”, e sua sede seria na cidade do Rio de Janeiro, sendo de sessenta anos o prazo estipulado para sua duração (Artigo 2º).

A Companhia Minas de Carvão do Jacuhy – que contou com a subs-

crição de 50% das suas ações pelo Governo federal – obteve, em 15 de maio de 1917, a concessão para a construção de uma Estrada de Ferro, efetuando, em fevereiro de 1918, o término da construção do primeiro trecho, ligando as Minas do Leão ao Porto do Conde. Ainda em 1918, em 23 de abril, a CMCJ obteve a concessão municipal para a construção do ramal férreo às Minas do Butiá, de propriedade da CCR. Ao término da obra, o ramal partia da estação chamada Entroncamento, tendo uma extensão de 7.311 quilômetros, indo até a boca do Poço Borges de Medeiros – o Poço 1 – aberto pela CCR no ano de 1917, realizando-se, assim, o tão almejado projeto de Nicácio Teixeira de maior economia e agilidade para o escoamento da produção.

Contudo, no governo provisório do vice-presidente Delfim Moreira (15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919), o governo federal se retirou como acionista da CMCJ, realizando-se então, conforme escritura de 7 de outubro de 1919, a transferência dos bens e da dívida da empresa, feita com o Banco do Brasil, para a Fazenda Nacional da República. Decorrente dessa ação adveio que, em 28 de setembro de 1920, tenha sido escriturada, como forma de pagamento da empresa ao Governo federal, a dação da Estrada de Ferro do Jacuhy, inclusive o ramal de Butiá. Também os Portos Pereira Cabral, em São Jerônimo, e Mauá, em Charqueadas, passaram à órbita do Governo federal, e a CMCJ paralisou seus serviços de extração.

A partir daí, ocorreu o paulatino, porém irreversível, deslocamento do eixo de produção para as minas da CCR, como demonstra a retirada, em 1923, de grande parte do maquinário da CMCJ para as Minas do Butiá. Com a paralisação dos trabalhos da CMCJ, a via-férrea, agora de propriedade do Governo federal, foi inteiramente apropriada pela CCR para seu uso, ocasionando o deslocamento do centro das atividades do Porto Pereira Cabral (onde ficava a Estação Central) para o Porto do Conde, e no ano de 1924 a sede do escritório da Estrada de Ferro Jacuí foi transferida para Butiá.

Igualmente no ano de 1924, em 10 de julho, o superintendente da CCR assumiu efetivamente o cargo de Superintendente Geral, além da própria Carbonífera Rio-grandense, das Companhias Minas de Carvão do Jacuhy e da Brasileira de Transporte do Carvão S/A. Esta última foi constituída em 11 de dezembro de 1919, com sede no Rio de Janeiro e

com o prazo de 25 anos de existência, tendo sido eleitos para compor a Diretoria, Manoel Buarque de Macedo, como presidente, e para diretores Octavio de Souza Carneiro e Horácio Moreira Guimarães, à época um dos diretores da CCR. A Companhia Brasileira de Transporte do Carvão tinha em seu quadro de acionistas representantes das Companhias Carbonífera Rio-Grandense (Butiá), Minas do Jacuhy (Leão) e *Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (Arroio dos Ratos)*, tendo por finalidades estabelecidas em seus Estatutos – a) organizar serviços de transporte fluvial e marítimo para o carvão das minas do Estado do Rio Grande do Sul e de outras procedências; b) manter entrepostos de carvão nos portos que convier; c) fazer o comércio de carvão nacional em estado natural, beneficiado ou com liga de carvão estrangeiro, assim como quaisquer outras operações sobre carvão nacional ou que se relacionem com a indústria carbonífera no Brasil –, atividades essas que passaram a ser supervisionadas diretamente pelo responsável da CCR.

Para o ano de 1926, o superintendente da CCR credita a restrição da produção das minas do Leão tanto à má localização do Poço Wenceslau Braz (da CMCJ), que tornava a exploração muito dispendiosa, quanto à falta de mercado consumidor, fatores estes que propiciaram a concentração da produção em Butiá, devido a sua maior proximidade do Porto do Conde, facilitando as exportações, e por ter seu poço de extração melhor localizado. Por fim, no ano de 1930, ocorreu a rescisão do contrato de arrendamento feito entre a CMCJ e os herdeiros de Albina Freitas de Souza, proprietários das terras sitas na Estância do Leão, ficando a CCR com o direito de retirar todas as máquinas instaladas nas Minas do Leão.

Com o advento da Crise de 1929 e seus desdobramentos, o Governo federal passou novamente a intervir energicamente na proteção do carvão nacional. No ano de 1920, com a encampação das estradas de ferro gaúchas pelo governo estadual, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) passou a ser uma grande consumidora do carvão produzido pelas Companhias Minas de São Jerônimo e Carbonífera Rio-Grandense. Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas incrementou essas medidas, assegurando o ajuste técnico necessário para que os maquinários pudessem utilizar o carvão nacional, e proporcionando incentivos fiscais às empresas, ampliando o mercado consumidor do pro-

duto nacional. Em 15 de julho de 1930, a CCR firmou um contrato com a V.F.R.G.S para o fornecimento de seu carvão, e em 9 de junho de 1931 o Decreto Federal Nº 20.889, do Governo Provisório, regulava as condições para o aproveitamento do carvão nacional, estabelecendo, em seu Artigo 2º, que as transações alfandegárias com os carregamentos de carvão estrangeiro importado ficariam condicionadas à apresentação de prova, por parte do importador, da aquisição de uma quantidade de carvão nacional correspondente a 10% da quantidade que ele pretendesse importar. Também o Artigo 7º proibia os Estados, Municípios e o Distrito Federal, pelo prazo de dez anos, de lançar qualquer espécie de imposto ou taxaçoão que atingissem as empresas de mineração nacional ou os seus produtos.

Esse arcabouço legislativo é apontado como um fator decisivo para que em 1932 o Grupo Martinelli, do empresário paulista Giuseppe Martinelli, o Comendador Martinelli, dono do Lloyd Nacional, adquira todos os direitos de extração nas minas do Butiá – Companhia Carbonífera Rio Grandense, tendo nomeado como administrador o engenheiro Roberto Cardoso. O Comendador Martinelli, que também era acionista e controlador de minas de carvão em Santa Catarina, já detivera, no ano de 1919, o controle das Minas de Carvão do Jacuhy, devido à transferência das ações que foi efetuada a ele por Rocha Miranda, então detentor das ações de Manoel Buarque de Macedo e Frederico B. Horta Barbosa. Desse modo, a CCR também assumiu com o Lloyd Brasileiro, conjuntamente com a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, um contrato de fornecimento, lavrado em dezenove de maio de 1932. Sob a direção do Grupo Martinelli e de Roberto Cardoso, a CCR passou a ter uma administração voltada não somente para a ampliação e diversificação de investimentos, mas fazendo parte de uma estratégia nacional de proteção às jazidas minerais de carvão, em estreita parceria com os órgãos governamentais.

Todas essas medidas legislativas, propiciadoras da ampliação do mercado consumidor e valorização do produto nacional, geraram, dentre outras coisas, preocupação das companhias mineradoras para o aperfeiçoamento do trabalho de abastecimento das locomotivas. Em 1932, a CCR iniciou o projeto de construção de uma via funicular – um cabo aéreo-teleférico sobre o rio Jacuí, ligando o Porto do Conde à margem

oposta, no município de General Câmara, projeto este que foi executado e concluído em 1938 pelo Consórcio Administrador de Empresas – CADEM –, onde, por aproximadamente 3,6 quilômetros, o carvão era despejado automaticamente nos vagões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. O aumento da demanda também propiciou as pesquisas e explorações para a abertura de outro Poço, que foi inaugurado no ano de 1935 – o Poço 2, ou “Farroupilha”, assim chamado em comemoração ao centenário do movimento farroupilha.

Entre os anos de 1932 a 1939, o carvão das minas gaúchas representava 82% da produção nacional, e as companhias mineradoras, devido aos incentivos fiscais e ajudas financeiras, reduziram drasticamente o pagamento de impostos para o governo estadual. Ao amparo de leis protetoras, as taxas de lucro cresceram enormemente, pois, devido à obrigatoriedade de consumo do carvão nacional, as empresas aumentaram o preço do produto. Nas minas, contudo, os interesses das companhias chocavam com a cada vez maior organização dos mineiros, como indica a criação de Sindicato dos Mineiros em Butiá, no ano de 1933, fundado devido à greve efetuada entre 27 de janeiro a 02 de fevereiro de 1933, na qual quatrocentos trabalhadores da CCR reclamavam contra o não pagamento dos salários e os altos preços praticados pela Cooperativa das Minas de Butiá – o “Barracão”, como era chamada –, que vendia os gêneros alimentícios aos operários, de propriedade da Companhia. O movimento foi intermediado pelo Inspetor Regional do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), Ernani de Oliveira, que efetuou as negociações entre a CCR e os grevistas. Em 1934, de 7 a 9 de dezembro, cerca de setecentos mineiros do Sindicato de Butiá entraram em greve, devido a desavenças com um funcionário da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP). Mesmo novamente contando com a intermediação do MTIC, os funcionários grevistas foram demitidos, e Roberto Cardoso, diretor da CCR, acionou o delegado de polícia de São Jerônimo, José Maria de Carvalho, para o fechamento da sede do Sindicato dos Mineiros de Butiá, havendo busca e apreensão de documentos do arquivo e móveis. Os acordos entre o poder público a direção da CCR foram prática corrente, pelo menos desde fevereiro de 1921, quando foi determinado entre o Intendente municipal João Rodriguez de Carvalho, e o diretor da CCR Jaime Leal Costa, que o destacamento de polícia responsável pelo

controle na Mina se submeteria à obediência direta do superintendente da Companhia, embora a força policial estivesse subordinada à direção e fiscalização do Intendente municipal.

Inserida na estratégia de cooperação com os governos federal e estadual, a partir do ano de 1936 ocorreu uma mudança substancial no que tange à circulação e à exploração do carvão mineral gaúcho, com a formação da sociedade civil Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM, cuja minuta de constituição foi realizada em 20 de junho de 1936. Pela Assembleia Geral Extraordinária da CCR, realizada em 24 de junho de 1936, ficou autorizada a assinatura do contrato definitivo, celebrado entre a Companhia Carbonífera Rio Grandense e a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronimo, para suas administrações conjuntas, com comunhão de lucros e perdas. Desta feita, a composição do Consórcio se deu por quatro sócios: Luiz Betim Paes Lemes e Otávio Reis, por intermédio da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, e Roberto Cardoso e o Grupo Martinelli, por intermédio da Companhia Carbonífera Rio Grandense, com a direção a Roberto Cardoso. Ainda nesse mês, pelo Decreto N.º 1828, de 21 de junho de 1936, a cota de aquisição de carvão nacional sobre as importações de carvão estrangeiro se elevou de 10% a 20%, assumindo, assim, o CADEM a liderança absoluta na industrialização do carvão gaúcho.

No ano de 1941, por escrituras de 4 e 15 de julho, a CCR transferiu todo o seu acervo relativo à indústria e comércio de carvão mineral à Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), inclusive os direitos e obrigações relativos ao contrato de comunhão de lucros e administração conjunta firmado com a CEFMSJ e executado pelo CADEM. A CCMB foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal N.º 7.783, de 3 de setembro de 1941, tendo sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, e prazo de duração de cinquenta anos, contados da data da sua instalação.

Ilustra graficamente o processo de constituição da CEFMSJ a “Linha de Tempo” apresentada no ANEXO E.

## **Entidades Relacionadas**

- Holtzweissig & CIA LTDA



- Intendência Municipal de São Jerônimo
- Companhia Anônima Cooperativa Hulha Rio-Grandense
- Companhia Minas Sul-Riograndense
- Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro
- Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ)
- Companhia Brasileira de Transporte do Carvão S/A
- Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ)
- Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (CEFMSJ)
- Sociedade Anônima Lloyd Nacional
- Governo Federal - Fazenda Nacional da República
- Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS)
- Sociedade Anônima Martinelli
- Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP)
- Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC)
- Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB),
- Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM)

### **3.1 FUNDO 03 CCR - Companhia Carbonífera Riograndense**

**BR RSAMCO3**

**NÍVEL: FUNDO**

**DATA BALIZA: 1915 -1940**

**VOLUME: 5,64 ML**

#### **Conteúdo geral do Fundo**

O fundo documental Companhia Carbonífera Riograndense (CCR) contém documentos referentes às atividades da referida companhia durante o período de sua criação (1917) até o ano de 1936, quando a empresa passou a ser administrada pelo Consórcio Administrador das Empresas de Mineração (CADEM). Os assuntos que abordam os documentos são aqueles decorrentes das competências e atividades desen-

volvidas pela empresa, podendo ser encontradas informações referentes à extração do carvão, assim como da infraestrutura estabelecida para este objetivo. Neste sentido, podemos encontrar documentação referente à movimentação financeiro-contábil, administração dos trabalhadores das minas, escoamento e transporte da produção, assim como também dados relacionados aos materiais fornecidos e utilizados para a produção de carvão.

## **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

O fundo foi estruturado em séries e subséries. Tais divisões abrangem, em grande parte, as funções e estruturas existentes no primeiro período de atuação da empresa, sobretudo no que tange aos setores administrativo, contábil e de uso e estoque de materiais. A estrutura interna consta de cinco séries documentais: Administração; Escritório de Contabilidade; Almoarifado; Escolha e Carregamento e F. Segura & CIA Ltda. A série “Administração” é dividida em três subséries: Escritório nas Minas, Extração de Carvão e Pessoal. Já as demais séries não contam com subdivisões. Tais delimitações referem-se à estruturação encontrada junto a um registro de 1926, que apresenta os principais setores da Companhia, nominando-os. Um documento anterior, de março de 1923, aponta as seguintes divisões: Administração, Caixa Beneficente, Almoarifado, Usina e guincho, Ferraria, Carpintaria, Pedreiros, Eletricidade & bombas, Fábrica de pólvora, Conservação de ranchos, Recebedoria, Escolha & pagamentos, Subsolo, Diversos e Polícia. É importante salientar, no entanto, que não foram encontradas evidências a respeito da organização da empresa em tais moldes. (ANEXO B).

### **3.1.1 Séries Documentais**

#### **03.00 Série Constituição Companhia/Cooperativa Hulha Rio Grandense S.A**

BR RSMC 03.00

**NÍVEL: SÉRIE**  
**DATA BALIZA: 1915**  
**VOLUME: 1 TOMO**

A esta composta por todos os registros de constituição da Companhia Carbonífera Riograndense – CCR. Os mesmos estão assentados no “Livro de Registros” de constituição de acionistas que aportaram e dividiram as cotas acionárias da empresa. Assim, esta Série documental contém, apenas uma tipologia documental que obedece a sua designação original “Livro de Constituição e Registro de Acionistas.

### **03.01 Série Administração**

**BR RSMC 03.01**  
**NÍVEL: SÉRIE**  
**DATA BALIZA: 1917 – 1936**  
**VOLUME: 3,84 ML**

A série Administração está dividida em três subséries nas quais constam as tipologias que elucidam a conformação do conjunto documental, suas funções e significados. Basicamente, tal série dá conta das atividades básicas da Companhia Carbonífera Rio Grandense, desde a atuação diretiva de seus gestores, até a combinação de registros que permitem conhecer os meandros da exploração carbonífera na região de Butiá e a mão de obra empregada em tal trabalho. As subséries que a compõe são: Escritório nas Minas (03.01.1)<sup>7</sup>; Extração de Carvão (03.01.2); e pessoal (03.01.3).

#### ***Subsérie Escritório nas Minas***

**BR RSMC 03.01.1**  
**NÍVEL: SUBSÉRIE**  
**SÉRIE: 1917-1921**  
**VOLUME: 0,90 ML**

---

<sup>7</sup> Código de indexação no Quadro de Arranjo

A subsérie Escritório nas Minas, nomenclatura utilizada pela companhia para definir a sede básica de onde provinham e chegavam as decisões administrativas. Tal subsérie é composta pelas tipologias Estatutos e certidões; Telegramas/fonogramas; Cartas; Memorandos; e Contratos.

• *Estatutos e Certidões*

Constituem os Estatutos da Companhia Carbonífera Rio Grandense datado do ano de 1935, documento que não é o primeiro regramento jurídico da empresa, mas sim o mais antigo preservado junto ao fundo. Também acompanha a tipologia a certidão de petição assinada por Ricardo Souza Porto e outros contra a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, sobre o contrato de arrendamento da Fazenda do Leão, as construções nela efetuadas e os maquinários ali dispostos. Tal certidão cita Genésio da Costa Marques, um dos diretores da CCR em 1929, como parte do caso.

• *Telegramas/fonogramas*

Diz respeito aos documentos de comunicação rápida entre dirigentes da Companhia Carbonífera Riograndense entre as décadas de 1920 e 1930. Em geral, constam cópias de telegramas enviados e recebidos, tanto para os escritórios da companhia em outras praças, quanto para as minas localizadas no Baixo Jacuí. Consta, entre tais telegramas, um registro de maio de 1936, através do qual o então governador estadual Flores da Cunha recomenda seu amigo, Paulo Labarthe, ao Comendador Martinelli, então um dos acionistas da CCR.

• *Cartas*

Registram a troca de correspondências entre distintos setores administrativos da companhia, sobretudo apontando as relações entre tais setores. Estes documentos reportam decisões quanto à postura comercial e de gestão da empresa, reportam as relações da produção carbonífera com a política de impostos do governo federal, tratam dos benefícios e cobranças aos operários, deliberam sobre assuntos financeiros e acertam demandas de mercado. Algumas correspondências também apresentam discussões a respeito das rotas de escoamento da produção carbonífera, sobretudo através do Rio Jacuí e das vias férreas então

existentes. Especificamente, convém salientar que as cartas permitem antever, para além das temáticas recorrentes, troca de informações menos constantes, mas igualmente importantes, tais como a importância do respeito à política de compra de explosivos aplicada pelo governo brasileiro (e obedecida pela empresa), a troca de documentos e dados sobre a extração e comercialização do carvão desligamento de funcionário das minas da CCR por razões de “segurança nacional”, no ano de 1934, e até mesmo sobre a severa crise que atingiu a CCR entre os anos de 1926 e 1927, ameaçando a companhia de insolvência. Correspondências datadas de 1927, trocadas entre a Superintendência (Porto Alegre, RS) e a Matriz (Rio de Janeiro, RJ) da CCR trazem informações importantes sobre a região de Butiá e o histórico da mineração no local. Já outro conjunto de correspondências, datado do final de 1937, aponta para o estudo sobre o carvão nacional e aponta alternativas estudadas para viabilizar o barateamento no custo das despesas da companhia. Outras cartas abordam também a difícil situação do trabalho nas minas de carvão administradas pela CCR, reportando acidentes entre mineiros, a postura da empresa em relação aos pedidos de férias dos operários, as atividades de paralisação e protesto (como as apontadas no ano de 1923), as notificações da companhia sobre o alistamento militar de seus funcionários e organização das Juntas de Conciliação do Trabalho no âmbito do regime de atuação nas minas. Conveniente também é salientar as cartas que tratam de temas referentes à vigilância policial no âmbito das atividades de mineração (como a correspondência que se refere à criação de uma seção policial na Mina de Butiá, em 1921). O maço de cartas relativa ao ano de 1934, por sua vez, aponta a criação do Esperança Foot-Boo Club, além de correspondências entre o Ministro da Guerra e os administradores das minas de Butiá, referentes ao alistamento de mineiros. Por fim, cartas destinadas a destinatários diversos permitem ver as relações da Companhia com fornecedores de materiais, entidades financeiras, seguradoras, compradores de carvão e empreiteiros responsáveis pela construção e manutenção da infraestrutura da CCR, como o Cabo Aéreo, o Porto do Conde, os cabos telegráficos e as vias férreas. Constam, de forma sucinta, os seguintes cruzamentos entre remetentes e destinatários, de acordo com a ordenação cronológica:

- 1917/1921: Engenheiro Chefe x Diversos
- 1918: Matriz x Engenheiro Chefe de Butiá; Superintendência x Diversos; Engenheiro Chefe x Engenheiro Ajudante das Minas do Butiá;
- 1918/1919: Superintendência x Minas do Butiá (Engenheiro Chefe); Engenheiro Chefe x Engenheiro Ajudante das Minas do Butiá;
- 1919: Diversos x Honório Hermeto Correia da Costa (Engenheiro Chefe);
- 1920: Engenheiro Chefe x Superintendência; Engenheiro Chefe de Butiá x Diversos; Diversas;
- 1921: Superintendência x Engenheiro Chefe da Mina de Butiá; Intendência Municipal de São Jerônimo x Superintendência; Diversas;
- 1922: Superintendência x Engenheiro Chefe da Mina de Butiá; Engenheiro Chefe de Butiá x Diversos;
- 1922/1923: Engenheiro Chefe x Superintendência;
- 1923: Superintendência x Matriz; Superintendência x Estrada de Ferro Jacuhy; Superintendência x Diversos;
- 1923/1924: Superintendência x Matriz;
- 1924: Agência de POA (Superintendência) x Matriz; Superintendência x Engenheiro Chefe; Agência de POA (Superintendência) x Diversos; Diversas;
- 1924/1925: Agência de POA (Superintendência) x Diversos; Companhia Minas do Carvão do Jacuhy (CMCJ);
- 1924/1926: Agência de POA (Superintendência) x Diversos;
- 1925: Engenheiro Chefe de Butiá x Diversos;
- 1925/1926: Agência de POA (Superintendência) x Matriz;
- 1926: Superintendência x Matriz; Superintendência x Engenheiro Chefe; Agência de POA (Superintendência) x Diversos; Diversas;
- 1926/1927: Agência de POA (Superintendência) x Matriz;
- 1926/1928: Agência de POA (Superintendência) x Diversos;
- 1926/1931: Agência de POA (Superintendência) x Minas do Butiá Engenheiro Chefe;
- 1927: Diversos x Superintendência; Diversas;
- 1927/1929: Agência de POA (Superintendência) x Matriz;
- 1927/1936: Agência de POA (Superintendência) x Estrada de Ferro

Jacuhy;

- 1928/1929: Agência de POA (Superintendência) x Diversos;
- 1929: Diversas;
- 1929/1930: Agência de POA (Superintendência) x Matriz;
- 1930: Diversas;
- 1930/1931: Agência de POA (Superintendência) x Matriz; Agência de POA (Superintendência) x Diversos;
- 1931/1932: Agência de POA (Superintendência) x Diversos;
- 1931/1933: Agência de POA (Superintendência) x Matriz;
- 1931/1936: Agência de POA (Superintendência) x Diversos; Diversas;
- 1932: Fornecedores x Superintendência;
- 1932/1933: Engenheiro Chefe de Butiá x Diversos;
- 1933: Engenheiro Chefe de Butiá x Diversos;
- 1933/1934: Superintendência x Engenheiro Chefe das Minas de Butiá; Agência de POA (Superintendência) x Diversos; Administração das Minas do Recreio x Engenheiro Chefe de Butiá;
- 1933/1935: Agência de POA (Superintendência) x Matriz;
- 1934: Superintendência x Engenheiro Chefe; Agência de POA (Superintendência) x Diversos; Fornecedores x Superintendência; Engenheiro Chefe de Butiá x Diversos; Diversos x Engenheiro Chefe;
- 1934/1936: Agência de POA (Superintendência) x Diversos;
- 1935: Agência de POA (Superintendência) x Matriz;
- 1935/1936: Superintendência x Engenheiro Chefe; Engenheiro Chefe de Butiá x Diversos; Diversos x Engenheiro Chefe das Minas de Butiá;
- 1936: Matriz x Superintendência; Superintendência x Engenheiro Chefe; Fornecedores x Superintendência.

• *Memorandos*

Inclui registros de correspondência interna entre administradores da CCR, sobretudo em relação ao envio/recebimento de documentos, pagamento de contas e impostos, trânsito de relatórios de extração e de informes sobre operários e horas por eles trabalhadas.

- *Contratos*

Refere-se, basicamente, a dois documentos, o primeiro deles referente à locação de terrenos nas Minas de Butiá e o segundo relativo à construção de uma estação no Poço 2 (tal contrato conta com uma proposta de orçamento entre a CCR e a construtora envolvida na obra).

*Subsérie Extração do Carvão*

**BR RSMC 03.01.2**

**NÍVEL: SUBSÉRIE**

**SÉRIE: 1920-1936**

**VOLUME: 0,28 ML**

A *subsérie* é formada por tipologias referentes diretamente à atividade de exploração das jazidas carboníferas sob concessão da CCR. Fazem parte as seguintes tipologias: Demonstrativos de Despesas/Pagamentos, Relatórios de Movimentação do Carvão, Mapas de Extração do Carvão, Listas de Cargas e Guias de Expedição.

- *Demonstrativos de Despesas/Pagamentos*

Abrange o período de 1921 a 1936, registrando despesas e pagamentos feitos às Minas do Butiá e do Leão, e ao Poço Borges de Medeiros, de propriedade da Companhia Carbonífera Rio-Grandense. Relacionadas à exploração, as temáticas são variadas, e constam, dentre outras, em resumos do movimento do carvão; relações de carvão extraído e pontos dos funcionários no subsolo; contas de capital de edifícios e da Vila dos Operários; contas de material de custeio como as de linhas telefônicas e construção de casas na Mina; despesas gerais e eventuais; material fornecido a terceiros; despesas com pessoal; receitas de aluguéis de casas e da Caixa de Socorro; mapas mensais da exploração do Poço Borges de Medeiros e estatísticas do carvão depositado no chão pela Companhia no Porto Coronel Carvalho, assim como contas de custeio e pagamentos efetuados a este Porto, e pagamentos feitos à Cooperativa das Minas do Butiá. Em relação à Mina do Leão, consta a fabricação de pólvora nesse local, incluindo, também, a movimentação do Poço Wenceslau Braz: suas folhas de pagamento de mão de obra e



da administração.

- *O Relatório de Movimentação do Carvão*

Aponta sucintamente, a quantidade de carvão extraída nas minas administradas pela CCR em determinados períodos de tempo. Situação similar é encontrada na tipologia Mapa de Extração, que mapeia a produtividade nos poços Wenceslau Braz e nas Minas do Leão.

- *Mapas de Extração do Carvão*

A partir de 1931 a 1934 fornecem a movimentação diária da extração nos Poços, incluindo nestas atividades os pontos do subsolo com especificações sobre a extração escolhida; extração moinha; consumo gráudo; consumo moinha; moinha posta fora; e pedra de escolha.

- *Lista de Cargas*

Aponta para a relação de carregamentos destinados ao Porto Coronel Carvalho em direção a Porto Alegre.

- *Guia de Expedição*

Refere-se a documentos em curto período do ano de 1920, destinados a descrever materiais e carvão expedido da CCR ao Porto Coronel Carvalho.

- *Tabelas de transporte (Galeria das Minas)*

Registros de transporte para a extração de carvão

- *Extração /outros*

Controle de Registros de extração variados

### ***Subsérie Pessoal***

**BR RSMC 03.01.3**

**NÍVEL: SUBSÉRIE**

**SÉRIE: 1918-1936**

**VOLUME: 0,28 ML**

A subsérie Pessoal – terceira e última da série Administração – reúne documentos relativos ao operariado mineiro, sobretudo no que tan-

ge aos pagamentos efetuados pela companhia e às questões de saúde laboral. A subsérie é composta pelas seguintes tipologias: Folhas de Pagamento; Livros Ponto; Laudos de Acidentes de Trabalho; Atestados por Tempo de Serviço; Requerimentos de Aposentadoria por Invalidez; Requerimentos de Aposentadoria (geral); Registro de Acidentados; Recibos de Férias; Relação de Vales; Relatórios de Fornecimento; Processos Legais (férias); Licenças de Trabalho; Registro de Empregados Retirados; Registro de Impagos; Relação de Auxílios e Indenizações; Fichas de Pagamentos; Registro de Pensões.

• *Folhas de Pagamento*

Registram os recebimentos de salários em folha dos operários ao longo dos anos de 1918 a 1936, nos seguintes lugares ou entidades: Minas de Butiá; Mina do Leão; Porto do Conde; Outros registros de pagamentos

• *Livros Ponto*

Complementa a anterior, refere-se aos registros de presença dos operários de distintos setores da CCR, sobretudo aqueles envolvidos de forma direta com a extração do carvão nas minas.

• *Laudos de Acidentes de Trabalho*

Refere-se a pareceres médicos referentes a acidentes sofridos por operários na execução de seus trabalhos. Basicamente, constam dois registros, o primeiro, de 1921, sobre o afastamento de mineiro vitimado por uma entorse na articulação, e o segundo, de 1934, reportando acidente de trabalho.

• *Atestados por tempo de serviço*

Referem-se a documentos que atestam o tempo de serviço dos funcionários, sobretudo daqueles que requisitam aposentadoria.

• *Requerimentos de aposentadoria por Invalidez*

Tratam de partes constantes em processos, do ano de 1935, submetidos à apreciação da Junta Administrativa da Caixa de Aposentadoria Pensões, com cópias para o Inspetor da previdência, nos quais se decide sobre o deferimento ou não dos pedidos de aposentadoria por invalidez, muitos deles devidos a moléstias profissionais.

- *Requerimentos de Aposentadoria Geral*

Constam em apreciações pela Junta Administrativa da Caixa de Pensões, dando conta de certidões de tempo de serviço prestado para a Companhia, para efetivar a inclusão de herdeiros, assim como em processos correntes por pedidos de pensão em virtude de falecimento do cônjuge.

- *Acidentes de Trabalho/Registro de Acidentados*

Refere-se aos exames e diagnósticos médicos realizados em mineiros vitimados por acidentes de trabalho. Dentre os documentos, encontra-se um livro de registro de acidentados, com informações das vítimas de sinistros em trabalho, dia, mês, ano, estado civil, nacionalidade, idade, cor, alta, local do acidente, natureza do mesmo e valores a pagar (o livro cobre um período entre 1935 e 1940).

- *Recibo de Férias*

Comprova o pagamento das férias aos operários, além de contem, como anexos, receitas médicas e notas fiscais de farmácia, quando pertinentes.

- *Relação de Vales*

Consta de um livro de anotações mensais sobre os vales, adiantamento de salários aos funcionários.

- *Relatórios de fornecimento*

Refere-se à relação de fornecimento de suprimentos aos funcionários da Companhia e provém da F. Segura & CIA LTDA.

- *Processos Legais*

Trata de um registro de processo encaminhado ao Inspetor Regional do Ministério do Trabalho, sobre a reclamação de férias promovida pelo funcionário Joaquim Tolentino e outros 150 mineiros.

- *Licenças de trabalho*

Registra afastamentos por licença ocasionados por moléstia de funcionário no período anterior à adesão da CCR ao CADEM.

- *Registro de Empregados Retirados*

Registra nomes, datas de entrada e saída e retirada de operários que deixaram o quadro de pessoal da companhia ao longo dos anos de 1932 e 1933.

- *Registro dos Impagos*

Aponta nomes, repartição e valores em liquidação entre funcionários e a empresa.

- *Relações de Auxílios e Indenizações*

Versam sobre estes pagamentos feitos pela Companhia Carbonífera Rio-Grandense durante o ano de 1933. Para tal, constam os registros do número do documento; nome; quantia por procedimento individual e importâncias totais mensais referentes a exames, auxílios, tratamentos, remédios e indenizações.

- *Fichas de Pagamentos*

Contém registros de quitação de salários com informações sobre data, número da chapa do operário e nome do mesmo.

- *Registro de Pensões*

Consta de um livro e relaciona auxílios e indenizações pagas pela CCR, referentes a exames, tratamentos de saúde e outros.

## **03.02 Série Escritório de Contabilidade**

**BR RSMC 03.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1917 - 1936**

**VOLUME: 1,08 ML**

A série Escritório de Contabilidade dá conta de documentos produzidos e/ou acumulados pela divisão de mesmo nome da Companhia Carbonífera Rio-grandense. Basicamente, o Escritório pode ser identificado como o organismo responsável pelo controle financeiro-contábil da CCR, seja através da reunião de documentos que certificam e provam

pagamentos e recebimentos da companhia, seja por via da correspondência entre o Escritório e outras seções da empresa, e está composta pelas tipologias documentais Cartas; Recibos Notas e Faturas; Livro/Boletim de Caixa; Balancete; Ordem de Pagamento; Demonstrativo de Pagamentos; Registro de Pagamentos Fornecedores; Duplicatas a Pagar.

- *Cartas*

É composta por correspondências entre o responsável pelo Escritório de Contabilidade (contador) e outros setores administrativos da CCR. Basicamente, as cartas elencam e comentam balanços, lucros, dividendos e saldos a pagar no âmbito financeiro-contábil da companhia. Algumas cartas trazem ainda informações a respeito de saldos devedores a operários, incluindo vítimas de acidentes de trabalho. Como anexo de cartas enviadas pelo mesmo departamento, constam autorizações de pagamento, guias de recebimento, duplicatas e folhas de pagamento da Caixa de Aposentadorias e Pensões.

- *Recibos, Notas e Faturas*

É composta por documentos que comprovam o pagamento e o recebimento de valores por materiais e serviços comprados, contratados ou prestados na Mina do Leão, nas Minas de Butiá e na Estrada de Ferro do Jacuhy.

- *Livro/ Boletim de Caixa*

Elencam registros sobre o fluxo das contas da Companhia Carbonífera Riograndense, sobretudo no que tange às “entradas” e “saídas” de valores e ao emprego dos mesmos em gastos apontados na documentação.

- *Balancetes*

Registram a informação resumida a respeito do custo e dos ganhos da companhia nas atividades-meio e atividades-fim relativas à exploração do carvão.

- *Ordens de Pagamento*

Traz consigo documentos de caráter contábil nos quais se registram o pagamento por serviços prestados.

- *Demonstrativo de Pagamentos*

Por sua vez, cumpre a função de extrato e recibo de pagamentos efetuados pela companhia internamente.

- *Registro de Pagamentos Fornecedores*

Comprovam os pagamentos realizados pela CCR a seus fornecedores, em geral responsáveis pelos materiais utilizados pela companhia.

- *Duplicatas a pagar*

Abrangem os vencimentos no período de 1929 a 1932, constando data e número da fatura; fornecedores; Praça, como as de São Jerônimo, Porto Alegre, Arroio dos Ratos, Sapiranga, Rio Grande, Taquara, Montenegro, Novo Hamburgo, Santa Cruz e São Leopoldo; endereço; valor; dia do vencimento e observações.

- *Relação de móveis e utensílios Minas do Leão*

Registro da maioria dos móveis e utensílios utilizados nas Minas de Leão

### **03.03 Série Almojarifado**

**BR RSMC 03.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1921 - 1936**

**VOLUME: 0,36 ML**

A série Almojarifado apresenta documentos relacionados ao setor responsável pelo armazenamento e distribuição de materiais utilizados na extração e no transporte do carvão obtido pela CCR nas minas de Butiá e Leão. O setor centralizava a remessa de ferramentas, explosivos, equipamento para os mineiros e toda maquinaria necessária para a atividade mineira na região. Sua posição de centralidade na lógica da mineração pode ser percebida na documentação acumulada pelo setor e dividida nas seguintes tipologias: Guia de Remessa; Relação de Material Fornecido; Registro de Entrada de Materiais; Registro de Saída de Materiais; Balancetes de Exploração (Poço Borges de Medeiros); De-

monstrativo de Despesas; Faturas de Material Fornecido.

- *Guia de Remessa*

Registra o material enviado do Almoxarifado a distintos setores da exploração carbonífera pela CCR. A documentação relaciona faturas e pedidos, além de permitir ver o fluxo de materiais utilizados pela companhia entre 1921 e 1936.

- *Relação de Material Fornecido*

Registra, de forma resumida os materiais fornecidos pelo Almoxarifado aos demais setores da empresa, servindo ainda como controle interno de entrada e saída de materiais do setor.

- *Registro de Entrada de Materiais*

Os documentos são compostos por um livro borrão de entrada de mercadorias, entre os anos de 1924-1929, relacionando desde giz em pedra, vidros, fechaduras, espoletas e dinamite, até pacotes de sapatos e gêneros alimentícios.

- *Registro de Saída de Materiais*

Consta em um livro mensal das saídas de material; contas de custeio e capital; fornecimentos, dentre outros, a mineiros, à Estrada de Ferro Jacuhy; ao Cabo Aéreo: à Villa Operária; e Caixa Beneficente, conforme os balancetes realizados e os saldos existentes na data, entre os anos de 1930 e 1936.

- *Balancetes de Exploração (Poço Borges de Medeiros)*

Fornecem um mapeamento amplo de todos os setores e atividades da Companhia envolvidos na extração do carvão realizada no Poço Borges de Medeiros, demonstrando, com isso, suas continuidades, inovações e rupturas, quer em setores ou funções, nos anos de 1922-1923 e 1931-1932. Para tal, fornecem as relações de materiais fornecidos para as diversas atividades exercidas na Mina, constando, dentre outras, de contas de custeio e de capital, e de contas de terceiros, incluídas nestas a Estrada de Ferro Jacuhy; Caixa Beneficente; Villa Operária; Olaria; Fábrica de Pólvora; Fundação de Ferro e Bronze. Os Balancetes voltados especificamente à exploração do Poço Borges de Medeiros relacionam

o Custeio; com as folhas da Administração, do Escriptório e do Almo-xarifado; e a Mão de Obra, elencando as despesas com as folhas de oficina mecânica; eletricidade; usina; caldeiras; guincho; ferraria; carpin-taria; serra circular; recebedoria; escolha e carregamento; descarga de Pedra; locomotiva de manobra; polícia, diversos; subsolo; mineiros; ma-teriais fornecidos pelo Almo-xarifado. Anexo às relações, encontram-se os valores referentes à Divisão do Preço do Carvão feitos em relatórios mensais, discriminando as importâncias gastas com a mão de obra e materiais de superfície e subsolo.

- *Demonstrativos de Despesas*

Tratam dessas que são levadas à conta de capital da Companhia Carbonífera Rio Grandense, entre março e novembro de 1928, referin-do-se às novas instalações; ar comprimido; mudança da caldeira Keller; sondagens e Poço de Ventilação nº 2, informando as importâncias gas-tas com mão de obra e materiais e os totais das despesas.

- *Faturas de Material Fornecido*

Elenca os documentos probatórios a respeito das compras efetua-das pelo Almo-xarifado da CCR. Algumas faturas são acompanhadas por contas de custeio e relatórios de gastos, destinados a resumir os valores gastos ou empregados na estocagem de materiais pelo Almo-xarifado.

### **03.04 Série Escolha e carregamento**

**BR RSC 03.04**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1933 - 1937**

**VOLUME: 0,12 ML**

#### **Dossiê Cabo Aéreo**

O *Dossiê* reúne documentos entre 1933 e 1937, versando sobre as mais diversas atividades a sua construção, do cabo aéreo, como lis-



tas de ferramentas normais e especiais para sua montagem, incluindo fornecedores estrangeiros; cartas de fornecedores para o diretor-presidente da Companhia Carbonífera Rio-Grandense no Rio de Janeiro; memorandos para contagem de dias úteis de serviço para sua construção; orçamentos e notas de serviços executados pelos fornecedores; correspondências entre a Companhia e o Porto do Conde; e desenhos de maquinários referentes às locomotivas nas Minas do Butiá. Informações normativas, regulamentares e contratuais também compõem a documentação, como o Edital da Secretaria do Estado dos Negócios de Obras Públicas sobre imóveis particulares a serem desapropriados e indenizações a pagar, e acordos para indenizações à firma construtora por empecilhos havidos à realização das obras. No mesmo sentido, contratos entre a Companhia Carbonífera Rio-Grandense e a firma Barcellos & CIA LTDA para a construção das obras de cimento armado do Silo e Estação de Descarga de Carvão do transportador aéreo, assim como propostas à Carbonífera Rio-Grandense para o reinício das obras, no ano de 1936.

#### **Dossiê Sociedade Anônima Martinell**

Reúne documentos cujas informações se relacionam com as atividades desta Sociedade com a Companhia Carbonífera Riograndense no que diz respeito ao escoamento da produção carbonífera na região.

#### **03.05 Série F. Segura & CIA. Ltda.**

**BR RSAHM 03.05**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1930 - 1936**

**VOLUME: 0,20 ML**

A Série F. Segura & CIA LTDA relaciona-se com o envio de mercadorias pelos armazéns desta empresa aos trabalhadores vinculados à Companhia Carbonífera Rio Grandense, e está composta pelas Tipolo-

gias Faturas; Relações de Fornecimento; Folhas de Pagamento; Registro do Movimento de estampilhas vendas mercantis; e Registro de vendas e pagamento impostos.

• *Faturas*

Reúne dados contábeis mensais de fornecimentos aos mineiros; pessoal da mina e patrões de mineiros, constando também duplicatas, recibos e notas aceca das mercadorias enviadas pelos Armazéns da F. Segura & CIA LTDA. Constam informações como listas e relações de atrasos e de devedores à Companhia, e relações mensais de fornecimentos ao pessoal da Estrada de Ferro Jacuhy e do Cabo Aéreo pelo seu armazém, em itens como fazendas, secos e molhados, ferragens, tintas e miudezas.

• *Relações de Fornecimento*

Referem-se à década de 1930, até 1936, e se dirigem ao pessoal da mina; aos mineiros; ao pessoal da Companhia Carbonífera Rio Grandense e aos patrões de mineiros, individualizando os compradores e devedores da F. Segura, ao fornecer o número da chapa do trabalhador; seu nome; os débitos e observações acerca da pessoa mencionada.

• *Folhas de Pagamento*

Lista os empregados da F. Segura & CIA LTDA no mês de fevereiro de 1935, constando os nomes dos trabalhadores, as importâncias de seus ordenados; suas despesas e saldos.

• *Registro do Movimento de estampilhas vendas mercantis*

Documentos utilizados para o controle de vendas e movimentação de estampilhas para o registro de atividades mercantis

• *Registro de vendas e pagamento impostos*

Documentos com listados e de pagamentos de imposto em função da comercialização e venda de produtos

### 03.06 Série Caixa de aposentadoria e pensões.

**BR RSAHM 03.06**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATA BALIZA: 1933 - 1940**

**VOLUME: 0,10 ML**

A Série Caixa de aposentadoria e pensões está composta por documentos relacionados a esta entidade criada para dar assistência aos trabalhadores, e fazem parte as seguintes tipologias: *Cartas; Atestados; e Relação de medicamentos para aposentados.*

## **4 ESTRADA DE FERRO JACUHY - EFJ**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1917 – 1941

PRIVADO – PÚBLICO

### **Contexto Histórico**

O declínio na atividade carbonífera na Mina do Leão e as mudanças no controle acionário da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, a partir de 1919, impactaram também no controle e uso da Estrada de Ferro do Jacuhy. Em dezembro de 1919, o governo federal se retirou da sociedade em que era acionista da Companhia, assumindo a responsabilidade das dívidas da empresa junto ao Banco do Brasil e ao “Lloyd Brasileiro”. Como parte do negócio, em 28 de setembro de 1920, a Estrada de Ferro do Jacuhy foi dada à União como forma de pagamento dos valores devidos pela Companhia Minas de Carvão do Jacuhy ao Estado brasileiro. Apesar da escritura de dação e da existência de uma proposta de arrendamento da Estrada por sua antiga dona, relatórios oficiais mostram que, na prática, o governo federal não se apropriou da via férrea e, mais do que isso, a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy seguiu utilizando os ramais (sem a devida regulação) por vários anos que usava, quando era a CCR, pois a CMCJ paralisou as atividades em 1920, e seguiu existindo como entidade de fachada. Como a Estrada tinha problemas estruturais, carecia de reformas e só atendia às demandas privadas, o governo preferiu não despender recursos na manutenção da via. A Companhia, por sua parte, apesar da dação, considerou ainda deter os direitos da concessão da linha (outorgados pela municipalidade de São Jerônimo e não repassados ao governo), o que - na interpretação de seus sócios - lhe dava direitos de uso e exploração.

A estrutura de transporte, fundamental para o escoamento do carvão extraído na região, era composta - à época do imbróglio jurídico entre a Companhia e o governo federal - pela linha férrea (cerca de 50

quilômetros) e por dois portos fluviais às margens do rio Jacuí, o Porto Pereira Cabral (em São Jerônimo) e o Porto Coronel Carvalho (porto do Conde). A Estrada utilizava, ainda, quatro chatas de ferro e duas embarcações de madeira, todas devolvidas ao “Lloyd Brasileiro” (verdadeiro dono dos veículos) à época da dação. As locomotivas utilizadas na estrutura pertenciam ao Governo Estadual do Rio Grande do Sul e foram mantidas em operação. Entre 1920 e 1922, diferentes organismos do Governo Federal debateram a utilização e mesmo a responsabilidade pelas operações da linha. Logo após a dação, a Fazenda Nacional quis outorgar à Inspeção Federal das Estradas a responsabilidade por fiscalizar a via. No entanto, como a Estrada não era considerada “pública” (por oferecer serviços que atendiam apenas a demandas privadas), as incumbências sobre a estrutura foram repassadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em novembro de 1922, a Companhia Minas de Carvão do Jacuí pediu que o Governo Federal tornasse sem efeito a escritura de dação assinada dois anos antes. Alegando que a municipalidade de São Jerônimo não abria mão das concessões, a Companhia propôs à União a devolução da via férrea, desta vez através de uma hipoteca de garantia das dívidas. Tal negociação não se consolidou, mas isso não impediu que a Estrada de Ferro do Jacuhy seguisse sendo utilizada - sobretudo o ramal de seis quilômetros, entre as minas de Butiá e o porto do Conde, por onde era escoado o carvão extraído pela Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR).

Sem que a União agisse no sentido de impedir o uso irregular da Estrada, a CCR seguiu operando a via amplamente. Entre 1923 e 1924, esta Companhia mudou o superintendente, reduziu o quadro de pessoal, modificou o regime de trabalho e até transferiu para Butiá a sede do escritório administrativo da Estrada de Ferro do Jacuhy. Em outubro de 1925, a Contadoria da Estrada foi definitivamente suprimida e o serviço passou a ser realizado diretamente pelo escritório de contabilidade da própria Companhia Carbonífera Riograndense, assinalando o poder de mando da CCR sobre a Estrada de Ferro do Jacuhy.

Sem qualquer tipo de regulação federal, a CCR operou a Estrada por mais de dez anos. Ao longo deste período, o ramal principal da via, entre a Mina do Leão e o porto do Conde foi abandonado, chegando a

ter trechos inteiros desmontados para que seus materiais fossem reaproveitados em reformas do ramal Butiá-Conde. Foi somente em 1938 que o assunto voltou às esferas governamentais. Neste ano, o Serviço Regional do Domínio da União no Estado do Rio Grande do Sul foi notificado sobre o uso irregular da Estrada de Ferro do Jacuhy e procurou a Companhia Carbonífera Riograndense para esclarecer o caso. Na ocasião, já sob a chancela do Consórcio das Empresas de Mineração (CADEM), a CCR respondeu à demanda da União com documentos através dos quais demonstrava ter buscado um diálogo de entendimento sobre a utilização do trecho. A Companhia alegou, ainda, que utilizava a Estrada com a anuência da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy - que vendera seus direitos sobre a via dezoito anos antes e, na prática, só existia como um registro.

O Serviço Regional do Domínio da União concluiu que a CCR havia se apoderado de bem público (terrenos e via férrea) e que, embora tenha realizado melhoramentos na Estrada de Ferro, havia cometido abusos sobre a propriedade estatal. O inquérito avaliou que o prejuízo causado à Fazenda Nacional era de pelo menos 190 contos de réis. Além disso, a CCR foi acusada pela desaparecimento do trecho Butiá-Conde (trilhos e material permanente) e de ter arrendado terrenos pertencentes ao governo federal, próximos ao porto Mauá. Pressionada pela investigação, a Companhia Carbonífera Riograndense manifestou então o desejo de adquirir a Estrada de Ferro do Jacuhy, mas o Serviço Regional do Domínio da União desaconselhou que isso ocorresse - pois assim a CCR passaria a deter o controle do escoamento da produção de companhias concorrentes. Como alternativa mais viável, o Serviço aconselhou a União a transmitir a gestão da Estrada para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), pertencente ao poder público.

Em 5 de junho de 1939, a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy oficializou a venda das máquinas e materiais que haviam pertencido à Mina do Leão para a Companhia Carbonífera Riograndense - que, nos anos anteriores, já utilizara o material como consequência de acordos verbais entre as empresas. Depois desta transação, a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy passou a deter, como único bem, a concessão da Estrada de Ferro do Jacuhy. Na assembleia geral que definiu a liquidação da Companhia, em 28 novembro de 1940, os sócios do empreendimen-

to decidiram, finalmente, encerrar as atividades do negócio, nomeando um liquidante que teria, como principal função, buscar um entendimento com o governo federal e a municipalidade de São Jerônimo no sentido de transmitir a concessão da Estrada de Ferro do Jacuhy para a Companhia Carbonífera Rio-grandense.

Em 7 de fevereiro de 1941, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul passou a gerir - em caráter provisório - a Estrada de Ferro do Jacuí, investindo grandes somas de capital na reestruturação da via - que seguiu sendo utilizada de forma quase exclusiva pela Companhia Carbonífera Riograndense e, em seguida, por sua sucessora, a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB).

## **Entidades Relacionadas**

- Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ);
- Companhia Carbonífera Rio- Grandense (CCR);
- Consórcio das Empresas de Mineração (CADEM);
- Banco do Brasil S/A (BB);
- Sociedade Anônima Lloyd Brasileiro;
- Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) ;
- Governo Federal – Fazenda da União;
- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio;
- Governo Federal - Domínio da União - Serviço Regional no Estado do Rio Grande do Sul;

## **4.1 FUNDO 04 EFJ - Estrada de Ferro Jacuhy**

**BR RSAMC 04**

**NÍVEL: FUNDO**

**DATA BALIZA: 1920-1936**

**VOLUME: 4,92 ML**

## **Conteúdo geral do Fundo**

O Fundo Estrada de Ferro Jacuhy, abarcando o período de 1920 a 1936, está constituído por um conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados tendo em vista as relações e atividades estabelecidas entre a Estrada de Ferro Jacuhy – a partir de 1920 de propriedade do Governo Federal – e a Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR), notadamente com as Superintendências nas Minas do Butiá e em Porto Alegre, com a Matriz no Rio de Janeiro e o Porto Coronel Carvalho (Porto do Conde), de propriedade da CCR, onde estão registradas em séries documentais as informações relacionadas com as atividades de produção, escoamento, transporte e comercialização da produção daquela Companhia no período em que utilizou de forma irregular a Estrada.

## **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

Visando dar dimensão à pertinência dos documentos referentes à Estrada de Ferro do Jacuhy entre os anos de 1920 e 1936, optou-se pela criação de um fundo documental que reúne os documentos da Entidade no período em que a mesma pertenceu ao governo Federal. É importante ressaltar que, mesmo sendo transferido o domínio e a propriedade para a União, a Companhia Carbonífera Rio-Grandense continuou usufruindo seus serviços por um período de mais de dez anos. Neste sentido, o Fundo Estrada de Ferro Jacuhy foi estruturado conforme as subdivisões localizadas junto à documentação e adotadas pelo empreendimento férreo nas datas balizadas. Este Fundo encontra-se dividido, portanto, em quatro séries documentais. (ANEXO B).

### **4.1.1 Séries Documentais**

#### **04.01 Série Administração das Minas**

**BR RSMC 04.01**



**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1920-1936**

**VOLUME: 0,12 ML**

A Série Administração das Minas é composta pelas Tipologias Cartas; Bases e Pautas para Despachos Ferroviários; Inventários.

• *Cartas*

Registram informações efetuadas especialmente entre a Superintendência da Companhia Carbonífera Rio-Grandense nas Minas de Butiá e a Agência de Porto Alegre com a Superintendência e o Contador da Estrada de Ferro Jacuhy, e vice-versa. Nas missivas constam informações diversas, tais como: alteração de cargos nas Diretorias e Superintendências da Companhia e da Estrada de Ferro Butiá; transferência da sede da Estrada de Ferro para Butiá e extinção de seções e reformas em seus quadros funcionais; envio de documentos para o Arquivo da Estrada de Ferro Jacuhy, como as correspondências com a Intendência Municipal de São Jerônimo; arrendamentos de terrenos no Porto do Conde; relações de fornecimento de carvão mineral com o Governo do Estado. Temáticas como o fornecimento de materiais e importâncias enviadas para pagamentos de faturas; demonstrativos de pagamentos feitos pela Companhia Carbonífera Rio-Grandense por conta da Estrada de Ferro Jacuhy; medidas de economia adotadas, como redução de despesas da Estrada de Ferro Jacuhy com pessoal e materiais no Porto do Conde; passagens e fretes e movimento de trens, fazem parte das informações intercambiadas entre os diferentes níveis que compõem a cadeia hierárquica da Companhia Carbonífera Rio-grandense e a administração da Estrada e vice-versa, assim como missivas sobre os quadros funcionais, como cartas sobre vales e contravales da Estrada de Ferro Jacuhy recebidos pela Cooperativa das Minas de Butiá; pontos e folhas de pessoal; vales e ordens de pagamentos emitidos pela Estrada de Ferro Jacuhy para os seus funcionários, e as medidas e regramentos adotados para esses procedimentos; redução de despesas da Estrada de Ferro Jacuhy com pessoal e materiais no Porto do Conde.

- *Bases e Pautas para Despachos Ferroviários*

Registra o estabelecimento de regras para o uso destas atividades na estação do Porto Coronel Carvalho.

- *Inventários*

Realizam a listagem, identificação classificação e contagem referentes aos ramais da Estrada de Ferro Jacuhy.

### **Dossiê Processo Tesouro Nacional perda de terrenos “Guahyba ”**

Documentos relacionados a reclamações a respeito das perdas de terrenos na Companhia Estrada de Ferro Jacuhy.

## **04.02 Série Contabilidade**

**BR RSMCO402**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1920-1936**

**VOLUME: 1,05 ML**

Constituem a Série Documental Contabilidade as Tipologias a seguir: Cartas; Memorandos; Boletim de Caixa; Balancetes de Receitas e Despesas; Estatísticas de Receita e Despesa; Folhas de Pagamento; Demonstrativo de Folha de Pagamento; Indenizações; Livro Ponto; Registro de Vales; Registro de Empregados e Operários; Duplicatas de Pagamento.

- *Cartas*

Registra informações especialmente entre o Contador e o Engenheiro Chefe da Estrada de Ferro Jacuhy e as Superintendências nas Minas, em Porto Alegre, e com a Matriz da Companhia Carbonífera Rio-Grandense no Rio de Janeiro, dando conta, inclusive, da transição no comando da Estrada de Ferro Jacuhy no período posterior ao ano de 1920. Nas missivas constam informações diversas, tais como: créditos concedidos e fornecimento de gêneros à Cooperativa da Estrada de

Ferro no Porto do Conde; pagamentos de vencimentos; admissões e demissões de funcionários; débitos e diferenças nas contas da Estrada; fornecimento de materiais e pagamentos de pessoal às Minas do Butiá; acidentes de trabalho.

- *Memorandos*

Encontram-se questões relacionadas aos processos administrativos da Estrada de Ferro Jacuhy, com temas como pagamentos a médico que se demitiu, listagem de itens para aquisição e posterior venda aos mineiros, bem como procedimentos relacionados à gestão da Estrada. Créditos de pagamento a funcionários acidentados, retirados da Caixa de Socorro; créditos de pagamento por serviços prestados e informação de pagamentos feitos aos funcionários, também incluem-se nas comunicações estabelecidas entre as diferentes seções da Estrada de Ferro Jacuhy.

- *Boletins de Caixa*

Reúnem demonstrativos das movimentações efetuadas, no período de 1920-1933, em cada uma das Estações construídas ao longo da Estrada de Ferro Jacuhy.

- *Balancetes de Receitas e Despesas*

Registra e representa, dentre outras, as relações entre a Estrada de Ferro Jacuhy e seus fornecedores. Menções ao movimento de enxofre, fundição de ferro, ordens de pagamento às Minas do Butiá e relações de saldos pagos em vales, são algumas das temáticas relacionadas a esse conjunto documental.

- *Estatísticas de Receita e Despesa*

Abrangem os anos de 1922 e 1923, contendo também cartas e relação de credores da Estrada de Ferro Jacuhy.

- *Folhas de Pagamento*

Englobam os anos de 1923; 1926 a 1933; e 1935, não constando os meses completos em cada período anual, e referindo-se às diversas seções que se vinculam à Estrada de Ferro Jacuhy, como as de Locomoção; Administração; Via-permanente; Caixa de Socorro; Tráfego;

Transporte Fluvial; Porto; bem como informações relativas aos saldos e importâncias recebidas em serviço na Estrada de Ferro no período de 1919 a 1935.

• *Demonstrativos de Folhas de Pagamento*

Referem-se às diferenças encontradas nas folhas de pagamento entre os anos de 1930 a 1933.

• *Indenizações*

Demonstra as despesas efetuadas pela Estrada de Ferro Jacuhy no que se refere ao sepultamento de um operário desta empresa, seu registro de óbito e sepultura pelo prazo de três anos, bem como pagamentos efetuados pela Estrada no que tange à indenização de proprietário de bem semovente morto por locomotiva da Estrada.

• *Livros Ponto*

Englobam os registros de controle de horários dos empregados das seções de Oficina e Superfície e do Porto Coronel Carvalho, bem como os referentes à locomoção das oficinas e locomoção da tração.

• *Registros de Vales*

São os adiantamentos e antecipações feitas pela Estrada de Ferro Jacuhy a serem deduzidas dos salários de seus trabalhadores entre os anos de 1932-1935, constando de Livros com anotações de fornecimento de Vales, especialmente das seções de Tráfego e da Via Permanente da Estrada de Ferro Jacuhy.

• *Registros de Empregados e Operários*

Dão conta de informações variadas acerca dos funcionários da Estrada de Ferro Jacuhy, dentre elas as que dizem respeito aos acidentes de trabalho.

• *Duplicatas de Pagamento*

Referem-se aos pagamentos feitos no ano de 1926, a diversos fornecedores da Estrada de Ferro Jacuhy.

## 04.03 Série Almojarifado

**BR RSMC 04.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1921-1936**

**VOLUME: 0,08 ML**

Fazem parte da Série documental as Tipologias: Balancetes; Folhas de Pagamento; Controle de Materiais; Faturas de Materiais Fornecidos; e o Dossiê Porto do Conde.

### • *Balancetes*

Elencam os levantamentos dos gastos feitos pelo Almojarifado da Estrada de Ferro Jacuhy, constando, dentre outros, de designação de materiais; relações de conta de custeio e terceiros; materiais fornecidos às seções de Administração; Via Permanente; Tráfego; e Locomoção da Estrada de Ferro Jacuhy; relações com materiais gastos; contas de capital, contas de custeio de tráfego e locomoção, da granja São Jerônimo e da Caixa de Socorro.

### • *Folhas de Pagamento*

Fornecem as listas de pagamento de pessoal das seções Via Permanente (ano de 1928) e de Transporte (ano de 1933) da Estrada de Ferro Jacuhy.

### • *Controle de Materiais*

Encontra-se o registro de materiais gastos e fornecidos pelo Almojarifado às locomotivas que trafegavam na Estrada de Ferro Jacuhy.

### • *Faturas de Material Fornecido*

Comprovam os gastos do Almojarifado da Estrada de Ferro Jacuhy referentes, entre outros, aos materiais fornecidos e às contas de custeio registradas para a Administração, Via Permanente, Tráfego e Locomoção e Linha Telefônica; granja São Jerônimo; contas de capital para as Obras Novas na Estrada de Ferro; e contas de custeio de terceiros para a Granja São Jerônimo, o Porto, a fábrica de pólvora, peões, mineiros, e pessoal da Companhia, assim como para particulares e a Vila Operária.

**Dossiê Porto do Conde (Porto Coronel Carvalho)**

O Dossiê Porto do Conde (Porto Coronel Carvalho) reúne documentos variados do período 1924-1926, como memorandos; guias de carvão; boletins de movimento de carvão; resumos de movimento de carvão; cartas; recibos; e contrato de acordo da Estrada de Ferro com as Minas do Recreio. Também encontramos os registros mensais do carvão das Minas de Butiá transportado pela Estrada de Ferro Jacuhy a este local.

**04.04 Série Controle de Tráfego****BR RSMC 04.04****NÍVEL: SÉRIE****DATAS BALIZAS: 1931 – 1936****VOLUME: 0,07 ML**

Constituem a Série Controle de Tráfego as Tipologias Controle de Viagens e Diários de Tráfego.

**• *Controles de Viagem***

Constam em informações entre os anos de 1931-1933, e do ano de 1936, versando sobre anotações do controle do tráfego e de viagens; anotações com o número da locomotiva, dia, hora, mês e ano da viagem, bem como os horários de saída e chegada, estações e composição (descrição da carga).

**• *Diários de Tráfego***

Fazem referências específicas às anotações feitas no percurso do vagão, além das informações sobre o número da locomotiva, dia, hora, mês e ano da viagem, bem como os horários de saída e chegada, estações e composição (descrição da carga).

## **5 CONSÓRCIO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO (CADEM)**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1936 – 1964.

PRIVADO – PÚBLICO

### **Contextualização histórica**

O Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), constituiu-se como sociedade civil em 1º de julho de 1936, tendo seus estatutos publicados no Diário Oficial de 21 de julho desse ano, às folhas 16.038 (dezesesseis mil e trinta e oito), obtendo seu registro no Registro Especial de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, livro nº 2, de Sociedades Cíveis, folha 54 a verso, em 24 de julho de 1936. Com sua Casa Matriz na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, o Consórcio compôs-se pela reunião da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR), constituindo-se em representante de seus interesses legais, além da função de administrar livremente seus serviços e bens, os gerindo uniformemente, dividindo os lucros ao pro-rata dos respectivos capitais, e sem manter relações contratuais com o Governo. Sua composição inicial se deu por quatro sócios: Luiz Betim Paes Leme e Otávio Reis, por intermédio da CEFMSJ, e Roberto Cardoso e o Grupo Martinelli, por intermédio da CCR, e a direção do CADEM coube a Roberto Cardoso. Fundado, então, com o objetivo de administrar, o CADEM também era responsável pelo transporte fluvial do carvão, tendo sob seu controle o Estaleiro Mabilde, na Ilha da Pintada. No ano de 1936, as empresas consorciadas possuíam superprodução, o que geraria luta de preços e concorrência que, em suas avaliações, seria ruínosa para elas. Relatórios da CEFMSJ apontam que a produção das duas minas já era superior ao consumo interno do Estado, e a quota de 10% sobre o consumo dos importadores no resto do país não conseguia absorver os excedentes de

ambas as Companhias, ou seja, a capacidade de produção era muito superior ao mercado de que dispunham. Junto a isso, verificava-se o dumping da indústria carvoeira alemã, o que limitava o valor do combustível nacional e exigia a compressão dos preços de custo. Com a formação do Consórcio e a crescente monopolização da atividade industrial, logo no primeiro trimestre da gestão em comum as empresas verificaram os resultados positivos não só em relação ao preço de custo, mas ainda no tocante ao aspecto comercial, pois houve facilidade de limitar a oferta à procura. Pese às limitações apontadas pelos Relatórios, e com um claro incentivo do governo federal à produção do carvão nacional, pelo Decreto nº 1828, de 21 de junho de 1936, a cota de aquisição de carvão nacional sobre as importações de carvão estrangeiro se elevou de 10% a 20%, assumindo, assim, o CADEM a liderança incontestável na industrialização do carvão gaúcho. De acordo com o Regulamento Interno elaborado pelo Departamento Legal do CADEM em junho de 1946, os serviços do Consórcio compunham-se por seus Departamentos, que seriam: 1) As vilas industriais de Arroio dos Ratos e de Butiá, no município de São Jerônimo, abarcando todas as dependências existentes nas minas necessárias quer ao funcionamento do subsolo quanto da superfície; 2) Os serviços existentes nos Portos de Charqueadas e do Conde, também no município de São Jerônimo, acrescidos dos que porventura venham a ser criados; 3) O Cabo Aéreo, desde o município 4 de São Jerônimo até o de General Câmara, seu ponto terminal; 4) A subagência Pelotas e a agência Rio Grande, incluindo os serviços por elas controlados; 5) o Escritório de Porto Alegre e os serviços por ele administrados; 6) A Casa Matriz, no Rio de Janeiro. Quanto à organização e hierarquia dos serviços, na esfera administrativa o quadro de empregados contava com as seguintes categorias: 1) subgerentes; 2) encarregados de escritório; 3) encarregados de seções ou departamentos; 4) auxiliares, com exercício nas diversas seções ou departamentos; 5) arquivistas; 6) contínuos, sendo as seções ou departamentos, elencados no número 3, os seguintes: secção de contabilidade; secção de compras; secção de pessoal; secção de importação e cabotagem; secção de controle de movimento de embarcações; departamento legal; secção de correspondência e secção de controle de movimento de carvão. Pela Certidão de escritura lavrada em 30 de dezembro de 1963, o CADEM teve a prorrogação do



prazo de sua duração por um período de um ano, vigendo até 31 de dezembro de 1964, mês esse em que a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) conferiu ao Consórcio o Diploma de “Reconhecimento por Serviços Relevantes Prestados”. A partir de 4 de janeiro de 1965, todos os atos do CADEM, ou aqueles desenvolvidos diretamente pela CEFMSJ e a CCMB, que vinham sendo praticados, no que refere ao comércio e à indústria de mineração de carvão, passaram a ser praticados pela Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI, e a organização do Consórcio passou por mudanças “profundas”, conforme relatado em correspondências da empresa, supervisionadas pelo assistente da diretoria da COPELMI em Porto Alegre.

## **Entidades Relacionadas**

- Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ);
- Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR);
- Consórcio das Empresas de Mineração (CADEM);
- Banco do Brasil S/A (BB);
- Sociedade Anônima Lloyd Brasileiro;
- Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) ;
- Governo Federal – Fazenda da União;
- Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio;
- Governo Federal - Domínio da União - Serviço Regional no Estado do Rio Grande do Sul;

## **5.1 Fundo 05 Consórcio 05 Administrador de Empresas de Mineração (CADEM)**

**BR RSMC 05**

**NÍVEL: FUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1964**

**VOLUME: 82,08 ML**

## **Conteúdo geral do Fundo**

O Fundo CADEM, abarcando o período de 1936 a 1964, está constituído por um conjunto de documentos oriundos da estrutura administrativa que compunham as vilas industriais de Arroio dos Ratos e de Butiá, no município de São Jerônimo. Abarca acervos das dependências existentes nas minas necessárias quer ao funcionamento do subsolo quanto da superfície, assim como os serviços existentes nos Portos de Charqueadas e do Conde, o Cabo Aéreo, a subagência Pelotas e a agência Rio Grande, incluindo os serviços por elas controlados como o Escritório de Porto Alegre e os serviços por ele administrados.

## **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

O fundo foi estruturado em séries, subséries e subfundos documentais com suas respectivas estruturas. Tais divisões abrangem, em grande parte, as funções e atividades das estruturas existentes na evolução e existência do CADEM, sobretudo no que tange aos setores administrativo, produção comercialização e transporte. A estrutura interna do Fundo CADEM possui de dezessete (17) séries, que por sua vez contém várias subséries e dossiês. Além destas series relacionadas, fazem parte deste Fundo quatro (04) subfundos e suas respectivas subdivisões em séries, subséries e dossiês, cujos documentos são originários das empresas que constituíram na sua origem o CADEM. Assim, preservou-se a proveniência das “autoridades”<sup>8</sup> dos fundos para sua organização. Logo a seguir se relacionam os subfundos anteriormente assinalados: Companhia Carbonífera Riograndese – CCR; Companhia Carbonífera Mina Do Butiá – CCMB; Companhia Estrada de Ferro de Minas de São Jerônimo – CEFMSJ; e Minas do Recreio. Conforme Quadro de Arranjo. (ANEXO B).

No processo de descrição arquivística definiu-se, em primeiro lugar, a descrição das séries do CADEM e a seguir cada um de seus subfundos.

---

<sup>8</sup> Entende-se na arquivologia o termo “Autoridade” ao órgão produtor dos documentos.

## 5.1.1 Séries Documentais

### 05.01 Série administrativo (seção de correspondência)

**BR RSMC 05.01**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1964**

**VOLUME: 15,72 ML**

Constituem a Série administrativo as seguintes Tipologias

#### • *Cartas / Telegramas*

A Tipologia Cartas, primeira da Série “Administrativo (Seção de Correspondência),” registra os intercâmbios de informações, do período 1936-1964, efetuados especialmente entre a Matriz do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM) no Rio de Janeiro e sua Agência em Porto Alegre, proporcionando, contudo, dados acerca dos demais Fundos (Sindicatos, COMPEQUI, TERMOCHAR), Subfundos (CCR, CCMB, CEFMSJ), e Séries e Subséries do Fundo CADEM, pois o Consórcio mantinha um sistema que denominava “Resumo de Informações” que eram intercambiadas entre a Matriz, as Agências Porto Alegre e Rio Grande, a Subagência Pelotas, os Escritórios nas Minas em Butiá, Arroio dos Ratos e Charqueadas, e o Departamento Legal do CADEM, este com sede na Matriz e escritórios em São Jerônimo e em Porto Alegre. De igual modo, arquivavam em pastas denominadas “Correspondências para Diversos”, toda gama de missivas recebidas e expedidas para Fornecedores, Pessoas Físicas e Jurídicas, órgãos governamentais, empresas, instituições e sociedades. Por isso, nas cartas consta uma altíssima gama temática das mais diversas procedências, abrangendo todos os aspectos da vida das empresas, desde os procedimentos tomados para a realização tanto das atividades fins como as atividades meio geridas pelo Consórcio, até os aspectos conjunturais em nível regional, nacional e mesmo internacionais. Assim, podemos encontrar neste conjunto documental informações como as das relações do CA-

DEM, das empresas e de órgãos e entidades das administrações direta e indireta, com a Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ), deficiências de transporte nesta ferrovia e desavenças do Consórcio com o pessoal e a administração da Estrada; transações comerciais com os países da América Latina, especialmente Uruguai, Argentina e Chile; propostas de compra e venda de propriedades e de terrenos; informações sobre as movimentações e transações na agência de Rio Grande e na subagência Pelotas, bem como sobre as atividades financeiras-contábeis englobando todos os Departamentos e Seções das empresas administradas pelo CADEM; navegação fluvial; o Cabo Aéreo no Porto do Conde, bem como as atividades e funções nos demais Portos e Estaleiros; despesas e produtos vendáveis; fechamento de Poços de extração; plantas croquis e desenhos de maquinários em geral, terrenos e concessões de lavra, e das Minas administradas pelo CADEM; transporte de energia elétrica; envio de memoriais técnico-descritivos; a linha de transmissão Charqueadas-Arroio dos Ratos-Butiá e a da Usina do Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM) – Poço Boa Vista – Minas do Leão – Minas do Recreio; linhas telefônica direta entre Butiá e São Jerônimo e de alta tensão Butiá-bifurcação Porto do Conde; o Esforço de Guerra, no decorrer da II Guerra Mundial, os julgamentos feitos pelo Superior Tribunal Militar (STM) e selos para obrigações de Guerra; serviço militar obrigatório; visitas efetuadas às Minas, à Termelétrica de Charqueadas e à empresa Aços Finos Piratini, dentre outras localidades. Palavras de Código a serem usadas nas correspondências, substituindo nomes de empresas e associações, organizações sindicais, movimentos e partidos políticos, autoridades, instituições do Governo e diversas pessoas físicas e jurídicas, constituem uma informação que possibilita mapear as redes de influência e os assuntos que os diretores das empresas desejavam que fossem difundidos, em sigilo, bem como decisões de ações a serem tomadas com respeito a eles, fazendo a triangulação Matriz – Escritório POA – Minas; e ainda podem-se mencionar as relações com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e a troca da malha ferroviária pela rodoviária, que se consolida no período da ditadura civil-militar (1964-1985); a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), com as alterações que introduz no sistema de trabalho das empresas, e as reações destas às novas normativas, por vezes objetivando impedi-las ou alterá-las, as-

sim como as demais legislações trabalhistas promulgadas no período de 1936 a 1964. Informações sobre o movimento sindical e as eleições de seus membros, do Sindicato dos Mineiros, e o acompanhamento das greves que eclodem no período são, também, abundantes nas comunicações, que registram, além disso, informações sobre a aquisição de pólvora e explosivos, o salitre vindo do Chile, e o controle efetuado pelo Ministério da Guerra e Regiões Militares sobre estes artefatos e produtos; análise de qualidade e pesquisas sobre o carvão mineral, nas Minas administradas pelo CADEM, no Rio Grande do Sul e demais Estados, como Santa Catarina. Parte relevante são os dados e resumos de Processos Judiciais, especialmente dos trabalhistas, inclusive do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e decisões do Conselho Nacional do Trabalho (CNT) nos Processos; pedidos de emprego de operários e profissionais estrangeiros, bem como de amigos dos diretores e dos engenheiros-chefe, muitos deles dos quadros da polícia; informes sobre os partidos políticos, com ênfase no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e sobre espionagem nas Minas e nos Sindicatos, e as relações entre as empresas e o CADEM com as Delegacias de Polícia e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Secretarias de Segurança Pública, Brigada Militar, Interventor Federal do Estado, a Coordenação de Mobilização Econômica, e demais órgãos, inclusive em nível Federal, voltados para a coerção dos movimentos políticos, operários e sindicais. Outra faceta importante versa sobre a Imigração e operários estrangeiros que trabalham nas empresas carboníferas, suas ideologias, comportamentos, e acompanhamento de suas chegadas ao Brasil e às Minas. Do mundo operário – estruturado nas relações de produção preconizadas e administradas pelo Consórcio – encontram-se as mais variadas referências, como requerimentos de diversas naturezas feitos por operários; a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) e os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que lhe seguiram; a “ameaça comunista” e sua influência nas Minas, assim como as medidas tomadas pelo CADEM e as empresas que o compõe para extirpar e vigiar o comunismo entre os operários e nos Sindicatos. Pelo lado do controle e assistencialismo promovido pelo Consórcio, tem-se o ambiente de trabalho e convivência nas Minas e nas Vilas Operárias; condições de trabalho dos mineiros; atenção em saúde, alimentação, desportos e educação feita pelas empresas

consociadas; escolas profissionais, bolsas de estudos, hospitais, construção e aluguel de casas, pela CAP, nas Minas e no Porto do Conde; orfanatos e pensões e a Sociedade Cooperativa dos Proletários das Minas de Arroio dos Ratos e Butiá. As informações sobre os Institutos de Aposentadoria são diversas, como, a título de exemplo, as missivas entre o CADEM/POA e o Delegado Regional do IAPETC, e, tratando de benefícios de aposentadoria por invalidez, enviados ao CADEM/POA pelos Chefes da Seção de Habilitação e da Divisão de Benefícios do IAPETC. Informações sobre auxílios doença; internações hospitalares; unificação dos serviços de acidente de trabalho e ambulatórios médico em um só local e recursos interpostos pelos segurados, são informações que também podem ser encontradas neste conjunto documental. Há, também, informações de pagamentos de serviços prestados aos Hospitais Presidente Vargas e Sarmento Leite, assim como sobre proposta feita pelo CADEM, no ano de 1962, para a aquisição do Hospital Sarmento Leite pelo IAPETC. Salários-doença, aposentadorias por invalidez e demais atividades relacionadas à Previdência e à Seção Pessoal, como suspensão de contratos de trabalho, verificação da estabilidade dos funcionários, salário mínimo e salário de menores, e higiene e segurança no trabalho, são temáticas que também são contempladas, dentre muitas outras, nas correspondências. Pastas com indicação para arquivamento na Agência POA/CADEM e com a assinatura do arquivista, nomeadas como “Correspondência recebida das Minas Butiá”, propiciam dados sobre os sindicatos; a CAP de Serviços de Mineração; Arrendamentos de terrenos; Relações de aluguéis devidos, inclusive os da EFJ; empregados demitidos e assuntos trabalhistas em geral, assim como informações de Processos e alicciamento de operários da CCMB feito por engenheiros-chefe da Mina Próspera (Santa Catarina) e das Minas do Leão, com seus Termos de Declaração e acusações de empregadores e operários constituem mais um exemplo da troca de informações entre as empresas, a Agência Porto Alegre a Matriz/RJ, dando conta de todas as atividades desenvolvidas nas empresas. Temáticas associadas à expedição e recebimento de “Correspondências Diversas” contemplam – dentre um pequeno rol que aqui elencamos, e que, longe de ser exaustivo é apenas demonstrativo –, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e os Ciclos de Estudos para a Segurança Nacio-

nal, versando sobre a Doutrina de Segurança Nacional, apoiados pelo CADEM, a empresa que lhe sucede e outras instituições; o IPESUL, divisão gaúcha do Instituto de Pesquisas e Ciências Sociais (IPES), o Serviço Nacional da Indústria (SENAI); o Departamento Nacional dos Portos, Rios e Canais (DEPRC); Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; correspondências com os Diretores de jornais como a Folha da Tarde e Correio do Povo; a Associação Comercial de São Jerônimo e a Federação das Associações Comerciais do RS, versando, dentre outros temas, sobre a Ferrovia de ligação São Jerônimo/Charqueadas e sua deterioração devido à impugnação do seu trajeto pela EFJ, de 1958; o Centro Lúdico e Social da Produção do RS sob a presidência de A. J. Renner; a Assistência Regional de Mobilização Econômica, no período da II Guerra Mundial; a Secretaria de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul; a Procuradoria da Previdência Social; a Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de São Jerônimo; os Conselhos Nacional e Regional do Trabalho; Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC); Delegacia Regional do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS); o Aero Clube Rio Grande; Marinha Mercante e as Minas do Recreio, bem como missivas intercambiadas com clubes desportivos, como o Grêmio Futebol Porto – Alegrense; o Departamento Autônomo do Carvão Mineral (DACM); a Termelétrica de Charqueadas (TERMOCHAR) e a Aços Finos Piratini (AFP), em Charqueadas; a Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI); a Termelétrica de Butiá; Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE); Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER); Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul; a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN) e a que lhe seguiu – Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) –, e o envio de questionários destas ao CADEM e às Minas; Secretaria de Educação e Cultura, Serviço do Transporte do Carvão (STC); Serviço Marítimo Sul-Brasil (SEMASUL); Estaleiro Mabilde; Companhia Vale do Rio Doce. Cartas ao presidente Getúlio Vargas, solicitando favorecimentos e informando sobre a exploração, a produção e a distribuição do carvão, bem como às direcionadas a governadores e prefeitos – como os de Porto Alegre, Pelotas e São Jerônimo – e demais presidentes do Brasil posteriores a Vargas, incluídos os que deflagraram o Golpe de 1964, diretores de empresas e autarquias, secretários de Estado e membros das Forças

Armadas, constituem uma pequena parcela do que aqui exemplificamos e que se encontram nas cartas do CADEM que abrangem o período 1936-1964.

### **Dossiê Cartas das greves**

Arquivadas pelo CADEM em pasta denominada “Greves nas Minas – abril de 1945”, o Dossiê Cartas das Greves é composto por cópias de Telegramas para a Matriz, enviados e recebidos, dando ciência de “atitudes hostis dos grevistas, ao não permitirem o funcionamento da Usina de Butiá”, cópias de cartas entre a Agência Porto Alegre e a Matriz do CADEM, carimbadas com “Esforço de Guerra”, discorrendo sobre a greve em Minas do Butiá e sobre a generalização do movimento grevista. Nelas se encontra, em profusão, palavras em código para se referir a pessoas, sindicatos e movimentos, assim como as medidas tomadas pelo Consórcio para normalizar os trabalhos na Mina. Constam, de igual modo, pedidos de envio de forças do Comando da III Região Militar (III RM), pelo fato de as Minas do CADEM serem consideradas de interesse militar pelo governo federal. Nesse sentido, há cartas recebidas da Matriz dando ciência das medidas tomadas, junto a autoridades federais, o governo do Estado e o representante da Comissão de Mobilização Econômica, e Delegacia Regional do Trabalho, dentre outros, assim como comunicados ao Comando da III RM solicitando medidas junto à Viação Férrea do RS (VFRGS), administradora da Estrada de Ferro Jacuí (EFJ), devido a que seus funcionários aderiram à greve. Encontra-se, também, comunicações à subcomissão da Marinha Mercante, informando sobre a paralização do escoamento do carvão; tabelas e documentos diversos com reivindicações de operários ao engenheiro-chefe da CCMB para retornarem ao trabalho; listagens de “Pretensões”, com destaque de que não foram enviadas pelo Sindicato e nem referendadas por ele; correspondências enviadas pelos funcionários da VFRGS ao interventor federal nas Minas de Butiá e Leão; listagens de pessoal necessário para as Minas, e tabelas de faltas sem justificativas, majorações e demonstrativos de salários. Pela via legal e judicial, encontra-se a Inquirição Sumária, com depoimentos dos engenheiros-chefe da CCMB sobre a gre-



ve de 1945, bem como depoimentos seus em Inquérito Policial-Militar (IPM) promovido na Mina; depoimentos do gerente do CADEM em Porto Alegre sobre a greve, responsabilizando o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC) pela sua ocorrência, devido à perseguição que faz à empresa, onde ressalta as ótimas condições de vida dos mineiros graças aos serviços de assistência promovidos e patrocinados pelo CADEM; solicitações feitas pelo encarregado do IPM à Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Serviços de Mineração em Porto Alegre, de dados estatísticos sobre invalidez de mineiros em consequência dos serviços prestados, com a resposta fornecida pelo Serviço Médico Hospitalar da CAP. Ainda sobre a greve de 1945, há recortes de jornais e cartas para os mesmos, em sua maior parte do e para “O Globo” “Correio do Povo” e “Folha da Tarde”, assim como cartas enviadas pelo CADEM para as direções dos jornais sobre conteúdo das matérias publicadas acerca das greves e do atendimento aos operários feito pelos armazéns do CADEM; exposições de motivos, do ano de 1944, dirigidas ao presidente Getúlio Vargas sobre reclamações dos empregados e condições de trabalho nas Minas. Também fazem parte do Dossiê dados sobre a Greve de 1946, com cópias de telegramas enviados e recebidos pela Agência Porto Alegre para a Matriz e para o governo do Estado e a Brigada Militar, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), presidente Eurico Gaspar Dutra; Ministro da Viação e Obras Públicas, diretor geral do Departamento Nacional do Trabalho, Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e para a Companhia Comércio e Navegação, bem como telegramas do Delegado Regional do Trabalho ao Ministro do Trabalho, dentre outros. Temas como a “intranquilidade” nas minas e a participação das mulheres no movimento grevista podem ser encontrados nas correspondências, bem como as seguintes informações contidas no conjunto documental do Dossiê referente ao período 1946-1957: Relatório da Brigada Militar do RS – 1º Batalhão de Caçadores – Batalhão Coronel Aparício Borges – das ocorrências havidas nos dias 19,20 e 25 de dezembro de 1946 na Vila de Butiá, por ocasião dos movimentos grevistas dos empregados da CCMB e dos pertencentes à EFJ; cartas endereçadas pela Companhia à Agência Porto Alegre sobre a guarnição militar das Minas; comunicados de troca de comandos, nomeações e promoções na Companhia do 1º Batalhão de

Caçadores da BM; listagens de postos e graduações, com os nomes e endereços residenciais dos membros e funcionários do 1º Batalhão; comunicados dirigidos à BM sobre incidentes ocorridos no Porto do Conde entre civis e militares; programação de festividades para a inauguração da sede da 2ª Companhia do 1º Batalhão de Caçadores, em Minas do Butiá, no ano de 1946.

### **Dossiê Lista de códigos de correspondência**

Compreendendo o período 1946-1949, o Dossiê contém o sistema de código utilizado instituído pelo CADEM em sua Matriz para as correspondências com as Agências e as Minas, e nele se encontra carta cifrada endereçada à Agência Porto Alegre com os nomes de código a serem utilizados, com anotações manuais para a decifração, assim como carta particular enviada pelo gerente do CADEM em Porto Alegre tratando de diversos assuntos, dentre eles o de como proceder com os recados telefônicos em assuntos de gravidade, e sobre as greves, ressaltando, em pós escrito, o envio da relação de palavras de código a serem usadas nas conversações telefônicas (frases cifradas), assim como o das palavras de código a serem usadas nas correspondências, a fim de serem repassadas, em caráter confidencial, às Minas. A listagem anexa à Carta, contém as palavras ordenadas em ordem alfabética de “A” a “W”. Também se encontram no Dossiê listagens de vapores, com nomes e prenomes, e “Código de nomes próprios (alterado e completamente reformado)”, com ordenação alfabética; o “Código com Montevideo”; nomes a serem substituídos e nomes que não constam do código do CADEM, do ano de 1939; e relação em separado de Lista de Prenomes e Nomes, com indicações de quantos prenomes em código há para cada pessoa. Exemplos:

ARMIDE (2) .....Getúlio Vargas  
GARIBALDI.....Vendas totais durante o mês  
JERSEY.....Minas do Recreio  
JAHÚ..... Região Militar do RS  
LEOPOLDO..... Comunista  
VITÉLIO..... Sindicato

## Dossiê Reorganização do Arquivo Geral

O Dossiê consta de documentos da organização do Arquivo Novo, dos anos 1963-1964, período em que o CADEM obteve o prazo de prorrogação de sua duração, conforme escritura lavrada em 30 de dezembro de 1963, devendo findar a comunhão de perdas e lucros contratada entre as Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas de Butiá em 31 de dezembro de 1964. Nesse sentido, a reorganização do Arquivo contém listas de “Pastas em uso”, “Arquivo Novo”, “Arquivo”, “Pastas Arquivadas (fora de uso)”, “Gavetas de Baixo”, “Pastas Diversas (armário), e “Pastas Novas”, material que foi repassado à Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais –COPELMI, que sucedeu o CADEM no Consórcio daquelas Companhias.

### 05.02 Série Agências de Representação Rio Grande/Pelotas

**BR RSMC 05.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1935 – 1963**

**VOLUME: 2,4 ML**

Constituem a Série Agências de Representação Rio Grande/Pelotas as Tipologias a seguir:

• *Cartas /telegramas*

Abrangendo documentação das décadas de 1930 a 1960, a tipologia Cartas e Telegramas trata das missivas intercambiadas entre a Agência de Rio Grande e a Subagência Pelotas com a matriz do CADEM no Rio de Janeiro, a agência de Porto Alegre, com a CCMB e a CEFMSJ, sendo bastante recorrente a troca de informações com as Agências das Capitâneas dos Portos (Rio Grande e Pelotas); com as Alfândegas; com o SEMASUL e o DEPRC; com o Escritório dos Estaleiros e Navegação do CADEM em Charqueadas, com o Conselho Superior da Previdência Social, com a Fazenda Municipal e também com autoridades municipais e estaduais, dentre outras. Abrangendo temáticas diversas, desde

o escoamento e comercialização do carvão, até recursos para o Conselho Superior de Tarifa, menciona-se a modo de exemplo as Guias de Remessa de Documentos, que fazem um resumo geral das atividades das Agências, despachando-as para a Matriz, Agência de Porto Alegre e para o Escritório dos Estaleiros e Navegação do CADEM em Charqueadas e telegramas do Inspetor das Alfândegas de Rio Grande e Pelotas dirigidos ao Inspetor de Recife. Outras informações contidas nessa tipologia versam, dentre outras temáticas, sobre os preços médios de mão de obra de estiva de carvão no Porto de Rio Grande, Notas gerais enviadas para a Contabilidade, relações de contas recebidas do governo do Estado, relações de carvão entregue aos vapores, à subagência Pelotas e carregamentos feitos em Rio Grande, requerimentos expedidos ao Inspetor da Alfândega; despachos e remessas de gêneros alimentícios enviados por ordem de Porto Alegre; relações de entregas de carvão ao Lloyd Brasileiro, arrecadamento de taxas e taxas adicionais, despachos e remessa de materiais para São Jerônimo, despesas com a descarga de carvão em Rio Grande, manutenção e descarga das chatas, bem como relações destas que deram entrada nos Portos de Pelotas e de Rio Grande; relações de vendas efetuadas pelo CADEM nas Agências de Representação em Pelotas e Rio Grande sujeitas a taxas adicionais, materiais despachados livres de despesas e relações de materiais importados pelo Consórcio; manutenção de serviços médicos e ambulatoriais, e a troca do sistema de Previdência - das Caixas de Aposentadoria e Pensões para os Institutos de Aposentadoria e Pensões – dos empregados marítimos, inclusive do Estaleiro Mabilde; aumentos salariais do pessoal da Estiva na subagência Pelotas; abaixo-assinados com reivindicações de aumento salarial; recibos emitidos à Caixa Econômica Federal; estado financeiro da Agência Rio Grande e subagência Pelotas e estudos feitos pelo CADEM sobre a conveniência de fechar, ou não, aqueles estabelecimentos.

• *Folhas de pagamento*

Entre o período 1936-1962, encontram-se nesta tipologia as folhas de pagamento da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) para o seu pessoal da Agência Rio Grande, com os descontos para serem creditados à Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP);

folhas de pagamento do CADEM à subagência Pelotas e à Agência Rio Grande, bem como ao pessoal mensalista da estiva e ao pessoal do Escritório das mesmas

• *Autorizações de navegação*

Entre os anos 1943-1953, encontram-se as relações feitas pelo CADEM do carvão fornecido à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) no Porto de Pelotas, contendo os nomes das embarcações, peso em quilos e observações, assim como os quadros de amostras relativas ao fornecimento de carvão àquela Ferrovia, especificando os resultados das análises no Silo, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Constam ainda as relações mensais de carvão entregue pela subagência Pelotas, e de carvão entregue ao Lloyd Brasileiro – Patrimônio Nacional,<sup>17</sup> em Rio Grande, no ano de 1952.

• *Relatórios de fornecimento de carvão /entrega*

Entre os anos 1943-1953, encontram-se as relações feitas pelo CADEM do carvão fornecido à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) no Porto de Pelotas, contendo os nomes das embarcações, peso em quilos e observações, assim como os quadros de amostras relativas ao fornecimento de carvão àquela Ferrovia, especificando os resultados das análises no Silo, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Constam, ainda, as relações mensais de carvão entregue pela subagência Pelotas, e de carvão entregue ao Lloyd Brasileiro – Patrimônio Nacional<sup>9</sup>, em Rio Grande, no ano de 1952.

• *Análises de amostras de carvão peneirado*

Resultados de análises de amostras de carvão colhido, após ser peneirado, para amostragem em Rio Grande, contendo os nomes das embarcações, datas, tonelagem, Porto e observações, entre os anos 1951-1952

• *Demonstrativos de entrada e saída de carvão*

Nesta tipologia, compreendendo o período 1938-1958, estão reunidos documentos e informações destinados ao controle do movimen-

---

<sup>9</sup> Esse documento para o Lloyd Brasileiro está repetido em praticamente todas as tipologias.

to das amostras de carvão colhidas e embarcadas nas chatas, com as datas de chegada, nomes dos tripulantes, data e número da amostra, tipo de carvão, peso, e a remessa de amostras (designando os dias, embarcações, manifestos, avisos e observações). Também se encontram dados sobre os valores do carvão transportado na Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); comissões sobre o carvão extraído e vendável, recebidas pelos engenheiros-chefe das Companhias consorciadas; quadros e Mapas de vendas de carvão efetuadas pelo CADEM em seus entrepostos de representação; recibos e relações de amostras de carvão entregue à VFRG, no Porto de Pelotas, bem como relações de carvão entregue ao Lloyd Brasileiro – Patrimônio Nacional, em 1943; relação de vendas efetuadas pelo CADEM na Agência Rio Grande e na Subagência Pelotas, constando o nome dos consumidores; relações de carvão entregue no Porto de Pelotas, e demonstrativos das quantidades de carvão graúdo entradas e saídas naquele Porto

• *Vendas/Relação de preços de carvão*

Com informações entre 1943-1958, encontram-se Quadros de cálculos mensais dos pagamentos do carvão recebido da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), em 1943; Quadros de cálculos de preços baseados nas Análises de amostras, de acordo com o Decreto nº 4613, da Light & Power, de Pelotas, e relações de vendas de carvão efetuadas pelo CADEM na Agência Rio Grande e na Subagência Pelotas.

• *Registros de contas e notas a pagar e receber<sup>10</sup>*

Nesta tipologia estão reunidas listas de pagamentos de ordenados, comissões e outros proventos, efetuados pelo CADEM ao seu subagente em Pelotas, Manoel Luiz Simões Lopes; levantamento do estado financeiro da Agência Rio Grande, entre 1942-1958<sup>11</sup>; listas de contas a receber e a pagar na Agência Rio Grande, assim como relações de despesas do CADEM nestas praças; relações de débitos dos governos federal, estadual e municipal, na Agência Rio Grande, bem como demonstrativos específicos de dívidas da prefeitura de Rio Grande

---

10 Esses documentos são as chamadas “notas de contabilidade” enviadas ao CADEM

11 Esse documento remete ao período da COPELMI, dando conta da análise de se as agências deveriam ou não serem fechadas

- *Solicitações de isenção de taxa aduaneira*

Remetidas para a Alfândega de Rio Grande entre 1943-1958, trata-se de Requerimentos do CADEM ao Inspetor da Alfândega de Rio Grande, de isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras, conforme contrato celebrado com o Ministério da Fazenda em 4 de agosto de 1944; relações de material importado pela Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), vindo de Antofagasta no vapor chileno Angol; requerimentos de certidões, feitos pela CEFMSJ, para ação de anulação de condenações feitas pelo Conselho Superior de Tarifa, relativas às taxas de Previdência Social, com as cópias dos acórdãos<sup>12</sup>; notas de mercadorias e despachos de importação da firma Raul Silva e Joaquim Silva – Despachantes aduaneiros, enviadas para a CEFMSJ, e telegramas da subagência Pelotas para a Alfândega desta cidade, sobre embarques/entregas de carvão para o Lloyd Brasileiro – Patrimônio Nacional.

- *Registros de importação aduaneira*<sup>13</sup>

Com registros do período 1947-1963, encontram-se as notas de despachos de importação da firma Raul Silva e Joaquim Silva – Despachantes aduaneiros, de mercadorias para a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), especificando o conteúdo das cargas e o valor das taxas a pagar, e cópias de protocolos gerais de acórdãos de deferimento e indeferimento relativos a adicionais e taxas da Previdência Social, remetidas pelo Conselho Superior de Tarifa ao Inspetor da Alfândega de Rio Grande

- *Declarações de rendimentos*

São declarações de rendimentos individuais para o Imposto de Renda de Pessoa Física, entre os anos de 1942-1948.

- *Balancetes / Notas contábeis*<sup>14</sup>

Com dados do período 1943-1957, nesta tipologia estão reunidas as notas de contabilidade e os memorandos expedidos para a contabilidade geral do CADEM, contendo, além de informações gerais sobre o

---

12 Documentação que remete ao Departamento Legal do CADEM

13 Estes documentos são similares às solicitações de isenção de taxa aduaneira

14 Referem-se às Notas de Contabilidade enviadas ao CADEM

andamento dos serviços na agência e subagência do Consórcio, as despesas pagas para o Almojarifado, informações sobre o estado financeiro da Agência Rio Grande, relações de contas a pagar, saldos devedores de contas correntes, comunicados e informações com o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais ( DEPRC), e sua seção de Diretoria da Viação Fluvial, relações de entrega de carvão, declarações de prestações de serviços nas embarcações e relações de débitos dos governos federal e estadual, de carvão vendido.

• *Registros de materiais*

Compreendendo o período 1946-1961, a tipologia reúne notas de despesas do CADEM com a remessa de materiais para o Almojarifado das Minas de Butiá, assim como as notas de materiais embarcados para a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB); listas de pedidos para as embarcações, feitos ao Serviço de Transporte de Carvão (STC); notas de recebimento de materiais, e relações de material flutuante do CADEM, com os valores atribuídos pela Comissão de Avaliação.

• *Demonstrativos de pagamento*

Trata-se de faturas enviadas ao CADEM de fornecimentos no depósito de Pelotas, e de regularização das calorias de carvão entregue; despesas efetuadas por conta do Serviço de Transporte de Carvão (STC), e listas de valores de indenizações a serem pagas aos funcionários da subagência Pelotas e da Agência Rio Grande.

• *Previsões de consumo de carvão*

Constituem-se em previsões de consumo na cidade de Rio Grande, feitas pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC) / Divisão Rio Grande, das Indústrias Reunidas Leal Santos S. A., no ano de 1958.

### **05.03 Série Seção Pessoal (Departamento Trabalhista)**

**BR RSMC 05.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1931 – 1964**



## VOLUME: 15,84 ML

Constituem a Série Pessoal (Departamento Trabalhista) as seguintes Tipologias:

### • *Cartas Ministério do Trabalho*

Contém informações do período 1943-1950, destacando-se as expedidas pelo e recebidas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), bem como do Conselho Nacional do Trabalho, 17ª Inspeção Regional do Trabalho, Delegacias do Trabalho Marítimo e Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, versando sobre diferentes assuntos, dentre eles as relações de operários que não compareceram e/ou abandonaram o trabalho; atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC); declarações de funcionários e decisões proferidas pela Justiça e pelas empresas; informações sobre o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), e relações das empresas e do Consórcio com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). Nessas missivas ainda se tem menções à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Serviços de Mineração de Porto Alegre, incluindo os nomes dos representantes das empresas para a constituição do Conselho Deliberativo da Caixa, e relações de nomes de funcionários “desertores” das Minas de Butiá.

### • *Cartas Quartel General da III Região Militar*

O conjunto documental referente à III Região Militar (III RM), abrangendo a década de 1950, é formado por documentação recebida deste órgão, com as seguintes subdivisões, conforme Sumário original: Batalhões 7º e 8º de Caçadores de São Leopoldo; 7º Regimento de Cavalaria Independente, de Livramento; Relação dos Operários admitidos nos serviços do CADEM; 3º Regimento de Cavalaria Divisionários, de Porto Alegre; 6º Batalhão de Cavalaria, de Porto Alegre; Ministério da Guerra (MG); Interventores das Minas; 3º Batalhão de Engenharia; Regimento Obuzes, de Cachoeira do Sul; Auditor do Quartel General e General Comandante da III RM. Constam ainda dados acerca do Recrutamento Militar, informando sobre operários desligados pertencentes às Minas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

• *Rescisões/indenizações trabalhistas/Avisos prévio.*

Consta de informações entre os anos de 1936-1958, sobre, no que toca aos pedidos de Avisos Prévios, de Consultas Jurídicas sobre esses Pedidos, bem como Instruções para procedimentos a serem adotados para os empregados mensalistas e diaristas. As Rescisões abrangem os anos de 1943-1957, dizendo respeito às Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas do Butiá, também informando sobre o Sindicato a que o trabalhador pertence, quando existe filiação. As Indenizações trabalhistas, por sua vez, informam sobre quantias pagas a operários despedidos e valores devidos às moléstias profissionais.

• *Folhas de Pagamento*

Relativas ao período 1940-1963, nesta tipologia, além dos ganhos e descontos feitos a funcionários e operários, encontram-se dados como os demonstrativos de pagamentos realizados pelo escritório das Minas do Leão, relativos a trabalhos com escavadeiras; pagamentos ao posto de puericultura, salário doença, SENAI e luz faturada; relações das folhas de pagamentos das Minas do Leão, Butiá e da Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ), anteriores a existência da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP); relações de salários e ordenados a pagar ao transporte marítimo, com as despesas jurídicas, e a estiva em Porto Alegre, dentre outros; folhas de pagamento de Guindasteiros e Foguistas do Pontão Roberto; relações de ordenados superiores contemplados com seguros; resumos de folhas de pagamentos, incluídos os feitos para a ex CAP e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC).

• *Prêmios de acidentes de trabalho*

Nesta tipologia estão reunidos os demonstrativos das alterações dos prêmios de Seguros de Acidentes de Trabalho, em vista do determinado pela Portaria de 12 de setembro de 1960, do Serviço Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 7 de outubro de 1960.

- *Apólices de seguro*

Constando de documentação referente ao período 1941-1952, encontram-se as Apólices de Seguros contra Riscos de Acidentes de Trabalho da Companhia Atlântica de Seguros; relações nominais de ganhos dos aderentes ao Seguro Coletivo da Sul Americana Companhia de Seguros; cálculos para pagamentos de seguros; carta da Agência Porto Alegre para a Atlântica Companhia de Seguros, sobre a instalação de ambulatório em Charqueadas; cartas de envio de Certificados de Seguros contra Acidentes Pessoais realizados entre o CADEM e a Brasil Companhia de Seguros Gerais; apólices e declarações de adesão ao plano de Seguro contra Incêndio da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes.

- *Fichas de frequência/controle de férias.*

Abrangendo o período 1937-1945, referem-se ao registro individualizado das diárias percebidas pelos trabalhadores, e os totais mensais recebidos. Constam os dados pessoais dos operários, como filiação e alfabetização.

- *Atestados de antecedentes/trabalho*

Compreendendo os anos 1944-1963, encontram-se Cartas da Agência Porto Alegre enviando e solicitando as datas de entrada de trabalhadores nos serviços da Companhia Siderúrgica Rio-Grandense e na Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ); atestado de prestação de serviços e função emitido pelo Banco do Distrito Federal S.A.; requerimento de expedição de atestado por Tempo de Serviço, dirigido ao Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM) e atestado de Conduta, emitido pelo Departamento de Polícia Civil.

- *Contrato de trabalho*

Corresponde a Minuta de Contrato de Trabalho, na função de Vigia, para o empregado Trajano Ferreira Lameirão.

- *Carteiras de Trabalho*

Carteiras de trabalho de operários e funcionários (as), com fotos, incluindo as carteiras de trabalho de menores.

- *Livro ponto*

São Livros Ponto dos funcionários do CADEM, das Companhias consorciadas e de operários da Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ), com seus nomes, totais de dias trabalhados, jornal diário, importâncias e observações.

- *Relação de empregados*

A tipologia é composta por Livros entre os anos de 1941-1973, contendo os nomes de funcionários e operários, com seus números de chapa; sexo; idade; estado civil; nacionalidade; naturalidade (para os funcionários brasileiros); categoria ou profissão; ordenado, salário ou diária; se lê e escreve; datas de admissão e retirada (saída da empresa) e observações; livro de pagamentos de férias e de 13º salário, não constando os nomes do pessoal, iniciado em 1961 e findo no ano de 1973; relações nominais manuscritas, com o número da chapa; relações de empregados eventuais e os de mão de obra, com os resumos funcionais respectivos.

### ***Subsérie Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP)***

- *Cartas.*

As Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) foram instituídas pelo Decreto nº 4.628, de 24 de janeiro de 1923, conhecido como Lei Elói Chaves, e a partir daí passaram a se organizar por instituições ou empresas, com financiamento e gestão de trabalhadores e empregadores, para fins de aposentadoria, pensão e assistência médica. As Caixas foram incorporadas ao Ministério do Trabalho no primeiro governo de Getúlio Vargas, passando a se constituir em uma autarquia ordenada por categorias profissionais, e no ano de 1932 os trabalhadores das empresas de mineração foram incluídos no Regime previdenciário da Lei Elói Chaves. Desse modo, nesta tipologia, no período de 1937-1958, encontram-se cartas da Agência Porto Alegre e da Matriz/RJ para o presidente da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Serviços de Mineração, bem como da Agência Porto Alegre para as Minas, versando sobre benefícios e salários doença e sustação de contratos de trabalho, bem como informações sobre regularizações das contribuições dos empregados

da CEFMSJ e da CCMB, por vezes com anexos de documentação jurídica, como Pareceres e Certidões. Neste conjunto documental se encontram, do mesmo modo, as “Correspondências recebidas da CAP”, arquivadas com este nome pelo escritório do CADEM em Porto Alegre, e abrangendo o período de 1938-1953, contendo uma gama ampla de informações, como irregularidades nas contribuições; descontos de empréstimos contratados; relações do pessoal marítimo que devem para a carteira de empréstimos da CAP; informações sobre situação funcional dos trabalhadores a serem usadas em Processos judiciais; aproveitamento de funcionários em outras funções, devido à apresentação de laudos médicos; suspensão de contratos de trabalho e contribuições, devido à aposentadoria por invalidez; movimentos mensais da CAP e carteiras de empréstimos e descontos efetuados para esse fim; contas de medicamentos fornecidos; construção de vilas operárias em Butiá e Charqueadas e carta enviada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), versando sobre salário doença e pagamentos mensais por moléstia. As cartas do período 1953-1958 dizem respeito à extinção da CAP dos Serviços de Mineração e sua substituição, em julho de 1953, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), e são intercambiadas entre a CCMB e a Agência Porto Alegre do CADEM e pelos responsáveis da Divisão de Arrecadação do IAPETC com aquela Agência, versando sobre descontos efetuados para o Instituto; salário manutenção; respostas às Consultas efetuadas pelas Empresas sobre os direitos dos segurados em face da mudança de legislação e ao Regulamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; o ambulatório do Instituto, com a relação de seu material em Anexo; plantas e croquis das casas de propriedade do IAPETC nas Minas do Butiá, assim como listagens das casas construídas pela ex CAP nas Minas. Correspondências entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC) com a Caixa e as empresas fornecem dados sobre o deferimento de despachos por parte do MTIC; pleitos entre a CCMB e o Instituto acerca de terrenos para a construção de novas dependências do Consultório e Ambulatório; visitas às Minas dos Fiscais do IAPETC e do Delegado Regional do Trabalho; abaixo-assinados de contribuintes da extinta CAP solicitando revogações de Resoluções que alteram as contribuições

para a Previdência Social, dentre outras temáticas que se encontram neste conjunto documental.

• *Fichas de descontos*

A tipologia Fichas de Desconto contém informações sobre descontos da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), entre os anos 1933 – 1959, tendo em anexo, em algumas delas, documentos de aumento de cobrança e pedidos de atestado por tempo de serviço de funcionários.

• *Fichas de hospitalários*

Fichas de admissão de sociedade no Hospital Sarmento Leite, das décadas de 1940 e de 1950, com as datas e quantias depositadas, número da chapa e nome do associado.

• *Formulários de Inspeção de Saúde para admissão.*

Contém formulários entre os anos de 1938-1952, com os dados individualizados dos trabalhadores nas inspeções de saúde para admissão nas minas administradas pelo CADEM, com suas informações pessoais e funcionais, bem como resultados dos exames. Encontram-se, também, informações sobre prestação de serviços a outras empresas sujeitas ao regime da Caixa de Aposentadoria e Pensões, fornecendo o nome daquela, quando é o caso, assim como dados sobre pagamento de imposto sindical e situação de reservista. As Inspeções do ano de 1944 e 1945 têm os carimbos de “Esforço de Guerra” da Subdelegacia de Polícia de São Jerônimo, devido ao controle dos casos de deserção.

• *Registro de Associados e de Estatísticas.*

Conjunto documental formado por Fichas a partir do ano de 1936, muitas delas sem data. São Registros e Estatísticas de associados da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR), com seus dados pessoais, nomes próprios, números de chapa, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, se lê e escreve e observações funcionais e pessoais. No campo “dados de família” constam o nome dos pais, esposa e filhos, e nos “Dados Funcionais” para data de admissão na empresa, salário, interrupções no serviço, se o funcionário sabe de enganos da empresa quanto ao eu nome, em quais departamentos trabalhou e observações.

• *Demonstrativos de contribuições, descontos e débitos*

Relativos aos anos de 1937 a 1953, constituem-se de saldos da conta da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), contribuições mensais das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) e do Estaleiro Mabilde, assim como arrecadações mensais particulares da CCMB. Relações de associados em débitos com a CAP, suspensão de contratos de trabalho; diferenças salariais; reajuste de contribuições; cálculos para aposentadorias especiais; serviços hospitalares e aluguéis; ordens de pagamentos; e levantamentos de dívidas ativas, são algumas das temáticas encontradas neste conjunto documental.

**Dossiê Consultório médico**

Com informações de 1933 a 1955, neste conjunto documental há informações sobre o consultório médico da CAP, reunindo atestados médicos; cartas para a Agência do CADEM em Porto Alegre com resumos de informações fornecidas pela Divisão de Benefícios vinculada ao Consultório Médico; receitas e atestados médicos; diagnósticos, pareceres e laudos sobre doenças tratadas, servindo de subsídio inclusive para Processos Judiciais; formulários de Inspeção de Saúde para Aposentadoria por Invalidez dos segurados. Cartas da Santa Casa de Misericórdia para a CCR, e da CAP para o CADEM, bem como Pareceres do Assistente Médico Perito Técnico em ação por acidente de trabalho movida contra a CCR, e do Gabinete Médico Legal da Chefatura de Polícia, são documentos que integram o Dossiê.

***Subsérie Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC)***

Esta Subsérie contém as tipologias a seguir:

• *Concessão de benefício – empregador/ sindicato*

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas – IAPETC, foi criado pelo Decreto Lei nº 651, de 26 de agosto de 1938, e no ano de 1945, com o Decreto Lei nº 7.720, de 9

de julho, incorporou o Instituto dos Empregados da Estiva, passando a se denominar Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes em Transportes e Cargas, que, como os demais Institutos após o ano de 1945, passou a incluir serviços nas áreas de alimentação, habitação e saúde. Assim, este conjunto documental reúne dados do IAPETC, entre os anos 1953-1956, sobre concessões de benefícios para uso em Processos por aposentadoria especial e por invalidez, informando os nomes dos segurados e dos empregadores e/ou Sindicatos, beneficiários e espécies de benefícios, datas de pagamentos e revisão médica, concessão ou cancelamento do benefício, acompanhadas de correspondências da Agência Porto Alegre às Minas, reenviando as informações prestadas pelo chefes da Concessão de Benefícios e da Secretaria de Habilitação do IAPETC, acerca de tempo de serviço e concessões de aposentadorias. Também constam altas hospitalares e Pareceres de hospitais, bem como suspensões de contratos de trabalho, acompanhando as Concessões de benefícios.

• *Caderneta de contribuinte/títulos de aposentadoria*

Nesta tipologia encontram-se cadernetas de contribuintes do IAPETC e títulos de aposentadoria, com os nomes dos contribuintes e suas fotos, e número, local e data da inscrição no Instituto.

• *Demonstrativos de ordenados/contribuições/arrecadações*

Entre os anos de 1954-1961, encontram-se os demonstrativos de contribuições mensais feitas pelo CADEM ao IAPETC, com as quantias depositadas pelo Consórcio, as Companhias consorciadas e por particulares, para a Legião Brasileira de Assistência (LBA), para o Serviço Social da Indústria (SESI) e para a Carteira Predial. Do mesmo modo, há as folhas de pagamento da Matriz do CADEM com as contribuições feitas ao IAPETC, acompanhadas de recibos de honorários, salários e a discriminação das contribuições, assim como os demonstrativos das contribuições ao Instituto a serem recolhidas pela Agência Porto Alegre do CADEM.



- *Guias de recolhimento de acidentes de trabalho*

Neste conjunto documental tem-se as Guias de Recolhimento de Acidentes do Trabalho do IAPETC, com os nomes dos associados, números de suas inscrições e salários de contribuição, assim como as Guias para o CADEM e a CCMB, com discriminação do grupo profissional, classe, totais de empregados, taxas, remunerações e prêmios. Solicitações do IAPM de tempo de serviço de segurados, para fins de aposentadoria especial; seguro doença; aproveitamento e readaptação no serviço e concessão de aposentadoria ordinária são informações que também constam nesta tipologia.

### ***Subsérie Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM)***

Esta Subsérie contém as tipologias a seguir:

- *Folhas de pagamento*

Documentos do ano de 1944, são folhas de pagamentos de contribuições para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), feitas pela Navegação Arnt Ltda., com sede em Taquari, para as seções de serviços terrestres e marítimos.

- *Guias de recolhimento*

Entre os anos de 1956-1960, a tipologia reúne as Guias de Recolhimento de quotas para a Previdência Social arrecadadas para o IAPM pela Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), e as Guias de Contribuições e Prêmios de Seguros contra Acidentes de Trabalho dos funcionários da Agência Porto Alegre, com Mapas demonstrativos dos valores a serem recolhidos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

## **05.04 Série Assistência Social**

**BR RSMC 05.04**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1933 – 1969**

**VOLUME: 1,08 ML**

Constituem a Série Assistência Social as Tipologias a seguir:

- *Cartas*

Compreendendo o período de 1944 a 1961, as Cartas reúnem, dentre outros, relatos feitos ao presidente Getúlio Vargas, pela Agência Porto Alegre do CADEM, sobre as diferentes modalidades e cursos de ação empreendidos nas áreas de Assistência Social nas minas de São Jerônimo e de Butiá. As cartas trocadas entre a Matriz e a Agência Porto Alegre, o Grêmio Esportivo Estrela, a Escola Técnica do Comércio e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI – Escola Visconde de Mauá) contêm informações como o abastecimento de água potável; férias escolares; numeração, reparação e conservação de casas no Porto do Conde; serviços hospitalares prestados; serviço primário gratuito; pareceres jurídicos; farmácia da Cooperativa de Butiá; casa própria para mineiros; Associação Cristã de Moços e a Igreja Nossa Senhora de Navegantes.

- *Clubes de futebol e sociedades*

Destacadas na tipologia Cartas encontram-se as correspondências de “Clubes de Futebol e Sociedades”, de 1940 a 1961, com informações sobre o CTG Saudades do Pago; Movimento de Amparo ao Colono Abandonado; Festividades da Semana da Pátria; Tenda de Umbanda Cacique Pena Branca; Clube Butiá; relações de Atletas que trabalham nas Companhias; Sociedade Recreativa Porto do Conde; Butiá Futebol Clube; Liga Jeronimense de Futebol; comícios do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Clube do Comércio; Sociedade Última Hora, de Arroio dos Ratos; Clube Atlético Cometa; Clube do Comércio de São Jerônimo; Sociedade Carnavalesca Batutas; Sociedade Recreativa Ouro Preto; Monte Castelo Clube; Cooperativa de Consumo dos Operários do Porto do Conde e da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); Estatutos do Banco Agrícola Mercantil e da Sociedade Cultural Jeronimense; Conde Futebol Clube; Instituto Experimental do Carvão (IEC), com seu Relatório de Exercício do ano de 1955 e Planos de Atividades.

- *Atas da Liga Butiaense de Futebol*

As Atas das agremiações que disputam torneio organizado pelo

SENAI e pela Liga pertencem ao ano de 1962, e são as de nº 1 a 3, contendo, também, as vendas à vista efetuadas pelo Grupo Esportivo Engenheiro Frederico Liberalli, em prol do torneio.

• *Relatório de Assistência Social do CADEM*

Documento do ano de 1944, consiste em relatório descritivo dos serviços de Assistência Social financiados pelo CADEM nas Companhias consorciadas, constando de Assistência Individual – educação e cultura e auxílio às professoras, às viúvas e aposentados; e Assistência Coletiva – grupos escolares; Hospital Sarmento Leite; serviços de puericultura e pré-natalidade; maternidade Henriqueta Cardoso; consultórios médicos; igrejas; recreação e cooperativas de consumo. Acompanham o Relatório documentos como Relações de alunos que estudaram por conta do CADEM no ano de 1943, com a discriminação das despesas feitas para os estudos; Relações de aposentados e viúvas de operários que exploram mercadinhos e pensões; aposentados que têm permissão para residir nos terrenos das empresas; auxílios dados a aposentados e viúvas que recebem quantias insignificantes da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP); assistência dentária e movimento no Gabinete dentário do Grupo Escolar Visconde de Mauá; movimentos dos serviços de pré-natalidade e puericultura, acompanhado de gráfico de consultas, curativos, gestantes e crianças atendidas, mamadeiras, receitas aviadas e injeções aplicadas, no ano de 1943.

***Subsérie Educação***

Esta Subsérie contém as tipologias e dossiê a seguir:

• *Mapas/declarações formação escolar de trabalhadores/filhos*

Reunindo informações dos anos 1962-1963, nos Mapas e Declarações constam levantamentos acerca da escolaridade dos trabalhadores e seus filhos, com os nomes e dos filhos, suas idades, se concluíram o curso primário, a nome da escola em que estão matriculados, e os motivos alegados para não estarem frequentando o colégio, quando é o caso.

• *Declarações de trabalhadores renunciando ao ensino escolar*

Constando do nome da empresa empregadora e sua localização, nas Declarações, que compreendem o período 1961-1963, os trabalhadores dão a conhecer que, embora não tenham ensino primário completo, não desejam frequentar nem se matricular em qualquer curso oferecido, conforme previsto na legislação sobre o ensino primário nas empresas.

• *Fichas de matrícula em curso supletivo*

São fichas do ano de 1963, de matrículas em Cursos Supletivos para Adultos realizadas pela Companhia Carbonífera das Minas do Butiá (CCMB), com o nome do aluno, datas de nascimento e da matrícula, sexo, cor, naturalidade, religião, curso que possui e endereço.

**Dossiê Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI**

O Dossiê reúne Cartas, no período 1942-1964, com a Matriz do CADEM no Rio de Janeiro e sua Agência em Porto Alegre, a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), a Associação Cristã de Moços (ACM) de Porto Alegre, as correspondências entre o SENAI e suas escolas profissionais nas Minas, bem como com a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, versando, dentre outros assuntos sobre: a Comissão da Secretaria de Educação – SENAI, e sua vinculação com o Sindicato dos Mineiros; cursos de alfabetização de menores para funcionários da Companhia; pagamentos de isenções e estudos de despesas da CCMB com a Escola SENAI; cartas dirigidas ao diretor da Escola Profissional de Aprendizagem Engenheiro Frederico Liberalli, sobre contratação e pagamentos para professores; cursos de aperfeiçoamento na Escola SENAI Visconde de Mauá; comunicados do Juízo Eleitoral para as Escolas SENAI, por terem sido escolhidas para funcionamento de seções eleitorais; solicitações de envio de dados sobre conclusão de curso dos alunos; descontentamentos da direção regional do SENAI com a forma de ministrar as aulas na Mina de Butiá; orientações para professores e extinção de conteúdos programáticos; listas de remessas de materiais didáticos e relações de materiais desaparecidos da Escola Engenheiro

Frederico Liberalli; demonstrativos de despesas feitas e vencimentos, com carimbos de Esforço de Guerra; organização de cursos para mineiros na Escola da CCMB, com a apresentação, objetivos e programa do curso; início das aulas do curso profissionalizante na escola Engenheiro Frederico Liberalli, no ano de 1945; listagens de alunos aprovados e reprovados nas provas de seleção. Do mesmo modo, no Dossiê se encontram cópias de expedientes trocados entre o Departamento Nacional, o Conselho Nacional e o Ministério do Trabalho sobre a aprendizagem nas Minas de carvão, tratando, dentre outros, da relação do SENAI com a derrogação da proibição de trabalho de menores, e as dificuldades encontradas pelo Serviço para pôr em prática o programa de aprendizagem para operários menores; documentos e textos referentes ao Esforço de Guerra, como “A aprendizagem nas Minas do Carvão” e “O Preparo do Exército de Mineiros”, sobre o abastecimento de carvão em tempo de Guerra; Mapas de despesas lançadas pelo Almojarifado da CCMB para o SENAI, com listagens nominiais; fichas de chamada da escola Engenheiro Frederico Liberalli; listas de funcionários (secretários, professores, instrutores); boletins de alunos e resultados de exames semestrais dos cursos do SENAI em Butiá; regimento da escola Engenheiro Frederico Liberalli, relatório de suas atividades do ano de 1945, e Atas de seu Grêmio estudantil, bem como de reuniões e exames da Escola; atestados de bom comportamento e eficiência nos estudos; relações de livros pedagógicos e didáticos enviados para a escola Santa Teresinha, das Minas de Butiá; comunicado da fundação da Associação de Ex-Alunos do SENAI/POA, em 28 de maio de 1948, com a nominata de sua primeira diretoria; medidas adotadas e as que virão a ser, por determinação do SENAI, na escola Luiz Betim Paes Leme, em Arroio dos Ratos; cartas manuscritas relatando a organização da “Tarde Esportiva”, para arrecadação de fundos para a compra de máquina de escrever; cópias de legislações acerca de alterações na aprendizagem industrial, devido ao Decreto Lei nº 4481, de 16 de julho de 1942; comunicados do envio de filmes cinematográficos sobre “O Carvão”, entregues pelo SENAI para exibição nos cinemas das empresas consorciadas; Pareceres emitidos pelo Ministro do Trabalho Marcondes Filho, sobre revogação de artigos da CLT; relações de materiais enviados pelo SENAI ao Gabinete Médico; súmulas de partidas da Liga Interna de Ping-Pong da escola Engenheiro

Frederico Liberalli; correspondências entre Grêmios estudantis e esportivos, e outras associações e sociedades recreativas; listas de contribuições do CADEM para o SENAI, referentes aos recolhimentos para a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Serviços de Mineração; cópias de contratos de Cooperação firmados entre o Serviço Social da Indústria (SESI) e o CADEM; Planos Gerais do SESI/Departamento Regional RS, aprovados no ano de 1950, bem como estudos e pareceres daquele Serviço sobre “Normas Básicas do Serviço Social de Organização de Comunidade” e “O SESI no Rio Grande do Sul”; Estatutos do Grêmio Estudantil do colégio João Luderitz, para fins culturais e desportivos, de Porto Alegre, escola pertencente à rede SENAI; nominatas de eleições do Grêmio Esportivo Visconde de Mauá, em 1950, e relações de sócios do Grêmio Estudantil Engenheiro Frederico Liberalli; boletins informativos do SENAI do seu Serviço de Divulgação e Relações Públicas, assim como Boletins sobre o “Mercado de Trabalho em face do Problema da Mão de Obra Especializada na Indústria”; cópias de contrato de cooperação feito entre o SENAI e o CADEM, atribuindo a este a execução dos serviços e obras de assistência social.

### ***Subsérie Desportes/Saúde/Cultura***

Esta Subsérie contém os seguintes dossiês:

#### **Dossiê Desportes**

O Dossiê reúne documentos como os Estatutos do Clube Butiá – bailes, jogos lícitos, desportos e outras diversões –, fundado no ano de 1942, e cartas com a Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), sobre as eleições e os Estatutos do Clube; cartas do Clube Butiá para a direção do CADEM, sobre as melhorias na Praça de Esportes e incentivos para recepcionar o Grêmio Esportivo São Jerônimo para disputa de partida nas Minas; fichas de propostas para associações e de relações de descontos feitos por operários da CCMB para o Butiá Futebol Clube e para o Brasil Futebol Clube; relações de sócios do Grêmio Esportivo Engenheiro Frederico Liberalli (G.E.E.F.L.), escola profissionalizante do

SENAI e regras para o futebol de salão desta agremiação; cartas enviadas por e para agremiações e associações (como a Brigada Militar e a Juventude Católica Masculina), convidando e aceitando participação em partidas amistosas, assim como tratando de adiamentos e transferência de partidas; fichas de controle de fardamentos do G.E.E.F.L.; tômbola tricolor do Grêmio Futebol Porto Alegrense para a construção do Pórtico Monumental do Estádio Olímpico, no ano de 1958; listagem de contribuintes para ação entre amigos para a aquisição de fardamentos e materiais desportivos; súmulas de futebol de salão, em partidas realizadas no ano de 1962; apólices coletivas de seguros de acidentes pessoais, feitas pelo Butiá Futebol Clube; recibos de compras de materiais e gêneros alimentícios; cartas com atas e súmulas enviadas por patrocinadores e dirigentes para a diretoria do SENAI Futebol Clube; cartas do Grêmio Futebol Porto Alegrense, fundado em 15 de setembro de 1903, para a Agência do CADEM em Porto Alegre, discorrendo sobre a situação da sua equipe de Juvenis, do ano de 1962; fichas de inscrição para o campeonato de voleibol do G.E.E.F.L.

## **Dossiê Saúde**

Com uma extensa gama de informações, elenca-se, a seguir, alguns dos documentos e temáticas reunidas no Dossiê, quais sejam: vencimentos e gratificações aos funcionários do Posto de Puericultura, da CCMB; levantamento de estoques de mamadeiras, com os nomes próprios das crianças a que pertencem; laudos de avaliação, do ano de 1962, do Hospital Sarmento Leite, com plantas e desenhos em anexo; cartas endereçadas das Minas para a Agência Porto Alegre do CADEM, tratando de autorizações para pagamentos em serviços de vacinação nas Minas (entre os anos de 1942 a 1963) e epidemias de varíola; expedição de atestados de saúde; listagens de serviços internos do Lactário, pertencente aos Serviços de Pré -Natalidade e Puericultura das Minas de Butiá; demonstrativos de despesas do CADEM com o Hospital Sarmento Leite e a Maternidade Henriqueta Cardoso; contrato de Prestação de Socorros firmado entre o Hospital Sarmento Leite e a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Serviços de Mineração, assim

como requerimentos às empresas, por parte de funcionários, para associação naquele Hospital; atas de entrega de Prêmios em Concurso de Saúde no Posto de Puericultura; livro de controle de curativos feitos em adultos (1943-1944), e de registro de consultas de lactantes; listas de índices de mortalidade de adultos e crianças, com a especificação das doenças que causaram os óbitos, entre os anos de 1943 a 1945; levantamento geral de despesas do CADEM com o Departamento Hospitalar, escolas, igrejas, pré-natalidade e puericultura, serviços odontológicos, sociedades recreativas e desportivas nas Minas, no ano de 1952; fichas de baixas hospitalares, com os diagnósticos das causas de internação; relações de materiais existentes no depósito do Almoxarifado e no Hospital Sarmiento Leite; tratativas feitas entre a CEFMSJ, representada pelo CADEM, e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) para doação do Hospital Sarmiento Leite.

### **Dossiê Cultura**

Fazem parte deste conjunto documental relações e recibos de doativos para a construção da Capela de Santa Bárbara, com descontos em folha de pagamento da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB); Ata de reunião da diretoria do Aero clube Butiá para deliberação de auxílio à Paróquia Santa Teresinha na distribuição de presentes de Natal para as crianças; agradecimentos feitos à CCMB pela Igreja Metodista, por contribuição da empresa para o Natal dos Pobres, assim como cessão de salas para a realização de cultos e aulas de alfabetização no local de funcionamento da escola SENAI Engenheiro Frederico Liberalli; ações realizadas para a Festa de Santa Bárbara, como distribuições de cartelas para a Tômbola da Festa, listas de distribuições de talões e de talões vendidos e balanços gerais das festividades; listas de premiações em sorteios, entregues na Cooperativa dos Mineiros, e de sugestões para a escolha de prêmios; cartazes de divulgação da Festa de Santa Bárbara, com convite, programação, hora, dia e local, dos anos de 1957-1958 e 1960. Também se encontram no Dossiê as programações da Festa de Nossa Senhora de Lourdes e da Festa da Uva, em Barão do Triunfo; programação e divulgação da Festa de São José Operário – Dia



do Trabalho, realizada em 1º de maio na Igreja Santa Teresinha, com a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), Brasil Futebol Clube e o vigário de Butiá; cartazes de divulgação do programa de festividades do Dia do Trabalho, em Minas do Butiá e cartaz com a programação dos Festejos Tradicionais em Rincão do Cascalho, em homenagem a Nossa Senhora das Graças, ambos do ano de 1959; cartas de organizadores da Festa de Santa Bárbara para a subdelegacia de Polícia das Minas de Butiá, presidente do Brasil Futebol Clube, direção do Grupo Escolar Visconde de Mauá, Escola Imaculado Coração de Maria e Ginásio Professor Alcides Conter e comunicados de jogos amistosos entre o Butiá F. C. e o Brasil F. C. em benefício daquela Festa. Cartas da CCMB enviadas à Matriz do CADEM sobre o CTG Saudades do Pago, informando sobre cessão de terrenos destinados à sede do Centro de Tradições, acompanhadas de contrato de Comodato e planta de situação do CTG, e sobre a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, com requerimentos da Igreja feitos à CCMB para construções de aumento de templos; programa esportivo da Homenagem a Tiradentes, enviado à Brigada Militar (BM), com a regulamentação de torneios; Boletim da Paróquia São José do Portão, do Município de São Sebastião do Caí; cartas entre a CCMB e o engenheiro responsável pelas obras da nova Matriz de Santa Teresinha, com desenhos e croquis em anexo; ata da aprovação dos Estatutos do CTG Saudades do Pago, no ano de 1962, são também informações reunidas no Dossiê Cultura da Série Assistência Social do Fundo CADEM.

### **Dossiê Clube de Cinema**

O Dossiê contém dados dos Clubes de Cinema de Butiá e de Arroio dos Ratos, entre os anos de 1955-1959, reunindo as Programações dos Clubes, com a relação dos filmes que serão exibidos mensalmente às quartas e quintas-feiras e aos sábados, com o título da película, atores principais, dia da exibição e data da devolução da cinta; recibos por serviços prestados ao Clube de Cinema; avisos sobre a crise financeira pela qual passa o Clube de Cinema, com carta da Matriz autorizando o concerto do projetor cinematográfico e cartas do Almoxarifado da

CCMB avisando sobre o envio de materiais, como lâmpadas, ao Clube; carteiras do Banco Agrícola Mercantil de controle de emissão de cheques com históricos da conta corrente do Clube de Cinema; listagem de sócios iniciais, em número de trinta e seis, do Clube de Cinema Butiá, que foi organizado no ano de 1955, funcionando em sala do SENAI sob a direção do engenheiro-chefe da Companhia Carbonífera Minas de Butiá.

### 05.05 Série Imigração / Recrutamento de Trabalho

**BR RSMC 05.05**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1947 – 1963**

**VOLUME: 0,12 ML**

Constituem a Série Imigração/Recrutamento de Trabalho, cartas com informações relativas a trabalhadores imigrantes.

• *Cartas/ outros documentos*

Este conjunto documental reúne informações sobre os “Imigrantes/ – empregados e operários”, conforme consta em pasta de arquivamento do Consórcio, abrangendo uma gama variada de remetentes e destinatários nas correspondências, assim como temáticas, assuntos, discussões, medidas e ações tomadas quanto ao recrutamento de mão de obra estrangeira pelas empresas e pelo Consórcio. No período 1945-1963, dentre os intercâmbios de correspondências e informações menciona-se os efetuados entre e com o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) – Centro das Indústrias do Rio Grande do Sul (CIERGS), enviando relação de técnicos europeus que desejam emigrar para o Brasil; Departamento Nacional de Imigração (DNI) do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC); cartas da Matriz do CADEM para a Direção da Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura, e com a CCMB, tratando, com a empresa, do fornecimento de mão de obra especializada ofertada pelo CIME; missivas do CADEM para a Embaixada do Japão no Rio de Janeiro; Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC); Conselho Nacional de Imigração e Colo-

nização; International Refugee Organization Preparatory Commission; Representante do CIME em Porto Alegre, Arthur Fischer, para a Agência Porto Alegre do CADEM; Delegacia de Fiscalização de Entrada, Permanência e Saída de Estrangeiros, vinculada à Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS); Interim Treasury Committee for Polish, Immigration Branch. Dentre as às temáticas e assuntos que podem ser encontrados nas “Cartas e outros documentos” da Série Imigração/Recrutamento do Trabalho, encontram-se: carta do ano de 1948 de “Um Grupo de Imigrantes, 1º transporte”, dirigida ao engenheiro-chefe da CCMB, comemorando um ano de chegada ao Brasil de imigrantes políticos ucranianos, russos brancos, russos, poloneses, estonianos, letonianos e iugoslavos, às Minas, comemorando um ano de trabalho e chegada ao Brasil; questionário para a introdução de mineiros japoneses (com as respostas); preços da Cooperativa das Minas de Butiá; elementos para ofício ao Embaixador do Japão; relação nominal dos imigrantes que vieram para trabalhar na CCMB e relação dos operários imigrantes que deixaram o trabalho na Companhia; listas de despedidos por indisciplina, devido a recusa de desempenhar função, por não se adaptarem aos serviços nas Minas; “Alienígenas” selecionados vindos para o Brasil e atualmente alojados na Ilha das Flores; salário médio mensal dos imigrantes que deram aviso prévio; declarações dos imigrantes de que seguem para as Minas do Butiá por livre e espontânea vontade; relações de imigrantes que retornaram para o Rio de Janeiro; listas de imigrantes que estão em Porto Alegre com paradeiro ignorado; dispensa de operários imigrantes por sua idade avançada; listagens de imigrantes alojados em hospedarias, aguardando sua ida para as Minas do Butiá; Relações de operários imigrantes que desejam abandonar Butiá (constando chapa, nome, por que quer sair da Companhia, para onde vai e em que pretende trabalhar); a vinda de duzentos operários europeus imigrantes para trabalhar nas Minas administradas pelo CADEM, garantindo emprego não só àqueles, mas a um número mais elevado, contando, também, com a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC) para indagar a todas as empresas de carvão a ele associadas do interesse em receber imigrantes; embarques de cinquenta e cinco imigrantes europeus, escolhidos na Ilha de Flores, para trabalhar no CADEM, com os abaixo-assinados dos mesmos; listas de operários proce-

dentes de Minas Gerais, embarcados no Rio de Janeiro, e chegados em março de 1947, e a vinda de operários poloneses, ex-combatentes, que se encontram na Inglaterra, para trabalhar nas Minas.

### **05.06 Série Produção e Registro Industrial / Usinas de Eletricidade**

**BR RSMC 05.06**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1947 – 1951**

**VOLUME: 0,07 ML**

Esta série é composta das seguintes tipologias:

• *Cartas/ outros documentos.*

Reunindo dados entre os anos de 1947-1958, e conforme foi estipulado pelo Decreto Lei estadual nº 370, de 23 de agosto de 1943, existe a obrigatoriedade de prestar informações, por parte de qualquer pessoa ou entidade, sobre as atividades industriais, as quais são feitas em formulários próprios do Departamento Estadual de Estatísticas (órgão regional do IBGE), denominados Inquéritos, onde são declarados o nome da empresa ou proprietário, natureza da empresa e sua sede, com endereço completo, se a usina é de fornecimento público e a data de sua instalação, o local onde está situada, se é geradora hidrelétrica ou termelétrica. Na primeira parte o declarante é indagado sobre os “Dados Numéricos” (motores, geradores elétricos, potência instalada, transformadores, localidades servidas dentro do município, etc.), e na segunda parte do Inquérito informa sobre os “Dados Especiais”, como concessões e contratos de fornecimento, deficiências de fornecimento, possibilidades de aumento de consumo, e fontes de energia hidráulica não aproveitadas. Boletins de Produção, constituindo-se em Questionários detalhados, também fazem parte da Tipologia Cartas/Outros Documentos, fornecendo os Dados Gerais sobre a Empresa e o estabelecimento (CCMB e CEFMSJ), capitais aplicados, pessoal empregado, veículos e animais, aluguéis, impostos e outras despesas, força motriz, máquinas,

aparelhos e instalações, combustíveis, lubrificantes e energia elétrica, matérias primas, produção e estoque. Definições e Instruções para o preenchimento dos Quadros e Questionários; correspondências do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE); dados estatísticos detalhados feitos pelas empresas consorciadas no CADEM para preenchimento dos Questionários, são informações que podem ser encontradas nestes conjuntos documentais.

### **05.07 Série Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN)**

**BR RSMC 05.07**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1952 – 1966**

**VOLUME 0,48 ML**

A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional – CEPCAN, criada pela Lei nº 1.886 de 11 de junho de 1953 que aprovou o Plano do Carvão Nacional (PCN), e que tinha como objetivo central o controle da distribuição e a fixação dos preços do carvão, foi substituída, em 24 de dezembro de 1960, com a Lei nº 3860, pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), com vigência até 31 de dezembro de 1970, na esteira da aprovação do Plano de Coordenação das Atividades Relacionadas com o Carvão Nacional, e contando com uma ampliação de seus objetivos e competências. Sua estrutura administrativa consta em ANEXO G .

Desse modo, foi constituída esta Série documental que reúne tipologias relacionadas com a criação das Comissões, assim como suas correspondências com os diferentes órgãos estatais e com as Minas.

• *Ata de criação no Congresso Nacional.*

Fazem parte desta Tipologia, o Diário do Congresso Nacional, de 11 de novembro de 1952, tendo a palavra na sessão o senador Alfredo Simch, discursando sobre a criação e aprovação do Plano do Carvão Nacional, e o Documento do Grupo de Trabalho do Carvão Mineral, do ano de

1961, com planos para a Siderúrgica de Santa Catarina - SIDESC e Aços Finos Piratini S.A., e outras siderúrgicas em Santa Catarina, Paraná e no Rio Grande do Sul, assinado pelos representantes do Grupo de Trabalho em cada um daqueles Estados.

• *Cartas.*

A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional – CEPCAN, criada pela Lei nº 1.886 de 11 de junho de 1953 que aprovou o Plano do Carvão Nacional (PCN), e que tinha como objetivo central o controle da distribuição e a fixação dos preços do carvão, foi substituída, em 24 de dezembro de 1960, com a Lei nº 3860, pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), com vigência até 31 de dezembro de 1970, na esteira da aprovação do Plano de Coordenação das Atividades Relacionadas com o Carvão Nacional, e contando com uma ampliação de seus objetivos e competências. A tipologia “Cartas” oferece dados sobre a história dessas Comissões, seu desenvolvimento e atribuições, bem como sua estreita ligação com as atividades desempenhadas pelas empresas consorciadas, especialmente no que diz respeito à siderurgia e às usinas de eletricidade. Dentre outras informações que podem ser encontradas neste conjunto documental menciona-se: solicitações de pedidos de esclarecimentos sobre as Minas de Butiá enviadas pelo PCN à Agência Porto Alegre do CADEM; discurso pronunciado pelo Diretor Executivo da CPCAN, Napoleão Oliveira, em 07 de Junho de 1962, no Rio de Janeiro, sobre o PCN e a sua Comissão, e os Grupos de Trabalho, criados pelas instruções de números 4 e 5, de 24 de Fevereiro de 1962; cópia da Lei nº 4.122, de 27 de agosto de 1962, autorizando a União a constituir a Siderúrgica de Santa Catarina (SIDESC); Decreto de criação do Grupo Executivo para a Constituição da SIDESC, cujos membros serão designados pela Comissão do PCN; ofícios do Ministério da Viação e Obras Públicas, enviados ao Diretor Executivo da CPCAN, sobre restituição de Processo; exposições de motivos dirigidos ao Presidente da República João Goulart, sobre a constituição da SIDESC, cujos estudos para implantação correram por conta da Comissão Executiva do PCN, a partir da prorrogação do Plano ocorrida com a Lei nº 3353, de Dezembro de 1957; ofício expedido pelo Diretor Executivo do CPCAN para Adhemar de Barros, Governador de São Paulo, no ano

de 1964, com a apreciação sobre empreendimentos em termelétricas e indústrias de fertilizantes.

• *Relatórios/Pareceres.*

Constam, nesta tipologia, o relatório da Comissão de Lavra da Mesa Redonda do Carvão, emitido em 1949, para a organização de questionário objetivando análises completas e minuciosas do problema de lavra pelas empresas; relatórios enviados pelo CADEM à Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), a fim de obter concessão de benefícios previstos em legislações aprovadas pelo Plano do Carvão Nacional (PCN), especialmente com a preocupação de mecanizar os serviços de mineração, organização técnico-administrativa, abertura de Minas, produção do carvão, métodos de lavra, inversões feitas nas Minas pelo Consórcio, financiamentos e custos com mão de obra; relatório da CEPCAN sobre melhorias de métodos de trabalho na mineração no Estado de Santa Catarina; relatórios apresentados à CEPCAN pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) sobre despesas com combustíveis nos centros ferroviários; resposta da CEPCAN ao CADEM sobre a impossibilidade do Consórcio em arcar com aumentos de salários; relatório do ano de 1962, do Diretor Executivo da CPCAN, sobre o problema do carvão; Segundo Relatório do Grupo de Trabalho, criado pela Instrução nº 4 de 24 de Fevereiro de 1962, do Presidente do Conselho de Ministros, feito pelo representante do Ministério das Minas e Energia; Relatório do Subgrupo nº 8, versando sobre a organização do Plano de Carvão: legislação atual, necessidade de alteração, cronograma e regimento interno, localização dos diversos órgãos, regulamento sobre a fiscalização da lavra, padronização da contabilidade – controle de custos; relatório do Diretor Executivo da CPCAN sobre o “Carvão/Aspecto Social”, apontando a reformulação da legislação pertinente, concepção política e econômica, o carvão e o homem, o homem no quadro atual, legislação em vigor, salários, relações de trabalho e formação profissional, causas e soluções, e conclusão; conjunto documental de 1962-1966, sobre discussões referentes à aprovação do PCN; relatório da Subcomissão de Energia Elétrica; discussões jurídicas com a empresa de Mineração Jucá; relatórios do II Simpósio do Carvão Nacional (1965); relatório sobre o problema do carvão no Brasil e possíveis soluções en-

contradas; relatório de futuro consumo de carvão nas siderúrgicas e fábricas de gás.

• *Questionário/Resposta da Produção do Carvão.*

Nesta tipologia encontram-se os Questionários mensais enviados pela CEPCAN às empresas para a obtenção de dados de produção, pessoal (pessoal da própria empresa, pessoal de empreiteiros, com as horas extras e normais, com os totais de horas trabalhadas), distribuição por níveis salariais, e adicionais de insalubridade fora das folhas. Demonstrativos de número de empregados, respostas pormenorizadas às questões levantadas pela CEPCAN, fornecidas pelas empresas consorciadas, e que são enviadas pelo CADEM, inclusive com dados de consumo de materiais e saídas dos almoxarifados, fazem parte do conjunto documental, estando em anexo às respostas enviadas à CEPCAN.

### **05.08 Série Departamento Legal**

**BR RSMC 05.08**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1929 – 1964**

**VOLUME 41,52 ML**

Constituem a Série *Departamento Legal*, diferentes tipologias e dossiês relacionados com as atividades inerentes às demandas de ordem jurídica do Consorcio CADEM, assim como também, documentos legais das empresas anteriores à constituição do Consorcio em 1936, e que a partir dessa data passaram ao âmbito administrativo do CADEM

• *Cartas*

O conjunto documental “Cartas” do Departamento Legal contém, predominantemente, correspondências trocadas entre a Matriz (RJ), a Agência Porto Alegre, os escritórios do Departamento Legal Em Porto Alegre e São Jerônimo, a Fazenda Nacional e o Juizado dos Feitos da Fazenda Pública, as Alfândegas de Porto Alegre e Rio Grande, os Institutos de Aposentadoria, o Serviço do Transporte de Carvão (STC), A



Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de São Jerônimo e o Juizado de Direito, e Agências bancárias, fornecendo um panorama das diferentes atividades não só do CADEM e das empresas consorciadas, mas, também, do mundo operário e das atividades dos Sindicatos, bem como os serviços de navegação geridos pelo Consórcio, as contendas com e entre trabalhadores, e as disputas legais destes com as empresas e os governos estadual e federal devido às vendas e desapropriações do SEMASUL e do Estaleiro Mabilde, por exemplo. Os processos trabalhistas têm preponderância nas correspondências trocadas entre o CADEM, as empresas e o Departamento Legal, fornecendo, por um lado, dentre outras informações que podem ser encontradas, a realização de audiências, pedidos de encaminhamento de exames médicos, indenizações trabalhistas, informações nominais de funcionários e andamento de processos contra e por eles instaurados, e, por outro, a visão e o entendimento das empresas, via consultas ao Departamento legal, de qual o melhor rumo a tomar para garantir a vitória nas contendas judiciais. Menciona-se, a título exemplificativo, documentos e assuntos contidos nesta tipologia, como requerimentos; mandados; legislações; desapropriações de terrenos; avisos prévios aos trabalhadores do SEMASUL; terrenos e obras na Ilha da Pintada; uso de marítimos desembarcados em serviços terrestres (desvio de função); cópias de recursos interpostos por querelantes e pelas empresas e o Consórcio; contribuições para os Institutos de Aposentadoria e Pensões; relações das ações por acidentes de trabalho; incorporação do Estaleiro Mabilde ao SEMASUL; minutas de contratos; cópias de reclamações trabalhistas contra o CADEM, as empresas consorciadas e empreiteiros; conciliações judiciais. Também podem ser encontrados dados sobre escrituras públicas, como as de terrenos, com plantas e desenhos anexos às cartas; contratos de empreitadas; mandados de segurança e cobrança de taxas em relação à Termelétrica de Charqueadas (TERMOCHAR); vendas de terrenos para a Aços Finos Piratini; modelos de formulários para assuntos trabalhistas (como avisos prévios e rescisões de contratos de trabalho); fichas funcionais, informações de salários e dissídios coletivos; pedidos de informações sobre a vida de funcionários, para instrução em processos; as atividades de exploração e produção de carvão, desde as condições de vida dos trabalhadores, até acidentes de trabalho, como o do incên-

dio no Poço 4, em Minas do Butiá; alterações legais e estatutárias no CADEM e nas empresas consorciadas; processos em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Tribunal de Recursos.

• *Processos Judiciais / Legais*

» *Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ)*

Tratando, em sua maioria, de reclamatórias trabalhistas, encontram-se, dentre outros, dados sobre indenizações e ações cíveis por acidentes de trabalho; ações por moléstia profissional; ações contra os empreiteiros da empresa; decisões de agravos da Corte de Apelações; termos de quitação; mandados de citação, sentenças e acórdãos como os da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST); ações envolvendo o Hospital Sarmento Leite; recursos de revisão; avisos prévios e trabalho de menores; ações da Companhia contra operários e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC).

» *Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR)*

Reunindo dados entre os anos de 1938-1947, este conjunto documental contém, reclamatórias trabalhistas, especialmente por acidentes de trabalho e moléstias profissionais, assim como apelações cíveis de nulidades de escrituras. Constam Certidões com petições, sentenças e recibos judiciais e da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), bem como Certidões de Quitação; Mandados Judiciais; fichas de ações por acidentes de trabalho, com o autor, réu, data da petição inicial e resumo do pedido, informações da direção da Mina, conclusão de laudo pericial, recursos, decisões e liquidação; cópias de depoimentos de testemunhas; quesitos formulados pela empresa para defesa em ações trabalhistas; exposições de motivos e apelações, dentre outras informações que podem ser acessadas neste conjunto documental

» *Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB)*

Assim como ocorre com os Processos da CEFMSJ e os da CCR, os da CCMB, abrangendo o período 1941-1964, igualmente são compostos, em sua maioria, por reclamatórias trabalhistas

acompanhadas de cartas e de requerimentos dirigidos à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) de São Jerônimo, criada pelo Decreto Nº7552 de 16 de maio de 1945, e autorizada a se instalar no dia 31 de julho deste ano, estando constituída por um presidente, bacharel em direito, e dois representantes classistas (vogais), um dos empregadores e outro dos empregados. Em alguns dos Processos constam Acordos entre o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), assim como ações movidas contra os Empreiteiros da empresa.

» *Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM)*  
Os Processos movidas pelo e contra o Consórcio, no período 1942-1955, contêm informações referentes a reclamações trabalhistas, algumas delas com atas de testemunhos em Reclamações, e indagações policiais; despachos e recursos extraordinários; Processos, como o Processo (em dois cadernos) com objeto do encarregado da orientação e fiscalização do Hospital Sarmiento Leite e da Maternidade Henriqueta Lisboa, movido pelo CADEM; Processos contra o CADEM movidos pela Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, acompanhados de Autos de Infração e Processos de Multa; notificações de audiências; Requerimentos para o cumprimento de sentenças; Processos tendo como réus empreiteiros do Consórcio; Processos por impostos de selos e não cumprimento de prazos legais e da Prefeitura de Porto Alegre, por execução de dívidas, assim como ações movidas pelo CADEM contra funcionários, como o Processo instaurado, no ano de 1955, por adultério com esposa de superior hierárquico, acompanhado de Inquérito do ano de 1947.

» *Estrada de Ferro Jacuí (EFJ)*

Tendo como eixo central a Incorporação da EFJ à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), no período 1938-1943 encontram-se informações existentes sobre a ocupação irregular do Próprio Nacional EFJ, situado no município de São Jerônimo, como os termos de ocupação e entrega da Estrada à Viação; solicitações de esclarecimentos sobre a situação da EFJ feitas pela Diretoria do Domínio da União ao Inspetor Federal de Estradas; Escritura

de Rescisão e de Contrato, datada de 1929, que fazem entre si as Companhias Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ) e Carbonífera Rio Grandense (CCR) com a Companhia Minas do Recreio, na qual a CCR comparece na qualidade de detentora da Estrada; Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento da VFRGS com o governo do Estado do Rio Grande do Sul, conforme o DL nº 5471, de 10 de maio de 1943, no qual a EFJ fica incorporada à VFRGS com todas as suas linhas, ramais, desvios, material rodante, edifícios e instalações da Estrada e do Porto do Conde. Também podem ser acessados o Termo de Ocupação e Entrega da EFJ e o Parecer sobre a transferência do pessoal da EFJ para a VFRGS, com a relação nominal do pessoal transferido e as funções desempenhadas a serviço da Estrada e da CCR. Para o final da década de cinquenta, compreendendo o período 1956-1960, há informações acerca da construção do Ramal férreo São Jerônimo/Charqueadas, com as contendas dela advindas, como as cobranças feitas pela VFRGS à CEFMSJ por trânsito de trens, no Ramal Jacuí; correspondências entre a direção e departamentos da VFRGS para o CADEM, informando sobre a circulação nas linhas da antiga EFJ e taxas cobradas pelo pedágio dos trens nas linhas, bem como sobre a utilização das linhas da EFJ pelos trens do CADEM; o uso da EFJ por particulares e o transporte feito pelo CADEM, em caráter experimental, de carvão das Minas de Charqueadas para Butiá; autorização dada à Superintendência da EFJ para o tráfego de composições do CADEM nos trechos Porto do Conde/São Jerônimo e São Jerônimo/Charqueadas; missivas entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, Distrito de Construção 7 com a gerência do CADEM em Porto Alegre, Ata de Recebimento da ligação ferroviária da EFJ à Estrada de Ferro de São Jerônimo, a partir da Usina Termelétrica deste Município, até Charqueadas, e cartas do advogado do CADEM tratando de ações de Desapropriações e Mandados de Imissão de Posse e de Citação, em ações movidas pela União Federal contra as empresas consorciadas, fazem parte do rol de informações que podem ser encontradas neste conjunto documental

» *Estaleiros e Navegação*

Os Processos dos Estaleiros e Navegação, entre os anos de 1942-1959, constituem-se, entre outros, em Inquéritos Administrativos instaurados pelo Estaleiro Mabilde – CADEM – Ilha da Pintada, para apurações contra funcionários do Estaleiro, como serventes e marítimos, acompanhados, por vezes de Inquirições Sumárias para sua Instrução; Requerimentos do Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL) à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) em Autos de Processos; reclamationárias trabalhistas de funcionários e marítimos contra as empresas consorciadas, especialmente contra a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, e o Estaleiro Mabilde e o SEMASUL; Representações feitas junto à Capitania dos Portos e reclamações de operários do Porto de Charqueadas/Estaleiro Charqueadas, onde o CADEM possui o seu Escritório de Estaleiros e Navegação; julgamentos do Tribunal Marítimo Administrativo em ações de acidentes com embarcações; Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados pelo CADEM junto à Delegacia da Capitania dos Portos, assim como Inquéritos judiciais perante este órgão.

» *Institutos de Aposentadoria*

Com dados do período 1943-1962, encontram-se reunidos Processos de Aposentadoria por Invalidez e pedidos de aposentadoria por velhice junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); recursos impetrados pelo CADEM contra a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) na Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho; processos movidos pelo IAPETC e pela CAP contra a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e o CADEM, respectivamente, assim como ações contra o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), o IAPETC, a CAP, e as Companhias consorciadas; agravo de instrumento por deslocamento de competências de foro e de funções; julgamentos de recursos e ações por indenizações de acidentes de trabalho.

» *Sindicais*

Este conjunto documental contém, dentre outros, dados acerca dos julgamentos e decisões sobre a competência de Foro para decidir sobre ações de acidentes de trabalho onde o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas (IAPETC) seja réu, em pleitos pela Justiça local; a transferência de operários do Estaleiro em Charqueadas para a Ilha da Pintada; o Hospital Sarmento Leite e a revisão de dissídio coletivo do Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio Grande do Sul contra a Santa Casa de Misericórdia de Alegrete e diversos Hospitais do Estado; processos movidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Transportes e Cargas e pelo Sindicato Nacional dos Foguistas da Marinha Mercante, dentre outras organizações sindicais.

» *Greve dos Ferroviários (1956)*

Reclamatória de oitenta e cinco (85) funcionários ferroviários contra a Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB) para pagamentos dos dias em que estiveram parados durante a greve de abril/maio de 1956.

• *Autorizações/Certidões/Declarações*

Nesta tipologia, no que diz respeito às “Certidões”, encontram-se, dentre outras, as de Compra e Venda com a Companhia Hulha Rio Grandense; Certidões de Autuações e Protestos à Fazenda Fiscal; negativas judiciais, acidentes de trabalho e seguros; bem como Certidões de Escrituras de Compra e Venda de terrenos e chatas e Termos de quitação. Certidões de desembarques fluviais; adesões a greves no SEMASUL; garantias de hipotecas; prestações de serviços e substabelecimento de Procurações; cessões de direitos para exploração de subsolo; atas de audiências; demarcações de terrenos e para áreas de pesquisa em carvão mineral; pareceres em processos e certidões de inquéritos policiais; usufrutos das Companhias em paróquias; revisão de recursos; Termos de acordos com os Sindicatos; Certidões para fins de ingresso no trabalho, para fins militares, de nascimento e para a Previdência Social; certidões de registro sumário emitidos pelo Serviço de Fiscalização, Importação, Depósito e Trânsito da III Região Militar (SFIDT IIIRM), bem

como certidões de propriedade do Estaleiro Mabilde, são informações contidas no conjunto documental. As “Declarações”, por sua vez, versam sobre comunicados de acidentes de trabalho, e quanto às “Autorizações”, dizem respeito as que são outorgadas ao SEMASUL, para fins de representação perante à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ).

• *Consultas/Pareceres*

Este conjunto documental, no que toca às Consultas Jurídicas, feitas pelo Consórcio e pelas Companhias aos advogados do Serviço Jurídico do CADEM, e que estão, em sua maior parte, acompanhadas das Legislações que as fundamentam, tratam, especialmente, de assuntos relacionados às reclamações trabalhistas como, por exemplo: sucessão de empresas (responsabilidade pelo tempo de serviço); pagamentos de férias; trabalho em domingos e feriados; reintegração de operário; não comparecimento ao serviço por motivo de prisão; pagamento de férias para operários doentes e acidentados; alteração de contrato de trabalho (de mensalista para diarista); hora de trabalho noturno (duração) e aplicação do salário adicional às Minas do CADEM; dispensa de operário por motivo de doença; salários mínimo, adicional e de compensação; trabalho em 01 de janeiro de 1944 e remuneração em domingos e feriados; contagem do prazo do Prévio Aviso; ocorrências de sucessão de empresas (Estaleiro Mabilde); sobre férias aos operários (sua duração) e obrigatoriedade do trabalho extraordinário; descontos para a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos operários de Butiá; transferência de empregados maiores de cinquenta anos para a superfície; salário doença; conceito de diarista e transferência de empregado para função de maior responsabilidade; salário mínimo de menor; estabilidade; indisciplina como causa de despedida; esclarecimento sobre doença dos profissionais prestados pela Brasil Companhia de Seguros Gerais; sobre os contratos existentes entre a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e o CADEM; rescisão de contratos de trabalho em tempo de estado de guerra e na vigência do interesse militar nas minas; readmissão de aposentados; atribuições da Interventoria Militar e Esforço de Guerra. Já os Pareceres, por sua vez, dizem respeito a sentenças transitadas em julgado e pagamentos indevidos; estudos clínicos sobre a antracnose (moléstia profissional) e os seguros pagos pelo CADEM

a funcionários acometidos por esta lesão pulmonar; isenções de taxas em pagamentos feitos à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); pensões ao pessoal da Estiva e pessoal embarcado, e imposto sindical; pagamentos de joias a empreiteiros; comentários e pareceres sobre a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT); pareceres de recursos em Processos Judiciais; levantamentos de débitos do CADEM junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); parecer sobre anteprojeto de regularização da profissão de contramestre geral; laudos da Comissão de Avaliação das existências do Estaleiro Mabilde; parecer do Procurador Geral do Trabalho em acompanhamento que este órgão faz das faltas graves impetradas pelo CADEM contra trabalhadores estáveis; pareceres sobre gratificações de funções e sobre a legislação para os marítimos; laudos para ações de nulidade de escrituras; ações, recursos e métodos utilizados pelos advogados do CADEM para subsidiar provas, pareceres e consultas jurídicas sobre o imposto territorial; pareceres sobre quando os Sindicatos podem entrar com ações na Justiça e da Procuradoria da Previdência Social acerca de “salário base” , em consulta feita a este órgão pelo Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão; parecer feito pelo CADEM sobre riscos de acidentes de trabalho; pareceres de perícias em áreas de jazidas e sobre dissídios coletivos e aumento salarial para os Marítimos; parecer do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia enviado ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC) sobre melhorias técnicas na lavra de jazidas de carvão; pareceres para os associados de Sindicatos Marítimos sobre descanso semanal remunerado, trabalho em feriados e o impacto dessas medidas nas Minas do CADEM.

• *Contratos*

Na tipologia Contratos do Departamento Legal do CADEM, abrangendo o período 1937-1964, encontram-se, dentre outros, contratos de locação de prédios, arrendamento de embarcações e de sociedades por quotas limitadas, firmados entre o CADEM e o Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL); contratos entre o CADEM e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) sobre ajustes de preços do carvão nacional e



fornecimentos à Viação Férrea, aditivos de contratos, entregas de locomotivas, reformas de contratos de arrendamento e contratos para tráfego de composições (vagões e locomotivas), cartas sobre a revisão do preço do carvão da VFRGS, em 1938; contratos com a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), sobre compra e venda de carvão, firmados pelo CADEM e a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSF) e prorrogações de contratos entre estas Companhias; contratos de empréstimos com a Prefeitura de São Jerônimo; contratos de locações de casas no Estaleiro Mabilde e contratos, com suas prorrogações, entre a CEFMSJ e a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) com o locatário do refeitório para os empregados do Estaleiro; contratos de plantações de eucaliptos; contratos de arrendamento de campos e terrenos, rescisões e compra e venda de bens móveis e imóveis; contratos de exploração de subsolo e de lavra e de isenções de direitos de importação; contratos entre o CADEM e a Central do Brasil, e com o Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM), acerca de locação de máquinas; contratos de trabalho e de serviços de empreitadas; contratos de fornecimento de carvão firmados entre a CEFMSJ e a Companhia Rio-Grandense Ligth e o Lloyd Brasileiro; contratos entre os anos de 1947-1960 entre o CADEM e o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Saudades do Pago, com particulares, com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), e com a Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá, constando, também, Minuta do contrato de formação do CADEM; contrato para a construção do matadouro em Butiá, bem como relações de arrendatários de terras de propriedade da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB); contrato entre a CEFMSJ e a Fonte Ijuí Indústria e Comércio Ltda.; contratos de trabalho coletivo, firmado com o STIEC; contrato entre o CADEM e a Indústria Química Básica S.A. (INBASA); contratos entre a CEFMSJ e seus funcionários para cessão de imóveis para habitação; contratos entre o CADEM e a Cooperativa Pastoril Rio Pardo e com a Sociedade Educação e Caridade (Hospitais Sarmiento Leite e Getúlio Vargas), assim como propostas ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) para a compra do Hospital Sarmiento Leite; contratos entre o CADEM, o Serviço Social da Indústria (SESI), a CCMB e professores, para lecionar em escolas do Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial (SENAI); contratos de compromisso de compra e venda entre o CADEM e a Loteadora Charrua, e contratos entre as Companhias consorciadas com a Agropecuária Butiá.

• *Requerimentos*

Referindo-se ao período 1940-1964, tem-se Requerimentos à Alfândega de Rio Grande; pedidos de emissão de títulos de aforamento feitos pelo CADEM, reunindo material no período de 1919 a 1941; requerimentos ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e ao Ministério das Minas e Energia, para autorizações de pesquisas; requerimentos da Companhia Carbonífera Rio Grandense para reversão de decisão da Câmara do Conselho para Superior de Tarifa e para cancelamento de impostos; requerimentos para Seguros por morte de contribuinte à viúvas de trabalhadores da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB); requerimentos do CADEM à Capitania dos Portos e à Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ); requerimentos do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC) ao Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM); requerimentos para encaminhamentos de recursos e citações em Audiências; requerimentos para a Delegacia Fiscal do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul, assim como para a Prefeitura Municipal de São Jerônimo, acerca do Código Rural deste Município; pedidos de levantamento de débitos do CADEM junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); requerimentos de indenizações e desapropriações de áreas manifestadas; certidões de requerimento da administração provisória do Estaleiro Mabilde feita pelo Serviço do Transporte do Carvão (STC) a partir de 1º de maio de 1958; pedidos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) para de Estradas de Rodagem (DAER) e ao Juiz da Comarca de Rio Grande; requerimentos de certidões por Tempo de Serviço e para a abertura de Inquéritos Administrativos e Requerimentos para tomada de providências contra os “elementos comunistas” nas Minas, feitos à Repartição Central de Polícia, do ano de 1948.

• *Acordos/Convênios*

Os Acordos e Convênios abrangem o período 1937-1963, tratando-

-se, dentre outros, de Acordos de Isenção entre o CADEM e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Acordos entre a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) e a Prefeitura de São Jerônimo; Acordos entre o CADEM e o Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas, para aumento de salários e melhorias trabalhistas; Acordos entre o CADEM e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); Acordo feito com o Departamento Nacional do Trabalho (DNT), acompanhado de representações feitas pelos Marítimos; Acordo entre Sindicatos e Federações Sindicais; Termos de Acordo entre Sindicatos e Empresas para aumentos salariais; Acordos e Portarias referentes ao trabalho marítimo, firmados com os Sindicatos; Acordo entre a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul; Convênio firmado entre o CADEM e o Instituto Experimental do Carvão (IEC); Convênio da CCMB com a Congregação Imaculado Coração de Jesus e com o Sindicatos dos Mineiros para alfabetização de menores.

• *Relatórios de atividades forenses*

São Relatórios feitos pelo Serviço Jurídico do Departamento Legal do CADEM, englobando o período 1938-1962, tratando-se, dentre outros, de levantamentos de ações por acidentes de trabalho; movimentos mensais de Processos julgados; cópias de Audiências realizadas em São Jerônimo, com as respectivas sentenças; movimento geral de ações das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas do Butiá; listagens de reclusões trabalhistas em andamento e de ingressos de ações por acidente de trabalho; ações de despejo em Butiá; listas de Processos antigos transitados em julgado ou liquidados; relações de Reclusões do Estaleiro Mabilde; relatórios de atividades forenses nos exercícios de 1953 a 1957, enviados à Agência Porto Alegre pelo Departamento Legal do CADEM em São Jerônimo; relação de indenizações em ações por despedida de menores e resumos dos Acordos com menores; relação das reclusões do pessoal marítimo do Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL), conciliadas no ano de 1959 e Acordos feitos na Justiça do Trabalho (JT) de São Jerônimo.

• *Quadro de audiências*

Reunindo informações entre 1944-1955, trata-se de material confeccionado pelo Departamento Legal, constando de data (dia e hora da Audiência), local (se na Junta de Conciliação e Julgamento – JCJ de São Jerônimo ou na de Porto Alegre), e dados do operário (nome, a qual Mina pertence, e número da sua Ficha).

• *Depósitos/recibos judiciais*

Com documentos entre os anos 1939-1962, esta tipologia reúne os pagamentos de taxas judiciárias; recibos de rescisão de contrato verbais de trabalho; termos de quitação de custas em autos de ações por acidentes de trabalho; demonstrativos de despesas feitas em Processos de executivos fiscais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); pagamentos de indenizações trabalhistas em ações movidas por moléstia profissional; recibos do Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL) em indenizações previstas pela CLT, acompanhados de requerimentos com vistos do Sindicato Nacional dos Foguistas da Marinha Mercante; recibos de indenizações, acompanhados de autorizações para exames radiológicos, avisos de audiências, pedidos de informações dos reclamantes, e envio de documentos para Rafael E. M. Galvão, advogado do Departamento Legal em São Jerônimo; fichas de depósitos judiciais; descontos feitos em folhas de pagamento em favor de operários e seus familiares, conforme determinações judiciais, e relações de despesas judiciárias.

• *Procurações*

Entre os anos 1941-1963, nesta tipologia constam, basicamente, Procurações feitas pelo CADEM nomeando e constituindo procuradores para a prática de atos referentes aos interesses e necessidades do Consórcio e das empresas consorciadas, havendo, também, Certidões de substabelecimento de Procurações outorgadas a gerentes e advogados do CADEM; traslado de Procuração do Estado do Rio Grande do Sul/Viação Férrea do Rio Grande do Sul; Certidão de Procuração do Estado do Rio Grande do Sul a Walter Jobim, advogado; Procuração do Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL) e da Termelétrica de Charqueadas (TERMOCHAR) a advogado do CADEM; Procuração entre as Companhias Es-

trada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), e Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) e a Agropecuária Butiá, e Procuração do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão (STIEC) com as empresas consorciadas.

• *Legislação*

Este conjunto documental se refere ao período 1937-1963, reunindo cópias de legislações, do Diário Oficial da União (DOU) e do Diário Oficial do Estado (DOE), assim como Decretos Lei, Portarias, etc., utilizadas pelo Departamento Legal para subsidiar e justificar decisões recursais, pareceres, consultas jurídicas, por vezes anexando-as às correspondências, como o Código de Minas (DL nº 66); alterações na CLT; Plano para o reaparelhamento ferroviário; Portaria sobre Serviços Médicos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); Imposto único federal (DL nº 2615); impostos sobre usinas termelétricas; dissídios trabalhistas; vendas e fretamento de navios; normativas e adequações da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB) ao artigo 62 do Decreto nº 1246 – Explosivos – Fábrica de Explosivos –, uso, compra e manuseio de explosivos; Projetos da Comissão Revisora do Código de Minas; Portarias do Departamento Nacional do Trabalho (DNT); Portarias da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para tarifas de fornecimento de energia elétrica; publicações do DOU, DOE e Decretos Lei sobre o carvão nacional; Tribunal Marítimo Administrativo e a Lei nº 2181, de 5 de fevereiro de 1954, que o dispõe; regulamentos sobre taxa de renovação da Marinha Mercante; Portarias e Resoluções do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e do IAPETC; Decretos do ano de 1939, referentes à concessão de pesquisas; importações de armas; instruções sobre os seguros de acidentes de trabalho, em face à nova legislação vigente; Imposto de transmissão de propriedade (DL nº 551, de 6 de dezembro de 1902), e documentos, legislações e atos relativos aos Marítimos, incluindo salários e férias.

• *Inquéritos administrativo-policiais/autos de infração*

A documentação reunida nesta tipologia abrange o período 1936-1963, tratando-se de Autos de Infração expedidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) da 8ª Região; decisões preferi-

das pela Delegacia da Capitania dos Portos em inquéritos administrativos e autuações sobre embarcações (rebocadores e chatas) e pessoal marítimo; inquérito policial sobre acidente entre locomotiva da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e ônibus de linha; inquérito policial da delegacia de Guaíba em queixas de dano (exploração de carvão e terrenos) movida pelo CADEM; inquéritos administrativos de demissão por abandono de emprego e materiais roubados; atas de julgamentos e autos de inquéritos em contestação da CEFMSJ à defesa promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão (STIEC) em Inquérito Administrativo; autos de infração e recursos da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC); autos de demarcação de limites e de imissão de posse; inquérito sobre o acidente havido entre operários, no Estaleiro de Charqueadas, em hora de serviço; julgamento da audiência de instrução para instauração de Inquérito Administrativo movido pelo CADEM contra operário seu; Inquérito Administrativo sobre dispensa de operários com estabilidade, por abandono de serviço e por desacato (tripulantes); Inquéritos na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ); defesas apresentadas pelo CADEM em autos de infração; Inquéritos Administrativos, realizados no Escritório do Estaleiro Mabilde, para apuração de responsabilidade de funcionário, autos de infração da Vigilância Sanitária e emitidos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), acerca de pedidos de levantamento de débitos das Companhias consorciadas e de empreiteiros.

• *Escrituras públicas*

Com documentação do período 1939-1964, as Escrituras Públicas versam, dentre outras, sobre a compra e venda de embarcações entre a Lemmertz e Irmãos com a Companhia de Navegação Arnt Ltda.; compra e venda de terras e propriedades; cessação de bandeiras; escritura de distrato social com a Granja CADEM; escritura de declaração para a exploração de subsolo; traslado de escrituras (declarações de parcelas de campos); escritura pública entre a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) com o Arcebispado de Porto Alegre, pelo usufruto de terrenos; transferência de acervo das Minas do Recreio

para as Companhias consorciadas; escritura de compra e venda com a COPELMI e de exploração de jazida em terrenos de particulares.

• *Intimações/notificações*

No período 1939-1964, a tipologia reúne mandados de notificações e intimações do Juizado de Direito de São Jerônimo; notificações do Juizado Civil/Crime às Companhias consorciadas, sobre arrendamento de terrenos; notificações da Coletoria Federal de São Jerônimo; intimações quanto a autos de penhoras e notificações da Delegacia Regional do Trabalho.

• *Resoluções*

Tratam-se de Resoluções do Conselho Deliberativo da Caixa de Aposentadoria e Pensões em Processo movido contra o CADEM, por dispensa de pagamentos de juros de mora, entre os anos de 1948-1951.

• *Títulos de propriedade*

Referentes ao ano de 1956, a tipologia é composta pelos títulos de propriedade de chatas argentinas (negativas de registro) e por listagem de terrenos de propriedade da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), baseadas em escrituras e títulos de propriedade.

• *Atas de credores/sociedades beneficentes/ Audiências*

Compõem este conjunto documental, do período 1937-1959, as Atas de Acórdão Judicial entre o CADEM, mineiros e Sindicato; as Atas da Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), tratando de empréstimos e confissão de dívida; Atas de audiências em reclamação trabalhista na Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ); Atas da Comissão de Dissídios, junto à Delegacia Regional de Trabalho e Atas das reuniões dos credores da concordata preventiva do Frigorífico Sul Riograndense.

## **Dossiê Regulamento dos serviços jurídicos do CADEM**

Conforme o Regulamento Jurídico das Empresas Consorciadas, ao Departamento Legal do CADEM, por meio de seu Serviço Jurídico,

caberia cuidar da assistência Jurídica, Administrativa ou Contenciosa, das seguintes entidades: Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ); Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB); ao próprio Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM; à Termoelétrica de Charqueadas S. A.; à Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI, e a quaisquer outras empresas que fizessem, ou viessem a fazer, parte dessas entidades, contando com dois Departamentos denominados Serviço Jurídico da Sede, no Rio de Janeiro, e Serviço Jurídico do Rio Grande do Sul. Este era composto por um Consultor Jurídico, em Porto Alegre; um Chefe, Bacharel em Direito, responsável por todo o serviço a cargo do Serviço Jurídico/RS; e dois advogados residentes em São Jerônimo, um encarregado das matérias Cíveis e de Acidentes de Trabalho, e outro encarregado da matéria trabalhista. Desse modo, o Dossiê, que reúne documentos do período 1945-1959, contém as Cartas da Matriz no Rio de Janeiro para a Agência em Porto Alegre, com cópias para os advogados do CADEM, tratando sobre o esboço de Projeto de organização dos Serviços Jurídicos do CADEM, tendo em anexo os regulamentos para os Serviços Jurídicos da Sede e do Rio Grande do Sul, e de providências a serem tomadas objetivando colocar em funcionamento imediato o Serviço Jurídico do Rio Grande do Sul, como o reajuste dos vencimentos dos advogados Rafael E. M. Galvão (advogado civil e de acidentes de trabalho em São Jerônimo) e Romeu Ramos (advogado trabalhista em São Jerônimo), assim como os de Walter E. Baethgen, advogado chefe do Serviço Jurídico no Rio Grande do Sul, sediado em Porto Alegre. Consta, também, carta da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) para a Agência do CADEM em Porto Alegre, com as sugestões de alterações feitas pelo Engenheiro Chefe daquela Companhia e as de Walter E. Baethgen, no ano de 1945.

#### **Dossiê Conselho Nacional do Trabalho - CNT (dossiê)**

Contendo informações do período 1936-1942, o Dossiê reúne cartas, telegramas, acórdãos, certidões, em correspondências trocadas, dentre outros, entre o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), a Delegacia



do Trabalho Marítimo (DTM), o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC) e sua Inspetoria e o Departamento Nacional de Propriedade Industrial, órgão integrante do DNT, propiciando informações como as solicitações de esclarecimentos feitas pelo CNT às Companhias consorciadas, para efetivar pronunciamentos em autos recursais sobre salários e contribuições para as Caixas e Institutos de Aposentadorias, assim como ofícios-circulares sobre a regulamentação dos recolhimentos e contribuições para a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP); cópias autenticadas de autos de Processos, com cópias dos acórdãos da Câmara da Justiça do Trabalho (JT) anexadas em alguns deles, bem como cópias de recursos de decisões ordinárias expedidas pelo Sindicato dos Armadores Fluviais e Lacustres; certidões de andamento de processos trabalhistas no Tribunal Superior do Trabalho (TST); avisos de envios de diplomas e prêmios, como o conferido na Exposição Internacional de Antuérpia; relatos de abandono de serviço de operários feitos pelas empresas ao CNT; cópias de recursos impenetrados pelos Sindicatos perante o CNT, inclusive contra a CAP e os empreiteiros das Empresas consorciadas; notificações emitidas pelo CNT ao CADEM, por atraso de depósitos de contribuição à CAP, e relações de menores a serviço das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), no ano de 1939. Certidões e solicitações de orientação em assuntos trabalhistas (como estabilidade) feitas ao Inspetor Regional do MTIC, assim como Circulares da Delegacia do Trabalho Marítimo (DTM), também constituem informações que podem ser encontradas neste Dossiê.

### **Dossiê Inundação de 1936**

O Dossiê reúne, em seu primeiro conjunto documental, compreendendo o período de 1936-1937, Cartas e Certidões do Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas do Município de São Jerônimo para o CADEM, versando sobre os mineiros que estão trabalhando em estado de emergência, com os salários reduzidos, com as respostas do CADEM às Minas para serem retransmitidas ao Sindicato; cópias de legislações sobre despedidas por justa causa, e folhas de pagamento recapitulando o mês

de outubro de 1936; relações nominais de operários que trabalhavam no serviço de esgotamento da Mina de São Jerônimo e relações de mão de obra nas oficinas em outubro de 1936 e inventários de materiais existentes nos Poços 1, 2 e 4 em dezembro de 1936. No segundo conjunto de documentos, há informações entre os anos de 1936-1940, referentes a laudos dos peritos de avaliação dos prejuízos causados pela Inundação de outubro de 1936; requerimentos do CADEM ao governador do Estado Walter Jobim; abertura de créditos especiais devido a danos causados pelas enchentes no Rio Grande do Sul, conforme a Lei nº 346, de 18 de dezembro de 1936; relações de despesas feitas pelas Prefeituras com a enchente verificada no Estado, protocoladas pela Secretaria da Presidência da República e pelo Gabinete do Ministério da Fazenda; cartas enviadas à Presidência da República, ao Tribunal de Contas e ao Ministério da Fazenda, em virtude dos processos abertos pelas Prefeituras, solicitando distribuição de crédito, assim como correspondências do CADEM ao prefeito de São Jerônimo, Alfredo Simch, e ao Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, acerca dos danos causados pela Inundação de 1936. Já o terceiro conjunto documental, referente ao ano de 1937, reúne informações tais como as relações de casas pertencentes a operários, no Porto do Conde, que foram carregadas pela Inundação; relatórios sobre o esgotamento dos Poços 1 e 2; reconstrução do aterro do trapiche no Porto do Conde e relações de despesas extraordinárias, no mês de outubro de 1936, com a descarga de carvão; listagens de móveis e utensílios pertencentes à CCR, no Porto do Conde, que foram carregados pela Enchente; resumos de despesas com mão de obra, materiais e socorros nos meses de outubro, novembro e dezembro de 1936; demonstrativos de contas de fornecimento nos armazéns, por ordem do CADEM, aos operários que ficaram sem trabalho devido à inundação dos Poços de carvão; relatório confeccionado por engenheiros civis sobre a Inundação de 1936, incluídos os prejuízos causados indiretamente ao Consórcio, devido à paralização e condições anormais de serviço entre os meses de outubro a dezembro de 1936, e os de janeiro a maio de 1937; laudos de avaliação de danos e Mapas dos serviços de extração diária em janeiro de 1937 na CEFMSJ, incluindo despesas com mão de obra para o esgotamento da Mina.

## Dossiê Enchente de 1941

O Dossiê é composto por documentos da Comissão Verificadora de Danos – instituída pelo Decreto Lei nº 86, de 9 de maio de 1946 –, onde se encontra a “Declaração de danos”, feita pelas Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas de Butiá, devido à Enchente de maio de 1941, nela constando a Relação de Mercadorias Danificadas. Também fazem parte do conjunto documental os orçamentos de materiais e mão de obra empregados nos trabalhos de salvamento, e estoques de carvão lavado recuperados no Porto de Charqueadas; despesas feitas com o salvamento dos Poços 1 e 4, no CADEM São Jerônimo, em Arroio dos Ratos, assim como relações do pessoal que trabalhou na Companhia e no salvamento dos Poços durante o período da Enchente; modelos de solicitações para firmas comerciais e industriais, prejudicadas com a Enchente, para habilitações ao empréstimo de “restauração econômica e financeira”, concedido pelo Governo Federal.

### 05.09 Série Escritório Comercial (Contabilidade)

**BR RSMC 05.09**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1935 – 1964**

**VOLUME: 2,40 ML**

Constituem a Série Escritório Comercial, diferentes tipologias documentais relacionadas com as atividades inerentes às atividades contábeis e financeiras do Consorcio CADEM, a seguir:

- *Balancetes*

Documentos com informações entre os anos de 1935 a 1964, constando de balancetes financeiros mensais, abarcando a totalidade das ações empreendidas pelo Consórcio para a exploração do carvão, tendo anexadas relações diárias de contas a receber e relações de devedores em conta corrente.

- *Recibos/duplicatas/notas fiscais/faturas*

Compreendendo o período 1937-1964, contêm informações como notas de viagens de automóveis; escolha de carvão e limpeza com correia; iluminação pública; selos para Processos; transporte de materiais diversos; notas fiscais, guias de tráfego e exportação para o CADEM e as Companhias consorciadas.

- *Orçamentos*

Documentação do ano de 1958, contendo o orçamento de reforma do motor das Minas de Butiá, enviado ao CADEM por firma autorizada.

- *Registros bancários*

Entre o período 1946-1956, encontra-se Livro com pagamentos feitos pelo CADEM à Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), seguros de acidentes de trabalho, contribuições para os Sindicatos e imposto sindical, carteiras de empréstimos, penalidades dos tripulantes, Serviço Social Rural e Serviço do Transporte do Carvão (STC), entre 1953-1956. Também se encontram comprovantes de pagamentos, tendo em anexo relação de títulos e extratos de contas correntes do Banco do Brasil, no período 1946-1961.

- *Notas de Contabilidade.*

A tipologia contém informações no período de 1936 a 1963, entre a Matriz do CADEM no Rio de Janeiro com a Agência de Porto Alegre e os escritórios das Minas, e destas com a Matriz, onde são descritos resumidamente os assuntos e ações empreendidos para a consecução das atividades fins e meio, tanto para a exploração do carvão, quanto dos diferentes departamentos e seções que compõem o CADEM e as empresas de mineração, versando, inclusive, sobre a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), os Institutos de Aposentadoria (IAPs), e pagamentos de acidentes de trabalho, dentre outros.

- *Guias /Ordens de pagamento/Controle de impostos*

Entre os anos de 1940-1964, constam as guias de recolhimento do imposto federal de CR\$ 2,00, com os demonstrativos referentes aos

meses de outubro de 1940 a dezembro de 1945; livro de registro das vendas à vista para pagamento do imposto sobre vendas e consignações, do ano de 1944; requerimentos à Coletoria Federal de São Jerônimo, de certificação de pagamentos de impostos de carvão entregue, com os Mapas de movimentação do carvão nas minas, acompanhados de recibos; documentação entre 1949-1964, referindo-se a ordens de pagamentos/guias de receitas, com os comprovantes de impostos em anexo, assim como guias de recebimento de imposto de renda

• *Relação de contas a pagar*

Esta tipologia reúne as relações de contas a pagar, entre os anos de 1938-1944, da Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR; Companhias Carbonífera Minas de Butiá e Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), em Porto Alegre; despesas gerais e depósito; Almo-xarifado de Porto Alegre, da CCR e da CEFMSJ; Companhia Força e Luz; serviço de estiva em Porto Alegre; transporte marítimo; custeio do Cabo Aéreo; despesas de viagem; comissões; bonificações e extraordinários, e despesas judiciárias. Do ano de 1944, encontram-se as relações de consumo de energia elétrica, pelas diversas repartições da Estrada de Ferro Jacuí (EFJ) nas Minas de Butiá e no Porto do Conde

• *Registros contábeis e cálculos*

Contendo informações das décadas de 1940-1960, menciona-se os Registros de Pequenos Fornecimentos, do ano de 1948, e os de aumento de salário mínimo e despesas com mão de obra, entre os anos de 1953-1954.

• *Livros caixa*

Livros de movimentação contábil do CADEM, entre os anos de 1936-1952, com os débitos, créditos e saldos em caixa, incluindo o movimento do recebimento de aluguéis.

• *Mapas de venda de carvão*

Livros onde se registram as vendas de carvão e os respectivos compradores

### 05.10 Série Seção de Almoxarifado

**BR RSMC 05.10**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1937 – 1961**

**VOLUME: 0,48 ML**

Constituem a Série Seção Almoxarifado, as seguintes tipologias:

• *Cartas*

Este conjunto documental, abrangendo o período 1937-1959, reúne informações como: envio de materiais para as Minas; recibos e notas de fornecimentos; listas de fornecedores para a Seção de Compras da CEFMSJ; relações de materiais e entradas de materiais nos depósitos, assim como relações de credores do Almoxarifado nas Minas, documentos estes geralmente anexados às correspondências. Há, de igual modo, cartas e ofícios do Ministério de Viação e Obras Públicas (MVOP) enviadas para o CADEM; cartas expedidas para o Consórcio pelo Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM), tratando de sondas emprestadas para o CADEM; cartas de fornecedores e certificados do Instituto Tecnológico, do ano de 1953; cópias de cartas da Agência Porto Alegre para a Companhia Carbonífera Minas do Butiá, sobre pedidos de materiais e fornecimentos; cartas da firma Ribeiro Jung S.A. – Comércio de Automóveis, dos anos 1955-1958, com propostas de fornecimentos, contratos de compra e venda com reserva de domínio (vendas de veículos), apólices de Seguros da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, e relações de promissórias.

• *Recibos/Notas fiscais/Faturas*

Nesta tipologia estão reunidas, dentre outras, as notas de despacho da Companhia Mineração e Força, emitidas pelo Almoxarifado das Minas do Leão; levantamento do movimento geral do açougue, feito pelo Almoxarifado CADEM/Butiá, em setembro de 1946; notas de débito de materiais e de fornecimentos/fornecedores diversos, para o Almoxarifado, e guias de exportação de explosivos e espoletas.

- *Controle de material*

Abarcando o período 1937-1961, são relações de materiais vendidos pelo Almoarifado e descontados em folha, bem como Livro de registro de materiais, entre 1943-1948, constando as datas, quantidades, unidades, tipo de material, número da guia e da fatura, procedência e destino dos materiais registrados.

- *Mapas de fornecedores de materiais*

São livros de fornecimentos de materiais feitos pelo CADEM e pelas empresas consorciadas a particulares.

- *Tomada de preços de fornecimento de materiais*

Registros de tomada de preços de materiais para os almoarifados das empresas consorciadas.

- *Relação de materiais vendidos*

Registros de vendas de materiais dos almoarifados das empresas consorciadas

## **05.11 Série Movimentação/Exploração-Extração de Carvão**

**BR RSMC 05.11**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1964**

**VOLUME: 1,32 ML**

Constituem a Série Seção Almoarifado, as seguintes tipologias:

- *Registro/cálculo/controle de produção e fornecimento de carvão*

Nesta tipologia, que engloba o período 1936-1964, encontram-se, dentre outros, demonstrativos de carvão exportado pelas Companhias consorciadas, para efeitos de cálculos referentes à subvenção para a prefeitura de São Jerônimo; mapas de custos de produção e informativos de produção; mapas do coordenador das sondagens, em Butiá, e dos valores das diferenças de preços em favor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); controles de fornecimento de vagões e de ex-

tração nos Poços; movimentação do carvão nas minas, com recibos de recolhimento à Coletoria Federal de São Jerônimo; controles diários de produção e estoque de carvão. Relativas ao ano de 1953, há Cartas da CCMB para a Agência Porto Alegre e para a VFRGS, tratando de fornecimento de carvão para locomotivas e vagões; falta de pessoal e quadros de paradas no lavador e de descarga de combustível na Usina, por culpa da Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ), e entendimentos entre a Companhia e a superintendência da Estrada, são alguns temas que podem ser encontrados nas missivas.

• *Registros de consignações*

São livros de registro de consignação de carvão, nos anos 1963-1967, e de registro de vendas à vista, para pagamentos do imposto sobre vendas e consignações da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), nos anos 1959-1964.

• *Relatórios/Pareceres Técnicos*

Reunindo informações das décadas de 1930 a 1960, acerca de iniciativas empreendidas nas áreas voltadas tanto às atividades fim quando às atividades meio do CADEM e das empresas consorciadas, a tipologia Relatórios e Pareceres Técnicos abrange informações variadas, mencionando-se, durante a década de 1930, os Relatórios sobre a exploração no Poço Borges de Medeiros; Pareceres sobre fixação do preço do carvão e Instruções para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul sobre o carvão destinado ao Cabo Aéreo. Para os anos de 1940, os Relatórios e Pareceres informam sobre as pesquisas de carvão mineral em terrenos de São Jerônimo, bem como relatórios de Inspeção nas Minas de São Jerônimo e Butiá e laudos periciais de análises de preço de custo do carvão nas Minas do Butiá e em São Jerônimo; relatórios sobre a mineração e os serviços de exploração apresentados ao Interventor Federal; relatórios sobre Reservas entre o Poço 3 e o Poço Fé, e sobre o Poço 5 da CEFMSJ (com plantas em anexo); relatórios e pareceres da VFRGS sobre amostras de carvão e suas análises e a fixação do preço do carvão nacional; Memoriais de lavra em terrenos, com plantas em anexo em vários deles; relatório dos Frigorífico Nacional Sul Brasileiro para a diretoria administrativa dessa mesma empresa; relatórios de Son-



dagens em Butiá e em Minas do Leão (com Plantas em anexo), sondagens no Poço 6 da Jeromina; Sondagens no Porto Carvoeiro João Mendonça Lima; relatórios de Ajustes para recebimento de carvão nacional; relatórios das benfeitorias feitas na Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ) pela CCR (após CCMB) após a Escritura de Dação à Fazenda Federal; relatórios e orçamentos sobre máquinas, equipamentos e materiais; relatório de exploração de jazida de carvão enviado para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); relatórios: sobre jazidas de carvão com lavra autorizada em terrenos de diversos proprietários; relatórios e pareceres sobre o fornecimento de carne nas Minas, com croquis da casa do matadouro, que foi incendiada; possibilidades de trabalho a céu aberto na Mina do Recreio (com Plantas em anexo); parecer sobre o imposto sobre a exploração de energia termelétrica; relatório de avaliação da Mina São Vicente e do Instituto Tecnológico sobre as necessidades das indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, assim como estudos e pareceres feitos para instalações de tratamento de água. Na década de 1950 encontram-se Relatórios e Pareceres sobre temáticas diversificadas, dentre elas as de produção de energia elétrica para o Estaleiro Mabilde, Porto do Conde e Silo (com plantas e desenhos); Projeto da linha de alta tensão - Butiá, Poço 5, Porto do Conde, Estaleiro Mabilde; visita à ferraria da Viação Férrea RS em Santa Maria; pedido de concessão da Usina de Charqueadas; pesquisa de carvão mineral em Boa Vista; carvão nacional e seu aproveitamento na produção de gás e energia elétrica; questionário enviado pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM) sobre possível concorrência feita pelo Serviço Riograndino de Eletricidade; aumento do custo de materiais e mão de obra; pareceres sobre pedido de concessão da Usina de Charqueadas (TERMOCHAR) e sobre a proposta feita pelo CADEM ao governo do Estado para a sua construção; história e histórico de exploração das Minas de carvão administradas pelo CADEM; mapas/gráficos das jazidas carboníferas de São Jerônimo, Bacia Carbonífera do RS, e métodos de mineração do Poço R4 em Butiá; fundo federal de eletrificação (projeto 3-204/53); relatório do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) sobre custo horário de máquinas rodoviárias; Memorial para lavra de carvão mineral em Bom Jesus do Triunfo; relatório da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) sobre tarifas e análises de carvão no setor POA; terre-

nos em Butiá cortados por estrada federal; e normas para ocupação das estradas de rodagem federais; relatório fotográfico da VFRGS enviado ao CADEM sobre observações feitas em viagens ao interior do RS; carência de mão de obra especializada; estudo de proposta para reajuste de salários na CCMB (base para contratos coletivos) com a finalidade de restabelecer a hierarquia salarial dos seus empregados. Já na década de 1960, constam, dentre outros, relatórios de serviços de exploração do carvão e estudos para a abertura do Poço 2; comparações de despesas em serviços de transporte de carvão; relatórios de inspeções na CCMB e CEFMSJ; Memorial para lavra de carvão em área de Guaíba; relatório da reestruturação do serviço de contabilidade do CADEM; acidentes de trabalho no subsolo e suas causas; Estudos e gráficos de acidentes e baixas médicas enviados à Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN); sondagens em Faxinal; processo de tratamento do solo das galerias; aproveitamento de carvão para as siderúrgicas; relatório dos serviços de mineração de carvão mineral na Mina do Recreio; pesquisas realizadas no início do século XX pela CEFMSJ; estudos climáticos do litoral do RS; minério de cobre em Bom Jesus da Lapa (Bahia); linha de transmissão Charqueadas -Arroio dos Ratos – Butiá; anteprojeto da linha de transmissão elétrica São Jerônimo-Porto do Conde-Butiá; laudos de avaliação das existências do Hospital Sarmento Leite, com Plantas e desenhos dos prédios e terrenos; relatórios sobre a Mina Alencastro e de observação de existência e exploração de carvão na fazenda dos Suecos.

• *Relação de transporte Livros*

Documentos relativos ao transporte e à movimentação de carvão pelas empresas consorciadas

### 05.12 Série Estaleiros e Navegação

**BR RSMC 05.12**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1937 – 1962**

**VOLUME: 1,56 ML**

Constituem a Série Seção Almojarifado, as seguintes tipologias:

• *Cartas*

Relativas ao período de 1937 a 1959, as Cartas contêm informações intercambiadas, dentre outros, com a Agência Porto Alegre; o escritório dos Estaleiros e Navegação do CADEM em Charqueadas; as agências e subagências de representação do CADEM em Pelotas e Rio Grande; o Ministério da Marinha; Tribunal Marítimo Administrativo; Capitania dos Portos e a Delegacia do Trabalho Marítimo. Cópias de Inquéritos e requerimentos; orçamentos para embarcações, inclusive para o Estaleiro Mabilde; as relações com os Estaleiros e Portos, com relatórios sobre inventários de materiais, reparos, conservação e obras realizadas e as que estão por vir e ser; entregas de carvão para a divisão de Portos e canais de Rio Grande; atualizações de regulamentos; tabelas de taxas aprovadas pela Marinha Mercante; correspondências de tripulantes de embarcações com o chefe dos Estaleiros e Navegação em Charqueadas; expedientes internos para a compra de selos de obrigações de guerra e descontos compulsórios; inventários de móveis e imóveis no Porto de Charqueadas; aos projetos de regulamento de trabalho, como o de contramestre geral; acordos entre empregados marítimos; relações de matrículas para averbações de férias, enviadas à capitania dos Portos e indenizações para operários marítimos, são algumas das temáticas que podem ser encontradas, dentre outras, em um vasto conjunto de informações contido nessa tipologia.

• *Diários de navegação*

Compreendendo o período 1944-1960, a tipologia reúne livros manuscritos com as descrições pormenorizadas das viagens de bordo, constando, também, as chegadas e saídas das embarcações e carregamentos, com dia e hora de início e término dos trabalhos.

• *Taxas de movimentação fluvial /receita estadual*

A tipologia é composta por formulários de taxas do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais – Divisão Porto Alegre – Diretoria Industrial, Seção de Receita e Recebedoria, contendo a data, nome da empresa e da embarcação, número e data do manifesto, peso, utilização,

capatazias, tabela “N” e Previdência, com os totais dos pagamentos.

• *Listas de contratos de auxiliares marítimos*

Livro da Marinha Mercante do ano de 1944 – Rol de auxiliares marítimos do Estaleiro de Reparação Naval em Charqueadas, de propriedade da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) / CADEM –, com os campos “Tripulante” (assinatura, naturalidade, número da caderneta e categoria), “Contrato” (data, função a bordo, forma do contrato, soldada por mês e dia), “Distrato” (data, causa, habilitação e conduta).

• *Demonstrativos de custos*

Compreendendo o período 1943-1953, a tipologia contém fichas de propostas de emprego, da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG); informações sobre tabelas para os serviços de estivas desestivas para os Portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre; despachos e cobranças de dívidas ativas; preços médios da mão de obra da estiva e pagamentos de repouso semanal remunerado no Porto de Rio Grande; relações feitas pelo CADEM de contas e salários a pagar, constando, dentre outras, as despesas com os transportes marítimos.

• *Folhas de pagamento*

Contendo informações entre 1940-1962, neste conjunto documental encontram-se as folhas de pagamento de trabalhadores e marítimos da empresa B. Truppel e da Companhia Rio Grande, Serviços de Reboadores e Chatas; folhas de pagamento de Comissões; relações de pessoal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul no serviço de carregamento de carvão do CADEM em Pelotas/Fluvial, com a discriminação das horas extraordinárias de trabalho; tripulantes de embarcações que “aderiram à greve”, com os nomes dos participantes, suas categorias, empresa, tempo de serviço e salário; relações nominais de pagamentos de indenizações e salários de marítimos e pessoal do Estaleiro empregados nas empresas consorciadas e no Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL), assim como de operários do Estaleiro Mabilde, desapropriado da União; demonstrativos de ganhos e vencimentos dos funcionários da subagência Pelotas e Agência Rio Grande, do CADEM; circulares para os

Mestres das embarcações, para compensação de horas extraordinárias dos tripulantes das embarcações; quadros demonstrativos dos aumentos de salário mínimo e compensação nas folhas de pagamento das embarcações.

• *Demonstrativos de pagamentos/indenizações*

Neste conjunto documental estão os demonstrativos das folhas individuais de cálculos de indenizações a serem pagas ao pessoal marítimo do CADEM, do ano de 1956, para os fins previstos em acordo firmado pelo CADEM no Rio de Janeiro, contendo o tempo de serviço dos empregados, salários efetivos, indenizações por tempo de serviço, valor de salários não recebidos no ano de 1956, e avisos prévios e de férias, assim como a relação de indenizações, férias proporcionais e avisos prévios, do ano de 1959, para os operários dispensados, junto às folhas de pagamentos de salários aos operários do Estaleiro Mabilde e do Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL) que ficaram trabalhando, e carta com a Minuta de conciliação perante à Junta de Conciliação e Julgamento, para o término da lide para pagamentos de salários e indenizações.

• *Solicitação de demissão/avisos prévios*

Dos anos de 1946-1956, são requerimentos de demissão e dispensa de aviso prévio, enviados ao chefe dos Estaleiros e Navegação do CADEM, em Charqueadas, acompanhados dos recibos dos saldos das contas e quitações de contratos de trabalho.

• *Certificados de aposentadoria*

Não se referindo somente a aposentadorias, e no período 1955-1957, há documentação que reúne dados sobre a vida funcional de empregados e tripulantes das embarcações, como os que contêm os nomes, datas de aposentadoria, de desarmamento e de volta ao trabalho, junto às informações e despachos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) tempo de aposentadoria, até a obtenção da alta médica, e de aposentadoria especial e por invalidez, assim como do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, para efetivação de direitos. Também se encontram processos para rescisões de contratos de trabalho, perante à Junta de Conci-

liação e Julgamento de São Jerônimo; aplicações disciplinares de suspensão; atestados de alta por acidentes de trabalho, do IAPM, e termos de ausências de funcionários, dentre outras informações que podem ser acessadas nesta tipologia

- *Laudos periciais*

Documentação em espanhol referente ao ano de 1941, trata-se do laudo de verificação de avarias e taxação das mesmas, ocorridas no timão do vapor argentino Rio Negro, com testemunhos da ocorrência e informe do perito designado para o caso.

- *Livro ponto*

Livros ponto de funcionários, com os nomes, categorias, valor e totais de dias trabalhados, e jornal diário, dos anos 1957-1961.

- *Circulares*

Do ano de 1942, trata-se da Circular nº 70, do Ministério da Marinha – Diretoria da Marinha Mercante, enviada para Capitães de Portos, Delegados e Agentes, sobre a confecção da tabela mínima de alimentação do pessoal da Marinha Mercante, rações, e tipos de cardápios das Zonas Norte e Sul da Marinha Mercante.

- *Recibos/Descontos sindicato*

Recibos em favor do Sindicato dos Estivadores de Porto Alegre, correspondentes às contribuições de Previdência Social dos associados para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), entre os anos de 1954-1957.

- *Circular de Alimentação da tripulação*

Referindo-se a contenda travada no Departamento Legal, a documentação arquivada em pasta denominada “Etapa de alimentação fornecida aos tripulantes das embarcações do CADEM”, reúne informações da contenda jurídica entre o CADEM e os Sindicatos, contendo a Circular nº 18 do Ministério da Marinha; comunicados do Delegado da Capitania dos Portos para o CADEM, assim como da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais para o Consórcio, sobre a regulação o fornecimento de alimentação a todos os arrolados, em

todo o território nacional, devido a que o CADEM não fornece alimentação aos tripulantes de vinte chatas usadas para o transporte de carvão, e relação das chatas que vão ao Porto do Conde, pertencentes ao Consórcio, e que não recebem alimentação nem as quantias devidas para esse fim. Junto a essa documentação, encontra-se a Consulta Jurídica formulada pelo CADEM ao seu Departamento Legal, indagando sobre se está obrigado a fornecer alimentação aos tripulantes das embarcações que fazem o tráfego fluvial entre Porto Alegre e o Porto do Conde; avisos da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, aos tripulantes do CADEM, sobre a Resolução de 1º de janeiro de 1953 para o fornecimento de alimentação nas mesmas bases que os outros tripulantes do Consórcio que fazem a linha até o Porto de Rio Grande. Comunicados do Sindicato Nacional dos Contramestres, Marinheiros, Moços e Remadores em Transportes Marítimos dirigidos para o CADEM, instando para que seja cumprida a Tabela de Alimentação, de acordo com o Aviso nº 1934, de 22 de agosto de 1953, emitido pela Diretoria de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, bem como as do Sindicato Nacional dos Taifeiros, Culinários e Panificadores Marítimos; tabela de alimentação para a guarnição da embarcação São Miguel, e notas de despesas com o despacho e a remessa de gêneros alimentícios enviados por ordem de Porto Alegre, também podem ser encontradas nesta tipologia.

• *Certificado/Controle de embarcações*

Nesta tipologia, compreendendo o período 1938-1959, podem ser encontrados, dentre outros, as seguintes documentações e informações: registros de embarcações, com dados sobre seus proprietários e construção; relações de materiais existentes em rebocadores; termos de vistoria da Delegacia dos Portos do Rio Grande do Sul no Porto de Porto Alegre; contratos de arrendamentos dos rebocadores São Gonçalo e Condor, e AB80, bem como das chatas Março e Abril; faturas de aluguéis de embarcações e declarações de serviços prestados por rebocadores; livro de títulos de embarcações; informações de descarga das chatas; listas de embarcações em tráfego, guindastes flutuantes, embarcações em conserto, embarcações amarradas e abandonadas como sucata, embarcações desmontadas e desaparecidas; recibos de recebi-

mento de carvão para o consumo de vapores, e falta de carvão para as chatas; ofício-circular nº 476, de 3 de abril de 1947, enviado pelo Capitão dos Portos à Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), sobre a proteção dos marítimos; certificados e escrituras de venda de embarcação à Companhia Arnt Ltda., bem como o requerimento de mudanças de nomes das embarcações feito por esta Companhia à Diretoria de Portos e Costas; certidões da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, relação das embarcações do Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL) e do Tribunal Marítimo Administrativo – Provisão de Registro de Propriedade Marítima; listas de rebocadores fluviais e lacustres, e de chatas fluviais, com informações gerais junto ao Ministério da Marinha; diário de bordo da chata Ariadne, do ano de 1953; movimentação geral das embarcações do CADEM; ofícios do Ministério da Marinha ao Serviço do Transporte de Carvão (STC), para esclarecer sobre situação de embarcação e rebocador; históricos de chatas adquiridas na Argentina e requerimentos do SEMASUL ao Delegado da Capitania dos Portos, para tripular as embarcações com funcionários do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), devido à greve de seus marítimos.

• *Registros contábeis*

Livros com relações de registros contábeis do Consórcio relacionados às atividades dos Estaleiros e as de navegação.

### **05.13 Série Porto do Conde/Cabo Aéreo**

**BR RSMC 05.13**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1964**

**VOLUME: 1,44 ML**

Constituem a Série Seção Almojarifado, as seguintes tipologias e um Dossiê:

• *Cartas /Fonogramas*

A tipologia Cartas diz respeito a informações sobre o Ponto do



Conde e do Cabo Aéreo nele instalado, ambos de propriedade da CCR (posteriormente CCMB), e administrados pelo CADEM. Abrangem o período entre 1946 e 1961, e os intercâmbios de informações são feitos, principalmente, entre o Porto do Conde com a agência do CADEM em POA; com a CCMB; o encarregado do Cabo Aéreo; a matriz do CADEM no RJ; com a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Estrada de Ferro Jacuí (EFJ) e a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). Dentre outros assuntos contidos na tipologia “Cartas” mencionam-se, a título exemplificativo, os resumos enviados à matriz sobre as atividades gerais do Porto; levantamentos de materiais, incluindo os danificados; acidentes com Cabo Aéreo e os transportes de carvão feitos pelo Cabo ao Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM); instalações telefônicas; menções sobre a sociedade recreativa Porto do Conde; croquis e plantas de instalações maquinários, os cargos e funções dos agentes de Polícia; movimento do carvão nos Portos, Minas e entregas mensais feitos no Cabo Aéreo; locomotivas e solicitações de vagões feitas à VFRGS para o Porto; falta de vagões e interrupções nos serviços; notas de consumo de carvão fornecido para consumo das locomotivas e usinas; De modo recorrente há relações de fornecimento de luz elétrica às casas e laboratórios de Análise da Estação Octacílio Pereira e para a VFRGS, bem como a análise sobre os custos e aproveitamento daquela Estação; ligações de luz elétrica feitas nas casas dos funcionários da Estrada de Ferro Jacuí (EFJ); e prejuízos na Mineração Recreio devido à falta de vagões para o escoamento da produção.

• *Relatórios de movimentação diária*

Englobando o período 1947-1964, trata da Movimentação no Porto, pesagem de embarcações, informações telefônicas, movimento de vagões no Porto e do trapiche de cimento, com Mapas de movimento de carvão, Relatórios diários e Demonstrativos de estoque de carvão.

• *Ficha de controle carvão/ carregado-recebido*

Encontram-se nesta tipologia os recebimentos de carvão e moinha do CADEM/ Porto do Conde, no ano de 1948, e mapas de carvão, do ano de 1963, com a discriminação de carregamento e entrega, carvão graúdo, bitolado, lavado 290 e lavado fino.

- *Nota consignação carvão/ materiais embarcados-recebidos*

Relativas ao ano de 1943, encontram-se as listas de materiais recebidos no Porto do Conde; notas de materiais embarcados neste Porto para Porto Alegre, Butiá e Charqueadas, e notas de consignação de fretes de carvão para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

- *Listas de fornecimento/recebimento/serviços*

A tipologia reúne informações entre os anos de 1936-1964, como as dos Serviços telefônicos (1962) e de luz elétrica (na Cooperativa da VFRGS); notas de transporte de cinza, caçamba caída, carregamento de moinha; recebimentos de madeira e discriminação dos serviços por empreitada feitos no ano de 1952.

- *Faturas de Frete*

Compreendendo o período 1941-1961, são faturas de fretes a pagar emitidas pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul à Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), das Estações de Butiá e Porto do Conde.

- *Folhas de pagamento*

Abarcando os anos de 1935-1964, em algumas delas, como as do ano de 1943, constam as obrigações de guerra com descontos em folha feitos pela CCMB aos seus funcionários no Porto do Conde. Constam, de igual modo, as folhas de pagamento do Cabo Aéreo, entre 1935-1937, com os nomes dos operários, números de suas chapas, cargo ou ocupação, totais ganhos, pagamentos ao armazém e zeladoria, descontos para a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), totais de descontos, e saldos, acompanhadas de relações de pessoal no Porto do Conde.

- *Lista de pessoal*

São listas de pessoal com os nomes completos de funcionários, numerados em ordem crescente, não constando datas na documentação.

- *Listas de remessas de correspondência*

Compreendendo os anos 1944-1952, a tipologia reúne remessas de correspondência enviadas do escritório do Porto do Conde para o escritório de Butiá, com a quantidade de material enviado, sua espécie,

nome do destinatário e localidade.

• *Requisições de passagens*

Requisições de passagens feitas pela Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), de ida e volta do Porto do Conde para Butiá, e formulários da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – Contadoria da Receita, com requisições de passagens em trens de passageiros, por conta da CCMB, do Porto do Conde a Butiá.

• *Inventários*

Inventário realizado no Porto do Conde, com levantamentos feitos na oficina mecânica; casa da solda elétrica; material existente na Estação de carregamento de carvão; depósito no Porto; depósito de carpintaria (reparação); recebedoria de carvão; Cabo Aéreo; serviços telefônicos; Escritório Comercial; linha de transmissão e iluminação da Vila; abastecimento, conduto e reservatórios de água.

• *Mapas de movimentação do carvão*

Do período 1938-1964, estão reunidos os mapas de movimentação do carvão e moinha no Porto do Conde, com seus respectivos demonstrativos de expedição; livros de movimentação da moinha e movimentação no trapiche de cimento do Porto do Conde.

• *Partes de ausência*

Enviadas pelo encarregado do Cabo Aéreo para a Seção Pessoal do Porto do Conde, as partes de ausência se referem às faltas ao serviço sem causa justificada e que completam trinta dias de ausência, compreendendo os anos 1947-1951.

• *Livro Ponto*

Compreende um Livro Ponto do Porto do Conde/ Estrada de Ferro Jacuí, do ano de 1938.

• *Códigos contábeis (Cabo Aéreo)*

Codificação contábil utilizada no Porto do Conde, compreendendo os anos de 1945, 1947 e 1954.

**Dossiê Estação Otacílio Pereira.**

No Dossiê Estação Otacílio Pereira, localizada no Porto do Conde, há informações como desenhos dos Silos daquela Estação, com o número de casas de alvenaria e de madeira, e a Estação de descarga para escoamento da produção pelo Cabo Aéreo; inventários de materiais e descrição das estruturas físicas da Estação de Descarga, Balanças, Depósito, Usina Termelétrica, abastecimento de água e rede de iluminação, assim como levantamentos das residências da Estação com suas descrições físicas. Listagens de materiais diversos existentes na Estação, funcionamento dos serviços telefônicos; inventários de maquinários e dos Poços de extração, com a descrição dos Poços (seu funcionamento, dimensões e desenhos de instalações), inventários de salas e instalações, móveis e utensílios da Seção Elétrica acompanhadas de descrições pormenorizadas das linhas de força elétrica, são algumas das informações propiciadas no Dossiê.

**05.14 Série Estaleiro Mabilde****BR RSMC 05.14****NÍVEL: SÉRIE****DATAS BALIZAS: 1939 – 1958****VOLUME: 1,32 ML**

O Estaleiro Mabilde, de propriedade do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM, que o adquiriu da Mabilde & Cia. Construtores Navais no ano de 1943, foi vendido pelo Consórcio, em maio de 1957, para o Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL), e um ano depois, em maio de 1958, o Estaleiro foi desapropriado pelo governo federal do SEMASUL, e ambos passaram a ser administrados pela Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, por intermédio de seu órgão integrante, o Serviço de Transporte de Carvão (STC). Constituem as seguintes tipologias e um Dossiê:

## • Cartas

O Estaleiro Mabilde, de propriedade do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM, que o adquiriu da Mabilde & Cia. Construtores Navais no ano de 1943, foi vendido pelo Consórcio, em maio de 1957, para o Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL), e um ano depois, em maio de 1958, o Estaleiro foi desapropriado pelo governo federal do SEMASUL, e ambos passaram a ser administrados pela Secretaria de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, por intermédio de seu órgão integrante, o Serviço de Transporte de Carvão (STC). Nas Cartas do Estaleiro Mabilde encontram-se dados como as correspondências entre Mabilde e Companhia e o coronel Cordeiro de Farias, interventor federal no Rio Grande do Sul, do ano de 1939, acerca da necessidade de estabelecer uma carreira naval com capacidade para docar navios de tonelagem elevada, assim como as trocadas entre o Estaleiro e o almirante Henrique Aristides Guilhem, ministro da Marinha, sobre a construção de carreira e respectivas oficinas navais, acompanhadas de oferecimento de terrenos para a obra projetada, com planta do Estaleiro, inventário resumido das existências da firma Mabilde e Cia., localizada na Ilha da Pintada, e recortes do jornal Diário de Notícias, de 13 de maio de 1939, sobre a construção de escola de aprendizes de marinheiros. Ainda se menciona, dentre as informações que constam nesta tipologia, comunicados de acidentes de trabalho; naufrágios de embarcações; punições disciplinares; serviços de rebocadores e chatas; legislações sobre acidentes de trabalho; comunicados de aposentadorias de função, feitos pelo Instituto de Aposentadoria dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); cartas do almoxarife da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB) sobre materiais entregues no Estaleiro; encaminhamentos de marítimos que tão retornando de férias, e aguardam embarcações, dirigidos ao chefe do Estaleiro; solicitações de hospedagens para marítimos; comunicados ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), sobre funcionários que se encontravam sob regime de seguro doença e seu retorno às atividades; correspondências do Serviço do Transporte do Carvão (STC) com o Estaleiro, sobre reparos, consertos em embarcações, serviços de entrega de carvão e entregas feitas à Estrada de Ferro Jacuí (EFJ), para remessa ao Estaleiro; listagens de

tripulantes que aguardam embarque e contendas entre funcionários e patrões.

• *Folhas de pagamento*

Abrangendo documentação entre 1945-1958, nesta tipologia reúnem-se folhas de pagamentos do CADEM para o Estaleiro Mabilde, constando os nomes dos funcionários e tripulantes, suas categorias, salários compensação e total, dias de trabalho e dias extraordinários, descontos e seus totais, saldos e observações. Também podem ser encontradas, dentre outras, folhas de pagamento de contribuições para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), e folhas do pessoal mensalista.

• *Controle de pessoal*

Esta tipologia reúne dados acerca de casas de operários construídas no Estaleiro e contratos de locação; relações nominiais de férias e atestados; recibos e demonstrativos de mão de obra e de pagamentos diversos; listas de salários por categoria; Declarações, pela Lei de Férias e Salário Mínimo. As Cartas intercambiadas entre a Agência Porto Alegre do CADEM e a chefia dos Estaleiros e Navegação, em Charqueadas, que se encontram junto à documentação, referindo-se ao pessoal do Estaleiro Mabilde, dão conta, entre outros, de arrendamentos de terrenos; fichas de inspeção de saúde para admissão aos serviços do Estaleiro; despesas com serviços extraordinários; demonstrativos de faltas ao serviço, e relações de salários doença.

• *Lista de pessoal*

Livro de rol de tripulantes das embarcações empregadas no serviço exclusivo do Estaleiro Mabilde, com as categorias de Mestres, Maquinistas, Motoristas, Marinheiros, Foguistas e Moços, no período 1954-1958.

• *Inventários de bens móveis e imóveis*

Documentação de 1949-1950, reúne as existências do Estaleiro Mabilde do CADEM, situado na Ilha da Pintada, no 3º Distrito de Porto Alegre, elencando móveis e utensílios, bens do Almoxarifado, terras e terrenos, bens móveis e imóveis existentes no Porto de Charqueadas,

relações de embarcações pertencentes ao Consórcio e ferramentas existentes na Ferramentaria do Estaleiro Mabilde.

- *Manifestos de carga*

Dos anos 1954-1955, são manifestos de carga do Porto de Charqueadas enviadas para a Agência Porto Alegre, acompanhados de notas de materiais embarcados para o Porto.

- *Relação de compras*

A tipologia contém as relações de compras efetuadas pelo CADEM em Porto Alegre, destinadas ao Estaleiro Mabilde, no ano de 1952.

- *Pedidos de materiais*

Os documentos contêm pedidos de materiais feitos pelo Almojarifado do Estaleiro Mabilde ao CADEM, contendo as quantidades, unidades e designação dos pedidos, entre 1955-1958.

- *Notas de débito*

São notas de diversas naturezas e procedências, enviadas pelo Almojarife do Estaleiro Mabilde para serem anexadas aos documentos de caixa e para o arquivo do Almojarifado.

- *Demonstrativo de movimento do almojarifado*

Encontram-se nesta tipologia as relações de materiais do Almojarifado do Estaleiro Mabilde, extraídos do Livro de Estoque, constando entradas, saídas e valores totais.

- *Balancetes de materiais*

Formam a tipologia, relações de compras, lista de salário doença e relações de materiais do Almojarifado.

- *Controle de serviços*

Esta tipologia reúne as relações mensais dos serviços diversos efetuados no Estaleiro Mabilde, entre 1946-1955.

- *Controle de materiais/ despesas*

Entre os anos 1947-1957, encontram-se relações de materiais em uso e em falta nas embarcações do Estaleiro, e listas de despesas de

materiais consumidos no Estaleiro, com levantamentos feitos por seu Almoxarifado.

• *Guias de Recolhimento de acidente de trabalho*

A tipologia informa sobre as quantias recolhidas para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM) relativas a acidentes de trabalho, com recibos e folhas de pagamento em anexo, assim como Guias com os demonstrativos dos descontos efetuados.

• *Atestados de contribuição para o IAPETC*

Do ano de 1958, são atestados de continuidade de exercício de funções no Estaleiro Mabilde e de contribuição regular para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), para fins de revalidação de Carteira de Inscrição e Saúde.

**Dossiê Obras da Ilha Pintada (dossiê)**

O Dossiê Obra da Ilha da Pintada reúne croquis, desenhos e plantas, como as do Projeto de Ambulatório para operários do CADEM/Estaleiro Mabilde, casas geminadas para operários, refeitório no Estaleiro Mabilde e pavilhão sanitário. Carta de habitação emitida pela Diretoria Geral de Obras e Viação da Prefeitura de Porto Alegre para o CADEM; Normas e Especificações Técnicas para as obras no Estaleiro Mabilde, acompanhadas de orçamentos gerais, assim como cartas e requerimentos do CADEM e do engenheiro responsável pelas obras para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sobre o Projeto de construção de benfeitorias nos terrenos do Estaleiro, para moradia e serventia dos operários no Estaleiro, encontram-se, também, neste conjunto documental.

**05.15 Série Companhia de Navegação ARNT Ltda**

**BR RSMC 05.15**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1939 – 1957**

**VOLUME: 0,12 ML**



A Companhia de Navegação Arnt Ltda foi fundada em 1879 por Jacob Arnt, filho de imigrantes alemães estabelecidos em São Leopoldo (Baumschneis - Dois Irmãos), e que posteriormente se estabeleceram na região do Alto Taquari. Realizando viagens entre Taquari e Porto Alegre em vapores, para o ano de 1885 a Companhia estendia a navegação fluvial até Estrela e Lajeado, contando com embarcações secundárias como lanchas, chatas e caíques, e, a partir do ano de 1895, com três vapores arrendados – o “Taquary”, o “Gaúcho” e o “Bismark”, situação que se prolongou até 1905, quando Jacob Arnt encomendou o vapor “Brasil”, na Alemanha, não renovando o contrato de arrendamento dos vapores. No ano de 1906, a Companhia foi reorganizada, contando com o ingresso de novos sócios, aumento de capital social e compra de novos barcos, época em que os serviços da Companhia se estendiam até o porto de General Osório, em Muçum. Mantendo a linha diária de Lajeado a Porto Alegre, a Companhia de Navegação Arnt contava com oficinas, escritórios em Taquari e Porto Alegre, agências em diversos portos do Rio Taquari, e estaleiro com plano inclinado às margens do Guaíba, fazendo o transporte de passageiros e cargas, escoamento da produção de grãos, importação de mercadorias da colônia alemã e serviços postais. A Companhia foi a responsável, no ano de 1914, pelo início da navegação do primeiro barco a vapor para a condução de passageiros, atividade que se incrementou nas décadas seguintes, passando a empresa a contar com embarcações de luxo para o transporte de passageiros, caso dos vapores “Itália”, “Osvaldo Aranha” e “Porto Alegre”, este destinado apenas a rota de Taquari a Porto Alegre. No ano de 1927, a Companhia de Navegação Arnt Ltda. criou, junto com a Lemmertz Irmãos e Cia., a Companhia Navegação Lemmertz, Arnt e Cia., para o transporte de cargas e de passageiros, entre Porto Alegre e Santo Amaro – Rio Jacuí, em consonância com o transporte ferroviário, para absorver os passageiros que chegavam de Santa Maria, pelo trem. A Companhia de navegação Arnt Ltda permaneceu com sua sede em Taquari até o encerramento de suas atividades, pois a infraestrutura do município e a diversificação dos investimentos da empresa em ramos empresariais associados à navegação – indústria de alimentos, oficinas de reparação, estaleiros, depósitos, além de terrenos, prédios e fundição – favoreciam a administração da empresa e de suas filiais. Em Porto

Alegre, a empresa possuía trapiche particular, com escritório, depósito e ancoradouro para a atracação das embarcações, descarregamento de cargas e desembarque de passageiros. Contudo, a partir do ano de 1957, a Companhia de Navegação Arnt entrou em regime de insolvência, solicitando auxílio governamental, e por fim, requerendo falência devido às dificuldades financeiras que enfrentava, deixando, assim, de operar na região. Constituem as seguintes tipologias:

- *Balancetes*

A Navegação Arnt, sediada em Taquari, e dedicada ao transporte diário de passageiros e cargas para os Portos do Rio Jacuí até São Jerônimo, e deste pelo Rio Taquari até General Osório, tem, em seus Balancetes de 1939-1957 informações como: Balanço geral do período 1939-1941, com demonstrativos de lucros e perdas, ativos e passivos, devedores e credores em contas correntes, e Inventários das existências das Oficinas e do Almojarifado, assim como documentos, letras e duplicatas a pagar, e os demonstrativos de movimento de Caixa no mês de setembro de 1957.

- *Avisos prévios*

A tipologia é formada por pedido de aviso prévio de operário do Estaleiro Naval da Companhia de Navegação Arnt, dirigido a Leopoldo Jacob Arnt, gerente da empresa.

- *Atestados de pagamentos de serviços e materiais*

Do ano de 1957, os Atestados são relativos aos serviços de estiva e extraordinários para embarcações; serviço regular de passageiros; transporte de lenha; serviços de carga e descarga; aquisição de material para a Companhia e seu Estaleiro Naval em Taquari e material de escritório, dentre outros.

- *Guias de contribuições ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM)*

Compõem este conjunto documental as guias de arrecadações de contribuições ao IAPM, feitas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAI) à Companhia de Navegação Arnt Ltda., no período de 1945-1948.

- *Tabelas de fretes*

Fazem parte da tipologia as notas de contabilidade tendo como credor os Fretes de Valores em cobrança, e tabelas de fretes para transportes requisitados pelas Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais, já incluídas taxas como as de estiva, armazenagens e trânsito.

- *Guias de Imposto de Renda*

As guias de imposto de renda são compostas por declarações de rendimentos individuais do gerente da Companhia, no exercício do ano de 1942, e declaração de imposto de renda com informações prestadas pela Navegação Arnt Ltda.

## **05.16 Série Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL)**

**BR RSMC**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1934 – 1959**

**VOLUME: 1,32 ML**

A Sociedade Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda. - SEMASUL - com sede na Capital Federal, tendo como cotistas às Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas de Butiá, com o Projeto de Lei nº 2.707-D, do ano de 1957, teve suas cotas de capital social declaradas como de utilidade pública pelo Governo Federal, para fins de desapropriação, e naquele mesmo ano, no mês de maio, o SEMASUL adquiriu das Companhias consorciadas o Estaleiro Mabilde, compreendendo seus terrenos, edificações, benfeitorias, máquinas, feramentas, material de escritório e de estoque existentes no Estaleiro, assim como adquiriu do CADEM e das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas do Butiá suas embarcações, ficando os trabalhadores marítimos sob a responsabilidade do SEMASUL. Já no ano de 1958 foi publicado o Termo de Contrato Público de desapropriação amigável feito entre a União Federal-Ministério da Fazenda, como expropriante, e os sócios cotistas Ivo de Magalhães e Humberto Lupinacci e as Companhias consorciadas no CADEM, à épo-

ca representadas por seus diretores Roberto Gabizo de Faria e Luis Honold Reis (CEFMSJ) e Ademar de Faria e Elias do Amaral Souza (CCMB), como expropriados, cabendo ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como interveniente, a administração provisória da Sociedade SEMASUL e dos bens expropriados. Os bens transferidos à União foram aqueles estipulados anteriormente em laudo de vistoria e avaliação realizado por Comissão instituída em 1956, compreendendo embarcações, terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e acessórios, valor industrial, material de escritório e material estocado, cabendo ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul a posse e guarda, a título provisório, da frota de embarcações, bem como da posse direta, ainda que precária, dos bens desapropriados, inclusive terras, edificações embarcações em atividade e as existentes no Estaleiro Mabilde, cabendo, por isso, a administração provisória dos bens, incluindo a frota de embarcações, ao Serviço de Transporte do Carvão (STC), órgão integrante da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado. A situação do quadro de trabalhadores do SEMASUL, até 31 de dezembro de 1957, seria regida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), não lhes cabendo a condição de servidores públicos, e a administração, controle e pagamentos dos trabalhadores seria feita, em caráter provisório, pelo mesmo STC, ficando a União obrigada a transformar, em prazo não inferior a um ano, o SEMASUL em uma sociedade anônima de economia mista, com participação sua de 95% das cotas de capital social, cabendo também ao Governo do Estado participação nesta sociedade transformada. Com a Lei nº 5208, de 16 de janeiro de 1967, o Executivo Federal foi autorizado a ceder a título gratuito ao Estado do Rio Grande do Sul as cotas do SEMASUL desapropriadas pela União no ano de 1957.

• *Cartas*

A Sociedade Serviço Marítimo Sul Brasil Ltda - SEMASUL - com sede na Capital Federal, tendo como cotistas às Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas de Butiá, com o Projeto de Lei nº 2.707-D, do ano de 1957, teve suas cotas de capital social declaradas como de utilidade pública pelo Governo Federal, para fins de desapropriação, e naquele mesmo ano, no mês de maio, o SEMASUL adquiriu das Companhias consorciadas o Estaleiro Mabilde,

compreendendo seus terrenos, edificações, benfeitorias, máquinas, ferramentas, material de escritório e de estoque existentes no Estaleiro, assim como adquiriu do CADEM e das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas do Butiá suas embarcações, ficando os trabalhadores marítimos sob a responsabilidade do SEMASUL. Já no ano de 1958 foi publicado o Termo de Contrato Público de desapropriação amigável feito entre a União Federal-Ministério da Fazenda, como expropriante, e os sócios cotistas Ivo de Magalhães e Humberto Lupinacci e as Companhias consorciadas no CADEM, à época representadas por seus diretores Roberto Gabizo de Faria e Luis Honold Reis (CEFMSJ) e Ademar de Faria e Elias do Amaral Souza (CCMB), como expropriados, cabendo ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como interveniente, a administração provisória da Sociedade SEMASUL e dos bens expropriados. Os bens transferidos à União foram aqueles estipulados anteriormente em laudo de vistoria e avaliação realizado por Comissão instituída em 1956, compreendendo embarcações, terrenos, edificações e benfeitorias, máquinas e acessórios, valor industrial, material de escritório e material estocado, cabendo ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul a posse e guarda, a título provisório, da frota de embarcações, bem como da posse direta, ainda que precária, dos bens desapropriados, inclusive terras, edificações e embarcações em atividade e as existentes no Estaleiro Mabilde, cabendo, por isso, a administração provisória dos bens, incluindo a frota de embarcações, ao Serviço de Transporte do Carvão (STC), órgão integrante da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado. A situação do quadro de trabalhadores do SEMASUL, até 31 de dezembro de 1957, seria regida pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), não lhes cabendo a condição de servidores públicos, e a administração, controle e pagamentos dos trabalhadores seria feita, em caráter provisório, pelo mesmo STC, ficando a União obrigada a transformar, em prazo não inferior a um ano, o SEMASUL em uma sociedade anônima de economia mista, com participação sua de 95% das cotas de capital social, cabendo também ao Governo do Estado participação nesta sociedade transformada. Com a Lei nº 5208, de 16 de janeiro de 1967, o Executivo Federal foi autorizado a ceder a título gratuito ao Estado do Rio Grande do Sul as cotas do SEMASUL desapropriadas pela União no ano de 1957. As “Cartas” do SEMASUL,

entre os anos de 1934-1958, fornecem dados sobre esta história em correspondências trocadas entre a Matriz do CADEM, as Agências Porto Alegre e Rio Grande, a subagência Pelotas, o escritório dos Estaleiros e Navegação, em Charqueadas, o Porto de Rio Grande e o Ministério da Guerra – Capitão do Mar e Guerra, proporcionando dados como as discussões e estudos sobre a viabilidade do fechamento da Agência de Representação do CADEM em Rio Grande; impostos de indústrias e de profissões; obrigações de Guerra, selos e restituições de pagamento para obrigações de guerra, e relações de recolhimento das obrigações de guerra para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM); assuntos relativos à Comissão Especial de Faixas e Fronteiras; movimentação de embarcações; cópias de contratos de arrendamento entre o SEMASUL, a Agência Rio Grande e o CADEM; circulares e processo eleitoral do IAPM; a relação do Serviço com os Sindicatos, como o Sindicato dos Maquinistas e Motoristas da Marinha Mercante.

• *Folhas de pagamento*

Contendo informações entre 1938-1958, nesta tipologia encontram-se os descontos feitos em folhas de pagamento de recolhimentos do SEMASUL feitos ao IAPETC e ao IAPM; folhas de pagamento de tripulantes, por categorias, com descontos para o IAPM e folhas de pagamento do CADEM do pessoal marítimo e pessoal marítimo que permanece em disposição.

• *Guias de recolhimento*

No período 1939-1956, constituem-se em Guias do SEMASUL de descontos e recolhimentos para o IAPM, com recibos bancários emitidos ao Serviço Marítimo para a carteira de empréstimos.

• *Balancetes*

Encontram-se nesta tipologia os demonstrativos mensais do SEMASUL feitos pela Agência de Porto Alegre, acompanhados de demonstrativos de contas, movimentos mensais de caixa e balancetes.

• *Diários de contabilidade*

Esta tipologia reúne documentos diversos acerca da vida funcional e das atividades contábeis do Serviço Marítimo Sul Brasil, como os

lançamentos de contribuições ao IAPM; recolhimentos sobre quotas de previdência marítima, arrecadadas pelo aluguel de embarcações; demonstrativos de contas de embarcações, com recibos anexos; faturas do CADEM ao SEMASUL; arrecadações de mensalidades sindicais e guias de recolhimento a Sindicatos diversos; atestados do Departamento de Assistência Médica e comunicados do Serviço de Auxílio Pecuniário do IAPM; folhas de serviços extraordinários de rebocadores e folhas de pagamento de embarcações; recolhimentos do SEMASUL (frete, taxas e carvão) à Marinha Mercante; notas para a Contabilidade Geral e relações de quantias pagas por diferenças de serviços extraordinários, devido a aumentos salariais.

• *Indenizações trabalhistas*

Formada por dados nominais dos tripulantes do SEMASUL sobre suas indenizações, compreende relações de empregados que receberam Aviso Prévio pelo CADEM; os que se declararam em greve; os que continuam trabalhando e os desarmados por conclusão de contrato. Relações dos ex empregados do CADEM que receberam carta do SEMASUL, assegurando-lhes estabilidade de trabalho, bem como relações nominais de trabalhadores do Serviço, constando tempo de serviço, salário, indenização por tempo de serviço, valor de salários não recebidos, aviso prévio e férias, são informações que podem ser encontradas nesta tipologia.

• *Controle de embarcações.*

Relativas ao período 1951-1957, reúne Fichas das embarcações do SEMASUL (chatas e rebocadores), quase todas adquiridas da CEFMSJ, com o número de inscrição na Capitania dos Portos de Rio Grande, provisão e capacidade bruta e líquida de carregamento. Há também listagens de embarcações do SEMASUL e do CADEM, fornecendo o nome da embarcação e dados sobre a capacidade de carga, material de construção e transporte principal, bem como relações de despesas efetuadas pelo SEMASUL com o rebocador São Leopoldo, quando em navegação pelo trecho de Pelotas/Santa Izabel do Sul.

- *Registros da Previdência Social.*

Refere-se a um Livro Caixa, de 1949-1954, com anotações de Previdência sobre a renda, sobre a estiva, e sobre ordenados.

- *Requerimentos vários.*

A tipologia é constituída por Requerimentos ao Delegado da Capitania dos Portos (DCP), Presidente do Tribunal Marítimo, Presidente da Marinha Mercante, Serviço do Transporte do Carvão (STC), e Inspetor da Alfândega de Porto Alegre, solicitando restituição de taxas recolhidas ao carvão nacional, em função do Decreto Lei nº 3100; registros na delegacia regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC); imposto da indústria e profissões; taxas portuárias sobre transportes de cargas; permissões para descargas nos Portos; fornecimento de segunda via de títulos extraviados na greve dos marítimos; averbação de férias regulamentares; certidões de registros de embarcações com recibos anexados aos Requerimentos; prorrogações de vistorias e efetivações. Também em anexo, há memoriais descritivos da construção de chatas para transporte de carvão, com desenhos e croquis nos projetos, no período de 1949-1958.

- *Fichas de carteira de empréstimo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM).*

Dos anos 1949-1958, constituem-se em folhas de consignação em cobranças individualizadas por mutuário, empresa e mês e ano do desconto das prestações e as importâncias das consignações. Consta, também, carta do SEMASUL ao IAPM, solicitando a devolução de contribuições recolhidas a mais durante a vigência do Decreto nº 35448, de 1954, com tabela das quantias e os nomes dos contribuintes afetados.

- *Recibos de tripulantes*

Compreendendo os anos de 1949-1953, a tipologia é formada por Recibos nominais de tripulantes do SEMASUL, de quitação de salários, auxílio doença (com atestados do Departamento de Assistência Médica do IAPM em anexo), e as “Informações ao Empregador”, proporcionadas pelo Departamento de Benefícios do IAPM para fins de Instrução de Processo de Seguro Doença (Auxílio Pecuniário), requeridos por funcionários do SEMASUL.



## 05.17 Série Emil & Cia

**BR RSMC 05.17**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1934 – 1939**

**VOLUME: 0,12 ML**

Constituem a Série Seção Almojarifado, as seguintes tipologias.

### • *Guias de recolhimento*

A tipologia Guias de recolhimento compreende o período 1934 – 1938, e se refere aos créditos efetuados por EMIL & Cia. Armadores Nacionais Ltda, com sede em Rio Grande, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), conforme a legislação vigente, e os lançamentos de contribuições que são feitos pela empresa à seção de Seguros de Acidentes de Trabalho, e à Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Operários Estivadores. Estão reunidas também neste conjunto documental os lançamentos feitos para o IAPM pela Delegacia de Rio Grande e os de Prêmios de Seguros para os riscos contra Acidentes de Trabalho, assim como relações de estivadores que contribuíram para a Caixa de Aposentadoria dos Operários Estivadores.

### • *Folhas de Pagamento*

Constam nesta tipologia os descontos em folha da empresa ao IAPM para as seções de serviços terrestres e marítimos, conforme preconizado pelo artigo 18 do Decreto nº 22.872, de 29 de junho de 1933.

### • *Notas de Contabilidade*

Englobando os anos de 1937 e 1938, esta tipologia é formada por notas contábeis de fornecedores ao Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Marítimos (IAPM); lançamentos de contribuições; importâncias destinadas às embarcações; cópias de legislações e avisos, bem como cartas da Agência Rio Grande ao IAPM.

## **5.1.2 Subfundo Companhia Carbonífera Riograndense (CCR)**

**BR RSMC 05.1**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1941**

**VOLUME: 10,20 ML**

### **Contexto Histórico**

A fim de situar a gênese da Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR) remontasse ao ano de 1881, quando Nicácio Teixeira Machado – valendo-se de uma concessão imperial, juntamente com o tenente-coronel Antônio Patrício Azambuja e Gaspar Menezes, tendo Eugenio Danhe como responsável técnico dos trabalhos – procedeu à exploração de carvão mineral, que foi encontrado nas proximidades do Arroio dos Cachorros – o maior afluente do Arroio dos Ratos –, nas cercanias da região de Butiá. Esta empresa, contudo, findou no ano de 1882, quando a firma comercial porto-alegrense Holtzweissig & CIA – nesse período responsável pela exploração das minas de Arroio dos Ratos –, alegando que a concorrência dos trabalhos feitos em Butiá ocasionava prejuízos, obteve a anulação da concessão feita a Nicácio Teixeira. Este, entre os anos de 1882 a 1905, abandonou os trabalhos na região, mas, ao final desse período, retomou suas atividades em Butiá, ocasião em que entrou com pedido à Intendência Municipal de São Jerônimo para a concessão de pesquisa e exploração, e também a construção de uma Estrada de Ferro para o transporte do carvão da mina a ser explorada naquele local. Embora o pedido de concessão tenha sido indeferido, tendo que ser abandonado o projeto de construção da Estrada, a exploração mineral foi possível graças ao auxílio financeiro prestado a Nicácio Teixeira pelo engenheiro Guilherme Krumel (irmão de Eugenio Danhe), Felipe Steigleder e Luiz Custódio de Souza. Nessa feita, o carvão era transportado em carroças para o Porto Pereira Cabral, na sede do município, e daí, por lanchas, para Porto Alegre. Nicácio Teixeira, no ano de

1912, se associou com Alfredo Wiedmann, na tentativa de capitalizar a empresa na Europa, e ambos organizaram, no ano de 1915, a Companhia Anônima Cooperativa Hulha Rio-Grandense, continuando os investimentos em pesquisas e na exploração das jazidas na região, bem como no poço com mais de sessenta metros que já havia sido aberto. A diretoria ficou composta por João Landell de Moura, Alcides Antunes e Alfredo Mariath, sendo Nicácio Teixeira o técnico. Apesar das dificuldades encontradas, a Hulha-Riograndense prosperou, fato este apontado como possível tanto pelo estímulo à produção nacional devido a crise de abastecimento do mercado interno, na conjuntura da I Guerra Mundial, quanto à administração de Manoel Buarque de Macedo. Este, que foi proprietário e diretor da extinta Companhia Minas Sul-Riograndense, bem como diretor do Lloyd Brasileiro, foi o responsável pela reorganização da Companhia localizada nas Minas do Leão, que, em janeiro de 1917, passou a se denominar Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ). Em estreita relação com essa reestruturação, efetuou-se a liquidação amigável da Companhia Anônima Cooperativa Hulha Rio-Grandense, organizando-se, então, a Sociedade Anônima Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR), por escritura de constituição lavrada em 22 de agosto também do ano de 1917. Compareceu para a deliberação dos estatutos e assinatura dos termos finais da liquidação o general João Leocádio Pereira de Mello, por si e como procurador de Henrique Pereira Netto; J. J. Leite de Almeida; o major Carlos Fontoura e Antônio Dias da Costa, todos liquidantes da Cooperativa Hulha Rio-Grandense, 102 e, representando a Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, Miguel Arrojado Lisbôa, presidente; Manoel Buarque de Macedo; Luiz Jacques de Freitas Vale, Barão de Ibirocahy; Herculano Marcos Inglês de Souza; Mario de Andrade Ramos; Zeferino de Faria; Caetano Garcia e Mario de Azevedo Ribeiro. Conforme seus Estatutos, o objeto da CCR, estipulado em seu Artigo 1º, era “a exploração das jazidas carboníferas do Butiá, no município de São Jeronymo, e o comércio de carvão das mesmas jazidas e de outras que vier a explorar”, e sua sede seria na cidade do Rio de Janeiro, sendo de sessenta anos o prazo estipulado para sua duração (Artigo 2º). A Companhia Minas de Carvão do Jacuhy – que contou com a subscrição de 50% das suas ações pelo Governo federal – obteve, em 15 de maio de 1917, a concessão para a construção de uma Estrada

de Ferro, efetuando, em fevereiro de 1918, o término da construção do primeiro trecho, ligando as Minas do Leão ao Porto do Conde. Ainda em 1918, em 23 de abril, a CMCJ obteve a concessão municipal para a construção do ramal férreo às Minas do Butiá, de propriedade da CCR. Ao término da obra, o ramal partia da estação chamada Entroncamento, tendo uma extensão de 7.311 quilômetros, indo até a boca do Poço Borges de Medeiros – o Poço 1 – aberto pela CCR no ano de 1917, realizando-se, assim, o tão almejado projeto de Nicácio Teixeira de maior economia e agilidade para o escoamento da produção. Contudo, no governo provisório do vice-presidente Delfim Moreira (15 de novembro de 1918 a 28 de julho de 1919), o governo federal se retirou como acionista da CMCJ, realizando-se então, conforme escritura de 7 de outubro de 1919, a transferência dos bens e da dívida da empresa, feita com o Banco do Brasil, para a Fazenda Nacional da República. Decorrente dessa ação adveio que, em 28 de setembro de 1920, tenha sido escriturada, como forma de pagamento da empresa ao Governo federal, a dação da Estrada de Ferro do Jacuhy, inclusive o ramal de Butiá. Também os Portos Pereira Cabral, em São Jerônimo, e Mauá, em Charqueadas, passaram à órbita do Governo federal, e a CMCJ paralisou seus serviços de extração. A partir daí, ocorreu o paulatino, porém irreversível, deslocamento do eixo de produção para as minas da CCR, como demonstra a retirada, em 1923, de grande parte do maquinário da CMCJ para as Minas do Butiá. Com a paralisação dos trabalhos da CMCJ, a via-férrea, agora de propriedade do Governo federal, foi inteiramente apropriada pela CCR para seu uso, ocasionando o deslocamento do centro das atividades do Porto Pereira Cabral (onde ficava a Estação Central) para o Porto do Conde (responsável pelo escoamento da produção da CCR), e no ano de 1924 a sede do escritório da Estrada de Ferro Jacuí foi transferida para Butiá. Igualmente no ano de 1924, em 10 de julho, o superintendente da CCR assumiu efetivamente o cargo de Superintendente Geral, além da própria Carbonífera Riograndense, das Companhias Minas de Carvão do Jacuhy e da Brasileira de Transporte do Carvão S/A. Esta última foi constituída em 11 de dezembro de 1919, com sede no Rio de Janeiro e com o prazo de 25 anos de existência, tendo sido eleitos para compor a diretoria, Manoel Buarque de Macedo, como presidente, e para diretores Octavio de Souza Carneiro e Horácio Moreira Guimarães, à época um

dos diretores da CCR. A Companhia Brasileira de Transporte do Carvão tinha em seu quadro de acionistas representantes das Companhias Carbonífera Rio-Grandense (Butiá), Minas do Jacuhy (Leão) e Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (Arroio dos Ratos), tendo por finalidades estabelecidas em seus Estatutos – a) organizar serviços de transporte fluvial e marítimo para o carvão das minas do Estado do Rio Grande do Sul e de outras procedências; b) manter entrepostos de carvão nos portos que convier; c) fazer o comércio de carvão nacional em estado natural, beneficiado ou com liga de carvão estrangeiro, assim como quaisquer outras operações sobre carvão nacional ou que se relacionem com a indústria carbonífera no Brasil –, atividades essas que passaram a ser supervisionadas diretamente pelo responsável da CCR.

Para o ano de 1926, o superintendente da CCR credita a restrição da produção das minas do Leão tanto à má localização do Poço Wenceslau Braz (da CMCJ), que tornava a exploração muito dispendiosa, quanto à falta de mercado consumidor, fatores estes que, em seu entender, propiciaram a concentração da produção em Butiá, devido a sua maior proximidade do Porto do Conde, facilitando as exportações, e por ter seu poço de extração melhor localizado. Por fim, no ano de 1930, ocorreu a rescisão do contrato de arrendamento feito entre a CMCJ e os herdeiros de Albina Freitas de Souza, proprietários das terras sitas na Estância do Leão, ficando a CCR com o direito de retirar todas as máquinas instaladas nas Minas do Leão. Com o advento da Crise de 1929 e seus desdobramentos, o Governo federal passou novamente a intervir energicamente na proteção do carvão nacional. No ano de 1920, com a encampação das estradas de ferro gaúchas pelo governo estadual, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.) passou a ser uma grande consumidora do carvão produzido pelas Companhias Minas de São Jerônimo e Carbonífera Rio-Grandense. Na década de 1930, o governo de Getúlio Vargas incrementou essas medidas, assegurando o ajuste técnico necessário para que os maquinários pudessem utilizar o carvão nacional, e proporcionando incentivos fiscais às empresas, com isso ampliando o mercado consumidor do produto nacional. Em 15 de julho de 1930, a CCR firmou um contrato com a V.F.R.G.S. para o fornecimento de carvão, e em 9 de junho de 1931 o Decreto Federal Nº 20.889, do Governo Provisório, regulava as condições para o aproveitamento do carvão nacional,

estabelecendo, em seu Artigo 2º, que as transações alfandegárias com os carregamentos de carvão estrangeiro importado ficariam condicionadas à apresentação de prova, por parte do importador, da aquisição de uma quantidade de carvão nacional correspondente a 10% da quantidade que ele pretendesse importar. Também o Artigo 7º daquele Decreto proibia aos Estados, Municípios e o Distrito Federal, pelo prazo de dez anos, lançar qualquer espécie de imposto ou taxaço que atingissem as empresas de mineração nacional ou os seus produtos. Esse arcabouço legislativo é apontado como um fator decisivo para que, em 1932, o Grupo Martinelli, do empresário paulista Giuseppe Martinelli – o Comendador Martinelli, dono do Lloyd Nacional –, adquirisse todos os direitos de extração nas minas do Butiá – Companhia Carbonífera Rio-Grandense, tendo nomeado como administrador o engenheiro Roberto Cardoso. O Comendador Martinelli, que também era acionista e controlador de minas de carvão em Santa Catarina, já detivera, no ano de 1919, o controle das Minas de Carvão do Jacuhy, devido à transferência das ações que foi efetuada a ele por Rocha Miranda, então detentor das ações de Manoel Buarque de Macedo e Frederico B.Horta Barbosa. Desse modo, a CCR também assumiu com o Lloyd Brasileiro, conjuntamente com a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, um contrato de fornecimento, lavrado em dezenove de maio de 1932. Sob a direção do Grupo Martinelli e de Roberto Cardoso, a CCR passou a ter uma administração voltada não somente para a ampliação e diversificação de investimentos, mas fazendo parte de uma estratégia nacional de proteção às jazidas minerais de carvão, em estreita parceria com os órgãos governamentais. Pela Constituição Federal de 1934, em seu Artigo 119, fica estabelecido que o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais depende, necessariamente, de autorização ou concessão federal, estipulando, no parágrafo 4º desse Artigo, que são essenciais à defesa econômica e militar do País. Todas essas medidas legislativas, propiciadoras da ampliação do mercado consumidor e valorização do produto nacional, geraram, dentre outras coisas, preocupação das companhias mineradoras para o aperfeiçoamento do trabalho de abastecimento das locomotivas. Em 1932, a CCR iniciou o projeto de construção de uma via funicular – um cabo aéreo-teleférico sobre o rio Jacuí, ligando o Porto do Conde à margem oposta, no município de General Câmara, projeto

este que foi executado e concluído em 1938 pelo Consórcio Administrador de Empresas – CADEM –, onde, por aproximadamente 3,6 quilômetros, o carvão era despejado automaticamente nos vagões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. O aumento da demanda também propiciou as pesquisas e explorações para a abertura de outro Poço, que foi inaugurado no ano de 1935 – o Poço 2, ou “Farroupilha”, assim chamado em comemoração ao centenário do movimento farroupilha. Entre os anos de 1932 a 1939, o carvão das minas gaúchas representava 82% da produção nacional, e as companhias mineradoras, devido aos incentivos fiscais e ajudas financeiras, reduziram drasticamente o pagamento de impostos para o governo estadual. Ao amparo de leis protetoras, as taxas de lucro cresceram enormemente, pois, devido à obrigatoriedade de consumo do carvão nacional, as empresas aumentaram o preço do produto. Nas minas, contudo, os interesses das companhias chocavam com a cada vez maior organização dos mineiros, como indica a criação do Sindicato dos Mineiros em Butiá, no ano de 1933, fundado devido à greve efetuada entre 27 de janeiro a 02 de fevereiro de 1933, na qual quatrocentos trabalhadores da CCR reclamavam contra o não pagamento dos salários e os altos preços praticados pela Cooperativa das Minas de Butiá – o “Barracão”, como era chamada –, que vendia os gêneros alimentícios aos operários, de propriedade da Companhia. O movimento foi intermediado pelo Inspetor Regional do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC), Ernani de Oliveira, que efetuou as negociações entre a CCR e os grevistas. Em 1934, de 7 a 9 de dezembro, cerca de setecentos mineiros do Sindicato de Butiá entraram em greve, devido a desavenças com um funcionário da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP). Mesmo novamente contando com a intermediação do MTIC, os funcionários grevistas foram demitidos, e Roberto Cardoso, diretor da CCR, acionou o delegado de polícia de São Jerônimo, José Maria de Carvalho, para o fechamento da sede do Sindicato dos Mineiros de Butiá, havendo busca e apreensão de documentos do arquivo e móveis. Os acordos entre o poder público e a direção da CCR foram prática corrente, pelo menos desde fevereiro de 1921, quando foi determinado entre o Intendente municipal João Rodriguez de Carvalho, e o diretor da CCR Jaime Leal Costa, que o destacamento de polícia responsável pelo controle na Mina se submeteria à obediência direta do superintendente da

Companhia, embora a força policial estivesse subordinada à direção e fiscalização do Intendente municipal. Inserida na estratégia de cooperação com os governos federal e estadual, a partir do ano de 1936 ocorreu uma mudança substancial no que tange à circulação e à exploração do carvão mineral gaúcho, com a formação da sociedade civil Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM, cuja minuta de constituição foi realizada em 20 de junho de 1936. Pela Assembleia Geral Extraordinária da CCR, realizada em 24 de junho de 1936, ficou autorizada a assinatura do contrato definitivo, celebrado entre a Companhia Carbonífera Rio-Grandense e a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronimo, para suas administrações conjuntas, com comunhão de lucros e perdas. Desta feita, a composição do Consórcio se deu por quatro sócios: Luiz Betim Paes Lemes e Otávio Reis, por intermédio da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, e Roberto Cardoso e o Grupo Martinelli, por intermédio da Companhia Carbonífera Rio-Grandense, com a direção a Roberto Cardoso. Ainda nesse mês, pelo Decreto N. ° 1828, de 21 de junho de 1936, a cota de aquisição de carvão nacional sobre as importações de carvão estrangeiro se elevou de 10% a 20%, assumindo, assim, o CADEM a liderança absoluta na industrialização do carvão gaúcho. No ano de 1941, por escrituras de 4 e 15 de julho, a CCR transferiu todo o seu acervo relativo à indústria e comércio de carvão mineral à Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), inclusive os direitos e obrigações relativos ao contrato de comunhão de lucros e administração conjunta firmado com a CEFMSJ e executado pelo CADEM.

## **Forma e Estruturação**

O Subfundo está estruturado em três (03) Séries com suas respectivas tipologias documentais. Tais divisões (séries) abrangem, as diferentes funções e atividades encontradas e deduzidas a partir do processo de organização do acervo objeto de organizado da CCR. Assim, às séries não representam a totalidade da estrutura administrativa da CCR. Quadro de Arranjo (ANEXO B).

O processo de descrição arquivística visa as Séries a seguir.



## 5.1.2.1 Séries Documentais

### 05.1.01 Série Administrativo

**BR RSMC**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1941**

**VOLUME: 0,12 ML**

Constituem a Série Administrativo as seguintes tipologias:

- *Cartas*

As Cartas da Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR) compreendem o período de 1936 (quando a Companhia passa a fazer parte do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração – CADEM, ao lado da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo – CEFMSJ) até 1941 (ano em que a CCR transfere seu acervo para a Companhia Carbonífera Minas do Butiá - CCMB), e as trocas de correspondências se dão, em sua maioria, entre a CCR e a Matriz e Agências do CADEM, a superintendência das Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) e entre departamentos e seções da própria Mina, propiciando informações de diversas naturezas e temáticas, como as seguintes: envio de relações de pagamento da F. & Segura Cia. Ltda.; quitações de débitos bancários; listagens de gastos com as folhas de pagamentos; discordâncias de numerário entre os Mapas de pagamentos do Almoarifado e os descontos em folha feitos pela empresa; cartas de fornecedores e abertura de créditos para os funcionários da CCR nos armazéns; notas de Contabilidade para a Matriz e para a Agência Porto Alegre; pedidos de materiais feitos pela Subdelegacia de Polícia de São Jerônimo ao engenheiro-chefe da Companhia, e solicitações de envio de materiais feitas pelas Minas do Recreio; cartas da CCR para o Almoarifado do Cabo Aéreo, no Porto do Conde. Como ocorre com as Cartas do CADEM, nas da CCR pode se entrever todos os aspectos da vida funcional da empresa, seus operários, e o entorno local, como é o caso do envio de informações referentes às listas de operários que não retiraram seus envelopes de

pagamento, solicitações de atestados por tempo de serviço feitas pelo Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas de São Jerônimo; ordens de serviço sobre a frequência de funcionários (tocadores) no ano de 1936; promoções funcionais; apresentações de funcionários novos designados para a Polícia da Mina, feitas pela Delegacia de Polícia da 1ª Região; comunicados à Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) da CCR, sobre descontos, preenchimento de vagas, e aposentadoria especial, dentre outros; cartas e comunicados da Delegacia de Polícia da 1ª Região à CCR, tratando de acidentes de trabalho; comunicados da Junta de Alistamento e do Ministério da Guerra/Junta de Recrutamento, contendo, dentre outras, informações sobre os nomes verdadeiros dos alistados e suas filiações; pedidos de funcionários de exoneração de cargos ocupados na empresa. Ainda pode-se mencionar os Convites feitos à empresa pelo C.C.F. Bandoleiros de Butiá, para comparecimentos a festividades; cartas para o Comendador Martinelli de firmas italianas de engenharia; correspondências para o Vigário de São Jerônimo, no ano de 1937; comunicados à CCR, no ano de 1936, da Comissão Pró-Flagelados nas Minas de Arroio dos Ratos, devido à Enchente; solicitações de amigos dos diretores da Companhia para intermediação em pedidos de emprego; solicitações de construções de casas, no ano de 1940, e construção de Colégio elementar; requerimentos de atestados de trabalho para fins de naturalização, em 1939 e informações sobre a entrada e permanência de estrangeiros no país, no ano de 1941.

• *Estatutos da Sociedade Beneficente*

Estatutos da Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR) em Minas do Butiá, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de abril de 1939, que tinha sua Junta Administrativa composta por três membros, dois deles indicados pelo Sindicato de Classe e um pela Administração da CCR. A finalidade principal da Sociedade era a de congregar todos os mineiros e trabalhadores da CCR para defenderem, juntos, seus interesses, como eram o Hospital, os Institutos Radiológico e Odontológico, e a Farmácia.

## 05.1.02 Série Pessoal

**BR RSMC 05.1.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1941**

**VOLUME: 0,48 ML**

Constituem a Série Pessoal as seguintes tipologias:

• *Folhas de pagamento*

Dos anos 1937 a 1941, são Folhas de pagamentos a mineiros, constando seus nomes e gastos com a extração (uso de pólvora e estopins), gastos na Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá, e joias para a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), dentre outras informações. Também fazem parte desta Tipologia as relações de pessoal mensalista de descarga de carvão-Gravataí; pagamentos ao pessoal da Agência Porto Alegre e aos peões de mineiros, assim como Folhas de Pagamento de pessoal empregado na descarga de carvão para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

• *Livros Ponto*

A tipologia abrange os Livros Ponto, do ano de 1938, dos engenheiros e chefes de serviço, encarregados de seções, pessoal diverso, turmas de reparação de carros e locomoção e turmas de extração da CCR e da Via Permanente da Estrada de Ferro Jacuhy, dentre outras.

• *Atestados médicos / tempo de serviço*

Abrangendo os anos de 1937-1941, encontram-se atestados expedidos pela Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) da CCR; atestados de trabalho, constando a função, tempo de serviço e vencimentos percebidos, e atestados de Tempo de Serviço, com a data de admissão do funcionário e Declaração de que está deixando o emprego por livre vontade sua.

• *Registro de diárias*

São registros de diárias pagas a funcionários da Via Permanente da

Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ), no ano de 1937, com seus nomes, números de chapa, valor da diária e aumentos recebidos.

- *Ordens de pagamento/vales/descontos*

Abrangendo os anos de 1936-1941, a tipologia reúne vales de gêneros alimentícios; ordens de pagamentos para pequenos fornecedores e para medicamentos; hospedagem em hotéis e descontos a favor de pensões.

- *Relação de fornecimento F & Segura LTDA.*

Fazem parte deste conjunto documental, que abrange o período 1936-1940, Relações de Fornecimento feitos pela F. & Segura Companhia Limitada a funcionários da CCR que não trabalham nas Minas, com seus nomes, números de chapa e valores, assim como Relação de Fornecimento ao Pessoal da Mina no mês de novembro de 1936.

- *Fichas de pagamento de vencimentos*

Referentes às décadas de 1930 e de 1940, são Fichas expedidas pela Seção de Pessoal da Companhia, constando o mês e ano do pagamento e nome e número da chapa, com a assinatura do funcionário.

### **05.1.03 Série Almoxarifado**

**BR RSMC 05.1.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1937 – 1941**

**VOLUME: 0,60 ML, E 02 LIVROS ENCADERNADOS**

Constituem a Série Almoxarifado as seguintes tipologias:

- *Cartas*

Na tipologia Cartas do Almoxarifado estão reunidas correspondências entre os Almoxarifados das empresas consorciadas e o da Agência Porto Alegre, havendo, também, missivas intercambiadas com a Matriz do CADEM e os encarregados da Vila Operária, Seção Elétrica e Zeladoria, dentre outros. Nelas se encontram assuntos e informações como

envios de Mapas de Mão de Obra, com a produção efetuada; avisos de remessas e recebimentos de materiais e produtos; estoques do Almo-xarifado; instruções do chefe de Encomendas para procedimentos com as notas de débito de materiais; resumos contábeis; guias para o Almo-xarifado de previsão de materiais de primeira necessidade até a regulari-zação das importações, do ano de 1937; relações de materiais enviados ao Cabo Aéreo; aquisição e orçamentos de materiais; cedência do pré-dio do Grupo Escolar para a Sociedade Butiaense e o do Colégio Público ao Sindicato dos Mineiros, no ano de 1940, assim como construção de casas e conservação de prédios, e reparos nas casas das viúvas.

• *Notas de débito/crédito*

Reunindo documentação entre 1937-1940, constam nesta tipologia as Notas de Débito e de Crédito para o Almo-xarifado Butiá de faturas de fornecedores diversos, conforme pedidos feitos para e pelo Almo-xarifado.

• *Faturas de materiais fornecidos*

Nesta tipologia encontram-se faturas expedidas pelo Almo-xarifado, entre 1937-1940, de materiais e utensílios, como lampiões, e gêneros alimentícios fornecidos aos operários pela Companhia F. & Segura Ltda.; listas de fornecedores ao Almo-xarifado; recibos e notas de crédito e de débito acompanhando as faturas.

• *Balanços bancários*

Constituem-se em saldos a favor da CCR em contas correntes com as Minas do Recreio, Ricardo Porto e os senhores Hessler e Woebeck, no ano de 1936.

• *Relação de dívidas*

A tipologia reúne anotações e comunicados de operários que de-vem ou não aos armazéns da Sociedade Cooperativa, com os seus no-mes completos, números de chapa e saldos devedores e de crédito.

• *Relação Fornecimento/entrada-saída materiais*

Contendo dados entre os anos de 1936-1941, a tipologia reúne in-formações como o envio ao CADEM, pelo Almo-xarifado da CCR, de re-

lações de materiais importados da Alemanha; médias de materiais utilizados; relações de materiais fornecidos ao pessoal pelo Almojarifado, como materiais para a construção de casas e lampiões, acompanhadas dos respectivos recibos; relações de materiais e mão de obra empregados na Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ) no ano de 1938; relações de compras efetuadas em Porto Alegre pelo Almojarifado Butiá.

• *Inventários de materiais*

Neste conjunto documental encontram-se os Inventários de Balanço de Materiais existentes no depósito da CCR, nos anos de 1936 e 1940, acompanhados de Resumos, incluindo o da Nova Usina, feito em 31 de dezembro de 1935, e os da Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ).

• *Controle de pagamento de serviços*

Registros de pagamentos de serviços vários realizados pelo Almojarifado da Companhia Carbonífera Rio Grandense.

• *Registro de mercadorias importadas*

Livros de controle de materiais importados pela Companhia, constando em seu Almojarifado

### **5.1.3 Subfundo Minas do Butiá (CCMB)**

**BR RSMC 05.2**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1968**

**VOLUME: 10,20 ML**

#### **Contexto Histórico**

No ano de 1941, por escrituras de 4 e 15 de julho, a Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR) transferiu todo o seu acervo relativo à indústria e comércio de carvão mineral à Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), inclusive os direitos e obrigações relativos ao con-

trato de comunhão de lucros e administração conjunta firmado com a CEFMSJ e executado pelo CADEM. A CCMB foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal Nº 7.783, de 3 de setembro de 1941, tendo sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, e prazo de duração de cinquenta anos, contados da data da sua instalação. Conforme o Artigo 3º de seus Estatutos, a CCMB tinha por objeto a indústria extrativa, o transporte e o comércio de carvão mineral e todas as indústrias acessórias e correlatas, sendo seus fundadores Adhemar de Faria e Carlos Saboia Bandeira de Mello; e primeiros diretores José Martinelli; J. O. Villaça, Carlos Saboia Bandeira de Mello e Carmo Campanella, na prática apenas uma continuação da gestão anterior, apenas com nova razão social. A Companhia permaneceu com denominação até o ano de 1968, quando, devido a aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada no Rio de Janeiro, em 30 de abril daquele ano, alterou a denominação e os objetivos da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), passando a se denominar Companhia Reja Administração e Participações.

## **Forma e Estruturação**

O Subfundo está estruturado em sete (07) Séries documentais, nas quais encontram-se inseridas as respectivas tipologias. As divisões (séries) não representam a totalidade da estrutura administrativa da CCMB e sim, as divisões encontradas e deduzidas a partir do processo de organização do acervo encontrado da Companhia.

O processo de descrição arquivística visa as Séries a seguir.

### **5.1.3.1 Séries Documentais**

#### **05.3.01 Série Administrativo (Seção de Correspondência)**

**BR RSMC 05.2.01**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1932 – 1962**

**VOLUME: 2,16 ML**

Constituem a Série Almojarifado as seguintes tipologias:

• *Cartas/Telegramas*

As cartas da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB) compreendem o período de 1936 a 1964, e as trocas de correspondências se dão, em sua maioria, entre a CCMB e a Matriz e Agências do CADEM, a superintendência e departamentos das Minas de São Jerônimo (CE-FMSJ), especialmente com os do Almojarifado e da Seção Pessoal, e entre departamentos e seções da própria CCMB, propiciando informações de diversas naturezas e temáticas, como as seguintes, relativas ao Departamento Trabalhista: atestados e interrupção dos serviços, em cartas com a Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP); informações de funcionários; avisos de remessa de atestados; autorizações para aumentos de salários; gratificações funcionais; proibição de trabalho de menores; admissões e trocas de nomes de funcionários; equiparações e complementos salariais; relações de salário doença; fornecimentos a imigrantes, no ano de 1947; pedido de afastamento de funcionário; pagamentos a esposa de engenheiro-chefe da CCMB, para custear despesas de educação e criação de filhos menores; gratificações extraordinárias durante o Esforço de Guerra; dados sobre operários baianos da Companhia e operários que foram para São Paulo, do ano de 1956; avisos sobre modificações nas indenizações trabalhistas, no ano de 1944; turnos de trabalho dos operários da Seção Elétrica da empresa. Temáticas como solicitações de reparos em maquinários; contenção de gastos; aquisições e compras de materiais no estrangeiro; experiências de fundição do coque nacional; informações sobre a linha de força do Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM); relações de telefones e empreitadas; avisos de envio das folhas de pagamento da Companhia e dos empreiteiros; resumos de despesas; falta de vagões na Estrada de Ferro Jacuí (EFJ); fornecimentos de carvão em caldeiras e no lavador; autorizações para ligações de luz na empresa, nas casas dos operários e na EFJ; relações de fornecedores e guia de remessa de documentos do Almojarifado, anexos às correspondências; requerimentos à III Região Militar; certificação para obtenção de explosivos; requerimentos ao engenheiro-chefe da Companhia para a venda de casas; estoques de paus de mina; requerimentos de operários para autorizações de aumen-



tos nas moradias e autorizações do engenheiro-chefe para instalações de telefones, algumas das que também podem ser encontradas neste conjunto documental.

- *Inventários de bens móveis e imóveis*

Neste conjunto documental reúnem-se os Levantamentos de Bens da Companhia, como os Inventários do Poço R.1 e Poços 2 e 3; Inventários de materiais; das Linhas de Alta Tensão; de Energia Elétrica; do Horto Florestal; do Silo e do Porto do Conde; Inventários de Máquinas instaladas nas oficinas; da Estação Otacílio Pereira; Hotel Butiá; Lactário; do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); da Usina Termelétrica de Butiá (TERMOCHAR), assim como de terrenos de propriedade da empresa, dentre outros, abrangendo o período de 1949-1964.

- *Registro de impressões de visitas*

Compreendendo o período 1944-1952, este conjunto documental é formado por cópias de “impressões dos visitantes” às dependências da Companhia, consignadas em livro próprio para tal do CADEM/Butiá. Além das apreciações feitas pelos visitantes, há as cartas enviadas para a Agência Porto Alegre, com as listagens das visitas, contendo os nomes completos dos visitantes, suas profissões, e cargos exercidos, quando houver.

- *Requerimento/Concessões comerciais nas Minas*

Tendo por delimitação o período 1939-1955, trata-se de comunicados do engenheiro-chefe da CCMB para a Zeladoria do Açude Grande, permitindo a terceiros pescar e andar de caíque no Açude, também constando requerimentos de licenças feitos por funcionários aposentados para abrir estabelecimentos comerciais, como farmácias, armários e sapatarias. Cartas manuscritas solicitando ao engenheiro-chefe a preferência para a compra de pensões familiares; relações de pessoas e firmas autorizadas a negociar no quadro da Mina de Butiá, com os nomes, natureza do negócio e endereços, também fazem parte do conteúdo reunido neste conjunto documental.

- *Avisos/Comunicações*

A tipologia é formada por Edital da CCMB convocando os proprie-

tários de animais a retirá-los dos campos da empresa; avisos de turnos de trabalho e escalas de pessoal; avisos de pagamentos e aumentos de salários e de repouso remunerado, assim como avisos de chegada de fonogramas, compreendendo o período de 1944-1954.

• *Registro de remessa de correspondência*

A tipologia constitui-se de controle das correspondências expedidas, no período de 1941-1961, entre os escritórios das Minas e as Agências do CADEM e particulares, contendo a quantidade de remessas, espécie do documento expedido, nome do destinatário e local da remessa. Junto aos registros, há a lista de documentos enviados ao arquivo do Almoarifado da CCMB.

• *Inquérito Industrial IBGE – Ministério do Trabalho*

Documento do ano de 1951, constitui-se em Boletim de Produção da CCMB, com dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) e pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.

**Dossiê Projeto de recuperação do matadouro nas Minas de Butiá**

O Dossiê reúne informações contidas na troca de correspondências com e entre a Cooperativa Pastoril Rio Pardo, a Matriz do CADEM e sua Agência em Porto Alegre, a Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores das Minas de Butiá, a Prefeitura de São Jerônimo, Secretaria da Agricultura em Porto Alegre, Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes (ISRC), e o Departamento Legal do CADEM, versando, dentre outros assuntos sobre as propostas de reestruturação dos serviços de fornecimento de carne feitos pela Cooperativa Pastoril de Rio Pardo, em parceria com o ISRC, com as devidas apreciações dos engenheiros-chefe das Companhias; concessão especial dada pelo CADEM à Cooperativa, para proceder ao abate no Matadouro das Minas de Butiá; regularização do fornecimento de carne às Minas, Porto do Conde e Charqueadas, e abastecimento aos mineiros; relatos sobre a interrupção da intermediação feita pelo ISRC entre a Cooperativa dos Trabalhadores das Minas de Butiá e a Coope-

rativa Pastoril Rio Pardo; propostas de arrendamento de Matadouro, de propriedade de Aníbal Cardoso Pinto, localizado nas Minas de Butiá; editais da Prefeitura de São Jerônimo, estabelecendo preços novos da carne aos consumidores; orçamentos para a reforma geral do Matadouro e suas dependências (com desenhos e plantas em anexo), visando a recuperação dos prédios e instalações; cartas do Departamento Legal do CADEM para a CCMB, analisando o contrato para fornecimento de carne às Vilas de Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Porto do Conde.

### **Dossiê Constituição das Juntas Eleitorais em Butiá – Eleições Nacionais**

Contendo informações do período 1950-1960, encontram-se no Dossiê informações como: Cartilha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), editada pelo Departamento de Imprensa Nacional, com instruções para as Eleições presidenciais de 3 de outubro de 1950 e sobre Propaganda Política; folhas de votação, em branco, enviadas ao presidente da Junta Apuradora; folheto ilustrado com instruções para o manejo das urnas de lona para votação; Resolução nº 3.799, do TSE, com instruções complementares sobre o pleito de 3 de outubro e sua apuração; folheto com instruções eleitorais para as eleições de 3 de outubro de 1950, distribuído pelo Diretório Estadual do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), para uso privativo dos Trabalhistas e seus coligados; cartas do presidente de Seção (engenheiro-chefe das Minas de Butiá) para o Juizado Eleitoral, informando sobre nomeações para mesários e secretários de Seção; recortes do jornal Correio do Povo, de 1º de outubro de 1950, sobre as eleições e instruções do TRE; listagem manuscrita da contagem de votos da eleição geral de 3 de outubro de 1954, com os nomes dos candidatos a governador, senador, deputados federais e estaduais e os partidos políticos a que pertencem, com os totais parciais e gerais de cada um deles em Charqueadas, Porto do Conde, Arroio dos Ratos, Minas Butiá, Leão, Serro do Roque, Redondo, Morrinhos, Barão do Triunfo e Quitéria. Também compõem o conjunto documental a relação de candidatos (com carimbo da Justiça Eleitoral do RS) a prefeito, vice-prefeito e vereadores do município de São Jerônimo pelo PTB e Partidos Libertador (PL), Social Democrático (PSD), Social Progressista (PSP) e Republicano (PR); listas

de locais de funcionamento das Seções Eleitorais para o pleito de 3 de outubro de 1955, nos grupos escolares, SENAI, Sindicatos e Igrejas; relações de candidatos às eleições para Vereador pelo PTB (legenda 4920), PSD (legenda 1910), PL (legenda 917), PR (legenda 492) e PSP (legenda 380); levantamento das Seções da 50ª Zona Eleitoral de São Jerônimo, constituindo-se em 47 Seções distribuídas nos seguintes locais: Cidade; Charqueadas; Porto do Conde; Arroio dos Ratos; Minas do Butiá; Minas do Leão; Serro do Roque; Barão do Triunfo; Quitéria.

### **Dossiê Organização do Arquivo**

No Dossiê “Organização do Arquivo” encontram-se informações referentes à classificação do Arquivo Geral da CCMB, entre os anos 1943-1952, constando, também, conforme denominação dada empresa, os “Documentos do Arquivo das Minas de Butiá encaminhados aos escritórios do CADEM/POA; relação de folhas de pagamento das Minas do Leão e Butiá, e Estrada de Ferro, anteriores à fundação da Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Serviços de Mineração, com ficha funcional de Amaro Duarte, e diversas listagens manuscritas acerca das folhas de pagamento; lista de “conteúdo de caixões enviados para o Arquivo”, destinados aos Arquivos do Almoxarifado e do Poço 4; relação numérica dos Livros de Ponto arquivados no Arquivo geral da CCMB, com a discriminação de ano, mês e Poço; relações de papéis do Escritório Comercial arquivados fora das caixas e listas de conteúdo interno das caixas depositadas no Arquivo.

### **05.3.02 Série Escritório Comercial (Contabilidade)**

**BR RSMC 05.2.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1933 – 1965**

**VOLUME: 4,80 ML**

Esta Série está constituída das seguintes tipologias

- *Folhas de Pagamento/Folhas ponto*

Compreendendo informações do período 1933-1964, a tipologia reúne a seguinte documentação: folhas de pagamento de empreiteiros da CCMB; resumos de Livros Ponto dos 1933-1953, e resumos de folhas de pagamento, de 1942-1944; frequência e salário médio/demonstrativo de ganhos; relações de fichas de pagamentos e descontos nas folhas; guia semanal de pagamento, do ano de 1945; controle de serviço de domingo; cadernetas de Ponto dos Poços 1 e 3, subsolo, superfície e tarefeiros; aviso prévio e relação de operários com salário doença; diferenças de salários/extras/férias; especificação de mão de obra; produção bruta por setor/homem e reajuste de salários.

- *Mapas de extração do carvão*

Os mapas são referentes ao período 1945-1962, trazendo informações como a produção exclusiva da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB); mapa de rendimento, do ano de 1962; informações do Poço R.1 e do Poço 3; mapas de extração, dos anos 1946-1948; tabela de preços e de ponto de tocadores e pedreiros, do ano de 1949.

- *Vales/faturas/recibos/notas/autorizações*

Esta tipologia abrange os anos 1947-1965, encontrando-se documentação variada e referente a temáticas diversas, como Faturas de materiais para a construção da escola do SESI, em Butiá; recibos de indenizações, transportes e transações com terrenos; recibos de compra de materiais; recibos de vales, acompanhados de listas de materiais do Almoxarifado; autorizações para pagamentos de salários e para ligações de luz elétrica nas casas; relações de vales em caixa; memorandos de notas de débito e faturas com cálculos de transporte de carvão.

- *Guia de recolhimento de impostos*

Abrangendo o período 1959-1963, esta tipologia é composta por guias de impostos arrecadados na fonte (rendimentos do trabalho); cautela provisória do título de investimento (empréstimo compulsório); guias de recolhimento do imposto único sobre energia elétrica e de rendas ordinárias (imposto de selo e afins); recolhimentos feitos à Coletoria Federal de São Jerônimo; guias de aquisição de estampilhas (imposto

sobre vendas e consignações – Verba); listas de nomes com as quantias tributárias, da Divisão de Imposto de Renda, e suplementos da lista de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC).

• *Demonstrativos de despesas e pagamentos*

A tipologia compreende diversas movimentações contábeis, denominadas “Anotações”, como Anotações para o Caixa e para o Almoxarifado; Anotações em Folhas de Menores, para a Cruz Vermelha e para pessoas físicas; Anotações para a F. Segura & CIA. LTDA, Butiá e Ferroviário Futebol Clube, Sociedade Cooperativa de Proletários das Minas de Arroio dos Ratos, bem como Anotações para os Sindicatos, Sociedades Recreativas, Pharmácia Butiá, dando conta dos diferentes setores, departamentos e atividades da empresa. Encontram-se também informações referentes à Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ); Eletrobrás; Companhia Força e Luz; previdência social; aluguéis, cauções de aluguéis, casas da Mina e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); custos de materiais enviados à Termelétrica de Charqueadas (TERMOCHAR); despesas com o Horto Florestal e despesas com vagões da Estrada de Ferro Jacuí (EFJ); boletins de receitas e despesas, do ano de 1941; relatórios de frequência; resumos de orçamentos e orçamento não executado, do ano de 1946.

• *Controle de Caixa*

Controle das movimentações financeiras diárias de entradas e saídas, com documentos dos anos 1940-1965, constando, dentre outros, pagamentos e contribuições feitos ao SESI-SENAI, Agências de Representação do CADEM, Bancos, Sindicatos, e para o Esforço de Guerra; seguros de acidentes de trabalho; saldos, débitos e créditos da empresa.

• *Código de classificação contábil*

Organização arquivística do Departamento de Contabilidade da CCMB, com os Ativos realizáveis, disponíveis, vinculados, pendentes e compensações; Passivos exigíveis a curto prazo, como a Previdência Social (IAPETC, SESI, SENAI, Legião Brasileira de Assistência –LBA, Se-

guros de Acidentes de Trabalho, IAPM, Sindicatos, Fundo de Assistência Social dos Mineiros, Fundação Casa Popular), Passivos exigíveis a longo prazo, e os Pendentes, neles constando as subvenções para a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN); Despesas e Receitas.

### **Dossiê Cooperativa Pastoril**

O Dossiê contém informações sobre a Cooperativa Pastoril Rio Pardo Ltda., fornecedora de carne para a CCMB, com documentos como recibos de depósitos da Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá feitos no Banco Agrícola-Mercantil; listagens de recebimentos de carne na Mina e no Porto do Conde; resumos de Caixa, da Cooperativa Pastoril, requisições de carne para os açougues, feitas pelo Almoxarifado da CCMB e faturas e notas de fornecimentos para a Cooperativa dos Operários das Minas de Butiá.

### **Dossiê Reorganização do Departamento de Contabilidade**

O Dossiê é composto pelo Projeto de Reorganização da Contabilidade da CCMB, elencando os objetivos visados e os procedimentos contábeis para alcançá-los, como a utilização de comprovantes de contabilidade, balancetes, auditorias, apurações de custos e movimentação das contas, com a descrição em Séries e Subséries dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia.

### **05.3.03 Série Almoxarifado**

**BR RSMC 05.2.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1941 – 1964**

**VOLUME: 7,92 ML E 2 LIVROS ENCADERNADOS**

Constituem a Série Almoxarifado, as seguintes tipologias:

- *Cartas*

A tipologia Cartas do Almojarifado refere-se ao período 1941-1964, contemplando, especialmente, as correspondências trocadas com fornecedores diversos, entre os Almojarifados Butiá, Jeromina e a Seção de Compras/Almojarifado da Agência Porto Alegre do CADEM, a Matriz do Consórcio no Rio de Janeiro, o encarregado das Minas, no Porto do Conde, e, internamente, entre o engenheiro-chefe, o Escritório Comercial e o Almojarifado da Companhia Carbonífera Minas do Butiá. Constituem o conjunto documental, dentre outras, Cartas e memorandos, que trazem em anexo certificados, listas de materiais, notas, recibos, vales, tabelas de preços, listagens de obrigações de guerra; listas de materiais recebidos pelo Almojarifado da CCMB; pedidos de consertos para o Cabo Aéreo, feitos ao gerente da Companhia no Porto do Conde; horários de escalas de tombeiras; relações de materiais do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Carga (IAPE-TC) que se encontram no Almojarifado; listagens de materiais para as sondagens da Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI); relações de operários admitidos na empresa enviados ao Almojarifado; orçamentos para a rede telefônica Butiá/Porto do Conde; encomendas de madeira de pinho e lei; informações enviadas ao Almojarifado sobre o Posto de Puericultura e a Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores das Minas de Butiá.

- *Balancete de Materiais*

Entre os anos de 1942-1963, encontram-se os balanços de materiais do Almojarifado, com as quantidades, unidades, designação do material, preço e importâncias., acompanhados da relação das máquinas para a nova oficina das Minas de Butiá.

- *Faturas de materiais/Relação de compras*

Nesta tipologia estão reunidas as faturas de materiais diversos fornecidos para os diferentes setores e seções do Almojarifado, assim como para a mineração interna, para o Cabo Aéreo, o Apostolado da Oração, Companhia Força e Luz, transporte terrestre e superfície. Também compõem o conjunto documental os demonstrativos de estoque e os Mapas do CADEM/Almojarifado Butiá, das relações de compras



efetuadas em Porto Alegre, assim como resumos de faturas recebidas e expedidas pelo Almojarifado

• *Relação de materiais para mineiros*

Compreendendo o período 1945-1949, são Mapas mensais de materiais fornecidos para os mineiros, contendo o número da galeria, nome do trabalhador, material fornecido (pólvora, estopim, papel) e suas unidades e quantidades, preço de venda, importância a ser debitada e observações.

• *Requisições de materiais /orçamentos*

A tipologia reúne, dentre outros, Mapas demonstrativos de preços correntes; pedidos do Almojarifado da CCMB à Seção de Compras do CADEM em Porto Alegre; materiais importados pela Alfândega de Rio Grande; orçamentos para materiais estrangeiros; Concorrências estaduais em Porto Alegre para materiais comprados para o Almojarifado Butiá, nos anos de 1961 a 1964.

• *Controles de entrada/saída de materiais e produtos*

Esta tipologia compreende as décadas de 1940 a 1960, e demonstra a relação existente entre os Almojarifados de Butiá e Charqueadas e a seção de compras em Porto Alegre, contendo informações diversificadas, tais como relações de materiais vendidos e descontados em folha de pagamento com levantamento de estoques do almojarifado; materiais disponíveis em estoque sem uso previsto, relações de materiais recuperados e materiais sem aplicação nas Minas, bem como os materiais vendidos a particulares e compradores eventuais, e os com pagamentos à vista; listagens de preços dos materiais e relações de fornecimento para as obras de assistência social (cauções de aluguéis de casas, pinturas nas casas da Vila Operária, correções da Companhia Força e Luz Porto Alegrense (CFLPA), Departamento Hospitalar); listas de materiais fornecidos para despesas eventuais; relações de materiais utilizados em construções habitacionais e para o SENAI, bem como para reformas das Repúblicas (1946); controles de estoques de parafusos e movimentação de tijolos; consumo de explosivos (dinamite, espoletas, estopins), preparação de cartuchos e boletins da fábrica de pólvora, com entrada

e saída de estoques; descontos de materiais fornecidos ao Poço 1; materiais distribuídos por fornecedores; saídas diárias de materiais para a construção da linha de transmissão Charqueadas-Areal-Butiá; materiais e carretos usados para a construção da linha de transmissão entre a Usina do Departamento Autônomo de Carvão Mineral (DACM) e o Poço da Boa Vista, do ano de 1958; débitos de carbureto e bicos para lampiões aos operários, assim como listas de materiais eventuais debitados para estes; vendas das Minas do Recreio para a CCMB, com levantamento de materiais existentes; preços de materiais no Almojarifado; controles de materiais e pagamentos feitos aos empreiteiros; controles de instalação de transformadores; controles de equipamentos para sondagens; materiais usados na construção e para a exploração dos Poços; relações de faturas de materiais entrados no Almojarifado, assim como resumos de suas saídas; materiais consumidos pela CCMB que são transportados pela VFRGS; movimentação de paus de mina (fornecedores e estoques); compras efetuadas pelo engenheiro-chefe; quadros de consumo de materiais, com as médias de toneladas de extração nas Minas; movimentação das plantações de eucaliptos, com as despesas de corte e transporte no Bosque Leão; fornecimentos de materiais à F. & Segura Cia. Ltda.; relações de motores elétricos do Poço 2; movimentação geral do açougue para a Cooperativa Operária, Cooperativa da VFRGS e para a F. & Segura Cia. Ltda.; controles de serviços de empreiteiros (recibos, relações de materiais fornecidos e pagamentos); Mapas demonstrativos de preços correntes; listagens de pequenos fornecedores do Almojarifado; registros do movimento de estampilhas para pagamentos do imposto sobre vendas e consignações no ano de 1959 e pagamentos feitos a operários eventuais no Almojarifado.

• *Guias de remessa de documentos*

As Guias contêm documentação como faturas de compras, notas de débito, faturas da Matriz do CADEM no Rio de Janeiro e dos Almojarifados Jeromina e Butiá.

• *Notas fiscais /débito/recibos/vales.*

A tipologia reúne vales, notas diversas, como as de pagamentos

de gado e viagens de caminhões; notas fiscais de aparelhos, máquinas e artefatos de metal; faturas e contas; despesas no Porto do Conde; despachos rodoviários; fornecedores diversos; guias de permissão para uso de dinamite; cópias de faturas enviadas pelo Almojarifado para o Escritório Comercial que, por sua vez, as remete para a Matriz; notas do Almojarifado de Charqueadas e notas de material embarcado pelo CADEM para a CCMB.

• *Controles de movimentação/manutenção de transportes e maquinários*

Referindo-se ao período 1942-1964, este conjunto documental abrange uma série de dados diversificados, tais como: tabelas de códigos de assistência para manutenção de veículos; notas de materiais transportados em caminhões, carroças e ferrovias; recibos, notas e vales; requisições e controles de viagens em transportes; despesas com viagens; controle de reparos em maquinários, utensílios e peças; movimentação de transportes efetuados em caminhões, enviadas pelo Almojarifado ao Escritório Comercial; carros feitos no Bosque Butiá; consumo de gasolina em veículos e máquinas; listas de transportadores em caminhões, com suas relações nominais; fornecimentos para veículos feitos pelo Almojarifado; demonstrativos de vendas e despesas da Estrada de Ferro Jacuí (EFJ); fichas de viagens efetuados por caminhões, designando seus proprietários, efetuadas diretamente no Poços; controle de serviços executados pela empresa para a manutenção de veículos e para o transporte de materiais diversos; tabelas de preços e reajustes de transportes; serviços prestados por automóveis à CCMB; movimentação de tombadeiras, materiais e mão de obra fornecidos para os transportadores.

• *Ordens de pagamento*

São ordens de serviços expedidas por encarregados de seções, contendo as relações de ordens de serviço para, dentre outros, o departamento trabalhista, igreja Santa Teresinha, zeladoria, obtenção de refrigeradores, poços de extração, Porto do Conde, caixões fúnebres, no período 1943-1944.

- *Anotações e apontes*

São anotações manuscritas sobre assuntos diversos, como a aplicações de trilhos; entradas e saídas de materiais em estoque; encomendas feitas a firmas e a particulares; nomes de ruas, com seus respectivos contadores de energia; plantações de eucaliptos; abastecimento de água para as Vilas operárias e encanamento de rede para as casas, assim como sobre tesouras e telhados e a rede telefônica

- *Relações de fornecimento (F & Segura Ltda.)*

Entre os anos 1942-1947, as relações de fornecimento da F. & Segura Ltda, das Minas de Butiá, indicam os nomes dos operários consumidores, seus números de chapa, débitos para a firma e observações.

- *Registro de compra de materiais*

Livros de registro de aquisição de materiais solicitados pelo Almo-xarifado.

- *Registro de materiais importados*

Registro de materiais importados, constantes no Almo-xarifado da empresa

### **05.3.04 Série Movimentação/Exploração/Produção de Carvão**

**BR RSMC 05.2.04**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1940 – 1964**

**VOLUME: 4,32 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias:

- *Registros e Mapas de produção/extração/expedição/consumo*

Reunindo documentação entre 1940-1964, nesta tipologia encontram-se, dentre outras, informações sobre a extração de carvão mineral para atender ao Esforço de Guerra; paradas do lavador por falta de carvão, por conta dos serviços da Estrada de Ferro Jacuí (EFJ); movimentação de depósito e levante de carvão; rendimento da produção diária/

homem, de carvão mineral; movimento de carvão e moinha no CADEM/ Butiá, Minas São Vicente e Mineração Recreio; expedição de peneiras e movimento de lavagem de pedra; levantamentos de produção e expedição nas Minas; mapas de extração bruta e controles de extração no subsolo e superfície; relações com a EFJ, Porto do Conde e Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), quanto à quantidade de produção escoada; controle do carvão e moinhas nas caldeiras; fichas dos anos 1961-1964, de controle e análise de carvão miúdo colhido na lavadora; mapas da produção geral da mineração, com os beneficiamentos (peneiras e lavador), transporte (ferroviário, rodoviário, estiva do carvão), e serviços auxiliares (almoxarifado, força e luz, água, rede telefônica, plantação de eucaliptos).

• *Controle de escoamento/transporte de carvão*

Contendo informações das décadas de 1940 a 1960, encontram-se neste conjunto documental informações como as do movimento dos vagões no lavador, nos Poços de extração e nas caldeiras; entregas à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) feitas pelo Cabo Aéreo no Porto do Conde, assim como requisições de transporte às estações de Butiá e o Porto; faturas de fretes de transportes da VFRGS, indicando procedência, destino e a espécie do transporte; confirmações de entregas e movimento de carretos; mapas de transporte de carvão, indicando as quantidades transportadas; relações de transportadores da CCMB, recibos de pagamentos a empreiteiros, e listagens de proprietários de caminhões; demonstrativos de transportes efetuados pela Estrada de Ferro Jacuí (EFJ), bem como comunicados sobre falta de vagões para escoamento da produção.

• *Controle de trabalhadores e empreiteiros*

Com documentação do período 1941-1964, nesta tipologia estão reunidas informações referentes aos empreiteiros da empresa, seus empregados, e os operários voltados às atividades de extração e serviços da Companhia, mencionando-se, dentre outras, controle de ternos e dos serviços executados pelos capatazes e peões; controles de pagamentos e vida funcional dos operários voltados à extração dos Poços, remetidos ao Escritório Comercial da CCMB; produção de carvão por

Homem/Dia (horas trabalhadas na extração); empreitadas e poder calorífico do carvão fornecido à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); autorizações de gratificações para ajudantes nos Poços; resumo de folhas de pagamento do pessoal da furação, tocadores e pedreiros, com as gratificações semanais e salário doença, entre os anos de 1946-1950; recibos de pagamentos pelo Almojarifado ao pessoal empregado nos serviços do Porto do Conde e do Cabo Aéreo; controle do serviço de superfície, em dias dominicais, dos trabalhadores do Poço 2; controle de postos e autorizações solicitadas pelos encarregados dos Poços e pela Seção de Sondagem ao Escritório Comercial; discriminação de classes do serviço de furação, no ano de 1955, com seus respectivos salários, gratificações, cálculos de aumento de mão de obra e diferenças de adicional por insalubridade; boletins de ponto de extração e pontos de tocadores, operários do subsolo e da superfície e pedreiros, constando o excesso de horas trabalhadas e gratificações; boletins de mineiros, com receitas, despesas de mineração e descontos; quadros demonstrativos de trabalhadores dos diversos departamentos da Mina, remetidos para o Engenheiro Fiscal do Governo Federal. Tratando especificamente dos serviços de empreitadas, podem-se mencionar as relações e movimento da peonada de empreiteiros; controles de frequência e totais ganhos de patrões, furadores, tocadores, pedreiros de galeria, ajudantes de tocadores, fiscais do Cabo Aéreo, transporte mecânico e peões de empreiteiros; requisições e demonstrativos de empreitadas; empreiteiros de controle de Capitania; controles de serviços prestados por empreiteiros, com a discriminação do local e espécie de trabalho, preço de pagamentos e recibos dos mesmos, inclusive nas obras de zeladoria e pagamentos efetuados ao pessoal contratado por empreiteiros.

### 05.3.05 Série Assistência Social - Moradia

**BR RSMC 05.2.05**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1944 – 1961**

**VOLUME: 1,32 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias:

• *Relação de aluguéis e cauções de imóveis*

Integram esta tipologia as Relações de cauções de aluguéis e de casas a disposição do Departamento Imobiliário, as relações de aluguéis de casas e luz elétrica a particulares, assim como as de aluguéis no Porto do Conde.

• *Relação de moradores e endereços*

A tipologia é composta por Livros do ano de 1947 e Livros sem data, contendo o nome dos moradores e endereço (nome da Rua onde reside), informando, por vezes, o valor do aluguel pago, gastos com luz elétrica, data de entrada no imóvel e observações.

• *Fichas de controle de zeladoria de casas*

Referindo-se ao período 1950-1960, são fichas da Zeladoria de casas da CCMB, com nome do proprietário, número da chapa, quando há, nome do locatário, e datas de entrada e saída do imóvel.

• *Fichas de recebimento de aluguéis*

A tipologia é formada por fichas confeccionadas pelo CADEM/Butiá, com anotações do recebimento dos aluguéis das casas da empresa, constando nomes dos locatários, meses pagos, valores e cauções totais, entre os anos de 1957-1959.

• *Requerimentos de serviços de moradia e eletricidade*

Os requerimentos, compreendendo o período 1946-1964, são dirigidos ao chefe do Escritório Comercial e ao engenheiro-chefe da CCMB, com solicitações de descontos, como os pedidos feitos por proprietários de pensões familiares para que sejam descontados os valores devidos a eles por operários da Companhia; requerimentos de ligações e instalações de luz elétrica em casas de funcionários da empresa, e pedidos de licença para construir casas e peças junto às suas moradias, assim como solicitações de reformas nas casas.

• *Controle de serviços/ Controle de moradias*

Neste conjunto documental encontram-se os Comunicados do Engenheiro Chefe com o encarregado da Seção de Zeladoria sobre assuntos diversos, assim como com a Agência Porto Alegre do CADEM e a Matriz no Rio de Janeiro; listagens de casas para serem penhoradas ao IAPETC, no ano de 1961; relações de funcionários da EFJ e de aposentados que ocupam casas da Companhia; relações de inquilinos com respectivos quartos em Repúblicas; relações de operários com casa própria que deixaram as Minas; relações de casas ocupadas cujos moradores não trabalham; autorizações para corte de energia elétrica e ligações de luz; relações de pessoal com débitos com a Zeladoria, inclusive com corte de luz; despesas gerais com a Zeladoria, vinculadas ao Almoxarifado da CCMB; orçamentos da Seção de Obras e Zeladoria para serviços diversos, como construção e reparos de casas, pensões, grupos escolares e clubes recreativos e construção da casa de moradia da Filial do Banco Agrícola Mercantil S.A.; relatórios de obras para a construção de residências, tais como a do Engenheiro Chefe, de médicos e da Casa Paroquial; relações de casas com água fornecida pela CCMB; Mapas mensais da Seção de Obras e Zeladoria, com o local do serviço a ser executado e sua espécie, e o custo dos materiais e mão de obra a serem empregados.

• *Certidões da promessa de casamento*

A tipologia reúne certidões do ofício de Registro Civil de Casamento de Butiá, de habilitação para o casamento, com os nomes dos noivos, suas datas de nascimento, idades e filiação, entre os anos de 1957-1961.

• *Registro de consumo de energia*

Nos Registros de consumo de energia estão reunidos os fornecimento de luz elétrica para as casas do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), para as casas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) construídas junto à linha férrea, assim como listas das casas de particulares construídas em terrenos de propriedade da CCMB e fora do quadro da Mina; relações de alugueis e luz elétrica no Porto do Conde; recibos de contadores entregues ao Escritório Comercial da Companhia e impostos sobre energia



elétrica, perfazendo o período 1951-1961.

• *Registro de hospedagem e pensões*

Constando de informações entre 1944-1947, nesta tipologia encontram-se as autorizações de desconto em folha em pensões familiares, revertendo à quantia para os proprietários das pensões; relações de aposentados, viúvas e operários que exploram pensões e mercadinhos e listagens de proprietários de pensões.

### **05.3.06 Série Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá**

**BR RSMC 05.2.06**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1939 – 1958**

**VOLUME: 0,24 ML**

Constituem a Série Seção Almojarifado, as seguintes tipologias:

• *Atas do Conselho / Estatutos*

Compõem a tipologia Atas do Conselho/ Estatutos, cartilhas dos Estatutos da Sociedade de Consumo dos Operários das Minas de Butiá, fundada de acordo com o Decreto Lei nº 581, de 1º de agosto de 1938, tendo como objetivo principal defender os interesses econômicos de seus associados, livrando-os das explorações dos intermediários, e facilitando seu acesso aos artigos de consumo. Também integra esta tipologia a Ata nº 50, da Reunião do Conselho de Administração da Cooperativa, em conjunto com os membros do Conselho Fiscal, do ano de 1941; Ata nº 55, da reunião da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Cooperativa, do ano de 1943, e Traslado de Procuração outorgada pela Cooperativa a seu diretor comercial, Francisco Soy Ferreira, e seu presidente, José Gonçalves de Macedo, no ano de 1942.

• *Cartas*

A tipologia Cartas reúne intercâmbios de correspondências no período 1939-1963, especialmente entre a Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá, o Escritório Comercial da Companhia Carbonífera Rio Gran-

dense (CCR), e posteriormente com o da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), e a Agência Porto Alegre do CADEM, consistindo, dentre outros conteúdos, em solicitações de informações de pensionistas da Caixa De Aposentadoria e Pensões (CAP); convites ao engenheiro-chefe para participar em Assembleia Extraordinária da Cooperativa, e exposições sobre a grave situação financeira da Cooperativa e dificuldades para a entrega de ranchos, no ano de 1963; comunicados à Agência Porto Alegre sobre o agravamento da situação financeira, acompanhados de balanços de ativos e passivos e relatórios da diretoria no exercício do ano de 1961, assim como cartas da CCMB para a Matriz do CADEM, informando sobre a criação da Comissão de Associados da Cooperativa, para fazer frente à crise. Relações de empregados da Cooperativa de Consumo, e folhas de descontos mensais; cartas da Cooperativa para o Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), solicitando remessa de quota de arroz para a venda na Mina; requerimentos ao engenheiro-chefe para a construção de prédios, feitos pela Cooperativa; avisos de envio de notas para a retirada de mercadorias; solicitações da Cooperativa ao superintendente do CADEM para o transporte de mercadorias destinadas à Cooperativa em embarcações fluviais do Consórcio, devido ao desenvolvimento dos negócios da filial do Porto do Conde; pedidos feitos pela Agência Porto Alegre para que a Cooperativa responda a uma série de perguntas para produção de provas em Juízo, bem como para afrontar as referências desairosas feitas à Administração do CADEM na petição que deu origem ao Dissídio Coletivo promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), com as respostas dadas pela Cooperativa; granja de arroz e adiantamentos de empréstimos concedidos pelo CADEM; listas de vales de fornecimentos da Cooperativa; Contratos, Termos de apreensão e cartas para a Alfândega, no período 1942-1962, são informações que também constam na Tipologia Cartas da Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá.

• *Controle compras/vendas trabalhadores da Cooperativa*

Com informações do período 1944-1954, constitui-se em pedidos de compras, feitas pela Filial de Minas do Butiá da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores nas Minas de Arroio dos Ratos Ltda.; autorizações de pagamentos e pedidos de suspensão de descontos em folhas

de pagamento, feitos pelo diretor comercial da Cooperativa ao Escritório Comercial da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB); folhas de descontos mensais para a Cooperativa, com o nome do associado, gastos na Cooperativa, quotas, jórias, totais, descontos pela Companhia e atrasos de pagamentos.

- *Proposta de inscrição na Cooperativa das Minas de Butiá*

A tipologia contém fichas de propostas de inscrição na Cooperativa das Minas de Butiá, entre os anos de 1939-1946, nelas constando o nome do associado e seu número de chapa, nacionalidade, idade, estado civil, profissão e residência, autorizando a Cooperativa a descontar as quantias gastas em seus vencimentos mensais.

- *Livro de registro de despesa*

Livro de Matrícula da Filial da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores na Mina de Arroio dos Ratos Ltda.

- *Livro de Matrícula de trabalhadores*

Livro de Matrícula da Filial da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores na Mina de Arroio dos Ratos Ltda., estabelecida em Minas do Butiá, com os nomes dos associados e seus históricos, subscrição de quotas-partes, capital integralizado e juros.

### 05.3.07 Série Departamento Trabalhista

**BR RSMC 05.2.07**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1943 – 1964**

**VOLUME: 4,44 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias:

- *Folhas de Pagamento*

Entre os anos de 1943-1964, encontram-se as folhas de pagamento expedidas para diversos setores e funcionários da empresa, como as folhas de pagamento da peonada e pessoal da superfície e subsolo, infor-

mando, dentre outros, os nomes e números de chapas dos empregados, jornal percebido, subtotais e totais recebidos, gastos no Armazém e na Cooperativa Operária, descontos e seus totais.

• *Relações de fichas de pagamento*

Abarcando as décadas de 1940 e 1950, são relações das fichas de pagamento remetidas aos relógios dos Poços, com os nomes e números de chapa dos mineiros.

• *Tabelas de salários*

Nesta tipologia, que abrange o período 1946-1962, reúnem-se as tabelas de pagamentos do pessoal da Furação e de operários na superfície e no subsolo; os pagamentos efetuados no Poço Otávio Reis e no Poço R-4, com tabelas de ordenados do ano de 1962; bem como apresenta os níveis salariais do pessoal da extração da Companhia.

• *Gratificações semanal/mensal/hora extra*

Com informações dos anos 1942-1962, mencionam-se as solicitações de gratificações feitas por operários ao engenheiro-chefe da Companhia; as gratificações pagas ao Posto de Puericultura; listas de gratificações pagas aos chefes de serviço e encarregados de seções da CCMB, assim como aos operários das oficinas; aumentos salariais gerados por novas gratificações; bonificações e salários dos capatazes.

• *Salário Família*

Reunindo informações no período 1940-1969, os pagamentos de salário família são feitos em fichas nominais, constando o nome do operário, data de admissão na empresa e / ou cessação do emprego, número da matrícula no IAPETC, e nomes dos filhos, com suas datas e locais de nascimento, registro no Cartório e data de entrega da Certidão de nascimento.

• *Salário doença*

O conjunto documental é composto de relações mensais de operários que fizeram jus ao salário doença, com os números de suas chapas, datas de baixa e de alta, total de dias em que ficaram internados, e observações, junto com resumos para fins de justificativa de salário

doença, compreendendo o período 1946-1950.

- *Relações de salários não procurados*

Do período 1949-1963, integram esta tipologia as relações mensais de salários não procurados, acompanhados de relações de ordenados e demonstrativos da remuneração vencida.

- *Reajustes de salários*

Os reajustes de salários reúnem informações entre 1946-1963, tratando, dentre outros, de aumentos salariais; demonstrativos de aumentos nas folhas de pagamento e de pagamentos de domingos e feriados; ganhos totais mensais dos operários da Companhia; adiantamentos por conta de salários, previsões de seus reajustes e resumos das despesas feitas os reajustamentos salariais; considerações gerais sobre o reajuste de salários, devido à fixação do salário mínimo, estabelecendo a hierarquia salarial dos empregados da CCMB; remuneração dos serviços de Furação, com os históricos das principais modificações salariais desde o ano de 1946; reajustes da mão de obra empregada nos transportes, e previsões de 13º salário para o ano de 1963.

- *Reajustamentos de pensões*

Com dados do período 1946-1956, o conjunto documental é formado por resumos dos reajustes de contribuições para a Caixa de Aposentadoria, correspondente ao aumento de 20% dos salários no CADEM Butiá, assim como o reajustamento de joias para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, no Porto do Conde.

- *Tabelas de horas extras*

As tabelas referem-se aos pagamentos de horas extras, incluindo gratificações de frequência; despesas com o aumento de 15 para 20 dias de período de férias; tabelas de salários médios dos operários do subsolo e da superfície e de horas extras para mensalistas; tabelas de horas extras com acréscimos de 25% e 50%, perfazendo o período 1950-1964.

• *Relações de Empregados/Agendas*

As relações de empregados, compreendendo o período 1941-1960, reúnem documentação e dados diversos, e, dentre eles, destacam-se os seguintes: relação nominal dos operários da CCMB, pertencentes à classe de 1926 e 1927, nascidos em municípios de Jurisdição da 8ª CR e 9ª CR, o mesmo ocorrendo para os operários pertencentes à classe de 1926, nascidos em Santa Catarina; questionários funcionais, do ano de 1958, com os nomes dos trabalhadores, filiação, data e local de nascimento, grau de instrução, profissão principal, outras aptidões e situação militar; listas de novas admissões de empregados e registros gerais dos trabalhadores da Companhia; declarações de empregados feitas pela CCMB e enviadas para o engenheiro fiscal do Governo Federal, conforme o Decreto Lei nº 1843, de 7 de dezembro de 1939, especificando suas funções, data de admissão, número de registro, salário, nacionalidade, sexo, estado civil, ano de nascimento e informações para “estrangeiros”, caderneta de reservista e observações gerais; relações de menores de dezoito anos que trabalham na empresa; relações dos peões de empreiteiros, com a discriminação de seus ganhos; informações do período de Esforço de Guerra, como quadros demonstrativos dos operários que trabalharam nos diversos Departamentos da Companhia, nos anos de 1943-1944, com carimbos de Esforço de Guerra, relações de operários da CCMB das classes de 1924 e 1925, nascidos depois de 6 de janeiro de 1946, relações de operários da empresa admitidos no ano de 1945 e relações de operários do subsolo, com as relações de seus ganhos; relações de operários desligados da CCMB no ano de 1956 e dos operários do subsolo que possuem estabilidade, e Agendas de fornecedores e particulares, com seus endereços e telefones, abrangendo o período 1952-1962.

• *Demonstrativos de movimento de entrada/saída operários*

Com documentação entre 1942-1961, esta tipologia reúne, dentre outros, os resumos do movimento de entrada e saída de operários; quadros demonstrativos de despesas com mão de obra e respectivas médias por toneladas de carvão extraído; relações de números de operários, por Poços; demonstrativos, por classe, do número de operários que faltaram ao serviço sem causa justificada; salários médios dos em-

preiteiros; relações de operários da Companhia que trabalharam na superfície e no subsolo, e dos que trabalham no Porto do Conde e no Cabo Aéreo; listas de novas admissões e fichas de propostas de emprego e de admissão na Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEER) – Companhia Carris Porto Alegreense, nas Minas do Recreio e na Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB); controles de admissões e desligamentos; contratos de trabalho; certificados de admissão no trabalho; salários médios dos operários; relações de operários em atividade, com informações de suas funções, local do trabalho na empresa e médias salariais.

• *Fichas e declarações de trabalho individual*

Entre os anos de 1947-1961 encontram-se as fichas de horário de trabalho individual da mão de obra nos Poços de extração, constando o número da chapa dos operários, suas funções e jornal pago, assim como as declarações dos funcionários de que receberam suas fichas de horário de trabalho individual, comprometendo-se a zelar por elas.

• *Autorizações de desconto de salários*

Entre os anos de 1940-1955, nesta tipologia encontram-se informações como os pedidos de descontos em folha para pensionistas, para crédito da Cooperativa de Consumo dos Operários das Minas de Butiá; descontos para hospedagem em pensões; requerimentos para cessação de descontos em folhas de pagamento; contribuições em folha de um dia de serviço em benefício da Cruz Vermelha Brasileira, no ano de 1942; quitações de compras de gêneros alimentícios; relações das chapas de peonadas, para descontos nas galerias dos Poço R.1 e Poço 3; autorizações para descontos mensais em folha, para a F. & Segura Cia. Ltda.

• *Autorizações/declarações/atestados de trabalho de menores*

Nesta tipologia, compreendendo o período 1943-1959, encontram-se, dentre outras, as relações de empregados menores, conforme previsto pela CLT; declarações de responsável por menores, autorizando-os a trabalhar nos serviços da mina; atestados médicos e de vacinação, expedidos pela Caixa de Aposentadoria e Pensões; registros civis – cer-

tidões de nascimento; receituários médicos e relações de menores que trabalham no Poço 1 da Companhia.

• *Atestados de trabalho*

Compreendendo o período 1940-1954, encontram-se atestados de data de admissão e de demissão da Companhia Carbonífera Minas de Butiá, atestados de retirada do serviço por livre e espontânea vontade; atestados de readmissão e para fins de prestações de contas à Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP), entre os anos de 1940-1942. Atestados de serviços prestados, com a discriminação anual de vencimentos; atestados fornecidos aos peões de mineiros que não constam nas folhas de pagamento, para fins de descontos na CAP, e requerimentos de fornecimento de atestados por tempo de serviço, feitos à Seção Pessoal, são documentos que se encontram no período 1943-1954, deste conjunto documental.

• *Ordens de serviços*

Dos anos 1948-1961, as ordens de serviço referem-se às escalas de furação nos Poços 2, 3, 4 e R.1, os horários de funcionamento do lavador, as reparações de turbinas e a interrupção de força, junto a gráficos das ordens de serviço semanais.

• *Listas de Avisos Prévios*

Referentes ao período 1943-1954, na tipologia Listas de Avisos Prévios encontram-se pedidos de demissão endereçados ao engenheiro-chefe da CCMB; relações de descontos de avisos prévios, constando o nome do funcionário, número da chapa, e a quantia descontada, assim como recibos de pagamentos de avisos prévios.

• *Registros de demissão/transferência/afastamentos*

Neste conjunto documental estão reunidas as relações de operários desligados da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB); relações de operários que se afastaram do serviço sem causa justificada; declarações de concordância de transferência interna de setor, nas Minas do Recreio e na CCMB, assim como transferências de funcionários à CCMB; listagens de operários que abandonaram o serviço nas Minas;



declarações de desistência da estabilidade no serviço; requerimentos de pedidos de contas para desligamento da empresa; listas de desligamentos, afastamentos provisórios, admissões e retornos, com os nomes dos empregados, seus números de chapa, função que exercem e motivo da ação executada, bem como listagens, por função, das quantias de operários que devem ser demitidos e transferidos, com a classificação obtida nas respectivas seções após a redução do quadro funcional.

• *Registros de suspensão/advertência/faltas de trabalhadores*

Compreendendo o período 1943-1961, encontram-se memorandos de Avisos de suspensão, com os nomes dos operários e os motivos alegados para a punição, emitidos pelo encarregado dos Poços e o Departamento Trabalhista, assim como demonstrativos de faltas ao serviço sem justificativa e fichas nominais de registros de faltas ao serviço.

• *Registros de pagamento por demissão*

São recibos a favor do CADEM, procurador da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), de quitação de rescisões de contratos de trabalho, no período 1947-1963.

• *Guias/ Registros de acidentes de trabalho*

Abarcando o período 1940-1962, nesta tipologia estão reunidos os livros de "Registro de Acidentados da Companhia Carbonífera Minas do Butiá", constando o nome do acidentado, seu número de chapa, entrada, estado civil, idade, nacionalidade, cor, data da alta, local e natureza do acidente, e observações. Também se encontram relações de fichas de acidentes; comunicações às autoridades judiciárias e policiais competentes, enviando, em anexo às correspondências, atestados de acidentes e informações de alta, e guias de recolhimento de acidentes de trabalho para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), junto a relações de Prêmio Seguro.

• *Atestados de acidentes de trabalho*

Entre os anos 1949-1950, encontram-se os atestados de alta de acidentes de trabalho, emitidos pela Brasil Companhia de Seguros Gerais, com informações nominais dos acidentados, acompanhados de atestados de acidentes de trabalho da Carbonífera Minas de Butiá, assim

como correspondências entre o engenheiro-chefe da empresa e a Companhia seguradora.

• *Solicitações de autorização de férias*

Nesta tipologia estão reunidos os requerimentos feitos à Companhia para pagamentos de férias; relações de férias a pagar e avisos de recebimento de férias; informações ao chefe de escritório de não existir inconvenientes para a concessão de férias regulamentares aos operários; recibos de saldos de salários e férias, bem como relações de operários nos Poços que estão em gozo de férias, e daqueles que terão suas férias vencidas.

• *Guias de recolhimento do IAPETC*

Remetidas em diversas vias para os Departamentos da empresa, e abarcando o período 1960-1964, a tipologia reúne as Guias de Recolhimento e de Prêmios de Seguros para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), bem como relações de salários família e folhas de pagamento de empreiteiros anexos às Guias.

• *Código de funções*

Trata-se de listas com os códigos das funções exercidas pelos operários em atividades na superfície e no subsolo, constando os números de chapa dos trabalhadores, acompanhados da função desempenhada.

• *Registros de empregados*

Ficha de empregado polonês da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), e de empregado das Minas do Recreio, com suas fotos.

• *Atestados/Tratamento saúde/ Retorno ao trabalho*

Entre os anos 1955-1964, encontram-se atestados médicos enviados à Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), sobre a necessidade de afastamento de funcionários para tratamento de saúde, especificando o número de dias e a previsão de retorno ao trabalho.

- *Regulamento para os trabalhadores*

Cópia de regulamento feito pela Companhia Carbonífera Minas de Butiá para seus trabalhadores que exercem, ou venham a exercer, as funções de tocadores de carros e peões de empreiteiros.

- *Registros de Inspeção de saúde*

Livro contendo as inspeções de saúde realizadas entre os anos 1942-1947, constando nome do funcionário, número de chapa, primeiro dia de serviço, início do trabalho, entrega e recibo.

- *Comprovantes/Fichas de pagamento*

São fichas de pagamentos feitos pela Companhia a seus funcionários, discriminando o mês e ano, número da chapa e os nomes completos, com as assinaturas de recebimento do pagamento mensal.

## **5.1.4 Subfundo Companhia Estrada De Ferro E Minas De São Jerônimo (CEFMSJ)**

**BR RSMC 05.3**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1964**

**VOLUME: 1,20 ML**

### **Contexto Histórico**

A gênese da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) está profundamente imbricada com o capital inglês pelo menos desde o ano de 1853, quando James Johnson, mineiro daquela nacionalidade, descobriu a bacia carbonífera do Herval, obtendo o consentimento do Conselheiro João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, presidente da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para proceder à sua exploração. Com o auxílio de colonos mineiros de profissão, oriundos do País de Gales, Johnson passou a produzir naquela

localidade, no ano de 1855, carvão que era transportado por terra para a Vila de São Jerônimo, e daí para Porto Alegre. O transporte do mineral, no entanto, apresentava dificuldades, pois abarcava a passagem nos terrenos montanhosos e inóspitos do Passo do Feliciano, em Arroio dos Ratos, bem como era suspenso no inverno, devido às cheias daquele Arroio. E em 1865, James Johnson, por despacho do Presidente da Província, com a anuência do Ministro da Marinha, assinou um contrato de fornecimento, para ser cumprido em seis meses, de sessenta toneladas de carvão das minas de Arroio dos Ratos para os vapores da flotilha da Província. A fim de expandir o negócio, James Johnson associou-se com o capitão de Exército e comerciante de carvão Ignacio José Ferreira de Moura, e ambos obtiveram, por parte do Governo Imperial, a permissão para lavar, pelo período de trinta anos, a mina de carvão de pedra “sita no lugar denominado – Arroyo dos Ratos, Município de São Jerônimo, da Provincia de S. Pedro”, conforme disposto no Decreto Nº 3.715 de 06 de outubro de 1866. E em 13 de abril de 1872, por meio do Decreto Nº 4291, o Governo Imperial concedeu autorização para o funcionamento da Imperial Brazilian Company Limited – “a Inglesa”, como passou a ser conhecida –, aprovando a transferência da concessão feita em 1866 a Johnson e Ferreira de Moura. A Imperial, fundada na Inglaterra por James Johnson, mandou vir deste país maquinário, mineiros, e grande parte do pessoal técnico e administrativo; iniciou a construção da Estrada de Ferro das minas de Arroio dos Ratos até São Jerônimo, com trilhos de bitola estreita para vagonetas puxadas por mulas, e abriu o Poço Nº 6, também chamado de Poço Velho. Neste período, formou-se uma vila com famílias de 115 operários que trabalhavam na mina, mas as dificuldades para a produção e manutenção dos trabalhos estavam presentes, pois a empresa tinha prejuízos e não conseguia manter os salários em dia. Pouco tempo durou a exploração das minas do Arroio dos Ratos pela Imperial Brazilian Company Limited, devido à abertura de falência que colocou em hasta pública o material empregado na mina. Encerrando suas atividades em 1878, o direito de concessão, – por trinta anos – foi transferido à firma comercial de Porto Alegre, Holtzweissig e CIA, que assumiu as dívidas e arrematou o acervo daquela empresa inglesa, visando à exploração em larga escala das minas e, de igual maneira à Imperial, mandou vir da Europa materiais para

sondagens e pessoal, especialmente mineiros alemães, dando início à exploração da bacia carbonífera de São Jerônimo em sua extensão, profundidade e qualidade do carvão. Os interesses e as pressões dos intermediários e distribuidores que negociavam com o carvão inglês, e que eram contrários aos incentivos e investimentos na produção nacional, são apontados neste período como um dos fatores geradores do lento desenvolvimento das empresas e dificuldades para a entrada delas no mercado interno do carvão nacional. Acrescido pelos fatores de não possuir o capital necessário para empregar nas minas; ter de enfrentar as dificuldades relacionadas ao comércio do carvão nos mercados estadual e nacional (principalmente o custo de produção elevado, vinculado à qualidade do produto e à estrutura dos transportes), e a rescisão, por parte do Ministério da Marinha, do contrato que havia sido feito para o suprimento aos navios da flotilha da Província, estes elementos são apontados como os responsáveis para que no ano de 1883, após apenas cinco anos de exploração, a firma Holtzweissig e CIA encerrasse suas atividades, passando sua concessão, após aprovação feita pelo Decreto Nº 9171, de 22 de março de 1884, a uma companhia formada majoritariamente com capital nacional provindo do Rio de Janeiro e de São Paulo, e dirigida por Guilherme Ahrons – a Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos (CMCPAR). Esta foi responsável pela abertura do Poço vertical “Izabel”, em Arroio dos Ratos, inaugurado no ano de 1885, por ocasião da visita da Princesa Isabel e do Conde D’Eu à mina, além de efetuar a compra de terrenos circunvizinhos aos Poços já existentes. Com a CMCPAR, o transporte do carvão – que continuava a ser um dos principais empecilhos da produção e do consumo do carvão nacional – deixou de ser feito por mulas, passando a ser realizado por locomotivas abastecidas com o próprio carvão produzido em suas minas: com a construção de novo trecho de ferrovia, a Companhia mudou o traçado da sua Estrada de Ferro do Porto Pereira Cabral, na sede do município, para o recém-criado porto de embarque nas Xarqueadas, ligando este local a seus poços de extração em Arroio dos Ratos. Com isto, barateou o preço da produção, pois o carvão, ao ser entregue em Porto próprio, evitava o uso de fretes. A CMCPAR mandou vir locomotivas e maquinário, montando, nas Xarqueadas, estabelecimentos para a lavagem de carvão e fabricação de briquetes, a fim de substituir os pro-

duto das minas de carvão da Inglaterra neste ramo industrial. Porém, mesmo com a mudança do polo investidor para o eixo Rio-São Paulo, o preço do carvão inglês e a incapacidade do Governo para atender às necessidades da Companhia, continuaram sendo apontados pela CMCPAR como alguns dos impeditivos para que o carvão nacional conseguisse competir com vantagem. Em 4 de abril de 1888, foram tomadas medidas para salvar a empresa, dentre elas a solicitação e concessão de empréstimo aprovado pela Assembleia Legislativa da Província, mediante hipoteca dos bens da CMCPAR, e a firmação de um acordo aprovado pela Assembleia Geral da Companhia, em 06 de julho de 1888. Contudo, após verificação da impossibilidade de efetivação desse acordo, Emanuel Paulo Frank, o responsável para efetivar os contratos em Porto Alegre, desistiu do empréstimo provincial e requereu a liquidação judicial da CMCPAR. Ainda no final de 1888, Guilherme Ahrons deixou a Diretoria, e o engenheiro Eugenio Dahne, natural do País de Galles e formado pela Escola Superior de Mineração de Clausthal, na Alemanha, assumiu a direção da CMCPAR a fim de garantir a distribuição dos bens entre credores e acionistas. Isto ocorreu na Convenção de 23 de janeiro de 1889, quando foram transmitidos aos credores – que compunham a Diretoria da antiga Companhia – bens correspondentes a 98% das ações da CMCPAR, tocando os 2% restantes aos antigos acionistas, ação esta que foi homologada em 25 de janeiro de 1889. E em 23 de maio deste ano, a CMCPAR se reorganizou com o nome de “Companhia das Minas de São Jeronymo”, com sede no Rio de Janeiro, tendo sido eleitos para a direção – gerente, Emanuel Paulo Frank, e secretário Hermann Kalkuhl; membros do Conselho Fiscal Comendador José Joaquim de Valença, Pedro Perestrello da Câmara e João Alves do Carvalho –, e seu status jurídico passou a ser o de Sociedade Anônima, o que permitia a elevação de capital com a aprovação da Diretoria e dos acionistas.

Ainda no ano de 1889, a Companhia das Minas de São Jeronymo requereu ao governo, em 15 de julho, o prolongamento da sua Estrada de Ferro, e firmou com o Governo imperial um “contrato de localização de imigrantes”, que estabelecia a fundação de núcleos coloniais às margens daquela Estrada – que ligava o Porto das Xarqueadas às minas de carvão, e que se prolongaria em direção a Serra do Herval, uma vez que a previsão inicial era a instalação de cinco núcleos, estando o cumpri-

mento do acordo de colonização vinculado à obtenção de benefícios para a CEFMSJ, como a concessão de terras devolutas e redução de impostos. No entanto, a colonização foi limitada ao povoamento de apenas um núcleo situado em terras próprias da Companhia, próximas à sua Estrada de Ferro, havendo a desistência dos outros quatro na Serra do Herval, em razão da inexistência da certeza de obtenção de concessão de prolongamento da via férrea. Em 9 de setembro de 1889, foi convocada uma reunião dos acionistas da Companhia das Minas de São Jeronymo, na qual foi deliberado reformar os estatutos, elevar o capital e o preço das ações (a aprovação e estabelecimento dos novos Estatutos da CEFMSJ se deu na Assembleia Extraordinária dos Acionistas da CEFMSJ, em 2 de dezembro de 1890). A Companhia passou a se denominar, então, Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo – CEFMSJ. Sua sede permaneceu no Rio de Janeiro, na Rua do Hospício, nº 25. Sua diretoria foi conformada por: Pedro Perestrello da Câmara – Diretor Gerente; Hermann Kalkuhl – Diretor Secretário. O Escritório Central no Rio Grande no Sul ficava na Agência das Minas, Xarqueadas, no município de São Jerônimo, sendo o Engenheiro Gerente e Fiscal da Estrada de Ferro, E. S. Eugenio Dahne, e a concessão para a CEFMSJ era de trinta (30) anos, prorrogáveis indeterminadamente. Do mesmo modo, foi efetivada, para a CEFMSJ, por meio do Decreto 600, de 24 de julho de 1890, a concessão do privilégio para a construção, uso e gozo do prolongamento da linha principal da Estrada de Ferro pelo prazo de setenta anos, tendo a Companhia o prazo máximo de doze meses para a sua construção. No ano de 1893, existiam nas minas de Arroio dos Ratos, de propriedade da CEFMSJ, os Poços 5 (Poço Velho), 9 (Surpresa), 6 (Presidente), 7 (Dona Isabel) e o poço de ventilação 8 (Caridade), sendo aberto naquele ano o poço 10 (Fé), e a Vila Mineira de Arroio dos Ratos tinha cerca de mil moradores, distribuídos em famílias estrangeiras e brasileiras, dispostos em duzentas casas, das quais cinquenta eram alugadas aos mineiros pela Companhia. No mês de junho de 1895, na luta por melhores condições de vida e de trabalho, eclodiu a primeira greve dos mineiros e demais trabalhadores vinculados às atividades de mineração, em Arroio dos Ratos, com grande protagonismo dos imigrantes em sua liderança. A greve durou mais de quinze dias, e contou com ampla adesão, inclusive dos trabalhadores infantis da mina de Arroio dos

Ratos, com os grevistas pleiteando aumento de 25% em todos os preços e ordenados. Chegado o ano de 1908, a CEFMSJ tomou a decisão de não continuar a exploração de carvão, e arrendou a mina de Arroio dos Ratos, por um período estipulado em trinta anos, à Companhia Minas Sul-Riograndense, pertencente a Manoel Buarque de Macedo & CIA., ficando a CEFMSJ, então, sob a direção do engenheiro Frederico Bueno Horta Barbosa. Em 1911, por motivo de saúde, Manoel Buarque de Macedo afastou-se das atividades carboníferas da Companhia Minas Sul-Riograndense, que ficou aos cuidados de Miran Latif, Ernesto Otero e Luiz Betim Paes Leme. Salienta-se que, no ano de 1916, Horta Barbosa e Buarque de Macedo, junto com o Barão de Ibirocahy, foram os fundadores e diretores da Companhia Minas de Carvão do Jacuhy, na região de Minas do Leão, e, em 1917, Buarque de Macedo exerceu as mesmas funções na Companhia Carbonífera Rio-Grandense, fundada em 1917 na região de Minas do Butiá, na esteira do impulso à produção nacional de carvão diante do produto estrangeiro, especialmente inglês e alemão, ocorrido com a I Guerra Mundial. Utilizando mão de obra estrangeira e nacional, acrescentou-se aos trabalhadores da Companhia Minas Sul-Rio-grandense um grupo de mineiros espanhóis que chegou com suas famílias à região, e a Companhia intensificou os trabalhos de sondagem, abrindo o Poço 1, também conhecido como "Poço Fraternidade", e continuou a exploração do Poço Fé, de propriedade da CEFMSJ, embora com escassez de resultado, devido a irregularidade e espessura reduzida dos veios que restavam. De igual modo, a arrendatária cresceu às unidades de transporte fluvial e terrestre, outras de maior capacidade, melhorou e reforçou as condições de resistência da via-férrea, dando condições para um tráfego mais intenso e pesado. Em Relatório de junho de 1914, a CEFMSJ deu ciência a seus acionistas do esgotamento da camada carbonífera explorada pelo Poço Fé, único que a Companhia dispunha por esse tempo, o que levou a diretoria a buscar soluções para as dificuldades enfrentadas. Após diversas negociações, obteve o acordo com os acionistas da Companhia Minas Sul-Riograndense para a venda de todas as ações desta à CEFMSJ, acordo este que foi ratificado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de janeiro de 1915, quando a diretoria da CEFMSJ ficou autorizada a incorporar aos seus bens os que lhe couberam em partilha na liquidação da Companhia Mi-



nas Sul-Riograndense, e a incluir todos esses novos bens na totalidade dos bens da Companhia, continuando o pessoal das Minas Sul-Riograndense, sem interrupção alguma, a trabalhar e colaborar com a CEFMSJ. No segundo semestre do ano de 1918, a CEFMSJ contratou e realizou, com o Governo Federal, pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, mediante garantias hipotecárias, um empréstimo para o fim de resgatar o empréstimo feito com o Tesouro Nacional em 8 de março de 1918. A diretoria se propunha a melhorar o carvão da mina com sua melhor escolha e pela lavagem, e para tal necessitava de instalações para o beneficiamento do carvão, ao mesmo tempo em que se aparelhava para aumentar a produção, melhorar os transportes e instalar depósitos. Na Assembleia Geral extraordinária de 16 de agosto de 1918, a diretoria da CEFMSJ apontava, além da necessidade de ofertar aos consumidores um produto com maior eficiência calorífera e menor quantidade de cinzas e de pyretes, a de a Companhia se preparar para competir, no futuro, com o produto estrangeiro, quando a situação ocasionada pela I Guerra findasse, e o carvão estrangeiro entrasse livremente no mercado brasileiro. Portanto, o impulso à indústria carbonífera e ao mercado interno da mineração esteve estreitamente vinculado às conjunturas internacionais geradas pelos conflitos mundiais, uma vez que, com a paralisação do comércio marítimo internacional e seus produtos, o mercado carbonífero sofria intensos problemas de abastecimento interno: se a crise internacional advinda com a I Guerra Mundial fomentou o consumo do carvão nacional, apartando as ressalvas feitas em relação à má qualidade do carvão produzido no país, após seu término o interesse voltou-se novamente ao carvão estrangeiro. Com o advento da crise de 1929, o consumo do carvão nacional voltou a ser objeto de acentuadas ações estatais, como a estabelecida pelo Decreto Federal Nº 20.889 de 9 de junho de 1931 que, ao definir um percentual mínimo de 10% para o consumo do carvão nacional em relação ao estrangeiro, estipulava a obrigatoriedade do seu consumo. Este Decreto também determinava a adaptação de locomotivas em trânsito no território nacional para o uso do carvão nacional. Concomitante aos esforços empreendidos pela CEFMSJ para a melhoria e intensificação da sua produção, eclodiu nas minas de Arroio dos Ratos, entre 14 e 21 de junho de 1918, uma greve que reuniu 400 mineiros que reivindicavam aumento de salário por tonelada

de carvão extraído, permissão para sair do interior da mina quando o trabalho inexistente, e nomeação de um fiscal, pelos mineiros, para o controle do peso dos produtos. A ênfase dada pela diretoria da CEFMSJ sobre a questão da proteção do carvão nacional, a fim de garantir a ampliação do mercado consumidor, encontra eco com a assinatura do acordo de transferência ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 12 de julho de 1920, da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRS), que havia sido entregue por sua concessionária, a Companhia belga Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil, ao governo federal cerca de um mês antes, no dia 18 de junho. Como a Chemins de Fer au Brésil utilizava carvão estrangeiro como combustível, a partir de sua transferência para o poder estatal estabeleceu-se a obrigatoriedade de adaptação das locomotivas a fim de poderem utilizar o carvão nacional como combustível. Estas ações já haviam sido apontadas na Assembleia de 16 de agosto de 1918, onde a diretoria da CEFMSJ relatou as experiências que estavam sendo feitas no Lloyd brasileiro e na Marinha de guerra brasileira, além de estabelecimentos particulares, em relação à adaptação das fornalhas existentes naquele então ao uso do carvão da Companhia. No ano de 1923, a CEFMSJ empreendeu ações junto às companhias fornecedoras de eletricidade, objetivando, também, a formação, ampliação e diversificação do mercado interno para a sua indústria, ao adquirir metade das ações da companhia “Fiat Lux de Porto Alegre”, responsável pelo fornecimento de energia elétrica a várias regiões do Estado. Em janeiro de 1924, os novos sócios da Fiat Lux – Luiz Betim Paes Leme e Mário Ramos, então diretores da CEFMSJ – anunciaram a fundação de uma nova companhia, a “Companhia Elétrica Riograndense”, passando a agir para efetivar a união com a “Companhia Fôrça e Luz”, do Rio de Janeiro, contratada pela Intendência de Porto Alegre e, à época, detentora do monopólio do fornecimento de energia. Participaram das reuniões, como representantes da Companhia Elétrica Riograndense, Eugenio Honold, Luiz Betim Paes Leme, Mario Ramos e Octavio Reis, todos acionistas e/ou diretores da CEFMSJ, que tinham como intuito último a construção de uma usina única, em Porto Alegre, que utilizasse como combustível o carvão do Rio Grande do Sul. Ainda no ano de 1923, em 24 de janeiro foi promulgado o Decreto Nº 4682 (Lei Eloy Chaves), que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados

das empresas ferroviárias. A Lei Eloy Chaves também estabeleceu, para os ferroviários, a estabilidade no emprego ao trabalhador com dez anos de permanência em uma empresa, e no dia trinta de abril desse mesmo ano foi criado, no âmbito do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, o Conselho Nacional do Trabalho, por meio do Decreto federal Nº 16027. Nos anos seguintes foram legisladas diversas medidas visando à proteção, garantia e melhoria de vida das classes trabalhadoras, em um avanço paulatino, porém ininterrupto, de direitos e deveres adquiridos, aos quais as empresas de mineração tiveram de se adaptar, não sem resistências, a fim de dar efetivo cumprimento às novas determinações legais. Dentre eles se encontram, a Lei de Férias, pelo Decreto Nº 4982 de 24 de dezembro de 1925 (inicialmente restrita aos comerciários); o Decreto Nº 50863, de 1º de dezembro de 1926, que instituiu o Código de Menores; a extensão do regime de férias aos portuários, por meio do Decreto Nº 5109, de 20 de dezembro de 1926; o Decreto 17943-A, de 12 de outubro de 1927, que estabelece disposições sobre o trabalho de menores, regulamentando o seu trabalho; a criação, em 26 de novembro de 1930, pelo Decreto Nº 19.433, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, bem como das Comissões Mistas de Conciliação para os conflitos coletivos e as Juntas de Conciliação e Julgamento para os conflitos individuais; o início da exigência de identidade profissional (carteira profissional) no Brasil, no ano de 1932; o Decreto Nº 21417-A, de 17 de maio de 1932, que regulou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, vedando o trabalho feminino, dentre outros locais, nos subterrâneos e nas minerações; a Lei 62/35 – a “Lei da Despedida” –, de 1935, que assegurava aos trabalhadores da indústria e do comércio a estabilidade após dez anos de serviços prestados na mesma empresa, e instituindo a indenização por despedida injusta àqueles que não haviam cumprido esses dez anos. No que diz respeito especificamente à legislação sobre as minas de carvão, em 10 de julho de 1934 foi instituído, pelo Decreto Nº 24642, o Código de Minas, que modifica o regime jurídico das minas, instituído pela Constituição de 1891. Com este Código, as jazidas passaram a ser caracterizadas como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontravam. Seu aproveitamento era atrelado à autorização ou à concessão do Governo Federal. As autorizações de pesquisa e

concessões de lavra seriam dadas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, ficando assegurada, ao proprietário do solo, a preferência para a exploração ou a participação nos lucros, se a lavra fosse concedida a terceiros. Posteriormente, e acentuando as medidas de proteção e fomento à indústria nacional do carvão, o governo de Getúlio Vargas deu um incentivo à produção, elevando de 10% a 20% a cota de aquisição de carvão nacional sobre as importações de carvão estrangeiro, por meio do Decreto N.º 1828, de 21 de junho de 1936. Ainda no ano de 1936, após extensas deliberações entre as partes interessadas, a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo autorizou a assinatura do contrato com o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), juntamente com a Companhia Carbonífera Riograndense (CCR), para suas administrações conjuntas e comunhão de lucros e perdas. Em Relatório apresentado aos seus acionistas, a diretoria da CEFMSJ indicou as razões que a levou à aceitação do contrato, mencionando que, devido à superprodução, as produções das minas da CEFMSJ e da CCR era superior ao consumo interno do Estado, e a quota de 10% sobre o consumo dos importadores (que foi modificada pelo Decreto N.º 1828), no resto do país não conseguia absorver os excedentes das minas gaúchas e os das minas catarinenses. A diretoria da CEFMSJ verificou que a capacidade de produção era muito superior ao mercado de que dispunham, havendo a constatação de que a concorrência seria ruinosa para ambas as Companhias. Dessa forma, a administração da CEFMSJ e da CCR, com uma orientação uniforme e conjunta, técnica, comercial e industrial, foi passada à Sociedade Civil formada por aquele Consórcio, e desta feita a composição do CADEM se deu por quatro sócios: Luiz Betim Paes Lemes e Otávio Reis, pela Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, e Roberto Cardoso e o Grupo Martinelli, pela Companhia Carbonífera RioGrandense, cabendo a direção do Consórcio a Roberto Cardoso. Em 21 de julho de 1936, os Estatutos do CADEM foram publicados no Diário Oficial da União, estando assim legalmente constituída a Sociedade Civil Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, integrado, nesse período, pelas Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Riograndense

## Forma e Estruturação

O Subfundo está estruturado em sete (05) Séries documentais, nas quais encontram-se inseridas as respectivas tipologias. As divisões (séries) não representam a totalidade da estrutura administrativa da Companhia Estrada De Ferro de Minas de São Jerônimo - CEFMSJ e sim, as divisões encontradas e deduzidas a partir do processo de organização do acervo encontrado da Companhia. Quadro de Arranjo (ANEXO B).

O processo de descrição arquivística visa as Séries a seguir.

### 5.1.4.1 Séries Documentais

#### 05.4.01 Série Administrativo

**BR RSMC 05.3.01**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1944 – 1951**

**VOLUME: 0,10 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias

• *Registro de correspondência*

Os Registros de Correspondência da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) englobam os anos 1944-1952, tratando-se de livro e agenda manuscritos, com o controle da quantidade de correspondência expedida, elencando sua espécie, e endereços de fornecedores, empresas, firmas, pessoas físicas e jurídicas, respectivamente.

• *Inventário de bens imóveis/móveis*

Documentação referente ao ano de 1954, faz o levantamento de bens da empresa nos Poços de extração e suas dependências; Linhas de Alta Tensão; Oficinas; Usinas e Caldeiras; Abastecimento de água; Estrada de Ferro; Hospital Sarmiento Leite; Porto em Charqueadas e Es-

taleiro; Plantação de eucaliptos; as Minas de São Jerônimo e as Casas e Terrenos, com os seus compradores e vendedores.

#### 05.4.02 Série Pessoal

**BR RSMC 05.3.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1958**

**VOLUME: 0,18 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias

• *Relação de operários admitidos e readmitidos*

Nesta tipologia encontram-se relações mensais de operários da CEFMSJ, com seus nomes completos, ocupações e seções em que trabalham; comunicados do engenheiro-chefe à Agência Porto Alegre do CADEM; relações mensais de operários que deixaram o serviço da Companhia; recibos à Colônia Penal Agrícola Daltro Filho (CPA); relações de pagamentos não procurados e devolvidos à Agência Porto Alegre; relações de desligamentos e envios de Termos de Deserção; cartas do engenheiro-chefe da CEFMSJ comunicando sobre abaixo-assinados de funcionários do Poço 5, dos quais deu ciência tanto ao Sindicato quanto à Delegacia de Polícia.

• *Folhas de pagamento*

Reunindo documentação dos 1936-1957, encontram-se folhas de pagamento da Administração da CEFMSJ para os engenheiros-chefe, empregados encarregados de seções, chefe da mineração, dentre outros, assim como as folhas do pessoal da Administração da Agência em Porto Alegre e do Depósito, com seus nomes e categorias funcionais. Constam também os pagamentos ao pessoal da Granja CADEM e resumos das Folhas, feitos pela empresa.

• *Relação de salários e gratificações/vales*

A tipologia reúne Livro de Vales do Escritório das Minas de São Jerônimo; relações de salários de operários e de salários em vigor na

CEFMSJ, assim como gratificações a engenheiros e encarregados de serviços, no período 1944-1958.

- *Tabelas de horas extras*

Dos anos 1954-1955 e 1962, constam relações de horas trabalhadas por classes de operários no subsolo, com tabelas de horas extras com acréscimo de 25% no ano de 1962.

- *Relação de operários no subsolo*

A tipologia é constituída por Relação de operários que baixaram às Minas às 14:25 horas, no dia 27 de maio de 1944.

- *Registros de caução de moradia*

Os Registros informam sobre cauções de aluguéis das casas cobrados em maio de 1953, bem como os da Força e Luz e os de Rendas Eventuais.

- *Atestados*

A tipologia é formada por Atestado para fim militar, do ano de 1948, sujeito à verificação dos dias de trabalho, de Pedro Papi, operário da CEFMSJ.

- *Termos de ratificação de demissão*

Os Termos, do ano de 1952, são dirigidos à Companhia por funcionários que pedem suas demissões, por motivos particulares e por livre e espontânea vontade.

### **Dossie Relatório de perdas na greve da Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ)**

O Dossiê traz informações acerca do relatório de despesas efetuadas no período de 28 de abril a 11 de maio de 1956, quando da greve na Estrada de Ferro Jacuhy, dele fazendo parte listas de materiais enviados do Almoxarifado Butiá para o Almoxarifado Jerônimo (CEFMSJ); resumos de despesas feitas durante a greve com mão de obra no Poço 3, Poço 4, Poço R-1, Mineração Recreio, Porto do Conde, Cabo Aéreo, Zeladoria e Usina e o levantamento dos transportes de caminhões no serviço de caldeiras, durante o período da greve.

### 05.4.03 Série Controle De Produção/Expedição/Estoque Do Carvão

**BR RSMC 05.3.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1958**

**VOLUME: 0,12 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias

• *Registros de Movimentação*

Reúne informações como as do custo por tonelada de carvão transportado pelas embarcações, pela Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e por particulares, constando, ainda, o escoamento da produção feito pelo Cabo Aéreo; a produção diária expedida, com anexos das despesas com operários na Superfície e no Subsolo, com os totais de rendimentos por Homem/Dia.

• *Registros de Transporte de carvão*

Livro de registro de transporte de carvão expedido pela Companhia

### 05.4.04 Série Almoxarifado

**BR RSMC 05.3.04**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1964**

**VOLUME: 0,26 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias:

• *Notas de débito*

As Notas de Débito compreendem o período 1936-1964, constituindo-se em faturas de fornecedores de materiais e gêneros alimentícios a serem debitadas pelo Almoxarifado da CEFMSJ.



- *Relação de compras*

A tipologia é composta por relações de compras mensais efetuadas na Mina, constando os fornecedores, gastos do Almoxarifado, Companhia Força e Luz de São Jerônimo, despesas gerais e importâncias totais, no período 1938-1953.

- *Inventários de balanço de materiais*

Compreendendo os anos 1944-1959, tem-se cópias de Balanços de materiais do Almoxarifado da CEFMSJ, com cartas e relatórios enviados pelo engenheiro-chefe à Agência Porto Alegre, enviando os balanços do Almoxarifado Jeromina.

- *Relação de entrada/saída de materiais*

Contendo informações várias entre os anos 1936-1965, mencionam-se as relações de materiais utilizados pela Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR) na Estrada de Ferro Jacuhy, arquivadas pela CEFMSJ, e controles da fábrica de pólvora, estopim, papel, salitre, enxofre, fundições de ferro e bronze, assim como as contas correntes da Oficina, no ano de 1936; relações de materiais considerados e recuperados no Almoxarifado da Companhia; materiais recebidos sem faturas; classificações de estoques e de bens; relações de compras feitas em Porto Alegre, e os materiais utilizados na Operação Transporte Ferroviário, realizado de abril de 1963 a abril de 1964, dentre outras informações fornecidas nesta Tipologia.

- *Mapas demonstrativos de preços*

Compreendendo o período 1960-1963, os Mapas referem-se a orçamentos e pedidos de preços de materiais feitos pela Companhia ao CADEM Agência Porto Alegre, acompanhados de Mapas Demonstrativos de preços correntes.

- *Fichas de construção de casas*

A tipologia é composta por Fichas relativas as casas do Quadro de Serviços da Companhia em Charqueadas, com a descrição física das moradias; aberturas; instalações sanitárias e elétricas; terrenos; benfeitorias e observações.

- *Registros de mercadorias importadas*

Livro do ano de 1942 de Registros de Mercadorias Importadas pela CEFMSJ que foram despachadas com isenção de direitos, nos termos do Decreto Lei (DL) nº 300, de 24 de fevereiro de 1938.

#### **05.4.04 Série Contabilidade**

**BR RSMC 05.3.05**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1936 – 1964**

**VOLUME: 0,26 ML**

Constituem a Série as seguintes tipologias:

- *Notas de contabilidade*

Constituem a tipologia Notas de Contabilidade da CEFMSJ, abrangendo o período 1936-1965, correspondências para o Almojarifado e do engenheiro-chefe da Companhia com a Agência Porto Alegre; recibos de construção de prédios; rescisões de contratos de trabalho; notas de débito para o Almojarifado da Companhia Carbonífera Minas do Butiá de faturas da CEFMSJ; notas de consignação de carvão à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); avisos de remessas de documentos feitas pela Companhia à Agência Porto Alegre (notas de débito e de crédito e papeletas); notas mensais da praça da CEFMSJ e recibos do Hospital Sarmiento Leite, dentre outras informações.

- *Faturas*

Abarcando o período 1936-1958, têm ampla variedade de emissores, dentre eles fornecedores diversos; Companhias de Navegação; Jornal da Manhã; 1º Batalhão Ferroviário (Estrada de Ferro Jacuhy – Santiago – São Borja – Ramal Dom Pedrito – Santana do Livramento); Viação Fluvial e Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS).

- *Relação de contas a pagar*

A tipologia se refere a relações mensais de contas a pagar feitas pelo CADEM relativas aos gastos da CEFMSJ, incluindo a relação de sa-

lários a serem pagos em folhas suplementares, com relações nominais das despesas de mão de obra fora das folhas.

- *Guias de recolhimento*

Compreendendo o período 1957-1960, são Guias de Recolhimento de Acidentes de Trabalho a favor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM); e Guias de Recolhimento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), com os nomes completos dos segurados.

- *Mapas de devedores da Força e Luz*

Mapa mensal do total de devedores da Força e Luz, do ano de 1942, com os totais de ligações e consumos, contadores, impostos e importâncias a serem pagas.

## **5.1.5 Subfundo Minas do Recreio**

**BR RSMC 05.4**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1934 – 1964**

**VOLUME: 0,36 ML**

### **Contexto Histórico**

A área onde foi instalada a Mina do Recreio, localizada entre as Minas de Butiá e Leão, foi comprada de seu proprietário Francisco Antônio Luiz, no ano de 1926, por Ricardo Porto, que organizou a “Sociedade Anônima – Minas do Recreio” no ano de 1929, constituída por ele e seus filhos, os quais lavraram um contrato de financiamento com a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), dona da Usina do Gasômetro em Porto Alegre, para fornecimento de carvão a esta Companhia de eletricidade. Devido a dificuldades financeiras, que geraram a paralização de operários e visitas de um Interventor Federal para resolver os problemas, já no ano de 1933, as ações das Minas foram transfe-

ridas, e no ano de 1946 o acervo das Minas do Recreio foi transferido às Companhias consorciadas, sob administração do CADEM, que passou a denominá-las de Mineração Recreio.

## **Forma e Estruturação do Subfundo**

O Subfundo está estruturado em tipologias, as quais não representam a estrutura administrativa da Companhia Minas do Recreio e sim, as tipologias es encontradas e deduzidas a partir do processo de organização do acervo encontrado respeitando a proveniência. Quadro de Arranjo (ANEXO B).

O processo de descrição arquivística visa as Tipologias a seguir.

### *• Atas das Assembleias*

A tipologia reúne Certidões do ano de 1946, quando o Acervo das Minas do Recreio foi transferido para as Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera Minas de Butiá, expedidas pela Junta Comercial do Rio Grande do Sul, de Ata de Assembleia Geral Extraordinária das Minas do Recreio, ocorrida em 30 de junho de 1941 e Termo de ratificação desta Ata, contendo o Projeto e adaptação dos Estatutos das Minas do Recreio, assim como da eleição da Diretoria e Conselho Fiscal. As Atas das Assembleias Gerais Extraordinárias de 12 de agosto de 1943 e 27 de novembro de 1945 também se encontram neste conjunto documental.

### *• Cartas*

A área onde foi instalada a Mina do Recreio, localizada entre as Minas de Butiá e Leão, foi comprada de seu proprietário Francisco Antônio Luiz, no ano de 1926, por Ricardo Porto, que organizou a “Sociedade Anônima – Minas do Recreio” no ano de 1929, constituída por ele e seus filhos, os quais lavraram um contrato de financiamento com a Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), dona da Usina do Gasômetro em Porto Alegre, para fornecimento de carvão a esta Companhia de eletricidade. Devido a dificuldades financeiras, que geraram a paralização de operários e visitas de um Interventor Federal para resol-

ver os problemas, já no ano de 1933, as ações das Minas foram transferidas, e no ano de 1946 o acervo das Minas do Recreio foi transferido às Companhias consorciadas, sob administração do CADEM, que passou a denominá-las de Mineração Recreio. O conjunto documental “Cartas” abrange o período 1937-1959, contendo informações acerca das atividades da Mineração Recreio relacionadas com o CADEM e as empresas consorciadas, tais como: cartas das Minas do Recreio para a Agência Porto Alegre do CADEM, tratando do arrendamento de vagões para os serviços da Estrada de Ferro que liga as Minas do Butiá ao Porto do Conde, acompanhadas de Termo de Responsabilidade pelo empréstimo dos vagões ao CADEM; cartas e requerimentos das Minas do Recreio à Junta Comercial do Rio Grande do Sul; cartas da Mineração dirigidas à Agência Porto Alegre sobre a liquidação de contas; cartas endereçadas à Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Serviços de Mineração, sobre depósitos das arrecadações mensais da Companhia Minas do Recreio; cartas da Mineração Recreio com a sua Matriz no Rio de Janeiro, sobre contratos de arrendamento; Minutas de escrituras e traslados de Procurações para permuta de áreas e terrenos; correspondências das Minas do Recreio com Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), tratando do envio de recibos e listas de contribuintes do imposto sindical; correspondências com o III Batalhão de Engenharia, sobre a desincorporação de empregado do serviço ativo do Exército; dados da Contabilidade Geral e de maquinários; carta da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB) com a Agência de Porto Alegre, do ano de 1957, dando conta da “fraca produção das Minas do Recreio”, acompanhada de três fotografias tomadas nas pilhas de carvão em combustão, nos depósitos do Poço R1; contratos de alterações em cláusulas contratuais; construção da Rodovia Porto Alegre -Uruguaiana, que corta os terrenos das Minas do Recreio; Questionários da Mesa Redonda do Carvão, da Comissão de Lavra, sobre análises de carvão e sondagens nas Minas do Recreio, no ano de 1958.

• *Folhas de pagamento*

Compreendendo o período de 1945-1957, além de informações sobre os dias trabalhados, jornal e totais ganhos, podem ser encontradas informações nominais sobre o operariado, constando ocupação, idade,

nacionalidade, estado civil, número de filhos, data da admissão na empresa, tempo de serviço, salário hora, último período de férias pagas, e observações. Fichas de especificação de mão de obra nas Minas do Recreio, com os nomes, chapas, funções e salários totais, também integram esta tipologia.

• *Demonstrativos de ganhos de empreiteiros*

Documentação do ano de 1946, os Demonstrativos se referem aos ganhos dos empreiteiros da Mineração Recreio, nas parcelas relativas ao carregamento manual e mecânico, ao lado de relações de materiais fornecidos aos empreiteiros nos meses a que se referem as parcelas.

• *Distribuição da produção do carvão*

A tipologia é formada por Mapas de médias semestrais de produção do CADEM/Butiá, indicando perdas, consumo e produção total, incluindo os Poços e a Mineração Recreio.

• *Fichas de análise de carvão*

Fichas de análise de carvão graúdo, bruto, e ensaio de afunda-flutua, constando od nomes dos empreiteiros, datas, percentagem de cinzas e preço por tonelada, no período 1956-1965.

• *Folhas de extração e produção do carvão*

Compreendendo o período 1958-1965, a tipologia é formada por folhas de extração e produção brutas da Mineração Recreio, no ano de 1958, e livro de controle de extração a céu aberto e subsolo, dos empreiteiros da Mineração Recreio.

• *Boletins de extração de carvão*

Boletins de resultados diários de extração, do ano de 1956, com o nome dos empreiteiros, toneladas extraídas e preços unitários e totais, assim como a apropriação dos serviços de furação e fogo, do ano de 1957, na Mineração Recreio.

• *Partes diárias de maquinaria*

A tipologia se refere às relações de horas trabalhadas por maquinários, como as escavadeiras da Companhia Metropolitana de Construção

ções, indicando os prefixos das máquinas, nomes dos motoristas e os serviços executados.

- *Relatórios da Encosta do Túnel*

Relatórios técnicos do avançamento mensal da Encosta 1, com os respectivos resumos, nomenclaturas, observações e preços, no período 1962-1967.

- *Demonstrativos de prejuízos da produção (Greve 1959)*

A tipologia reúne os cálculos de prejuízos na produção de carvão previstos pela Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), em virtude da greve dos operários da Mineração Recreio em dezembro de 1959.

- *Demonstrativos de entrega de carvão (empregados)*

Abarcando o período 1955-1964, são confirmações de entregas de carvão feitas pelos empregados no Poço R1.

- *Tabelas de reajustamento de preços (empregados)*

Com dados do ano de 1961, trata-se de reajustes de preços em vigor, com exclusão da parcela relativa a insalubridade, dos empregados da Mineração Recreio.

- *Balancetes contábeis*

Compreendendo o período 1934-1937, os Balancetes contêm os saldos da Companhia Mineração Recreio, em conta corrente com a Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR) e a Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ).

- *Recibos/faturas*

Reunindo documentação entre 1946-1952, dentre as finalidades dos pagamentos menciona-se os recibos de serviços prestados no Poço R1; serviços de limpeza e extinção de pragas; pensões pagas pelo Consórcio; comissões de vendas de carvão à Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) e fretes ferroviários; vendas de carvão a empregados.

## **6 COMPANHIA DE ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS (COMPEQUI)**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1962

PRIVADO – PÚBLICO

### **Contexto Histórico**

A aprovação dos estatutos da Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI), se deu no dia 26 de novembro de 1962, tendo a empresa sede e foro em Porto Alegre, com duração de cinquenta anos contados da data de sua constituição (Artigo 2º), cabendo à Diretoria decidir sobre a abertura de filiais ou agências (Artigo 3º). O objeto da Sociedade, formada por acionistas, diretores, gerentes e engenheiros chefe do CADEM e das Companhias consorciadas, foi a realização de pesquisas geológicas, abertura de poços e demais serviços de engenharia em geral, bem como a indústria e o comércio de equipamentos (artigo 4º do Estatuto). Em Porto Alegre, os escritórios da Companhia localizavam-se na Avenida Borges de Medeiros, Edifício Missões, 340, 7º andar, conjunto 73, tendo o seguinte esquema técnico: 1) Administração, a cargo de Roberto Gabizo de Faria, Humberto Lupinacci e Mauré Stoltenberg; 2) Departamento Técnico e Controle de Obras, a cargo dos engenheiros Mauré Stoltenberg e Ymar de Albuquerque Monteiro, também responsáveis pelos setores de Cálculos e Projetos e Orçamentos de Materiais; 3) Departamento Comercial e Contabilidade; 4) Caixa; 5) Vendas e propaganda.

### **Entidades relacionadas**

- Companhias de Pesquisas e Lavras Minerais (COPELMI)
- Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB)
- Consórcio Administrador Empresas de Mineração-CADEM)



- Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (C.E.F.M.S.J.)
- Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL)

## **6.1 FUNDO 06 Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI)**

**BR RSMC 06**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1934 – 1964**

**VOLUME: 0,36 ML**

### **Conteúdo Geral do Fundo**

O Fundo Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI), abarca um período de cinquenta anos a partir da data de sua fundação em 1962, e está constituído por um conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados em função das relações e atividades estabelecidas nos regimentos e constituição da Empresa, onde estão registradas em tipologia documentais, as informações relacionadas com as atividades de pesquisas geológicas, abertura de poços e demais serviços de engenharia em geral, bem como a indústria e o comércio de equipamentos.

### **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

O fundo foi estruturado a nível de tipologias documentais, uma vez que através de suas respectivas nomenclaturas, podem ser identificadas de forma clara sua proveniência no contexto de sua estrutura administrativa. Quadro de Arranjo (ANEXO B).

#### **• Atas de Assembleias**

A tipologia reúne documentação da Assembleia Geral para a aprovação de Estatutos da Companhia de Engenharia e Equipamentos (COM-

PEQUI), realizada no dia 26 de novembro de 1962, tendo sede e foro em Porto Alegre, com duração de cinquenta anos contados da data de sua constituição (Artigo 2º), cabendo à Diretoria decidir sobre a abertura de filiais ou agências (Artigo 3º). O objeto da Sociedade, formada por acionistas, diretores, gerentes e engenheiros-chefe do CADEM e das Companhias consorciadas, foi a realização de pesquisas geológicas, abertura de poços e demais serviços de engenharia em geral, bem como a indústria e o comércio de equipamentos (artigo 4º do Estatuto).

• *Cartas*

As Cartas da Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI), abrangendo o período 1961-1970, são intercambiadas, principalmente, entre os engenheiros-chefe das Companhias consorciadas; as Matrizes no Rio de Janeiro do CADEM e da COPELMI e suas Agências em Porto Alegre; a diretoria, Consultoria Técnica e o Departamento Técnico e de Controle de Obras da COMPEQUI; a Refinaria Alberto Pasqualini e Companhias de Engenharia e Construções. Reunindo informação sobre as atividades da própria empresa, estreitamente vinculada com os Consórcios e as empresas de mineração, pode-se encontrar nesta tipologia, dentre outras, as seguintes informações: sondagens geológicas em Charqueadas, Minas de Butiá e São Gabriel, bem como faturas de serviços de sondagens; sondagens na Mineração Alencastro; recibos, notas de débitos, demonstrativos com despesas de mão de obra e materiais fornecidos; prestação de consultorias, concorrências para Concurso e Edital nº 95/58, do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), para registro de firmas candidatas à execução de obras e serviços; cartas trocadas com o chefe da Administração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF); Aços Finos Piratini, e Refinaria Alberto Pasqualini, com Procurações em anexo; estudos para verificação da existência de minério de cobre em Frederico Westphalen, e carvão e outros minérios em Ibaiti e Siqueira Campos, no Paraná; análises químicas e estimativas de geração de energia; concessões e análises na Usina de Candiota, e análises e lavra em Charqueadas; viagens a Bagé e Caçapava para verificar a existência de calcário e pesquisas em Porto Batista; informações sobre o pessoal da Companhia, como atestados

de contribuições para a Previdência Social, fichas funcionais para recebimento de salário família, registros de empregados, certidões de nascimento, solicitações de exames para a Previdência Social, atestados de saúde para admissão; guias de recolhimento de imposto sindical e de imposto de renda e declarações de opção pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), no período 1965-1967; paralizações nos serviços, inclusive por greve dos mineiros; Portaria do Departamento Nacional de Mão de Obra, Roteiro COMPEQUI, com a lista de Ativos, Passivos, Despesas, Receitas, Lucros e Perdas da empresa; sondagens e pesquisas no Uruguai, nas jazidas de Isla Patrulla, Departamento de Treinta y Tres; participações da empresa no Gasoduto Buenos Aires/Montevidéu; concorrência feita na Argentina para obras de transporte, bombeamento e armazenamento de combustíveis líquidos; ações da empresa como representante da Construtora KAMPSAX, sediada em São Paulo, firma responsável pela construção da Refinaria Alberto Pasqualini; declarações de imposto de renda ante a Delegacia do Imposto de Renda; cartas de renúncia a cargos na Diretoria da Companhia; Caixa de testemunhos sobre morte de funcionário na Operação Amazonas, dedicada a trabalhos de sondagens no Rio Jutaí; vendas de terrenos em Charqueadas para a Aços Finos Piratini; prospectos para compra de equipamentos; pagamentos de acordos feitos entre a COPELMI e a Sociedade de Estudos e Planejamentos (SESPLAN); notas de serviços jurídicos prestados por Rafael Galvão, advogado dos Consórcios; lista de materiais aproveitáveis e inutilizados no incêndio de 13 de junho de 1963; comunicados do arquivamento dos Estatutos da COMPEQUI na Junta Comercial, assim como os de sua mudança de sede, feitos ao Delegado Regional do Imposto de Renda, devido ao encerramento das atividades da Companhia no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1968, acompanhados de avisos prévios devido aos fins dos serviços da empresa.

• *Balancetes contábeis*

Contendo documentação do período 1960-1967, a tipologia reúne balancetes mensais acompanhados de faturas de serviços de sondagens geológicas e cartas, com, dentre outros, declarações de rendimentos, notas de contabilidade, capital da COMPEQUI subscrito pelas

Companhias consorciadas e realizado em máquinas, aparelhagem e acessórios de sondagens, resultados de análises, minutas de contratos individuais de trabalho e currículos técnicos dos diretores, constando, também, os Diários Contábeis da Companhia, nos anos de 1962-1963; Livro Caixa, de 1963; levantamentos e folhas de Caixa; lançamentos correspondentes à reavaliação do ativo imobilizado, conforme determinação da Lei nº 4357, feitos no Livro Diário em outubro de 1964, e movimentos mensais de Caixa.

• *Inventários de materiais e equipamentos*

Relativas ao período 1966-1967, a tipologia reúne as relações de maquinários e sondas, bem como as do capital imobilizado da empresa, em instalações, móveis e utensílios em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, equipamentos, instalações científicas e de caça e pesca, instalação elétrica e veículos.

• *Guias de declaração de Imposto de Renda*

A tipologia reúne as Guias de Recolhimento de imposto de renda de pessoa física, e as de aumento de capital e de fundos de reserva da empresa, entre os anos 1964-1968.

• *Imposto sindical*

Contendo documentação do ano de 1966, trata-se das Guias de Recolhimento a favor do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), conforme disposição do artigo 2º do Decreto Lei nº 4298, de 14 de maio de 1942.

• *Relatórios Técnicos*

Os Relatórios reunidos nesta tipologia dizem respeito aos anos de 1963 e 1967, constituindo-se em Relatórios de cálculos de preços de furos de sondagens e custos para as equipes responsáveis por estes serviços; determinações de preços e propostas de sondagens no subsolo; autorizações para pesquisa mineral, com plantas, mapas e documentos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS) em anexo; execução de sondagens e regularização da COMPEQUI junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas (IAPE-TC), e Consultas feitas ao Departamento Legal do CADEM, acerca do

pessoal da Companhia e do Consórcio.

- *Termos de Contratos de Trabalho*

A tipologia é constituída por Termo de Assistência a pagamentos por dispensa de trabalho, para os empregados e minuta de contrato de trabalho firmado entre a COMPEQUI e possíveis trabalhadores, com as condições requeridas pela empregadora para a prestação de serviços.

- *Partes diárias de sondagem*

A tipologia é formada por relatorias das sondas, das sondagens, e locais em que os serviços são realizados, com especificação da mão de obra e materiais utilizados, nos anos de 1966-1967.

- *Relatórios de Extração*

Do ano de 1973, constituem-se em Relatórios de Extração da COPELMI/Butiá no Poço R-2, constando a extração bruta, pedra branca, pedra de escolha e produção bruta.

- *Folhas de pagamento*

Esta tipologia consiste em Folha de Pagamento da COMPEQUI do mês de abril de 1968, com o nome dos empregados, salários base e extra, total do salário e descontos, como os feitos para o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), e salário família.

- *Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*

As Guias de Recolhimento do FGTS, dos anos 1966-1967, estão acompanhadas de relações mensais de empregados afastados, com recortes do jornal Correio do Povo de 21 de março de 1967, e cópia do Regulamento da Lei nº 5107, de 13 de setembro de 1966, que cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.

- *Relações de equipamentos*

Reúne informações sobre veículos utilizados nos serviços de sondagens, seus gastos com combustível e nomes dos motoristas, assim como relações de equipamentos para sondagens depositados em Butiá.

- *Indenizações*

Do ano de 1966, este conjunto documental é composto por indenizações feitas por tempo de serviço, com o tempo a indenizar, salário/mês, indenizações a pagar, cálculos para o FGTS, avisos prévios, férias e 13º salário proporcional.

#### **Dossiê Documentos constitutivos (Dossiê)**

Integram este Dossiê a Certidão de publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) da Ata de Assembleia Geral de constituição da Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI), em 26 de novembro de 1962, assim como exemplar do jornal do comércio, de 9 de janeiro de 1963, com a publicação da Ata daquela Assembleia; os Estatutos da Companhia de Pesquisas Geológicas e Procuração dada pela CCMB a Clovis Pimentel, para este representar a Companhia na constituição da Companhia de Sondagens e Pesquisas, em organização no Estado do Rio Grande do Sul.

## **7 TERMELÉTRICA DE CHARQUEADAS (TERMOCHAR)**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1963 – 1998

PRIVADO – PÚBLICO

### **Contexto Histórico**

Contextualização Histórica A Termelétrica de Charqueadas teve sua autorização de instalação disposta pelo Decreto Nº 33.098, de 19 de junho de 1953, que autorizava Luiz Honold Reis, à época integrante da direção das Companhias de Pesquisas e Lavras Minerais (COPELMI) e Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (C.E.F.M.S.J.), a dar curso à instalação de uma usina termelétrica na vila de Charqueadas, 1º Distrito do município de São Jerônimo, no Estado do Rio Grande do Sul, com a potência de 45.000KW, destinando-se a energia elétrica produzida ao fornecimento em grosso dos concessionários existentes, conforme estipulado no artigo 1º e seu parágrafo único daquele Decreto. Do mesmo modo, ficou determinado que “todos os bens e instalações que, no momento, existirem em função exclusiva e permanente da produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, referentes à concessão outorgada reverterá ao Estado do Rio Grande do Sul “ (artigo 6º), e a concessão outorgada a Luiz Honold Reis, para a instalação e organização da TERMOCHAR, vigoraria pelo prazo de 30 anos, contado da data da publicação do Decreto Nº 33.098 (Artigo 7º). Para fazer frente às despesas orçadas de construção da TERMOCHAR – Termelétrica de Charqueadas, como originalmente foi chamada a empresa, no mês de novembro do 1955, no transcurso da realização de suas Assembleias Extraordinárias, a CEFMSJ e a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) subscreveram ações ordinárias e preferenciais de aumento de capital, servindo como fiadoras, conjuntamente com a COPELMI e o Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL), no contrato assinado com o

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), referente ao financiamento de trezentos milhões de cruzeiros para a construção da usina. Por sua vez, a diretoria e os acionistas da TERMOCHAR deliberaram, em Assembleia Extraordinária de 22 de novembro de 1955, sobre a proposta da Diretoria de reformulação de seus estatutos sociais, que foram aprovados e publicados em dezembro daquele ano, estipulando que a sede e foro da sociedade seria a cidade do Rio de Janeiro, por um período de trinta anos, contados da sua instalação (artigo 1º), estabelecendo-se a sede social da empresa em endereço idêntico ao da CEFMSJ e CCMB (empresas pertencentes ao Consórcio Administrador de Empresas de Mineração - CADEM) – e ao da COPELMI: Praça Mahatma Gandhi, nº 2, 11º andar, não possuindo sala própria. Com o transcorrer do tempo, a TERMOCHAR contará com salas na Agência do CADEM em Porto Alegre, e com escritório na sede da empresa, em Charqueadas, que serão administrados, em muitas ocasiões, pelos engenheiros chefe, gerentes e pessoal da CEFMSF, da CCMB, da COPELMI e do próprio CADEM, sendo que o Consórcio incluirá a TERMOCHAR, assim como o fez com a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais, em vários dos serviços feitos para as empresas consorciadas, como é o caso da representação judicial prestada pelo Departamento Legal do CADEM. A construção da Usina principiou, então, no ano de 1956, entrando em operação no ano de 1962, quando entregou 182,1 megawatt-hora, o que representava, à época, aproximadamente 18% do consumo de todo o estado do Rio Grande do Sul. Também naquele ano, em 11 de junho, foi instalada oficialmente, em sessão solene que contou com a participação do presidente João Goulart (1961-1964), a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), organizando-se como uma holding federal, detendo a posse majoritária de ações e o controle de outras quatro empresas subsidiárias, que eram a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), a Central Elétrica de Furnas, a Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba (Chevap) e a Termelétrica de Charqueadas S. A. (TERMOCHAR). Na Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) do Rio Grande do Sul, a Eletrobrás detinha participação minoritária, constituindo-se a Companhia em uma empresa associada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Em dezembro do ano de 1968, a Eletrobrás passou a contar com outra subsidiária regional, ao ser constituída a Centrais Elétricas do Sul do



Brasil (Eletrosul), no mesmo molde de atuação da Central Elétrica de Furnas, na Região Sudeste, e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, que atendia o Nordeste. No ano de 1970, então, a TERMOCHAR foi estatizada, quando foi incorporada pela ELETROSUL, passando a ser denominada Usina Termelétrica Charqueadas. Dessa forma, várias denominações e donos teve a Usina, desde TERMOCHAR, Termelétrica Charqueadas ELETROSUL, Centrais Geradoras do Sul do Brasil (Gerasul), e a partir do ano de 1998, com a privatização do setor elétrico, a usina foi adquirida em leilão pela Tractebel Energia, hoje denominada ENGIE Brasil Energia, com controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda., que é a responsável por 68,71% do seu capital social. Por sua vez, a ENGIE Brasil Participações Ltda. é controlada pelo grupo franco-belga ENGIE. A ENGIE Brasil Energia cessou a geração de energia na Termelétrica Charqueadas, efetuando seu desligamento, em 25 de novembro de 2016, e principiou, em janeiro de 2017, a desativação e desmontagem das instalações da Usina.

## Entidades relacionadas

- Companhias de Pesquisas e Lavras Minerais (COPELMI)
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A
- Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE)
- Centrais Elétricas Brasileiras S.A ELETROBRÁS
- Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB)
- Consórcio Administrador de Empresas de Mineração-CADEM)
- Centrais Geradoras do Sul do Brasil (Gerasul),
- Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (C.E.F.M.S.J.)
- ENGIE Brasil Participações Ltda.
- Serviço Marítimo Sul Brasil (SEMASUL)
- Tractebel Energia
- ELETROSUL

## **7.1 FUNDO 07 TERMOCHAR - Termelétrica De Charqueadas**

**BR RSMC 07**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1961 – 1970**

**VOLUME: 0,96 ML**

### **Conteúdo Geral do Fundo**

O Fundo Termelétrica de Charqueadas (TERMOCHAR), abarca o período que compreende 1963 – 1998, e está constituído por um conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados que possuem informações relacionadas à constituição e atividades realizadas pela TERMOCHAR ao longo de sua existência. Os documentos revelam as atividades de geração elétrica na região do Rio Grande do S, e as diferentes ligações com as instituições do Estado para a implementação de políticas de geração elétrica

### **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

O fundo foi estruturado a nível de tipologias documentais, uma vez que através de suas respectivas nomenclaturas, podem ser identificadas sua proveniência no contexto de sua estrutura administrativa. Quadro de Arranjo (ANEXO B). Estas tipologias são:

#### **• Cartas / Telegramas**

A tipologia reúne informações entre os anos de 1958-1969, tratando-se de correspondências trocadas, dentre outras, entre a Matriz do CADEM no Rio de Janeiro, as Agências em Porto Alegre e Rio Grande, a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais (COPELMI), as gerências da TERMOCHAR no Rio de Janeiro e em Charqueadas; fornecedores e Alfândegas, contendo

variada gama de documentação de diversas espécies anexada às missivas. Desse modo, neste conjunto documental encontra-se, por exemplo, cópias de telegramas enviados e recebidos sobre a construção e o projeto da TERMOCHAR, inclusive os remetidos ao governador do Estado, Ernesto Dornelles, sobre a construção da Usina, e ao presidente Getúlio Vargas, agradecendo o auxílio prestado; tópicos de cartas cifradas a respeito de “Genolino”, palavra código utilizada nas correspondências para se referir à Usina; cópias de recortes de jornais que tratam sobre o CADEM e o problema de energia elétrica; declarações de consumo de materiais, montagens de compressores e caldeiras; demonstrativos de transporte de cinzas de carvão; comunicados à Agência Porto Alegre de visitas feitas às instalações da Usina em Charqueadas, bem como cópias de relatórios de visitas técnicas realizadas; aberturas de vagas de empregos, com questionários preenchidos pelos postulantes às vagas; envio de funcionários da Termelétrica de Butiá para Charqueadas, para realização de estágios, assim como transferências de operários da Termelétrica de Butiá para a Termelétrica de Charqueadas; levantamentos de bens das Usinas de Arroio dos Ratos e de Butiá; listas de operários transferidos para outras seções da Usina; acórdãos e requerimentos acerca de imposto de transmissão de terrenos, e cartas ao Departamento Legal do CADEM em São Jerônimo, tratando de escrituras de compra e venda de terrenos em Charqueadas; cartas da TERMOCHAR Rio de Janeiro e Charqueadas para a Agência Porto Alegre, discorrendo sobre pagamentos de fretes de navios destinados à Agência Rio Grande, e usados para os transportes da obra civil da Usina, maquinários desembarcados nos Portos, relatórios de descargas de materiais no Porto de Rio Grande; faturas e recibos anexos às cartas; requerimentos à Inspetoria da Alfândega; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) - Divisão de Acidentes de Trabalho, informando a ampliação de benefícios aos empregados da TERMOCHAR, assim como modificações nas coberturas e prêmios. Na década de sessenta, pode-se encontrar comunicados da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) ao presidente da CPCAN, sobre os consumos de energia da TERMOCHAR; envios de Circulares da ELETROBRAS; ações empreendidas pelo Instituto Tecnológico e envio de demonstrativos de controle de qualidade de carvão de amostras colhidas nos Silos da Usi-

na, e mapas de controle de rendimento térmico.

• *Relatórios/Pareceres técnicos*

Abarcando o período 1940-1964, nesta tipologia encontram-se Resumos de informações prestadas ao governo do Estado do Rio Grande do Sul sobre pedidos para recomendar a construção de uma central térmica em Charqueadas, do ano de 1951 e Parecer da Câmara Municipal de São Jerônimo acerca deste pedido de construção da Usina; Pareceres da Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE) sobre os inconvenientes para a instalação da TERMOCHAR, apresentados ao governo do Estado; plantas e desenhos da Usina de Butiá e o Plano de Eletrificação do Rio Grande do Sul; Estudo intitulado “As razões para a construção da Central Termelétrica de Charqueadas”, com desenhos e mapas; Pareceres da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul sobre a construção da Usina; Proposta de Cooperação com o Plano de Eletrificação do Estado apresentada pelas Companhias consorciadas no CADEM; Parecer dado à Associação Comercial de Porto Alegre sobre a construção da termelétrica de Charqueadas, assim como ofícios da Associação Comercial de São Jerônimo ao engenheiro-chefe da CEEE, com Parecer em anexo; comentários à margem do Parecer apresentado à Sociedade de Engenharia, feitos pelo engenheiro-chefe da CCMB, sobre a TERMOCHAR, com desenhos das Zonas de Influência de Usinas Elétricas; estimativas de eletrificação do Estado enviadas para Antônio Jacob Renner; Parecer intitulado “Associação Conveniente e Indispensável”, sobre as Usinas Hidro e Termelétricas para atender a demanda de energia em Porto Alegre e Região Colonial; Parecer sobre o Projeto da Usina de Charqueadas, elaborado por Bernardo Geisel; Memorial Técnico da TERMOCHAR, compreendendo os anos de 1954 e 1958; contrato com firmas assinado pela Usina de Charqueadas, para a execução de montagem do equipamento termelétrico, de 1955; proposta de orçamento e desenhos para a proposta de construção da Linha de Transmissão Areal-Butiá, de 1964.

• *Movimento diário da Usina*

Fichas do CADEM/Butiá, entre os anos 1957-1965, informando sobre parada de compressores, indicando a causa e o consumo de com-

bustível, bem como a qualidade do carvão usado.

- *Controles de materiais e serviços*

Nesta tipologia, que compreende o período de 1958-1962, encontra-se, dentre outras, a discriminação das despesas feitas na TERMOCHAR pelo CADEM/Butiá/São Jerônimo, como notas de materiais e mão de obra empregados em serviços prestados à TERMOCHAR, enviadas pelo Almojarifado da CCMB ao seu Escritório Comercial, e notas de remessa de materiais do Almojarifado da CCMB para a Usina.

- *Balancetes contábeis*

O conjunto documental reúne cópias dos Livros Caixa de Porto Alegre, com os históricos contábeis mensais da TERMOCHAR; recibos e saldos bancários; cartas da Agência Porto Alegre, enviando comprovantes de Caixa para o engenheiro-chefe da Usina; Portaria da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) com o preço básico para a venda de carvão, constando os faturamentos mensais da TERMOCHAR e de outras instituições e empresas.

## **8 SINDICATOS**

**ENTIDADE COLETIVA**

**DATAS EXISTÊNCIA: 1930 –.1960**

**PRIVADO – PÚBLICO**

### **Contexto Histórico**

A reivindicação dos trabalhadores da mineração, seja para a melhoria das condições de trabalho ou para reclamações sociais relacionadas às atividades de exploração mineral do carvão na região do Rio Grande do Sul, surgem a partir dos anos 30 do século XX. Destacam-se o Círculo de Operários de Butiá, Sindicato de trabalhadores da exploração carbonífera –SITEC.

### **Entidades Rrelacionadas**

- Consórcio Administrador Empresas de Mineração CADEM
- Círculo Operário de Butiá
- Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR)
- Companhia Carbonífera Minas de Butiá CCMB
- Sindicato trabalhadores da exploração carbonífera STIEC
- Sociedade Cooperativa de Consumo dos trabalhadores
- Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)
- Delegacia Regional do Trabalho
- Tribunal Regional do Trabalho (TRT)

## **8.1 FUNDO 08 SINDICATOS**

**BR RSMC 08**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1934 – 1964**

**VOLUME: 0,36 ML**

## Conteúdo geral do Fundo

O Fundo Sindicatos abarca o período que compreende 1930 –.1960, e está constituído por um conjunto de documentos que possuem informações relacionadas aos conflitos dos trabalhadores e as empresas da mineração. Os documentos revelam as atividades de reivindicação laboral dos trabalhadores mineiros às diferentes companhias de exploração mineira.

## Forma e Estruturação Interna do Fundo

É importante assinalar que este Fundo documental foi constituído de forma determinante, não em função de um órgão produtor específico, e sim, pela importância das informações relacionadas às causas reivindicadoras dos trabalhadores da mineração perante as diferentes empresas mineradoras. Portanto, os documentos ora reunidos, são oriundos de diferentes proveniências, e que foram originalmente agrupados de forma física com a denominação de “Sindicato”. Assim, o fundo foi estruturado a nível de tipologias documentais, através das quais podem ser identificadas sua proveniência no contexto de estrutura administrativa das diferentes empresas de mineração. Quadro de Arranjo (ANEXO B).

Estas tipologias são:

- *Cartas/telegramas*

As Cartas e Telegramas do Fundo Sindicatos reúnem documentos das décadas de 1940 a 1960, dando conta das inter-relações entre o CADEM, as empresas consorciadas, órgãos governamentais, as organizações sindicais e o mundo dos trabalhadores dedicados às atividades de mineração de carvão. São várias as documentações, temáticas e agentes envolvidos, podendo ser elencados os seguintes, dispostos com seus respectivos anos de produção: de 1935-1936, destacam-se as informações sobre o Círculo Operário de Butiá, fundado em 29 de junho de 1935, para a promoção do “entendimento de classes”, como pedidos de entrega da sede do antigo Sindicato para o Círculo Operário,

concessão de férias a operários filiados aos Sindicatos reconhecidos, pedido de compra extraordinária feito pelo governo do Estado à Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR), e substituição dos quadros do Círculo; nos anos de 1943-1944 encontram-se respostas dos diretores do CADEM (RJ) para reclamações a eles dirigidas pelo STIEC; Edital de convocações; relações de operários que faltaram ao serviço sem causa justificada; solicitações do STIEC feitas à CCMB, para que tome providências em reclamações feitas por filiados; envio de cópias de manifestos à Diretoria da Mina; pedidos de desconto do imposto sindical e de melhorias salariais; Depoimentos-queixa de operários filiados ao Sindicato; dissídio coletivo e manobras do CADEM contra os trabalhadores e o Sindicato. Também há informações sobre matrículas gratuitas em colégios; sobre a Sociedade Cooperativa de Consumo dos trabalhadores; comunicados de deliberações em Assembleias e sobre a Enchente de 1941, bem como providências tomadas pela empresa e pelo CADEM quanto ao enquadramento dos Sindicatos no Esforço de Guerra e a Coordenação de Mobilidade Econômica; salários adicionais e matéria da Folha da Tarde sobre redução dos salários e movimento grevista encaixado pelo STIEC; consulta sobre a alimentação adequada fornecida pelas empresas; sobre a suspensão de Doralino Rodrigues e movimento grevista daí derivado; pleitos por fornecimento de luz aos trabalhadores do subsolo; quedas na produção do carvão e a incapacidade do Sindicato dos Trabalhadores da Extração do Carvão de São Jerônimo em manter a disciplina e fazer os operários comparecerem ao trabalho, conforme visão do CADEM. Entre os anos 1945-1950, as Cartas dos Sindicatos fazem referências, dentre outras, ao dissídio coletivo dos Comerciantes de Porto Alegre; considerações feitas pela Matriz do Consórcio acerca do Sindicato dos Mineiros, considerando-o inimigo das empresas; faltas ao serviço e pedidos de listas de operários para as Minas; aulas de alfabetização promovidas pelo STIEC; delegações de representação sindical e realocação de funcionários, devido a mudança de função, e fornecimento de Boletins dos mineiros. Do mesmo modo, há menções ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT); exigências feitas em greves; tabelas de aumento de salários e de preços do carvão vendável; lista de empregados da CCMB que se destacaram nas greves dos dias 3 de janeiro e 30 de janeiro de



1946, com seus nomes e dados sobre eles; cartas codificadas sobre os assuntos do Sindicato, intercambiadas entre o CADEM e as empresas consorciadas; aumento do preço do carvão no pós II Guerra Mundial, e Circular do STIEC. Na década de 1950, o conjunto documental propicia informações como correspondências entre a Delegacia Regional do Trabalho e o STIEC, sobre trabalho de menores na mineração de superfície; pronunciamento do Sindicato ante a Câmara Estadual, sobre o abandono dos mineiros frente ao poder público, denunciando o não cumprimento da legislação trabalhista; promulgação de Decretos, Decretos-Lei e Leis, com considerações de seus efeitos jurídicos; cartas enviadas ao governador de Santa Catarina, tratando do papel desempenhado pelo Estado no desenvolvimento nacional, vinculando a indústria de extração de carvão mineral com as indústrias siderúrgicas e de energia elétrica; numerário para demissões e redução de mão de obra; violação de acordo de greve e considerações sobre os “agitadores” ferroviários, o Pessoal do “Leopoldo”, palavra cifrada usada pelo CADEM em suas correspondências para se referir ao Sindicato e aos comunistas, e o líder comunista Procópio Vieira Farinha, agente da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VRGS) na Estrada de Ferro Jacuí (EFJ), militante do PCB, líder grevista em movimentos de ferroviários e de mineiros que foi preso no ano de 1964 após a deflagração do golpe civil-militar. Já na década de 1960, as Cartas dos Sindicatos possibilitam encontrar dados como carta do Departamento Legal do CADEM, sobre rescisões contratos de trabalho de empregados com mais de um ano de serviço e o papel de assistência do Sindicato; sugestões do STIEC para que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC) adquira o Hospital Sarmiento Leite; Programa de Casa Própria, proposto pelo Sindicato ao CADEM e ao Governo Federal, com os pedidos de operários ao presidente do Sindicato para adesão ao plano de compra da casa própria; acordos feitos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), como a Revisão de dissídio coletivo, no Processo TRT 1.136/66; Termo de acordo coletivo de trabalho feito entre o STIEC São Jerônimo, a COPELMI e a Carbonífera Alencastro e alterações de Portarias da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN), dentre outras temáticas e assuntos que podem ser encontradas neste conjunto documental.

- *Acordos*

Neste conjunto documental encontra-se o Acordo entre o CADEM e o Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas de São Jerônimo, do ano de 1937, para a melhoria das condições de trabalho; Acordo entre o CADEM, as Companhias consorciadas e o Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Carvão (STIEC), do ano de 1954, para reajuste salarial; Termo de Acordo, do ano de 1956, entre os Sindicatos das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre de Porto Alegre e de Rio Grande e demais Federações e entidades sindicais, sobre soldadas e salários; Bases de Acordo celebrado entre a Federação do Sindicato dos Armadores e dos Sindicatos de Classe das diversas categorias de marítimos, do ano de 1959.

- *Editais de Convocação*

Este conjunto documental reúne o Edital do STIEC para a realização de Assembleia Geral Extraordinária, do ano de 1951, para a discussão das pautas de entrega do Memorial das condições de trabalho dos mineiros ao presidente da República e a pauta sobre Acordo para os pagamentos em atraso do acréscimo de horas extraordinárias; Edital, do ano de 1952, onde o STIEC convoca seus associados para as eleições para renovação da Diretoria, para a reorganização da Cooperativa de Consumo e para a Assembleia Geral Extraordinária, que tem como pautas o salário mínimo, o abono de Natal e a rebaixa de 20% nos gêneros de primeira necessidade; Edital do ano de 1956, convocando para Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária e Edital de convocação da COPELMI, do ano de 1980, para a eleição de representação dos empregados da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA.

- *Circulares*

Abrangendo informações entre 1949-1951, encontra-se a Circular nº 5/49, do Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial e Lacustre de Porto Alegre para seus associados; Parecer do advogado do CADEM sobre o aumento de salários estipulados na Portaria 5/49; Portaria nº 55, de 8 de julho de 1949, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC); situação da navegação e dos marítimos, especialmente no pós-Segunda Guerra Mundial, e consulta jurídica sobre aumento salarial dos marítimos.

• *Memorial/Relatório de condições de trabalho*

O Memorial/Relatório abrange dados entre 1937-1949, reunindo o Memorial/Relatório enviado pelo CADEM ao presidente da República, no ano de 1945, onde detalha os serviços de assistência social prestados pelo Consórcio nas Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, Carbonífera Rio Grandense e Carbonífera Minas de Butiá; correspondência expedida pelo CADEM à Divisão de Higiene e Segurança do Trabalho, na qual envia as relações de obras sociais realizadas nas empresas administradas pelo Consórcio; Parecer emitido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e enviado ao presidente do CADEM, sobre impressão de visita feita pelo órgão às instalações das empresas de mineração consorciadas; comunicados da Sociedade Recreativa União da Várzea para a direção do CADEM, informando sobre a finalização das obras do edifício da nova sede da Sociedade; carta do CADEM para Alexandre Marcondes Filho, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, confirmando a proposta do Consórcio para custear despesas de estudos e trabalhos científicos para beneficiar a saúde dos operários; e cópia do Memorial sobre o Desenvolvimento e as Condições de Trabalho nas Minas de Carvão, enviado pelo Sindicato ao Ministro do Trabalho.

• *Relações de Associados*

Entre os anos de 1944-1975, a tipologia constitui-se de relações dos associados do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), empregados na CCMB e na COPELMI, para efeitos de descontos em folhas de pagamento, com seus nomes, quantias e observações.

• *Relações de Associados – Seguros de acidentes de trabalho*

As relações nominiais de associados do STIEC que possuem Seguro de Acidente Pessoal abrangem o período 1964-1965, e nelas encontram-se, além dos nomes dos empregados, os seus números de chapa e os valores por eles pagos.

• *Imposto Sindical*

Neste conjunto documental, estão reunidas as relações do imposto

sindical cobrado nas folhas de pagamento das empresas, com os nomes dos empregados e os valores debitados; as relações de descontos de empregados do CADEM, contribuintes do imposto sindical para o Sindicato dos Práticos, Arrais e Mestres de Navegação Lacustre no Estado do Rio Grande do Sul; as relações de descontos de imposto sindical para o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul, debitados aos engenheiros-chefe das Companhias consorciadas, abrangendo o período 1947-1960.

• *Carteiras de filiação sindical*

Constituem-se em carteiras de filiação ao Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração do Carvão (STIEC), com os nomes, fotos em algumas delas, cargo ou função e número de matrícula sindical dos associados.

• *Recibos/ descontos /orçamentos*

Abrangendo as décadas de 1940 a 1960, nesta tipologia encontram-se informações variadas, como as encontradas nos recibos/termos de alteração de contrato de trabalho, sobre as horas extraordinárias em conciliação com a Justiça trabalhista; lista de descontos em folha efetuados pelo STIEC, do ano de 1960, para auxílio aos flagelados do Nordeste; descontos e recibos de 50% decorrentes de aumento salarial resultante da revisão de dissídio coletivo proposto pelo STIEC, conforme determinação do juiz-presidente da Junta de Conciliação e Julgamento; recibos de descontos em folha de donativos para operários, feitos por colegas associados ao Sindicato; recibos de quitação e termo de alteração de contrato de trabalho; resumos de orçamentos para a construção da sede do Sindicato, do ano de 1945.

• *Autorizações de medicamentos*

Do ano de 1982, são autorizações dadas pelo STIEC para o fornecimento de medicamentos aos seus associados, constando seus nomes e números de chapa.

• *Registros de eleições da Comissão Interna de Acidentes de Trabalho (CIPA)*

Confeccionada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de

Extração do Carvão (STIEC), no ano de 1972, a folha de Registro dos operários que votaram na eleição dos representantes dos empregados da Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI, para a Comissão Interna de Acidentes de Trabalho, contêm os números de ordem e as assinaturas dos votantes.

• *Rescisões de contratos de trabalho*

Abarcando o período 1970-1974, as rescisões de contratos de trabalho, acompanhadas de recibos, contêm os dados da empresa empregadora e os dos empregados, como os seus nomes, cargos, datas de admissão e desligamento, maior remuneração, datas do aviso prévio, discriminação das verbas pagas e dos descontos, como INPS e imposto sindical.

**Dossiê Comunicações/Divulgação/Publicações**

O Dossiê reúne material atinente às atividades de diversos Sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão (STIEC), Sindicatos dos Armadores Fluviais e Lacustres e o dos Estivadores de Porto Alegre, e suas relações com o CADEM e as empresas consorciadas, órgão governamentais, partidos políticos, e relações intersindicais. Nesse sentido, dentre as informações que podem ser consultadas neste conjunto documental, menciona-se cópias de publicações no Diário Oficial sobre “A necessidade da sindicalização”, do ano de 1937; Estatutos do Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas do Município de São Jerônimo (fundado em 1º de janeiro de 1933), publicados no ano de 1936 e anexos em cadernetas de associados; Regulamento Interno do Sindicato dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, do ano de 1947; cartilha “Liga de Defesa Nacional – A Quinta Coluna contra o Corpo Expedicionário”, publicação do STIEC para associados; cartilha “*Últimas transformaciones de la legislación del trabajo en Francia*”, impressa em Montevideu no ano de 1938; cartilha do Dissídio Coletivo promovido pelo STIEC contra o CADEM, do ano de 1943, que é uma publicação do Consórcio com fotos sobre as sociedades recreativas e serviços de assistência social das empresas consorciadas; regulamento do imposto

sobre vendas e consignações, do ano de 1938, da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul; legislações sobre o salário mínimo (Decreto nº 35450, de 1954); pagamentos de fornecimentos de carvão nacional para as estradas de ferro de propriedade da União, como a Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ); Ata de julgamento da Comissão de Conciliação de Assuntos Trabalhistas, do ano de 1955; Regulamento interno para os operários da CEFMSJ, do ano de 1925; convocações sindicais para Assembleias para a luta pelos direitos dos trabalhadores; panfletos para eleições sindicais, com nominatas da diretoria e Conselho Fiscal; correspondências enviadas pelas empresas à Agência Porto Alegre do CADEM, informando sobre a distribuição feita pelo Sindicato de propagandas nas Minas; programas de candidatos às eleições sindicais, como o de José Francisco Corrêa; Panfleto do Programa Revolucionário da Frente Democrática de Libertação Nacional, de 1950; convite do STIEC para homenagem a José Diogo Brochado da Rocha, militar e político, que foi, entre os anos de 1944-1945, diretor da VFRGS; requerimentos para descontos em folha e cartazes da Cruz Vermelha Brasileira, Filial RS, em função da II Guerra Mundial. Recortes de jornais sobre a Mesa Redonda do Carvão Nacional, e temas como os resultados de eleições, dissídios coletivos, greves, repouso semanal remunerado e falta de pagamentos de salários aos mineiros; Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP) dos Serviços de Mineração; Termelétricas; os mineiros, o CADEM e a Intervenção Federal; energia elétrica; apresentação de Relatórios do STIEC; Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS); nomeações de Ministros do Trabalho e aprovações de regimes de trabalho, e as condições de vida nas minas, podem ser encontrados neste Dossiê que integra o Fundo Sindicatos.

### **Dossiê Reivindicação salarial/Intervenção Militar**

Neste conjunto documental tem-se a relação entre os CADEM, as Companhias consorciadas e os Sindicatos com a Intervenção Militar nas minas, devido a sua qualificação de “interesse militar” e relevante contribuição para as atividades industriais do “Esforço de Guerra”. Nesse sentido, o Dossiê proporciona informações como: Avisos feitos pelo

CADEM, tratando de aumentos de salários com base nas tabelas organizadas pelo Interventor Militar nas minas; cartas da Matriz do CADEM para o Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, sobre as instruções dadas por ele ao Comando da III Região Militar (III RM); recortes do Diário Oficial da União (DOU), de maio de 1945, com as instruções que regulam as atribuições do Interventor Militar junto às Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera de Minas de Butiá, e a Companhia Nacional de Mineração e Força (CNMM), e com o Decreto Lei (DL) nº 13.357, do presidente Getúlio Vargas, declarando as Companhias consorciadas como de “interesse militar”, e estabelecendo a Intervenção Militar nas mesmas, assim como o DOU de setembro de 1945, com a Portaria de 9 de agosto deste mesmo ano, na qual o Ministro da Guerra manda cessar a Intervenção Militar naquelas Companhias; cópias de legislações várias, como o DL nº 4937, de novembro de 1942, que assegura o pleno funcionamento dos estabelecimentos fabris militares e civis, produtores de materiais bélicos, bem como cópias de Avisos do Ministro da Guerra ao presidente do CADEM. Dados informativos sobre as Minas de São Jerônimo e as de Butiá, os Escritórios nas Minas e nas Agências de Porto Alegre e Rio Grande, na subagência Pelotas, nos Porto do Conde e Charqueadas, o Cabo Aéreo e o Estaleiro Mabilde; demonstrativos de aumentos de salários em junho de 1945 e Aviso sobre Tabela de aumento salarial em vigor desde 1º de maio de 1945; cópias de cartas do Interventor Militar Capitão José Maria Bastide Schneider ao CADEM, com anexos de tabelas de vencimentos dos engenheiros-chefe, funcionários e operários das Companhias, da Agência de Porto Alegre, do Estaleiro Mabilde e do próprio CADEM; tabelas de preços de empreitadas e serviços de operários no subsolo e na superfície, intituladas como “Fiscalização de Serviços”, nos demonstrativos de ganhos dos operários, assim como considerações do CADEM feitas aos operários e ao Sindicato de pontos relevantes que, conforme o Consórcio estipula em nove itens, devem ser considerados quando dos pedidos de aumento salarial, tais como aluguéis de casas; insalubridade; reclamações de funcionários “vagabundos”; divergências entre os mineiros e a administração das Minas, são temáticas que podem ser encontradas no Dossiê.

**Dossiê Aumentos de Salários (1937)**

O dossiê é formado por uma Pasta de arquivamento original feito pelo CADEM sob o título “Augmento de Salários pedido pelo Sindicato de Mineiros”, principiada em 13 de julho de 1937, contendo informações como: levantamentos de preços de gêneros de primeira necessidade, com tabelas de fornecimentos para trinta dias, dando ênfase ao número de pessoas da família; cópia do Memorial enviado pelo Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas do Município de São Jerônimo ao Ministro do Trabalho Agamenon Magalhães, salientando os seguintes tópicos: como se desenvolve o trabalho nas minas de carvão; as condições de higiênicas; condições de segurança; cumprimento das leis sociais; o problema da habitação e da água; redução do número de anos para a aposentadoria; regulamento do trabalho em mineração, e conclusão, com a enumeração das aspirações mínimas de trabalho pretendidas pelos mineiros. Do mesmo modo, o Dossiê contém Cartas intercambiadas entre a Matriz do CADEM, a Agência Porto Alegre e as Minas, com apreciações sobre o envio de pedidos do Sindicato ao Ministério do Trabalho, aumento de salários e melhorias nas condições de vida nas Minas consorciadas; tabelas de aumento de vencimentos, proposto pelo Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas, para os trabalhadores da Superfície, Subsolo e Administração, dentre outros; listas nominais dos diaristas da Estrada de Ferro Jacuhy (EFJ), de julho de 1937, com os números de chapa, nomes próprios, trabalho/função, diária que recebem e datas de admissão; relações de pessoal com vencimentos de 7\$00 a 9\$00 diários; resumos das folhas de pagamento da CEFMSJ e da CCR; cartas do Sindicato dos Mineiros e Classes Anexas para a Superintendência do CADEM, enviando o Memorial sobre as Condições de Trabalho para obtenção de aumento salarial.



## **9 COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS (COPELMI)**

ENTIDADE COLETIVA

DATAS EXISTÊNCIA: 1946

PRIVADO – PÚBLICO

### **Contexto Histórico**

Constituída em 19 de dezembro de 1946, a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI obteve autorização para funcionar como empresa de mineração pelo Decreto nº 24.115 de 26 de novembro de 1947, tendo por objeto “pesquisas e lavras de jazidas carboníferas em todo o território brasileiro e atividades acessórias e correlatas”, conforme o artigo 1º do projeto de Estatutos apresentado na Assembleia preliminar para a organização da Companhia, realizada em 10 de setembro de 1946. Contando com os nomes de Ademar de Faria, Roberto Cardoso, Luiz Honold Reis e Elias do Amaral Souza em sua primeira diretoria, e estabelecendo sua Matriz na cidade do Rio de Janeiro, em endereço semelhante ao do CADEM e suas empresas consorciadas, a Companhia contou com sócios, acionistas, diretores e engenheiros chefe provindos daquelas empresas. A COPELMI também esteve estreitamente ligada às atividades da Termelétrica de Charqueadas e as da Companhia de Engenharia e Equipamentos – COMPEQUI, desde o início de suas atuações, junto com as Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo e Carbonífera de Butiá, consorciadas no CADEM. Nesse sentido, em dezembro de 1964, com a cessação das atividades do Consórcio, e o consequente término da comunhão de lucros e perdas existente, desde 1936, entre a CEFMSJ e a CCMB, a COPELMI incorporou estas Companhias, ficando responsável por todos os atos anteriormente praticados pelo CADEM no que se refere ao comércio e à indústria de mineração de carvão.

## **Entidades relacionadas**

- Consórcio Administrador Empresas de Mineração CADEM
- Companhia Carbonífera Rio Grandense (CCR)
- Companhia Carbonífera Minas de Butiá CCMB
- Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (C.E.F.M.S.J.)
- Companhia Minas de Carvão do Jacuhy (CMCJ);
- Sociedade Anônima Lloyd Brasileiro;
- Governo Federal - Domínio da União - Serviço Regional no Estado do Rio Grande do Sul;

## **9.1 FUNDO 09 Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais – COPELMI**

**BR RSMC 09**

**NÍVEL: SUBFUNDO**

**DATAS BALIZAS: 1956 – 1995**

**VOLUME: 0,36 ML**

### **Conteúdo Geral do Fundo**

O Fundo Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais esta constituído de documentos que abarcam o período 1956 – 1995, e possuem informações relacionadas à Companhia de mineração. Os documentos revelam as diferentes atividades administrativas e fins do processo de exploração carbonífera da região do Estado do Rio Grande do Sul, ao longo deste período.

### **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

O fundo foi estruturado em séries e subséries documentais. Tais divisões abrangem, em grande parte, as funções e estruturas existentes

de atuação da empresa, sobretudo no que tange aos setores administrativo, contábil e de uso e Exploração carbonífera. A estrutura interna consta de doze (12) Séries documentais: Secretaria (Administrativo); Seção de Pessoal; Assistência Social; Comissão Do Plano Do Carvão Nacional (CPCAN); Escritório Técnico; Departamento Jurídico; Escritório Comercial; Exploração/ Produção e Movimentação do Carvão; Escritório Almojarifado; Minas do Recreio; Companhia Agropecuária Butiá; Cooperativa de Consumo Minas de Butiá. Quadro de Arranjo (ANEXO B).

## **9.1.1 Series documentais**

### **09.01 Série Secretaria (Administrativo)**

**BR RSMC 09.01**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1956 – 1971**

**VOLUME: 1,44 ML**

Constituem a Série Secretaria as seguintes tipologias:

#### **• *Atas de Reuniões***

Encontra-se nesta tipologia a seguinte documentação: Atas da Assembleia Geral Extraordinária da COPELMI, de 17 de março de 1956; Atas da Associação Comercial de Porto Alegre; Ata da Assembleia Geral de constituição da Transporte Sul S.A. – Transportadora de Valores, do ano de 1966; Atas de reuniões do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), do ano de 1969; Atas da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), dos anos de 1972-1974.

#### **• *Cartas / telegramas***

As Cartas e Telegramas compreendem as décadas de 1960 a 1990, com intercâmbios de informação entre a COPELMI, as empresas consorciadas, o Porto do Conde, e diferentes instituições, associações e órgãos governamentais, as últimas arquivadas nas pastas de “Correspondência recebida de Diversos”, como, dentre outras, a Associação

dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); Departamento dos Correios e Telégrafos; Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); Viação Férrea do RS (VFRGS); Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA); Serviço do Transporte de Carvão (STC); Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Habitação; Secretaria de Estado dos Negócios de Energia e Comunicações; Comissão do plano do Carvão Nacional (CPCAN); Departamento de Ordem Política e Social (DOPS); Termelétrica de Charqueadas (TERMOCHAR); Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE); Fornecedores vários; Sindicato Nacional da Extração; Escola de Engenharia de Pernambuco (Departamento de Estágios); FIERGS (Escola Técnica Parobé); Ginásio Estadual de Charqueadas e Ginásio Estadual Alberto Pasqualini; Serviços Telefônicos Retomados (sob administração da Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações - CRT ); Hospital Sarmento Leite; ICARGS (Instituto dos Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul); IPESUL (divisão gaúcha do Instituto de Pesquisas e Ciências Sociais - IPES); Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERS); Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC); Lar São Domingos; Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos. Com temáticas diversas reunidas neste conjunto documental, salientam-se, a título exemplificativo, as seguintes: Ciclos de Estudos para a Segurança Nacional e para a divulgação dos conceitos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), promovidos pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG – Departamento Regional do Rio Grande do Sul, a cooperação das empresas para a realização dos Ciclos, bem como a entrega de diploma feita pela ADESG ao CADEM em reconhecimento aos “serviços relevantes prestados no ano de 1964”; seguimentos das visitas feitas ao Rio Grande do Sul dos presidentes do Plano do Carvão Nacional, secretário de Energia e Comunicações e diretor presidente da CEEE, dentre outros; envios de palavras de código para cifrar as correspondências, e cartas e telegramas com conteúdo cifrados; operação e manutenção da Estrada de Ferro Jacuí, assim como as tratativas e ações efetuadas para a substituição da malha ferroviária pela rodoviária; doações de terrenos ao IAPETC; reclamações de Sindicatos; acidentes nos Poços de extração e nas dependências das Minas; Termelétrica de Charqueadas -TERMOCHAR, e Usinas do Gasô-

metro e de São Jerônimo; para alteração da denominação e dos objetivos da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) e Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), que passaram a se denominar, respectivamente, como Companhia Reja Administração e Participações e Luisiânia Administração e Participações S.A.; empréstimo compulsório em favor das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRÁS; demissões nas Minas de Butiá e ampliação da TERMOCHAR; inspeção dos paióis da COPELMI em Charqueadas e Butiá; registros da empresa na III Região Militar; festividades e programações para a Semana da Pátria, dos anos de 1969 e 1970; requerimentos de renovação de registros de explosivos; pedidos de atestados de idoneidade; pedidos de informações sobre processos de lavras; solicitações de atendimento feitas à Secretaria de Obras Públicas e Saneamento, o ano de 1995; telegramas expedidos no Centro Telefônico Butiá; cartas contendo legislações de Guerra a elas anexadas; fornecimentos e descontos ao IAPETC; listas de descontos de vales de tómbolas de Natal para funcionários da TERMOCHAR; encontro de contas entre a COPELMI e a Rede Ferroviária Federal (RFFSA); informações prestadas ao presidente da CPCAN sobre o consumo de carvão (quotas); limite de entregas por estoque máximo e retificação da quantidade de toneladas, e majoração preços da energia da TERMOCHAR; certidões por tempo de serviço; congratulações feitas a COPELMI pelo exercício de atribuições antes pertencentes ao CADEM, cuja extinção se deu em dezembro de 1964; pedido de comunicação de mudança de razão social da empresa aos Correios e Telégrafos; envio de relatórios e resultados de sondagens; listas de operários aos quais entregar carteiras de trabalho e apresentação de operários que irão trabalhar na conservação da via permanente da Estrada de Ferro Jacuí (EFJ), no Porto do Conde; porte de armas no trabalho; racionamento de luz; premiações para funcionários que trazerem operários para trabalhar no subsolo; Secretaria provisória do Sindicato, visando eleições e defesa antitrustes; verificações nas dependências da Mina, feitas pelos Sindicatos; informações sobre o Esforço de Guerra, como dispensas feitas pelo Ministério da Guerra, denúncia de operário da CCMB, Parecer sobre faltas ao trabalho, recrutamento militar, denúncias de operários perante o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), equiparação de operário e sentinela, e despachos do Ministro do Trabalho. Também podem ser en-

contrados convites coletivos feitos pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dados sobre o Movimento Unificador dos trabalhadores – MUT, visto pelas empresas como sendo para operários “fracos de espírito e imbecis”.

• *Guias/Memoriais de Remessa de Correspondência*

Reunindo documentação entre os anos de 1966-1993, nesta tipologia se encontram as Guias de Remessa de Correspondência enviadas pela COPELMI, especificando para qual local o Escritório de Butiá remete as missivas, suas quantidades e espécies, e os nomes dos destinatários. Também constam o Memorial com o controle de correspondências enviadas, acompanhado de agenda e diários de ocorrências e acontecimentos na empresa.

• *Inventários de bens móveis e imóveis*

Inventário da COPELMI-Charqueadas, referente aos Escritórios Comercial e Técnico, Laboratório, Balança, Oficina, Almoxarifado e seu Depósito, Diretoria, Residências de funcionário e professoras e ambulatório do Serviço Social da Indústria (SESI). Também constam os bens móveis e imóveis da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB) no mês de dezembro de 1964; ativo imobilizado na COPELMI-Charqueadas em dezembro de 1969, acompanhado de plantas da Companhia Agropecuária Butiá (área do Poço R2), área adquirida de Antônio Luiz de Carvalho, em Butiá, e planta da Oficina (modificada).

• *Minutas - Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)*

Referentes aos anos de 1968-1971, as Minutas de Requerimentos são dirigidas pela COPELMI e pelas Companhias Reja Administração e Participações (ex CCMB) e Luisiana Administração e Participações S.A. (ex CEFMSJ) à direção do Departamento, tratando-se de solicitações diversas, como desistências de autorizações e dilatação de prazos para início de lavra de jazida, acompanhadas de cartas com apreciações das medidas solicitadas pelas empresas e os impactos de suas adoções pelo Departamento Nacional de Produção Mineral.

## 09.02 Série Seção Pessoal

**BR RSMC 09.02**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1965 – 1992**

**VOLUME: 1,92 ML**

Constituem a Série Seção Pessoal as seguintes tipologias:

### • *Cartas*

Nesta tipologia encontram-se, especialmente, as correspondências recebidas e emitidas para a Matriz, a Agência de Porto Alegre da COPELMI, e para os demais departamentos e seções da empresa por sua Seção de Pessoal, fornecendo dados tais como: avisos de pagamentos de salários e 13º salário; estimativas de despesas com programa de redução de mão de obra e sua mecanização; concessão de férias para empregados do escritório; relações de faltas de operários do subsolo e da superfície; pagamentos de salários para operários do Poço R2; respostas a correspondências sobre como proceder ao transporte de acidentados graves; comunicados sobre antecipação de descanso semanal remunerado; solicitações de providências devido a faltas disciplinares; correspondências com o IAPETC; informações sobre empregados à Delegacia de Polícia de Minas do Butiá.

### • *Requerimentos Funcionais*

Compreendendo o período 1965-1971, os Requerimentos contêm dados sobre solicitações de rescisões de contratos de trabalho e indenizações; adiantamentos de 50% sobre o 13º salário; transferências, férias e concessão de férias vencidas para realização de tratamento de saúde.

### • *Folhas de pagamento*

Compreendendo o período 1964-1972, esta tipologia reúne os resumos das folhas nas folhas de pagamento de operários e da Administração; demonstrativos de contribuições para o INPS descontadas na folha de pagamento suplementar de novembro de 1973; folhas de pagamento ao pessoal da extinta Caixa de Aposentadoria e Pensões (CAP),

e ao pessoal pertencente ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), no ano de 1965; folhas de pagamento da COPELMI, constando o nome do funcionário/operário, sua chapa, número de dias, jornal, diaristas e mensalistas, tarefeiros, gratificação de função, empreitadas, extraordinários, adicionais de hora noturna e insalubridade, repouso semanal remunerado, salário enfermidade, férias, totais ganhos e descontos (imposto de renda, INPS e sindicatos).

• *Contracheques*

Os contracheques são fichas dos anos de 1968-1971, nas quais tem-se os nomes e números de chapa dos operários, os encargos sociais debitados, descontos, saldos parciais de salário família e saldos totais.

• *Cartões/Livros ponto*

Cartões Ponto com o nome do funcionário e a atividade por ele praticada na empresa, pertencendo, em sua maioria, a mineiros. Entre os anos de 1964-1966, tem-se os Livros Ponto do pessoal e do pessoal sem chapa, com seus nomes, funções e observações.

• *Controle de Pessoal*

Nesta tipologia encontram-se informações diversas, como as seguintes: demonstrativos de pagamentos realizados pelo escritório das Minas do Leão, relativos a trabalhos em escavadeiras, a serviço do CADEM e da COPELMI, nos anos de 1961-1965; fichas e cadastros de operários admitidos e dos que são candidatos a emprego; relações de operários desligados, faltas ao trabalho por acidentes de trabalho e pagamentos de salário doença; demonstrativos e autorizações de operários que voltaram ao trabalho; registros de insalubridade e relações de acidentes de trabalho; adiantamentos salariais e contribuições para o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); atestados de tempo de serviço, contribuição para a Previdência e de férias vencidas para tratamento de saúde; rescisões de contratos trabalhistas; tabela de horas extras, reajustes salariais, controle de férias, cálculos para indenizações e de operários que trabalham domingos e feriados; relação de nomes



de operários, função e jornal, constando, além destes dados, filiação, cor e data de nascimento; relação de operários da mão de obra fora da folha e do quadro; rotatividade de empregados da COPELMI Butiá e Charqueadas, constando as admissões, desligamentos (aposentadoria, falecimento, demissão voluntária, despedidos, acordos de trabalho, transferências para Charqueadas); listas de empregados em atividade no ano de 1966; relações de operários que trabalham na Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI) e nas sondagens; demonstrativos de despesas de mão de obra com a produção e a expedição de carvão, especificando salários, encargos sociais, FGTS, e imposto sindical, dentre outras.

• *Registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)*

A tipologia consta de fichas que contêm o nome do trabalhador, data da admissão e da sua opção pelo FGTS, junto com a função desempenhada na empresa, tempo de serviço, salário e indenização. Encontram-se, do mesmo modo, as Declarações de Opção pelo Regime do Regulamento do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 59820, de 20 de dezembro de 1966.

• *Declarações de opção (salário família)*

São Declarações de operários, para pagamento do Salário Família, dos anos de 1965-1974, constando seus nomes e números de chapa, de que seus filhos menores estão vivos e residindo em suas companhias, trazendo os endereços completos dos trabalhadores, suas assinaturas e o primeiro nome dos filhos.

• *Guia de recolhimento IAPETC/INPS*

Compreendendo o período 1965-1974, a tipologia reúne Guias de Recolhimento de Acidente de Trabalho de trabalhadores do Porto do Conde, com suas atividades, classe a que pertencem, totais de empregados, remuneração e prêmios, e Guias de Recolhimento de contribuições ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas (IAPETC) e ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com a identificação dos segurados, salários de contribuição e salários família pagos. O INPS foi criado no ano de 1966, devido à reformula-

ção da Previdência Social feita na ditadura civil-militar, na qual todos os Institutos de Aposentadoria foram fundidos no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

• *Ficha de análises de acidentes (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA)*

Abarcando os anos de 1971-1972, as Fichas de Análise da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes trazem os dados da empresa e os nomes dos acidentados, com suas idades, ocupações, e departamento e seção em que trabalham. No campo destinado à descrição do acidente, consta a parte do corpo atingida e informações do Encarregado da Comissão, assim como o diagnóstico da lesão, a investigação do acidente, assinada por membro da CIPA, e as Conclusões da Comissão.

### **09.03 Série Assistência Social**

**BR RSMC 09.03**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1963 – 1992**

**VOLUME: 1,56 ML**

Constituem a Série Assistência Social as seguintes tipologias:

• *Cartas*

Correspondências no período 1965-1971, trocadas especialmente entre organizações, associações e agremiações, como a Associação Atlética dos Escritórios da COPELMI, fundada em 20 de abril de 1965, e Associação Esportiva dos Funcionários da COPELMI, fundada em 09 de agosto desse mesmo ano; Grêmio Esportivo Tiradentes; Associação dos Funcionários da Aços Finos Piratini; Sociedade Recreativa e Sociedade dos Veteranos do Porto do Conde; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Extração do Carvão (STIEC); Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Saudades do Pago; Butiá Futebol Clube (B.F.C.); Cooperativa Futebol Clube (agremiação da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores de Minas do Butiá), contendo informações e documentos anexos às missivas, tratando, dentre outras, sobre: Regulamentos do Grêmio Es-

portivo Tiradentes; Torneio Farroupilha e Torneio do Dia do Trabalhador, em 1970; campeonatos de futebol de salão; despesas com festividades; eleições de diretorias; relações de jogadores e de admissões de novos sócios no B.F.C.; Atas da Associação Atlética dos Escritórios e o campeonato interno dos funcionários do Poço 1, Taça Anselmo Pereira, são algumas temáticas que podem ser encontradas nas Cartas da Assistência Social do Fundo COPELMI.

### ***Subsérie Saúde***

#### ***• Atestados médicos***

Entre os anos 1967-1982, há atestados do médico da empresa de afastamento para tratamento de saúde, estipulando os dias de afastamento e a data de retorno ao trabalho, assim como atestados de faltas ao trabalho por enfermidade.

#### ***• Prontuários***

Compreendendo as décadas de 1970 e 1980, nos Prontuários podem ser acessados dados como a identificação do operário – nome, chapa, data de nascimento, sexo, estado civil, data da admissão na empresa, endereço, cargo ou função –, data do atendimento, queixas, prescrições e observações.

#### ***• Fichas de controle de atendimento ambulatorial (SUS)***

Abarcando as décadas de 1980-1990, são fichas do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SAI/SUS-RS), com a identificação do paciente, tratamento/descrição dos procedimentos e diagnóstico com o Código de Identificação da Doença (CID).

#### ***• Fichas de acidentes de trabalho***

Nas fichas de acidentes de trabalho, do período 1966-1989, podem ser acessados os nomes e números de chapa dos acidentados, data e hora, horas de trabalho, data da alta, dias perdidos no trabalho, local do acidente, sua causa e natureza, e função desempenhada na empresa pelo acidentado.

- *Registros de acidentes de trabalho (CIPA)*

Abarcando os anos 1971-1974, os registros de acidentes de trabalho da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes estão reunidos em um Livro manuscrito da CIPA COPELMI/Butiá, constando os números de chapa dos acidentados, descrição do acidente e do atendimento, e medicamentos aplicados.

- *Guias /Altas /Atestados de acidentes de trabalho*

Este conjunto documental, referente ao período 1966-1989, reúne fichas do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de comunicações de altas de empregados vítimas de acidentes de trabalho, dirigidas à empresa, acompanhadas de fichas de levantamento de acidentes no subsolo e na superfície, com seus totais, e a descrição individualizada dos acidentados (nomes, funções e descrições dos acidentes). Os atestados de acidente de trabalho estão acompanhados de fichas de descrição dos acidentes, com os nomes dos funcionários, fichas de investigação do acidente, feitas pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), e comunicações de acidentes de trabalho, feitas pela COPELMI, solicitando prestação de assistência médica, bem como comunicados de alta emitidos pelo Pronto Socorro Butiá Ltda.

- *Recibos (Hospital de Caridade Minas do Butiá /SESI)*

Entre os anos 163-1966, constam as relações de descontos em folha, com os respectivos Recibos, para o Hospital de Caridade Minas do Butiá, com os nomes e valores dos contribuintes, assim como a relação de descontos em folha para a tómbola em benefício do Hospital.

- *Autorizações de tratamento (UNIMED)*

As autorizações são emitidas pelo chefe da Divisão Administrativa Recreio, da COPELMI, permitindo que a Unimed Jacuí faça a marcação de consultas médicas com especialistas, assim como a realização de exames no Hospital de Butiá, entre 1991-1992.

- *Requerimentos ao serviço do lactário*

Dirigidos por operários da COPELMI ao engenheiro-chefe no ano de 1969, solicitando a concessão de matrículas para seus filhos e filhas no lactário mantido pela empresa.

## *Subsérie Moradia*

- *Fichas de consumo de energia elétrica*

A tipologia é composta por fichas mensais de consumo de energia elétrica nas casas dos trabalhadores, nas quais constam os nomes, endereços, consumos e preço do quilowatt, quota da previdência, imposto único, empréstimos compulsórios e totais.

- *Guias de recolhimento (SESI)*

As guias de recolhimento de pagamentos do financiamento de fogões, feitas ao Serviço Social da Indústria, compreendem o período 1965-1967, nelas constando os nomes, localidades, e as quantias pagas pelos devedores.

- *Recibos (aluguéis, energia elétrica)*

Compreendendo os anos 1965-1967, são fichas de recibos da COPELMI, relativas ao consumo de energia elétrica, departamento imobiliário e aluguéis.

- *Controles/Resumos de Produção/Consumo energia elétrica*

No período 1965-1969, nesta tipologia estão reunidas, dentre outros, os controles de zeladoria e luz elétrica para fins de descontos dos empregados e de particulares, no Porto do Conde; resumos de consumo residencial no Porto do Conde e na Estrada de Ferro Jacuí (EFJ); relações de consumidores de luz elétrica em atraso de pagamentos, inclusive os das Minas do Recreio, e resumos mensais sobre energia elétrica por classe de consumidores; relações de medidores elétricos instalados no Porto do Conde, bem como relações de moradores que esperam sua instalação; luz elétrica residencial e taxas fixas com contador de luz, e relações de medidores instalados, com os nomes dos consumidores, endereços e número do medidor; resumos gerais de produção de energia elétrica e de instalações no Porto do Conde.

- *Relações de descontos*

Reunindo informações dos anos 1965-1973, as Relações informam sobre os descontos de prestações de casas e terrenos, e as de despesas com contratos feitos com o SESI e prestações de cobertores, bici-

cletas e máquinas de costura, assim como de refrigeradores, televisores e fogões.

• *Relações de rendas de aluguéis*

A tipologia reúne as relações de rendas de aluguéis de habitações, para fins de recolhimento da contribuição compulsória estabelecida pelos artigos nº 31,32 e 36 da Lei nº 4494, de 25 de novembro de 1964, e ao Banco Nacional da Habitação, no período 1965-1967.

• *Relações de moradia*

Do ano de 1965, consta de relações de casas a disposição do Departamento Imobiliário da CCMB, com os nomes das ruas, numeração dos prédios, ano de construção, e totais de área de madeira e alvenaria em metros quadrados.

### **Dossiê Educação**

O Dossiê contém informações e documentação entre os anos de 1966-1972, mencionando-se, como as solicitações de inscrições para o exame de admissão em curso normal; organização curricular – Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, setor municipal Butiá – Ginásio Professor Alcydes Conter, com os horários de aulas, relação nominal de associados do educandário, empregados do CADEM e COPELMI, relações de descontos de mensalidades feitos no escritório da COPELMI para o Ginásio Professor Alcydes Conter; relação de material escolar transferido do antigo SENAI para o Salão Paroquial, onde se daria a alfabetização de adultos da COPELMI; declarações de escolaridade de funcionários, constando o nome do aluno, nome e local do colégio, última série de estudo completa e ano; cartas e notificações de grupos escolares para o engenheiro-chefe da COPELMI, assim como ofícios da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Cultura; relatório anual do ano de 1966, sobre a Merenda do Grupo Escolar Wenceslau Brás, dentre outras informações.

## Dossiê Desportes

O Dossiê abrange o período 1965-1973, tratando, especialmente, do Butiá Futebol Clube (B.F.C.), com correspondências enviadas por e para o seu presidente, Manoel Batista, pelos seguintes órgãos, instituições e agremiações: Liga Butiaense de Futebol (Enobar Ferreira, Presidente); Brasil Foot-Ball Club (Minas Butiá); Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de São Jerônimo (Sede Central Arroio dos Ratos); Esporte Clube Brasil (Arroio dos Ratos); Federação Rio-Grandense de Desportos - FRGD(Circulares Número 1 e 6/66); Esporte Clube Juventus (Encruzilhada do Sul); Fundação da Agremiação dos Jogadores Veteranos de Butiá; Celupa Futebol Clube (Guaíba); Sete de Setembro Futebol Clube (Alvorada); Sport Clube Americano (Canudos – Hamburgo Velho); Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS); Associação de Educação Católica do RS – Departamento de Auxílios e Subvenções. Documentações e dados como relações de sócios do Brasil Foot-Ball Club, para efeito de desconto em folha feito pelo Escritório Comercial da COPELMI; listas, relações de desconto e recibos das mensalidades de associados do B.F.C., que possui seu Estádio na Rua da Cooperativa, em Butiá; listagem das chapas dos mineiros, com as quantias depositadas por eles para a campanha em benefício do B.F.C.; descontos mensais efetuados para a Associação Atlética Escritórios da COPELMI-Butiá, fundada em 20 de abril de 1965; relações de descontos efetuados em folha em benefício da tômbola do B.F.C.; relação de funcionários que participarão de excursão para disputa de partida de futebol, em Charqueadas, com os jogadores dos Escritórios da COPELMI; constituição da primeira Diretoria e sua nominata da Associação Esportiva dos Funcionários da COPELMI, fundada em 09 de agosto de 1965, bem como rifas em benefício da sua equipe esportiva; correspondências da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), enviadas à diretoria da COPELMI em Porto Alegre; relações de descontos do Butiá Tênis Clube; cartas do STIEC convidando o B.F.C. para as festividades do 1º de Maio; comunicados de desligamento em funções no B.F.C., assim como de concessão de auxílios a este Clube esportivo feitos pela Associação de Educação Católica do RS (AEC/RGS); carta do Grêmio Gaúcho para a

direção da COPELMI/CADEM, solicitando doações de troféus, são algumas das informações que podem ser encontradas neste Dossiê.

### **Dossiê Cultura**

Compreendendo o período 1966-1995, o Dossiê é composto por relação de convidados para a inauguração do posto de saúde em Butiá, no ano de 1972; Relatório das festividades da Semana da Pátria nos anos de 1969 e 1970, período do auge dos Anos de Chumbo no Brasil, com os programas e participações da COPELMI em Butiá e Charqueadas, com fotos; Estatuto (incompleto) do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) "Saudades do Pago", fundado em 2 de janeiro de 1960; listas de contribuições para o CTG Ramiro Barcelos, em Charqueadas e comunicados do CTG Saudades do Pago sobre as pessoas que participarão da direção da Estância e das Invernadas do Rodeio de 1966; folhetos e publicações referentes ao XI Simplório de Educação Ambiental, realizado em Guaíba entre 22-26 de novembro de 1994; regulamento da II Feira Municipal de Ciências, de 1994, realizada em Minas do Leão; fichas de estágio voluntário no Centro de Integração Ambiental da COPELMI, criado em 1994, com lâminas com explicações sobre o projeto.

### **Dossiê Religião**

O Dossiê registra dados entre os anos de 1966 a 1974, contendo relações de descontos e de contemplados na tômbola de Santa Bárbara, descontos em folha referentes a campanha de construção da Igreja Matriz em Butiá, e anotações de sorteios, convites e recibos.

## **09.04 Série Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN)**

**BR RSMC 09.04**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1965 – 1975**

**VOLUME: 0,24 ML**



Constituem a Série Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) as seguintes tipologias:

• *Cartas*

No ano de 1960, em consequência da Lei nº 3.860 de 24 de dezembro, o Plano do Carvão Nacional (PCN) foi revisto, dando lugar ao Plano de Coordenação das Atividades Relacionadas com o Carvão Nacional, com vigência até 31 de dezembro de 1970, ficando instituída, em seu artigo 2º, a Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN) com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira diretamente subordinada ao presidente da República, substituindo, assim, a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN). As competências da CPCAN atingiram largo espectro, cabendo-lhe “regular e supervisionar todas as atividades relacionadas com a pesquisa, lavra, beneficiamento, distribuição, transporte e consumo do carvão nacional” (artigo 3º). A tipologia “Cartas” da CPCAN, do Fundo COPELMI, contém informações do período 1965-1968, reunindo informações como as da Carta Circular da CPCAN – reenviada pela Agência Porto Alegre da COPELMI para a CCMB – para a organização de Cadastro Técnico Geológico das Jazidas Brasileiras de Carvão, acompanhado de Decretos de Autorização de Pesquisas, cópias de cartas ao Ministério das Minas e Energia – Divisão de Fomento da Produção Mineral e ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); correspondências enviadas ao presidente da CPCAN Lauro Cunha Campos, discorrendo sobre os recursos destinados ao carvão nacional, e cartas para a Rede Ferroviária Federal S.A., sobre o financiamento do carvão nacional pelo Banco do Brasil e faturas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS). A Estrada de Ferro Jacuí (EFJ) também se faz presente nas correspondências, como nas da CEFMSJ, entre 1965-1966, informando sobre a documentação referente à operação e manutenção da ferrovia, com comprovantes de subvenções concedidas, demonstrativos de fretes e despesas efetuadas no serviço ferroviário, assim como faturas e demonstrativos enviados à CPCAN sobre a quantidade de carvão mineral fornecido à EFJ e a mão de obra empregada na Ferrovia, respectivamente. Correspondências da ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. para a CPCAN também se encontram nesta Tipologia, como as que

informam a designação de engenheiro pertencente ao quadro funcional da TERMOCHAR para integrar o Grupo de Trabalho instituído pela CPCAN pela Portaria nº 240, de 23 de abril de 1968.

• *Relatórios/Pareceres técnicos*

Compreendendo informações entre os anos de 1960-1975, nesta tipologia tem-se os seguintes Relatórios, Pareceres e Estudos Técnicos vinculados ao Plano do Carvão Nacional, sua Comissão e Grupos de Trabalho: relatório de visita à fábrica alemã; relatório sobre o transporte de carvão das Minas de Butiá e Leão; relatório de análise estimativa de custo de transportes; relatório sobre o Questionário da Mesa Redonda de Carvão – Comissão de Lavra, sobre as atividades da COPELMI; estudo sobre o Coque para consumidores sem produção própria e sobre o Carvão Nacional – Industrialização de seus rejeitos, enviado ao presidente da CPCAN; relatório/estudo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Delegacia em Porto Alegre, apresentado em trabalho do Grupo nº 6 da CPCAN, sobre o desenvolvimento científico e tecnológico na produção de gás de carvão; relatório do Perfil, Localização, Sondagens do CPCAN – 3 – São Paulo; parecer sobre o transporte de carvão minerado nas Minas do Leão, Recreio e Butiá, emitido por Conselheiro da CPCAN encarregado do Grupo de Trabalho designado para encontrar a melhor solução para o problema do transporte do carvão minerado nos Municípios de São Jerônimo e Butiá.

• *Questionários/ Carvão respostas da produção*

Nesta tipologia, do mesmo modo que no Fundo CADEM, e compreendendo o período 1960-1975, encontram-se os Questionários mensais enviados pela CPCAN às empresas para a obtenção de dados de produção, pessoal (pessoal da própria empresa, pessoal de empreiteiros, com as horas extras e normais, com os totais de horas trabalhadas), distribuição por níveis salariais, e adicionais de insalubridade fora das folhas, dentre outros. Os Questionários estão acompanhados de dados levantados pelo Consórcio e pelas empresas para o seu preenchimento, e de Cartas Circulares da Comissão Regional da CPCAN do Rio grande do Sul para o diretor da Ação Social nas Minas em Butiá, com termo de contrato firmado entre eles em anexo à correspondência, assim como

de demonstrativos de adicionais de insalubridade e relatórios do Ginásio Professor Alcides Conter e do Posto de Puericultura.

• *Plano de subvenção (Hospital de Caridade Minas do Butiá)*

A tipologia é composta por documentos referentes ao Plano de Aplicação da subvenção da CPCAN, consignada no Orçamento Geral da União, para recebimentos do Hospital de Caridade Minas do Butiá, enviado pelo presidente do Hospital ao chefe da Administração Regional da CPCAN. Junto ao Plano há requerimentos, atestados, comunicado de recebimento de subvenção pura, única e exclusiva do CPCAN e Plano de Aplicação da verba de NCR\$ 15.000,00.

### 09.05 Série Escritório Técnico

**BR RSMC 09.05**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1964 – 1995**

**VOLUME: 0,48 ML**

Constituem a Série Escritório Técnico as seguintes tipologias:

• *Cartas*

Abrangendo o período 1964-1970, as Cartas do Escritório Técnico da COPELMI reúnem documentação como missivas da CCMB para a Agência Porto Alegre, tratando, dentre outros, de dados estatísticos mensais de Butiá e Charqueadas; demonstrativos de consumo no Almojarifado de Charqueadas e informações sobre operários e empregados. Correspondências da COPELMI, do ano de 1965, com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), sobre análises de carvão mineral, e em 1968 com o Ministério do Exército, Departamento de Produção e Obras - Serviço de Fiscalização, Importação, Depósito e Trânsito (SFIDT) da III Região Militar, com o ofício número 461 – SFIDT / DPO – Circular 29/10/1968, para tomadas de medidas de segurança, assim como o Planejamento e Projeto de instalações da indústria de calcário moído, do ano de 1970.

• *Estudos/Relatórios/Pareceres técnicos*

Abrangendo as décadas de 1940 a 1980, nesta tipologia encontram-se suportes documentais para subsidiar tomada de decisões e planos de ações da empresa em diferentes áreas estratégicas para a consecução de suas atividades fim, como são os relatórios da geologia das jazidas de Charqueadas e Butiá; da lavra de carvão mineral em Triunfo; do planejamento de lavras; custo do transporte rodoviário de Butiá até Charqueadas, via Arroio dos Ratos; Diagnóstico Ambiental da Empresa e do bairro Charrua, feito pelo Centro de Integração Ambiental da COPELMI; estudos sobre o carvão mineral, a fim de aumentar a produção no Estado, e estudos para viagens e percurso de veículos, visando à redução de custos. Feitos na década de 1950 mencionam-se os relatórios de pesquisas de carvão mineral em Bom Jesus do Triunfo, em 1954, e o da lavra de carvão mineral pela COPELMI, do ano de 1958, e durante a década de 1960, encontram-se, dentre outros, os relatórios dos serviços de pesquisa e exploração de carvão mineral em Charqueadas e nas Minas do Recreio, planos de trabalhos de pesquisas; relatórios e análises de Poços de extração; relatórios de ocorrências por falta de energia; estudos realizados no III Simpósio do Carvão Nacional, em Curitiba; transcrição da Conferência “Geologia do carvão no Brasil”; estudo preliminar para implantação de transporte rodoviário de carvão Butiá – Usina do Gasômetro; aquisição de frotas de caminhões, com relatórios do custo com maquinário; estudo sobre a relação de análises químicas e a indústria de cimento; relatórios de pesquisas de carvão em São Jerônimo e Guaíba; resultados das análises de carvão entregue à CEEE-Porto Alegre; relatório de Sistema de Iniciação com explosivos, feito em Charqueadas; reunião do Secretário de Energia com a comunidade de Butiá, em 17 de maio de 1968; relatórios e cronogramas de execução de sondagens, e estudos geológicos da Área Industrial em São Leopoldo. Das décadas de 1970 e 1990, estão reunidos documentos que se referem, dentre outros, ao Boletim do Instituto Tecnológico do Estado (ITE), sobre métodos para estudo e análise de carvão; Relatório de pesquisa de custos para transferência da produção de Butiá para Charqueadas, sem transporte rodoviário de expedição; Relatório da COPELMI/Charqueadas, sobre jazidas, distribuição da produção, carvão entregue na

TERMOCHAR, acompanhado de plantas e croquis; pesquisas e relatório de prevenção de acidentes no subsolo, no Poço Otávio Reis; Memorial de área de pesquisa; estudo sobre as reservas brasileiras de carvão, apresentado em Congresso no México; relatórios de Seminários referentes à administração integrada de materiais e compras; transcrição da palestra sobre o uso do carvão mineral como energético mundial; relatório sobre a redução de custos na Mina do Faxinal, em 1991; Relatório do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), do ano de 1995, sobre prejuízos causados por caturritas, e relatório das obras de construção da fase II da hidrelétrica de Tucuruí, composto por atas de reuniões, pareceres, contratos de compra e venda, equipamentos, aplicações, instruções, relatórios de desempenho, dimensionamento do quadro de pessoal, relatórios de fundições de liga de aço, desenhos de plantas de maquinários, tabelas de prevenção contra incêndios, previsões de consumo de óleo diesel e estudos de áreas para construção de oficinas de pneus.

#### **09.06 Série Departamento Jurídico**

**BR RSMC 09.06**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1955 – 1991**

**VOLUME: 0,96 ML**

Constituem a Série Departamento Jurídico (CPCAN) as seguintes tipologias:

• *Cartas*

Nas Cartas do Departamento Jurídico da COPELMI encontram-se, dentre outras informações referentes ao período 1955-1976, as seguintes: Intimação para defesa em Processo por desrespeito às Normas Gerais do Regulamento do Imposto do Selo (1955-56) na compra de salitre do Chile, pela Fiscalização do Imposto de Consumo; correspondência do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), como a Circular nº 90/65, do Departamento Jurídico do Centro, sobre a

correção de débito fiscal; comunicados da Divisão de Fomento da Produção Mineral à Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ), sobre expedientes do Juizado de Direito; cartas e ofícios do Ministério das Minas e Energia, Seção de Administração do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), endereçados à Companhia Reja Administração e Participações, para que esta apresente Relatórios de Pesquisas; providências a tomar para lavrar Escritura definitiva de doação e em ação contra a COMPEQUI-SESPLAN, movida por vários operários e acordos com proprietários de terrenos; apresentação de defesa da COPELMI ante o DNPM, sobre suspensão temporária de lavra, Transferência dos Direitos e pedidos de desistência de autorizações de lavra; Contratos de compra e venda de imóveis feitos pela Companhia Reja Administração e Participações; rescisões de contratos de compra e venda de imóveis e pagamentos de prestações atrasadas, entre os anos 1974-1976.

• *Processos Judiciais*

Englobando o período 1965-1974, podem ser encontrados na tipologia o Processo movido por operários contra a COPELMI por retificação de funções e também contra empreiteiros da Companhia do setor da Olaria; ocorrências sobre acidentes de trânsito //com vítimas, feitas pela Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, nos anos de 1967-1973; Processo Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) nº 758/74, em reclamatória para indenização trabalhista.

• *Certidões/Declarações/Procurações*

A tipologia reúne documentos entre os anos 1962-1968, referentes a Declarações de inscrição no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DAER) e de propriedade de áreas de terra para pesquisas de carvão mineral, estas acompanhadas de cartas, minutas e plantas; Procuração outorgada pela Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI) a engenheiro da Companhia de Pesquisas e Lavras Mineraias – COPELMI, para venda de embarcação (lancha a motor); Procuração da COPELMI junto ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para recebimento de aposentadoria por tempo de serviço; Certidão de Escritura Pública de doação de terrenos, feita pela Companhia

## Reja Administração e Participações à Prefeitura de Butiá.

### • *Escrituras Públicas*

Reunidas no período 1965-1969, tem-se a Escritura de Desapropriação Amigável, feita entre o Município de Butiá e a Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB), de terrenos, acompanhadas de cartas, recibos, procurações, plantas, desenhos e croquis, referindo-se ao Cemitério de Butiá e à construção de grupos escolares.

### • *Contratos*

A tipologia Contratos abrange documentação do período 1965-1991, sendo integrada por: Contrato de Compromisso de Compra e Venda entre a Loteadora Charrua e as Companhias Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) e Reja Administração e Participações; Termo de Transferência, Certificado do Registro de Imóveis e Contratos de Compra e Venda da Companhia Reja Administração e Participações; ofertas de vendas de glebas de terras na Lagoa do Peixe, em Mostardas, para a Companhia Indústria Salineira Rio-Grandense (COIRG); Contrato de compra e venda de cobertores de casal e de solteiro entre empregados da COPELMI e o Serviço Social da Indústria (SESI) – Departamento Regional, bem como descontos em folha por compra de refrigerador; Contratos de empreitadas; Contrato Social de constituição da Sociedade Ernesto Maraschin & Filhos Ltda., empresa de transporte de passageiros individual, taxi e transporte de cargas; Contrato de prestação de Serviços Médicos entre a COPELMI e a UNIMED Jacuí – Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.; relação das comunicações entregues ao Cartório de Registros de Títulos e Documentos, em Butiá, pela Companhia Reja Administração e Participações; Contrato de Promessa de cessão de exploração de jazida de calcário na Chácara do Cotovelo, em Bagé.

### • *Requerimentos*

Compreendendo documentos entre os anos 1958-1969, compõem esta tipologia, dentre outros, os Requerimentos feitos pela COPELMI ao Ministério da Agricultura para prova de capacidade financeira e à Divisão de Fomento da Produção Mineral, acerca do início de trabalhos em

pesquisas e dando ciência do recebimento de expedientes do Juizado de Direito; pedidos de suspensão temporária e de desistências de autorizações de lavras de jazidas; apresentação de relatórios sobre trabalhos executados em áreas de concessão, ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); requerimentos ao Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) de serviços de mineração na Rodovia Porto Alegre-Uruguaiana – BR 37; Requerimentos à Alfândega de Porto Alegre, sobre imposto do selo e empreiteiros da Companhia.

• *Legislação*

Integram a tipologia Legislação do Departamento Jurídico da COPELMI, o Código Tributário (Lei nº 38, de 30 de outubro de 1965); Lei municipal de São Jerônimo (Lei nº 59, de 15 de dezembro de 1969), autorizando empréstimos entre o Poder Executivo e a COPELMI; Decreto Lei nº 1985, de 29 de janeiro de 1940 que dá nova redação ao Código de Minas; Código de Minas (Decreto Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967); aprovação do Regulamento do Código de Mineração (Decreto Lei nº 62934, de 2 de julho de 1968); Lei nº 5824, de 14 de novembro de 1972, que dispõe sobre o empréstimo compulsório em favor da ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

• *Pareceres Jurídicos*

Documentos do ano de 1966 compõem esta tipologia, reunindo o Parecer do Departamento Jurídico da COPELMI, sobre a unificação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) com a criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), assim como Parecer sobre Licença Especial para cargas excedentes, com Circulares do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Cartas e legislações acompanham a documentação, para subsidiar os entendimentos e opiniões informadas.

• *Autos de infração*

Cópia de Auto de infração contra a COPELMI, do ano de 1969, encaminhado pela Seção de Administração do Departamento Nacional de Produção Mineral.



- *Termos de demarcação e imissão de posse e pagamentos*

Reúne os Termos emitidos pela Divisão de Fomento da Produção Mineral de posse de jazidas à COPELMI, nos termos do artigo 35 do Código de Minas, alínea III, em Butiá e no Porto do Conde, no ano de 1959; em Bom Jesus do Triunfo, no ano de 1964, e em Guaíba, no ano de 1967, este conforme o artigo 44 do Decreto Lei 227, que deu nova redação ao Código de Minas de 1940.

- *Alvarás de licença*

Consta de Alvará de Licença de Localização, do ano de 1974, autorizado pela prefeitura de Butiá para a Sociedade Administradora São Clemente Ltda., para representação e comércio de minerais.

- *Recibos judiciais*

A tipologia reúne o termo de pagamento e quitação em Processo JCJ 210/65, e os descontos feitos em folhas de pagamentos, conforme requisições de Juiz de Direito, para pagamentos de salário família e de mensalidades devidas, adiantamentos de 13º salário e férias.

## **09.07 Série Escritório Comercial**

**BR RSMC 09.07**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1955 – 1993**

**VOLUME: 3,00 ML**

Constituem a Série Escritório Comercial as seguintes tipologias

- *Cartas*

As Cartas do Escritório Comercial contêm predominantemente dados acerca da vida financeira da empresa, com intercâmbios de informações entre a Matriz, as agências da COPELMI, e as Minas, assim como entre seus departamentos e seções, notadamente o Almoxarifado e a seção encarregada do pessoal, e órgãos governamentais, como o Serviço do Transporte do Carvão–Estaleiro Mabilde, reunindo, dentre outros, faturas de serviços prestados pelo guindaste flutuante “Roberto”

na Usina da CEEE; relações de empregados e de faltas, enviadas ao escritório comercial; subscrição compulsória para a ELETROBRAS, no ano de 1973; relatórios de consumo de energia elétrica; demonstrativos de despesas e de expedição de carvão; encontro de contas da Companhia de Engenharia e Equipamentos – COMPEQUI; relações de rendas de aluguéis; declarações e recibos.

• *Notas de contabilidade*

Reunindo documentação das décadas de 1960 e 1970, nesta tipologia encontram-se dados sobre pagamentos e quitações; prestação de serviços e encargos sociais; levantamentos de viagens e despesas com elas, feitas pelo Almoxarifado; despesas administrativas, ativos e passivos; serviços auxiliares laboratórios; pagamentos do imposto sindical; roteiro financeiro Roteiro da Companhia de Engenharia e Equipamentos-COMPEQUI; listas de descontos de mensalidades da Associação Atlética dos Escritórios da COPELMI; descontos e recibos de venda de refrigeradores na COPELMI/Butiá; pagamentos efetuados em Porto Alegre ao escritório da COPELMI em Butiá; ampliação do Poço Otávio Reis; recibos e folhas de pagamento; relação de pagamentos de vales, FGTS, 13º salário, e salário doença.

• *Balancetes contábeis*

Entre os anos 1960-1975, esta tipologia compreende as previsões de balancetes da COPELMI, Charqueadas e Butiá, com as receitas, despesas, estoques e saldos, no período 1960-1967; correções de ativos imobiliários, feitas conforme a Lei nº 4357, regulamentada pelo Decreto nº 54252, de 3 de setembro de 1964; índices de levantamentos de despesas variáveis; balancetes de loteamentos, com os novos adquirentes, e balancetes mensais gerais da COPELMI/Butiá, nos anos 1968-1974, assim como balancetes da redistribuição das despesas de transporte rodoviário, feitos no ano de 1967.

• *Recibos/Notas fiscais e de débito/ Faturas*

Reunindo documentação desde as décadas de 1950 até a de 2000, a tipologia engloba as mais diversas informações, quer de procedência ou conteúdo, dando conta da diversidade das transações realizadas en-

tre as Companhias e nos diferentes departamentos e seções da COPELMI e das empresas consorciadas, como são os recibos, notas e faturas dos Departamentos Imobiliário e Agropecuário; recibos da Companhia Riograndense de Telecomunicações S. A. (CRT) em serviços prestados no Porto do Conde; recibos e notas de reembolso de maquinários e abastecimento de combustíveis, recibos e notas de serviços extraordinários prestados no ano de 1955; recibos de pagamentos em loteamentos, conforme contratos de compra e venda; notas de débito de despesas efetuadas na reparação e construção de casas em Butiá, nos anos 1965-1966, e faturas de fornecedores diversos, são alguns dos itens que podem ser encontrados neste conjunto documental

• *Controle de caixa*

Nesta tipologia estão reunidas, dentre outras, as aplicações de verbas mensal e consignações da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, feitas pela COPELMI entre 1967-1969; fichas de débito e de crédito de despesas diversas, como as realizadas com a Previdência Social e pagamentos de seguros de acidentes de trabalho; débitos e créditos para a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), e relatórios de movimentação diária do Caixa, entre 1973-1974

• *Controle de impostos*

Integram esta tipologia, abarcando o período 1964-1972, guia de aquisição de venda de lenha, para fins de pagamento de imposto sobre Vendas e Consignações (verba), do ano de 1965; guias de recolhimento de imposto arrecadado na fonte, da COPELMI, entre os anos 1964-1968, acompanhadas de listas com os nomes dos contribuintes, seu estado civil, quantias tributáveis, e valor do imposto, e guias de recolhimento de taxas incidentes sobre o carvão mineral nacional

• *Mapas de Distribuição de Custos*

Entre os anos 1971-1974, são documentos confeccionados pela empresa, constituindo-se em Mapas/Média de distribuição de custos na COPELMI, e em Charqueadas e Butiá, nos quais constam os subsetores de Custos e suas Espécies – mão de obra, encargos sociais, materiais, serviços de terceiros, despesas diversas (como as Judiciárias),

e os Fundos, onde são lançados dados relativos ao 13º salário e FGTS, dentre outros. Acompanham os Mapas os Demonstrativos mensais de custos transferidos a terceiros, especificando os realizados com os Departamentos de Mineração e de Administração, serviços auxiliares, de manutenção e de transporte, e os custos com a Comissão do Plano do Carvão Nacional – CPCAN, com o imposto de renda sem fretes, doações e prêmios especiais

• *Apólices de seguros*

Compreendendo informações no período 1967-1981, a tipologia reúne notas de seguros, com seus respectivos recibos, da Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes – Companhia de Seguros, assim como apólices de seguros de automóveis – Plano Z – Seguro Coletivo, dos anos de 1967, 1968 e 1973, e seguro obrigatório de responsabilidade civil dos veículos automotores de vias terrestres, com os bilhetes e certificados de seguros da Sul América, dos anos de 1970-1971. Também consta apólice de seguro contrafogo, da Santa Cruz – Companhia de Seguros Gerais, dos anos 1967-1968

• *Roteiros de contas*

Relativos ao ano de 1973, são roteiros dos ativos, passivos, despesas e receitas da Companhia, no ano de 1973.

• *Movimentação bancária*

Contendo dados do período 1966-1968, trata-se do movimento bancário do Departamento Imobiliário Arroio dos Ratos e Charqueadas, das Companhias Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo, Carbonífera Minas do Butiá e Reja, Administração e Participações, assim como de depósitos obrigatórios do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), feitos pela COPELMI para funcionários, no Banco da Província do Estado do Rio Grande do Sul S. A. Ainda há os Boletins informativos diários da CCMB, quanto a saldos, recebimentos e pagamentos efetuados nos bancos em que a empresa é correntista – União de Bancos Brasileiros S. A., Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banco Lar Brasileiro S. A., Banco Brasileiro de Descontos S. A., Caixa Econômica Federal, em Porto Alegre, e União de Bancos Brasileiros S. A., em Butiá e Charqueadas,

com os totais disponíveis e a distribuição de saldo de caixa.

## **09.08 Série Exploração/ Produção e Movimentação do Carvão**

**BR RSMC 09.08**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1963 – 1994**

**VOLUME: 5,40 ML**

Constituem a Série Exploração/ Produção e Movimentação d Carvão as seguintes tipologias:

• *Controle de produção/extração*

Nesta tipologia encontram-se informações acerca das atividades voltadas à exploração e à produção de carvão mineral, podendo-se encontrar, dentre outras, as fichas de análises de carvão colhido em Butiá, em 1966; levantamento geral do Departamento de Mineração da COPEL-MI, do ano de 1967; planilhas de lançamento de dados da produção de carvão; controles de interrupções dos serviços no Lavador de carvão; Mapas de distribuição de despesas com a mineração; boletins de ponto de extração e de serviços no Poço Otávio Reis, e Mapas de extração diária e de custos

• *Controle de movimentação*

Neste conjunto documental está reunida documentação da expedição, escoamento e movimentação do carvão mineral, encontrando-se, dentre outros dados possíveis de ser acessados, os registros de descarga e entrega de carvão; embarques de cargas diversas; fornecimentos à Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), e entregas de carvão à ELETROSUL; relatórios de pesagem e guias de controle de tráfego; expedição de peneiras, inclusive na Viação Férrea do Rio Grande do Sul; carvão recebido da Carbonífera Alencastro; transporte rodoviário e ferroviário e remessas rodoviárias de carvão.

• *Controle de explosivos.*

Neste conjunto documental, que abarca os anos 1964-1993, en-

contram-se Guias de exportação e tráfego do Serviço de Fiscalização, Importação, Depósito e Trânsito da III Região Militar (SFIDT/3 – SSPRS-DOPS-Seção de Armas e Explosivos) em Charqueadas, e Guias de Tráfego de dinamite, da SSP-São Paulo; Pontos de explosivos e Mapas de explosivos utilizados para extração e desmonte do poço R4; entradas e saídas de dinamite e explosivos no Poço R4; Controles de detonação na Mina do Faxinal e notas de remessas e débitos emitidas pelo Almoxarifado.

• *Boletins de ponto de extração*

Nos boletins de ponto de extração encontram-se as denominações dos Poços onde se realiza o serviço, números de chapa dos operários, discriminação do serviço realizado, dias e número de horas extras trabalhadas, horas noturnas e código da operação.

• *Boletins de transporte*

Boletins e fichas de transporte de carvão, com as datas, procedência e destino, espécie do carvão transportado, número do caminhão e da viagem, com seus horários, motorista, e peso transportado (bruto, tara, líquido).

• *Mapas de custeio*

Entre os anos de 1966-1969, este conjunto documental reúne relações semestrais de materiais; controles de mineração, beneficiamento, despesas locais, dentro e fora das minas; demonstrativos mensais dos cálculos do custo do carvão e custos do carvão vendável em Charqueadas.

• *Fretes e serviços do Serviço de Transporte do Carvão (STC-Estaleiro Mabilde).*

Com informações entre 1961-1968 do Serviço do Transporte do Carvão (STC) e do Estaleiro Mabilde, a tipologia reúne relações de serviços prestados a COPELMI, como o transporte de cargas de Porto Alegre para Charqueadas; tabela de fretes por tonelada de carvão dos Portos do Conde e Charqueadas a Porto Alegre; cargas transportadas de Porto Alegre para Charqueadas e para o Porto do Conde e vice-versa, bem como levantamentos de horas de serviço prestadas pelos rebocadores

do Serviço de Transporte de Carvão.

## **09.09 Série Escritório do Almoxarifado**

**BR RSMC 09.09**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1960 – 1994**

**VOLUME: 3,24 ML**

Constituem a Série Escritório do Almoxarifado as seguintes tipologias:

### **• Cartas**

Com informações das décadas de 1960 e 1970, as Cartas do Almoxarifado reúnem dados diversos, contidos ou anexados às correspondências, mencionando-se, a título exemplificativo, os estudos e planejamentos para construção de nova oficina da COPELMI; orçamentos; materiais fornecidos para sondagens da Companhia de Engenharia e Equipamentos (COMPEQUI); relações de materiais debitados à Estrada de Ferro Jacuí; materiais remetidos ao Bosque Butiá; mão de obra para veículos e despesas; licenças de férias para operários; restrição para prazo de entrega de serviços; tabelas de códigos, de produção e extração de carvão, bem como autorizações para viagens (1965-76); notas de débito e faturas para o Almoxarifado; guias de remessa de correspondência; fornecimento de leite ao Posto de Puericultura; experiências e testes de óleo em equipamentos para entrar nos mercados de Butiá e Charqueadas, e estoques de explosivos.

### **• Requisições/Pedidos de materiais**

Nesta tipologia, com dados referentes ao período 1963-1992, encontram-se reunidos os pedidos de materiais feitos pela Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB) para fornecedores diversos, com as discriminações das quantidades, descrição do material e prazo de fornecimento (modo de entrega), unidades e preços; pedidos de materiais do Almoxarifado da COPELMI/Charqueadas para a Seção de Compras em Porto Alegre, com as quantidades, unidades, natureza do material, qualidade ou marca, e o grau de prioridade da aquisição, e os pedidos

de fornecimentos diversos, com os dados para faturamento e cobrança.

• *Controle entrada/saída de materiais*

A tipologia reúne, dentre outras informações e documentos, os referentes ao movimento de paus de mina; demonstrativos de vendas; fichas de controle de lanternas e de material usado em trabalhos executados; levantamentos de materiais em estoque; materiais usados em instalações elétricas; controle de entrada e saída de explosivos (dinamite), e seus estoques, assim como a movimentação na fábrica de pólvora; mapas de vendas do Departamento Florestal; requisições de empreitadas; materiais de borracha, e bits para Poços.

• *Controle de transportes*

Esta tipologia compreende as ações empreendidas pela Almoxarifado no que diz respeito ao controle dos materiais e das despesas necessárias à manutenção e à movimentação de veículos, assim como o controle de viagens e a legalização dos veículos destinados ao escoamento da produção junto aos órgãos autorizados. Assim, encontram-se os diários de viagens e planilhas de registros de viagens de carroças e de caminhão; despesas de materiais com caminhões; fichas de materiais em relação com a quantia de carvão transportado; relações e estoques de peças e acessórios; resumos e demonstrativos de movimento de transporte; oficina de manutenção de veículos e seguro obrigatório de veículos; relações de materiais e mão de obra para transportadores; guias de arrecadação, negativa de multa, baixa de veículo, imposto sindical e emplacamentos; registro de caminhões no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER).

• *Vales de viagens*

São vales expedidos pelo Almoxarifado das viagens de caminhão realizadas, constando a data, nome do transportador, número do caminhão, origem (procedência) e destino, especificação da carga transportada e créditos ao transportador, no período 1968-1973.

• *Controle de combustível*

Abrangendo informações do período 1958-1973, estão reunidas as relações de gasolina e lubrificantes fornecidos aos empreiteiros da



COPELMI/Charqueadas; controles de saídas diárias de óleo diesel, e demonstrativos da gasolina consumida para a prestação de serviços à Brilho-Cerâmica, entre 1968-1969.

• *Notas de débito/Autorizações/Recibos (Equipamentos e materiais)*

Compõem a tipologia, dentre outras, as faturas e notas de fornecimentos diversos, acompanhadas de comunicados dos Almojarifes da COPELMI/Charqueadas e Butiá sobre o envio e a remessa de faturas de materiais, bem como das guias de tráfego de fiscalização de produtos controlados do SFIDT/1, remetidas à companhia pela Du Pont do Brasil S. A. – Indústrias Químicas, e recibos de diferentes procedências e naturezas, dentre eles os de serviços diversos realizados, e os do Departamento Imobiliário, referentes aos descontos para consumo de energia elétrica

• *Fichas de Equipamentos de Proteção Individuais (EPI)*

As fichas contêm as declarações de recebimento dos equipamentos de proteção individuais, com os nomes dos funcionários, seus números de chapa, datas de nascimento e de admissão na Companhia, seção, função desempenhada, e o tipo de equipamento, seu tempo de vida útil, data de troca ou de devolução, tempo de uso e assinatura dos empregados

• *Informações de matança*

Referentes ao ano de 1996, são certificados emitidos pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento – Departamento de Produção Animal – Coordenadoria de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, de sanidade de produto comestível, e seu livre trânsito no território nacional

• *Partes Diárias de Máquinas*

Entre os anos 1965-1966, referem-se às partes diárias de serviços com máquinas pesadas, constando o local da realização do trabalho, produção do turno, paradas e observações, estando as máquinas, na maioria das especificações contidas nos formulários, em reparação.

## 09.10 Série Minas do Recreio

**BR RSMC 09.10**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1968 – 1994**

**VOLUME: 0,36 ML**

Constituem a Série Minas do Recreio as seguintes tipologias:

• *Cartas*

As Cartas da Mineração Recreio, abrangendo o período 1968-1992, contêm informações como os comunicados do chefe da divisão administrativa Recreio, da COPELMI, para a firma Transportes Flores Ltda., enviando os horários de transporte do pessoal da Mineração Recreio; correspondências com a Prefeitura de Butiá, tratando da efetividade de servidores para participar do Mutirão Vila Coreia, para efeitos de folha de pagamento; envio de notas fiscais do Bar Churrascaria e Hotel Santo Antônio; relações de empregados enviadas ao Bannisul, com os salários líquidos e acréscimos de férias; circulares e pesquisas de leituras do Diário de Notícias; correspondências da Embaixada do Brasil no Uruguai – Departamento de Promoção Comercial, sobre o Boletim Brasileño; cartas para o Estaleiro Mabilde enviadas pela direção da COPELMI; circulares de universidade públicas, de 1968, solicitando estágios; comunicados internos do chefe da Divisão administrativa Recreio, da COPELMI; promoções funcionais; perda de mão de obra (pedidos de saída) na Mina do Recreio; enquadramentos em cargos; circular sobre antecipação dos feriados e mudança da estrutura da gerência de produção.

• *Relação de pessoal/Função*

Relatório por conta/custo na Mineração Recreio, com os nomes e funções dos empregados.

• *Relatórios de controle de Estoque (almoxarifado)*

Informa sobre o sistema de controle de estoques feito pela COPELMI no almoxarifado da Mineração Recreio, entre 1992-1994.

- *Relatórios de movimentação de material*

Relatórios do período 1992-1994, com discriminação de Relatório de Prestador/Percurso; Relatório de Percurso/Material; Relatório de Controle do Lavador e Relatório de Veículo.

- *Controle/Boletins de produção*

Contendo informações do período 1991-1993, tem-se os Boletins de Serviço, com o controle de horas extras e noturnas, e controles/ Boletins diários de Produção, consumidores e número de viagens por lotes, assim como os Boletins por turnos de mineração.

- *Fichas de análise de carvão*

A tipologia é composta por Fichas de análise de carvão bruto extraído da Mineração Recreio, constando o nome do empreiteiro, data e preço por tonelada de carvão, no ano de 1965.

## **09.11 Série Companhia Agropecuária Butiá**

**BR RSMC 09.11**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1963 – 1974**

**VOLUME: 0,84 ML**

Constituem a Série Companhia Agropecuária Butiá as seguintes tipologias:

- *Cartas*

Este conjunto documental reúne correspondências do período 1964-1974, especialmente entre os diretores da Companhia Agropecuária Butiá com os Consórcios e as empresas, contendo dados como os empréstimos para financiamento do Departamento Agropecuário da Companhia Carbonífera Minas do Butiá (CCMB), do ano de 1964; escrituras de doação, acompanhadas de plantas das localidades, do ano de 1968, e cobranças de parcelas em atraso em imóveis, realizadas em 1974. Constam também relatórios de atividades mensais, IRGA – atividades para lavoura de arroz; atividades da granja de arroz em Arroio

dos Ratos (em liquidação); cultura do arroz nas granjas de fazendas em Butiá e Ouro Negro; análises de solo e empréstimos junto ao Banco do Brasil para financiamento do Departamento Agropecuário da CCMB.

• *Folhas de pagamento*

Nos anos 1971-1972, tem-se as da Companhia Agropecuária Butiá, por seções e departamentos, com os nomes dos empregados, salários base e extra, salário total, descontos, salário família, líquido a receber e informações, bem como Folhas de pagamento do 13º salário, do ano de 1971.

• *Relações de empregados*

A tipologia reúne as relações de empregados do Departamento Agropecuário da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB); relações das folhas de mão de obra de empregados nos serviços da CCMB e no seu Departamento Agropecuário, na COPELMI e na Companhia Reja Administração e Participações, com os lançamentos efetuados e seus respectivos recibos.

• *Relação de mensalistas*

Do ano de 1966, nas relações de mensalistas estão discriminados os ganhos e as despesas da Fazenda do Calombo, Fazenda Butiá, Tratoristas, Escritório e Encarregado Geral.

• *Controle de Caixa*

Compreendendo o período 1965-1972, nesta tipologia reúnem-se as posições da conta do Departamento Agropecuário da Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB); o movimento bancário e de caixa deste Departamento, e o movimento diário de caixa da Companhia Agropecuária Butiá.

• *Fichas de Serviço*

Dos anos 1965-1966, encontram-se, dentre outros, os serviços prestados por camionetes e tratores; previsões de numerário nas Fazendas Butiá e Calombo; relação de arroz entregue para a Cooperativa Agrícola Mista Jacuí Ltda., e comunicados à direção da Companhia Agropecuária Butiá, no Rio de Janeiro.

• *Recibos/Notas fiscais*

A tipologia contém dados de natureza diversa, como os pedidos e notas de madeira de eucalipto feitos pelo almoxarifado da CCMB para a Companhia Agropecuária Butiá, entre 1973-1974; recibos de serviços prestados e de vendas de materiais; reembolso de despesas diversas; notas fiscais de entrada e de produtores da Companhia Agropecuária e da COPELMI, e recibos da Seção de Compras da Companhia Agropecuária.

• *Notas de contabilidade*

Nas Notas de Contabilidade da Companhia Agropecuária Butiá, englobando o período 1971-1972, encontram-se Cartas com documentação anexada a elas, contendo notas fiscais e de débito; recibos e guias de arrecadação do imposto de circulação de mercadorias e de recolhimento; movimento diário de caixa; avisos de férias e rescisões de contratos de trabalho, bem como relações de impostos retidos na fonte, entre os anos 1971-1972.

• *Fichas de fretes e carretos*

Do ano de 1971, são Fichas da Serraria da Companhia Agropecuária Butiá sobre os carretos e fretes de caminhões de transportes feitos no Mato A.

• *Mapas de vendas*

Estão reunidos nesta tipologia, englobando o período 1966-1973, os mapas de vendas do Departamento Florestal, da Cooperativa Agropecuária Butiá, e da contagem de gado nas Fazendas Butiá e Calombo.

## **09.12 Série Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá**

**BR RSMC 09.12**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 1965 – 1974**

**VOLUME: 0,07 ML**

Constituem a Série Cooperativa de Consumo das Minas de Butiá as

seguintes tipologias:

• *Vales de consumo dos trabalhadores*

Os vales se referem às entregas feitas à Cooperativa de Consumo, de caminhões com carregamentos de lenha, no ano de 1965.

• *Relatórios*

Nos Relatórios encontram-se informações entre os anos 1965-1973 das reuniões da Cooperativa e suas relações com o Consórcio, as empresas e órgão governamentais, constando o Relatório da Cooperativa para ser considerado na reunião do Conselho Deliberativo e fiscal do ano de 1972 e 1973, sobre a situação financeira da Cooperativa de Consumo; Relatório solicitando a colaboração do Estado do Rio Grande do Sul para a dispensa do recolhimento de débitos da Cooperativa relativos ao ICMS, enviado para o secretário dos Negócios da Fazenda do Rio Grande do Sul, em 1970; informações para instruir o Relatório da diretoria, referente ao Balanço Geral encerrado em 1969; Relatório nº 20/70, enviado para o diretor do DAC, sobre viagem para verificar a situação da Cooperativa de Consumo dos Trabalhadores das Minas de Butiá; atas de reuniões de reuniões da Cooperativa, do ano de 1966; cópias de Cartas enviadas pela Cooperativa para o engenheiro-chefe da CCMB, assim como Cartas do presidente da Cooperativa, Oscar Ramazzini, sobre as dificuldades financeiras pelas quais passa a Sociedade, do ano de 1965.

• *Controle de compras/vendas (Trabalhadores da Cooperativa)*

Referindo-se ao período 1969-1974, esta tipologia reúne demonstrativos de vendas mensais da Cooperativa, constando os nomes dos trabalhadores e seus números de chapa, fornecimentos, saldos totalizados, créditos e quotas autorizadas e descontadas.

# **10 PLANTAS E MAPAS DA BACIA CARBONIFERA**

## **Contexto Histórico**

Ao longo dos trabalhos de extração do minério na região carbonífera do Rio Grande do Sul, houve uma atividade de pesquisa topográfica desenvolvida pelos profissionais dos setores técnicos das diferentes empresas responsáveis por esta atividade. Estas pesquisas foram direcionadas principalmente para as regiões conhecidas como: Porto do Conde; Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Recreio. Consideradas com potencial de reservas carboníferas para sua exploração, e que em definitiva foram no transcorrer do tempo, as áreas de maior produção de extração do carvão em diferentes épocas e circunstâncias geológicas. A atividade de pesquisa geológica era traduzida em plantas topográficas e não topográficas, as quais orientavam e referenciavam a construção de poços e tuneis a serem construídos para a exploração e evacuação do carvão.

Portanto, estas tipologias documentais provêm de diferentes órgãos responsáveis pela exploração mineira do carvão, e que ao longo do tempo, produziram, acumularam e organizaram estes documentos de forma cumulativa em função da sua especificidade tipológica.

Por esta razão, tomou-se a decisão de constituir um fundo documental composto por estas tipologias, respeitando-se sua ordem original e principalmente, mantendo a organicidade com os outros fundos que fazem parte do Arquivo da Mineração, e não sendo entendidos como coleção.

## **10.1 FUNDO 10 Plantas e Mapas da Bacia Carbonífera**

**BR RSMC 09.11**

**NÍVEL: SÉRIE**

**DATAS BALIZAS: 19...**

**VOLUME: APROXIMADAMENTE 500 PLANTAS TOPOGRÁFICAS E MAPAS**

## **Conteúdo geral do Fundo**

O Fundo está constituído por documentos cartográficos como mapas, plantas e desenhos arquitetônicos, oriundos dos setores técnicos das diferentes empresas que se constituíram para exploração mineira do carvão e diferentes períodos. Apresentam informações que são de extrema relevância para o conhecimento da atividade mineradora

## **Forma e Estruturação Interna do Fundo**

É importante assinalar que estes documentos foram acumulados em função de sua característica tipológica, e para sua estruturação arquivística como Fundo, destaca-se a localização do documento denominado “Chave do Arquivo de Plantas e Documentos”, que revela toda a sinalética e os termos adotados para a elaboração dos mapas e registros técnicos. Preocupação que demonstra na época, da importância dessas informações para o Consórcio minerador CADEM. Após a identificação técnica e diplomática destes documentos, eles foram cadastrados numa planilha eletrônica (Excel), sendo definidos em vários níveis como “agrupadores” de informação (abas da planilha) para os mapas, plantas e desenhos que precisaram sofrer subdivisões e reclassificações internas para facilitar a organização e busca desses documentos. Neste processo, procurou-se agrupá-los de forma a preservar a ordem original utilizada pelo CADEM para o arquivamento de suas “plantas-forma”, com base na Carta de 15/06/50 (“Chave do Arquivo de Plantas e Documentos”), normativo sobre a “chave” utilizada para definir a gaveta do arquivo onde seria guardada cada planta. Dessa forma, o trabalho realizado na mapoteca seguiu dois caminhos, um visou o aumento do número de plantas e desenhos cadastrados; e o outro as formas de reagrupar e reclassificar, internamente, os cadastros feitos, incluindo o uso



de cores e a redistribuição dos documentos cadastrados nas listas gerais de cada aba de uma planilha (Excel). Assim, no que tange à reclassificação interna, chegou-se às seguintes subdivisões:

- “Estrutura Operária / Plantas Topográficas”, subdividida em três regiões: Porto do Conde; Charqueadas e Minas do Butiá. Compreende plantas topográficas referentes às vilas, loteamentos, localização de estabelecimentos, residências, projetos urbanísticos.
  - » “Estrutura Operária / Plantas Não Topográficas”, subdividida em duas categorias:
    - » 1ª Sedes (Comercial / Pessoal / Recreacional / de Segurança). Compreende plantas de Casas de moradia, Armazéns, Cooperativas e estabelecimentos congêneres, Clubes, Cinemas, Sociedades Recreativas, Criação de animais, Quartéis.
    - » 2ª Sedes de Assistência (Religiosa / Hospitalar / Escolar. Compreendendo plantas referentes a Igrejas, Cemitérios, Capelas, Hospitais, Maternidades, Pré-Natalidade, Puericultura, Gabinetes Dentários, Grupos Escolares, Escolas Profissionais (SENAI)
- “Serviços Técnicos / Plantas Topográficas” subdividida em três categorias (baseadas na “Chave de Arquivamento” utilizada pelo CADEM):
  - » 1ª “B-bis” Compreende plantas topográficas referentes à Concessões de pesquisa e lavra; Áreas manifestadas como mina; Mapa geral de concessões, etc. (envolvem relações com o D.N.P.M).
  - » 2ª “C”. Compreende plantas topográficas relativas à: Município de São Jerônimo, Região das Minas, Região Carbonífera; Terrenos pertencentes às Cias. e a terceiros, nas minas e outros lugares; Situação ou localização de serviços, instalações, fábricas, plantações, cercas, e
  - » 3ª “D” Compreendendo plantas topográficas sobre Vias de transporte: rios, estradas de ferro (via permanente, ramais, desvios, estações, variantes, perfis, pontes, boeiros, obras etc), estradas de rodagem, cabo aéreo, linha de alta tensão.
- “Serviços Técnicos / Plantas Não Topográficas”, subdividida também em quatro categorias (baseadas na “Chave de Arquivamento”

utilizada pelo CADEM):

- » *“E”*: Compreende plantas não topográficas referentes à: trapiches, lavadores, elevadores e outras instalações da boca dos poços, com suas dependências.
  - » *“F”*: Compreende plantas não topográficas referentes à: geradores de vapor, eletricidade, ar comprimido e assuntos correlatos, como: captação e tratamento d'água, redes distribuidoras de ar, água, eletricidade, telefones.
  - » *“G”*: Compreende plantas não topográficas referentes à: locomotivas, vagões, trucks, rodeiros, para-choques.
  - » *“H”*: Compreende plantas não topográficas referentes à: Outros / Diversos”.
- *“Subsolo / Pesquisa”*, subdividida em quatro regiões mais uma categoria para regiões amplas ou não identificada: Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas, Recreio e outras/não-identificadas. Compreende plantas e documentos referentes à sondagens, localização, perfis e plantas de sondagens, plantas sobre reservas de carvão.
  - *“Subsolo / Mineração”*, subdividida também em quatro regiões e com mais uma categoria para regiões diversas ou não identificadas: Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas, Recreio e outras/não-identificadas. Compreende plantas e documentos referentes à plantas de exploração dos poços, plantas de desmonte dos poços, sobre acidentes geológicos, falhas, espessura, relevo e demais condições de camada, além de detalhes e métodos de mineração, planos e memoriais de lavra.

## FONTES E REFERÊNCIAS

ARQUIVISTAS SEM FRONTEIRAS DO BRASIL – AsF Brasil. Projeto Acervo Histórico da Mineração. *Cronologia: Companhias; Contextos; Legislações*.

BARCELLOS, Paulo Fernando Pinto. *Inovação tecnológica como estratégia para o aproveitamento do carvão gaúcho*. Dissertação [Mestrado em Administração]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. *Almanak Laemmert 1891- 1940*. Estado do Rio Grande do Sul. Município de São Jeronymo (Comarca, Município e Villa). v. IV, 1931, p. 877- 881.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Imprensa Nacional. *Diário Oficial da União*.

\_\_\_\_\_. Presidência da república. Palácio do Planalto. *Portal da Legislação*.

\_\_\_\_\_. Ministério de Viação e Obras Públicas. Inspectoria Federal das Estradas. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas pelo Dr. Gabriel Osorio de Almeida, Inspector Federal das Estradas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Biblioteca da Presidência da República. *Discurso pronunciado pelo presidente Getúlio Vargas na cidade de Uruguaiana*, em 19 de setembro de 1953.

BUNSE, Heinrich A. W. Transcrições. *Palavras e expressões Empregadas nas minas carboníferas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para designar Objetos e Ofícios*.

CABRAL, Rafael Lamera. *Nos rastros de um processo: trabalho, conflito e uma experiência de micro-história*. Tese [Doutorado em Direito]. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição, Faculdade de Direito. Brasília/DF: UnB, 2016.

\_\_\_\_\_. Uma leitura do legado constitucional brasileiro entre 1930-1937. *Revista de História Constitucional*, Brasília/DF, n. 16, p. 271-336, 2015.

CIOCCARI, Marta Regina. *Do gosto da mina, do jogo e da revolta. Um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros de carvão*. Tese [Doutorado em Antropologia Social]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2010.

COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERONYMO. *A mineração de carvão e as concessões da companhia no Estado do Rio Grande do Sul. Brazil*. Compilado por E. S. Eugenio Dahne Engenheiro-Gerente e Representante da Companhia. Porto Alegre: Estabelecimento Typographico Gundlach & CIA., 1893.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. A. A. Borges de Medeiros - Presidente do Estado pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Dr. Antonio Marinho Loureiro Chaves em 23 de julho de 1918*. Porto Alegre: Secretaria da Fazenda/Officinas Graphicas d'A Federação, 1918.

GOLASZ, Luiz Enrique Sutelo. *Arroio dos Ratos, a Mineração e o Museu do carvão: a História e sua representatividade através da materialidade. Trabalho de Conclusão de Curso. [Licenciatura em História]*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

KLOVAN, Felipe Figueiró. *Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na primeira metade da década de 1930*. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

\_\_\_\_\_. *Quebrando a calma: a mobilização dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul pelo cumprimento das leis trabalhistas durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934)*. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 7, n. 14, p. 53-74, jul.-dez. 2015.

OLIVEIRA, Márcia Elisa de. *Mineiros de São Jerônimo no final do Estado Novo: na encruzilhada entre a Legislação Trabalhista e as Leis de Guerra (1943-1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso. [Licenciatura em História]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985.

SILVA, Cristina Ennes. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883/1945)*. Tese [Doutorado em História]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUC, 2007.

SIMCH, Alfredo. *Monografia do município de São Jerônimo*. Porto Alegre: Livraria Andradas, 1943.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 40 e 50*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_. Imigração e etnicidade entre mineiros de carvão no Rio Grande do Sul (1850-1950): solidariedade, assimilação e conflito. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS – *História, Verdade e Ética*, São Leopoldo, 11-14 ago. 2014, p. 1-13.

VIAÇÃO FÉRREA DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório de 1943 relativo à administração do ex-diretor Cel. Eng. João Valdetaro de Amorim e Mello. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945.

## SIGLAS

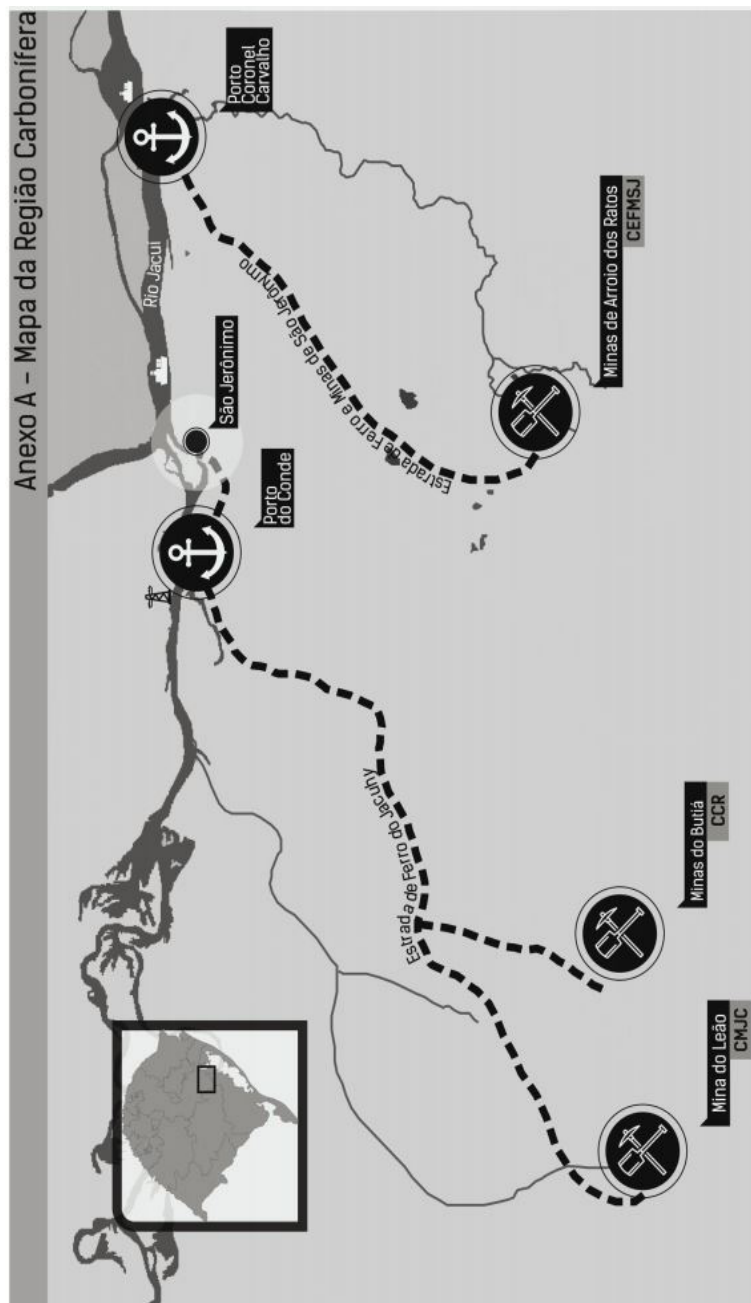
ACM	Associação Cristã de Moços
ACPA	Associação Comercial de Porto Alegre
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AFP	Aços Finos Piratini
AGPOA	Agência Porto Alegre
ALERGS	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
ASCB	Associação dos Servidores Cíveis do Brasil
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BB	Banco do Brasil
B.F.C.	Butiá Futebol Clube
BM	Brigada Militar
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CADEM	Consórcio Administrador de Empresas de Mineração
CAP	Caixa de Aposentadoria e Pensões
CBTC	Companhia Brasileira de Transporte de Carvão S. A.
CCMB	Companhia Carbonífera Minas de Butiá
CCR	Companhia Carbonífera Rio Grandense
CCJ	Companhia Minas de Carvão do Jacuhy ;
CEEE	Comissão Estadual de Energia Elétrica
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEERG	Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense
CEF	Caixa Econômica Federal
CEFMSJ	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
CEPCAN	Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional
CFLPA	Companhia Força e Luz Porto-Alegrense
CIERGS	Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
CIME	Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CMCJ	Companhia Minas de Carvão do Jacuhy
CMCPAR	Companhia das Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos
CME	Coordenação de Mobilização Econômica
CMSJ	Companhia das Minas de São Jerônimo
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNIC	Conselho Nacional de Imigração e Colonização
CNMF	Companhia Nacional de Mineração e Força
CNMM	Conselho Nacional de Minas e Metalurgia
CNT	Conselho Nacional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
COMPEQUI	Companhia de Engenharia e Equipamentos
COPELMI	Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais
CPA	Colônia Penal Agrícola
CPCAN	Comissão do Plano do Carvão Nacional
CPRS	Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul
CRT	Companhia Riograndense de Telecomunicações
CRT	Conselho Regional do Trabalho
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CSPS	Conselho Superior da Previdência Social
CST	Conselho Superior de Tarifa

CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DACM	Departamento Autônomo de Carvão Mineral
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
DCP	Delegacia da Capitania dos Portos
DEPRC	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
DFPM	Divisão de Fomento da Produção Mineral
DL	Decreto Lei
DNEF	Departamento Nacional de Estradas de Ferro
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNI	Departamento Nacional de Imigração
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DNT	Departamento Nacional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
DOE	Diário Oficial do Estado
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOU	Diário Oficial da União
DP	Delegacia de Polícia
DRP	Delegacia Regional de Polícia
DRT	Delegacia Regional do Ministério Trabalho, Indústria e Comércio
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DTM	Delegacia do Trabalho Marítimo
ELETRONBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
EFJ	Estrada de Ferro Jacuhy / Jacuí
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
ESG	Escola Superior de Guerra
ETC	Escola Técnica do Comércio
FAR	Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul
FARSUL	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FEDERASUL	Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul
FGF	Federação Gaúcha de Futebol
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FRGD	Federação Rio-Grandense de Desportos
G.E.E.F.L.	Grêmio Esportivo Engenheiro Frederico Liberalli
G.E.S.J.	Grêmio Esportivo São Jerônimo
IAPETC	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes de Cargas
IAPFESP	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos
IAPM	Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICARGS	Instituto dos Contadores e Atuários do Rio Grande do Sul
IEC	Instituto Experimental do Carvão
INIC	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
IPESUL	Instituto de Pesquisas e Ciências Sociais / Divisão Sul
IPM	Inquérito Policial Militar
IRT	Inspetoria Regional do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
ISRC	Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes
ITERS	Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul
IVC	Imposto sobre Vendas e Consignações

JEROMINA	Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo
JCJ	Junta de Conciliação e Julgamento
LSN	Lei de Segurança Nacional
MD	Ministério da Defesa
MG	Ministério da Guerra
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
MVOP	Ministério da Viação e Obras Públicas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCN	Plano do Carvão Nacional
PL	Partido Libertador
PM	Polícia Militar
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PR	Partido Republicano
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEMASUL	Serviço Marítimo Sul Brasil
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
SESPLAN	Sociedade de Estudos e Planejamentos
SFIDT/DPO/ IIIRM	Serviço de Fiscalização, Importação, Depósito e Trânsito/Departamento de Produção e Obras/ III Região Militar
SOP	Secretaria de Obras Públicas
SSP	Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública /Secretaria da Segurança Pública
STC	Serviço do Transporte do Carvão
STIEC	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Carvão
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TERMOCHAR	Termelétrica de Charqueadas
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSJ	Tribunal Superior de Justiça
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
VFRGS	Viação Férrea do Rio Grande do Sul



# ANEXO A – MAPA DA REGIÃO CARBONÍFERA



## ANEXO B – QUADRO DE ARRANJO

### Arquivo Histórico Museu Estadual do Carvão

O presente Quadro de Arranjo<sup>1</sup> representa de forma integral a definição e estrutura interna de todos os fundos documentais que hoje compõem o acervo do Arquivo Histórico da Mineração. Foi elaborado de forma interdisciplinar, sendo o resultado de um exaustivo trabalho de pesquisa que permitiu, através dos dados e produtos obtidos, obter informações necessárias para uma melhor e mais adequada estruturação de cada fundo documental do Arquivo.

Para tanto, foi necessária a identificação dos documentos que, num primeiro momento, deu-se a partir dos locais geográficos da produção documental. Utilizaram-se, para tanto, os mapas e plantas existentes no acervo, relacionados com a exploração carbonífera. Identificaram-se os locais chave da produção no Baixo Jacuí, as companhias que haviam atuado em cada localidade e em que época, e também como este processo havia se dado. O objetivo central era identificar não apenas o local físico da produção documental, mas, principalmente, quais as atividades desenvolvidas em cada lugar e a rede de relações entre as companhias mineradoras.

Para a identificação referida anteriormente, utilizou-se uma “ficha de identificação” com o intuito de padronizar a coleta de informações e estabelecer um grau lógico de organicidade dos documentos visando a identificação dos fundos e a divisão destes em fases cronológicas, o que tornou possível definir as dimensões de cada fundo. Soma-se a este processo, a identificação das tipologias documentais como elemento complementar à estruturação dos fundos, através da *análise diplomática* que possibilitou perceber que os nomes e cargos dos trabalhadores



---


<sup>1</sup> Esquema estabelecido para o arranjo dos documentos de um arquivo a partir do estudo das estruturas, funções ou atividades da entidade produtora e da análise do acervo. Expressão adotada em arquivos permanentes



das companhias de mineração, permitiam mapear as empresas e sua estrutura assim como, o emaranhado de funções existentes na organização das mesmas para o processo de exploração carbonífera ao longo do tempo.

Assim, a metodologia adotada mostrou-se acertada como fonte para a definição preliminar das estruturas internas dos fundos documentais. Logo a seguir foi necessário realizar um estudo minucioso dessa estruturação, devido a certa promiscuidade institucional de difícil compreensão que obrigou a uma análise de contexto.

Por último, é importante assinalar que as divisões dos Fundos não necessariamente equivalem a estrutura orgânico funcional da “Entidades Produtoras” dos documentos. Elas retratam uma estrutura concebida a partir da organicidade das informações recolhidas nos documentos fruto da pesquisa e estudo desenvolvido na sua complexidade.

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	NÍVEL	DATAS BALIZA
	<b>COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO CEFMS</b>	<b>FUNDO 01</b>	<b>1891-1936</b>
01.01	ADMINISTRAÇÃO	SÉRIE	1891-1936
01.01.1	Cartas	Tipologia	1891-1936
01.01.2	Telegramas	Tipologia	1934-1936
01.01.3	Atestados de trabalho	Tipologia	1919-1935
01.01.4	Código Telegráfico (Ribeiro)	Tipologia	19.
01.01.01	Dossiê Companhia Força e Luz Porto-alegrense	Dossiê	1916-1931
01.02	JURÍDICO	SÉRIE	1918-1936
01.02.1	Contratos de Fornecimento /empreitada	Tipologia	1918-1923
01.02.2	Decreto de Concessão	Tipologia	1928
01.02.3	Processos judiciais	Tipologia	1918-1936
01.02.4	Certidões de arrolamento capitania do porto	Tipologia	
01.02.01	Dossiê Viação Férrrea VFRGS	Dossiê	1928-1935
01.03	ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE	SÉRIE	1921-1936
01.03.1	Faturas de compras	Tipologia	
01.03.2	Registro de escritura materiais importados	Tipologia	1935-1936
01.03.3	Mapas de extração de carvão	Tipologia	1935-1938
01.03.4	Mapas de consumo de energia	Tipologia	1928-1935
01.03.5	Mapas de despesas gerais	Tipologia	1936
01.03.6	Requerimentos de restituições	Tipologia	1921-19.
01.03.7	Relação contas a pagar	Tipologia	1921-19.
01.04	PESQUISAS DE MINERAÇÃO	SÉRIE	1930-193.
01.04.1	Relatórios de pesquisa em mineração	Tipologia	
01.04.2	Cartas	Tipologia	1930-1931
	<b>COMPANHIA MINAS DE CARVÃO DO JACUHY CMCJ</b>	<b>FUNDO 02</b>	<b>1916-1926</b>
02.00	COMISSÃO DE INSTALAÇÃO DAS MINAS	SÉRIE	1917-1919
02.00.01	Livro de registro contábil	Tipologia	s/d
02.00.02	Cartas/borrador de correspondência	Tipologia	1917-1919
02.01	ADMINISTRAÇÃO DAS MINAS	SÉRIE	1916-1923
02.01.1	Cartas	Tipologia	1917-1920
02.01.2	Telegramas	Tipologia	1917-19.
02.01.3	Código Telegráfico (Ribeiro)	Tipologia	1918
02.01.4	Relatório dos trabalhos das minas	Tipologia	1919-1920
02.01.5	Diário de ocorrências	Tipologia	1919
02.02	ESCRITÓRIO CONTABILIDADE	SÉRIE	1917-1920
02.02.1	Balancetes financeiros	Tipologia	1917-19.
02.02.2	Movimento de Caixa	Tipologia	191.-19.
02.02.3	Boletim de caixa	Tipologia	1919-1920
02.02.4	Inventário equipamentos materiais	Tipologia	1920
02.02.5	Cartas	Tipologia	1919-1920
02.02.01	Pagamentos serviços e materiais	Dossiê	1918
02.03	ALMOXARIFADO GERAL	SÉRIE	1919-1926
02.03.1	Relação de materiais	Tipologia	
02.03.2	Controle Materiais	Tipologia	
02.03.3	Inventário de Materiais	Tipologia	1918-1919
02.03.4	Balancetes financeiros	Tipologia	1918
02.03.5	Faturas e recibos	Tipologia	
02.03.6	Cartas	Tipologia	1918-1922
02.04	PESSOAL	SÉRIE	1918-1922
02.04.1	Folha de pagamento - Mina do Leão 1922	Tipologia	1922
02.04.2	Recibo adiantamento salários (Vales)	Tipologia	19.
02.04.3	Controle dias trabalhados	Tipologia	19.
02.04.4	Lista atraso de pagamento	Tipologia	1920
02.04.5	Folha de pagamento/ outros	Tipologia	1918-1922
	<b>ESTRADA DE FERRO DO JACUHY</b>	<b>SUBFUND002.1</b>	<b>1916-1920</b>
02.1.01	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	SÉRIE	
02.1.01.1	Cartas	Tipologia	1917
02.1.01.2	Escrituras de propriedade	Tipologia	1920
02.1.02	CONTABILIDADE	SÉRIE	1916-1920
02.1.02.1	Cartas	Tipologia	1920
02.1.02.2	Diário/Balancetes	Tipologia	
02.1.02.3	Boletins de caixa	Tipologia	



02.1.02.4	Folha pagamentos pessoais (registro de pagamentos)	Tipologia	
02.1.02.4.1	Recibo de vencimentos Seção Policial		
02.1.02.5	Memorandos	Tipologia	
02.1.02.6	Guias de expedição	Tipologia	
02.1.02.7	Recibos de pagamentos	Tipologia	
02.1.02.8	Registro de rendas de transporte	Tipologia	
02.1.03	ALMOXARIFADO	SÉRIE	1918-1924
02.1.03.1	Cartas	Tipologia	
02.1.03.2	Balancetes	Tipologia	
02.1.03.3	Controle de materiais (para exploração)	Tipologia	1919-1920
02.1.04	EXTRAÇÃO DE CARVÃO	SÉRIE	1111111
02.1.04.1	Registro de movimentação do carvão	Tipologia	
02.1.04.2	Controle extração	Tipologia	
	<b>COMPANHIA CARBONÍFERA RIOGRANDENSE CCR</b>	<b>FUNDO 03</b>	1915-1940
03.00	CONSTITUIÇÃO COMPANHIA/COOPERATIVA HULHA RIOGRANDENSE	SÉRIE	1915
03.00.1	Livro de constituição e registro de acionistas	Tipologia	1915
03.01	ADMINISTRAÇÃO	SÉRIE	1917-1931
03.01.1	Escritório nas Minas	Subsérie	
03.01.1.1	Estatutos e certidões	Tipologia	
03.01.1.2	Telegramas/fonogramas	Tipologia	
03.01.1.3	Cartas	Tipologia	1917-1921
03.01.1.4	Memorandos	Tipologia	
03.01.1.5	Contratos	Tipologia	
03.01.2	Extração do carvão	Subsérie	1920-1936
03.01.2.1	Demonstrativos de Despesas/pagamentos	Tipologia	1921-1936
03.01.2.2	Relatório de movimentação do carvão	Tipologia	
03.01.2.3	Mapa de extração de carvão (Minas do Butiá)	Tipologia	1931-1934
03.01.2.4	Listas de cargas (fluvial)	Tipologia	
03.01.2.5	Guias de expedição (ferroviário)	Tipologia	1920
03.01.2.6	Tabela de transporte (Galeria das Minas)		1934
03.01.2.7	Extração /outros		1935
03.01.3	Pessoal	Subsérie	1918-1936
03.01.3.1	Folhas de pagamento - Minas do Butiá	Tipologia	1920-1935
03.01.3.2	Folhas de pagamento - Mina do Leão	Tipologia	
03.01.3.3	Folhas de pagamento - Porto do Conde	Tipologia	
03.01.3.4	Folhas de pagamento - Outros	Tipologia	
03.01.3.5	Livros pontos	Tipologia	1917-1936
03.01.3.6	Laudos acidentes de trabalho	Tipologia	1921-1934
03.01.3.7	Atestados Tempo de serviço	Tipologia	
03.01.3.8	Requerimento Aposentadoria Invalidez	Tipologia	
03.01.3.9	Requerimento Aposentadoria (geral)	Tipologia	
03.01.3.10	Acidentes de trabalho/Registro de Acidentados	Tipologia	1935-1940
03.01.3.11	Recibos de férias	Tipologia	
03.01.3.12	Relação de vales (1919)	Tipologia	1919
03.01.3.13	Relatórios de fornecimento	Tipologia	
03.01.3.14	Processos legais (férias)	Tipologia	
03.01.3.15	Licenças de trabalho	Tipologia	
03.01.3.16	Registro de empregados retirados	Tipologia	1932-1933
03.01.3.17	Registro de Impagos	Tipologia	
03.01.3.18	Relação De auxílios e indenizações	Tipologia	1933
03.01.3.19	Fichas de pagamentos	Tipologia	
03.01.3.20	Registro de pensões	Tipologia	
03.02	ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE	SÉRIE	1917-1936
03.02.1	Cartas	Tipologia	
03.02.2	Recibos Notas e Faturas	Tipologia	
03.02.3	Livro/Boletim de caixa	Tipologia	
03.02.4	Balancete	Tipologia	
03.02.5	Ordem de pagamento	Tipologia	
03.02.6	Demonstrativo de pagamentos	Tipologia	
03.02.7	Registro de pagamentos - Fornecedores	Tipologia	
03.02.8	Duplicatas a pagar	Tipologia	
03.02.9	Relação de móveis e utensílios Minas do Leão		
03.03	ALMOXARIFADO	SÉRIE	1921-1936
03.03.1	Guia de remessa	Tipologia	
03.03.2	Relação de material fornecido	Tipologia	
03.03.3	Registro entrada de materiais	Tipologia	
03.03.4	Registro de saída de materiais	Tipologia	
03.03.5	Balancetes de Exploração (Poco.Borges de medeiros)	Tipologia	
03.03.6	Demonstrativo de despesas	Tipologia	
03.03.7	Faturas de material fornecido	Tipologia	
03.04	ESCOLHA E CARREGAMENTO (EQUIVALE A ESCOAMENTO)	SÉRIE	1933-1937
03.04.1	Cabo Aéreo	Dossiê	1933-1937
03.04.2	Sociedade Anônimo Martinelli (recibos)	Dossiê	
03.05	F. SEGURA & CIA. LTDA.	SÉRIE	1930-1936


03.05.1	Faturas	Tipologia	
03.05.2	Relações de fornecimento	Tipologia	
03.05.3	Folhas de pagamento	Tipologia	
03.05.4	Registro do Movimento de estampilhas vendas mercantis	Tipologia	
03.05.5	Registro de vendas e pagamento impostos		
03.06	CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES	SERIE	1933-1940
03.06.1	Cartas	Tipologia	1933-1935
03.06.2	Atestados	Tipologia	1933-1940
03.06.3	Relação de medicamentos para acidentados		1934
	<b>ESTRADA DE FERRO DO JACUHY</b>	<b>FUNDO 04</b>	<b>1920-1936</b>
04.01	ADMINISTRAÇÃO DAS MINAS	SERIE	1920-1936
04.01.1	Cartas	Tipologia	
04.01.2	Bases e Fauts para despachos ferroviários	Tipologia	
04.01.3	Inventários	Tipologia	
04.1	Processo Tesouro nacional perda de terras "Guahyba"	Dossiê	
04.02	CONTABILIDADE	SERIE	1920-1936
04.02.1	Cartas	Tipologia	
04.02.2	Memorandos	Tipologia	
04.02.3	Boletim de caixa	Tipologia	
04.02.4	Balancete da Receita e Despesa	Tipologia	
04.02.5	Estatísticas de Receita e despesa	Tipologia	
04.02.6	Folhas de Pagamento	Tipologia	
04.02.7	Demonstrativo de Folhas de Pagamento	Tipologia	
04.02.8	Indenizações	Tipologia	
04.02.9	Livro ponto	Tipologia	
04.02.10	Registro de Vales	Tipologia	
04.02.11	Registro de empregados e operários EFJ	Tipologia	
04.02.12	Duplicatas	Tipologia	
04.03	ALMOXARIFADO	SERIE	1921-1936
04.03.1	Balancetes	Tipologia	
04.03.2	Folhas de Pagamento	Tipologia	1928-1933
04.03.3	Controle de materiais	Tipologia	
04.03.4	Faturas de materiais fornecidos	Tipologia	
04.03.5	Parto do Conde	Dossiê	1924-1926
04.04	CONTROLE DE TRÁFEGO	SERIE	1931-1926
04.04.1	Controle de viagens	Tipologia	
04.04.2	Diários de tráfego	Tipologia	
	<b>CONSORCIO ADMINISTRADOR DE EMPRESAS DE MINERAÇÃO CADEM</b>	<b>FUNDO 05</b>	<b>1936-1969</b>
05.01	ADMINISTRATIVO (SEÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA)	SERIE	1936-1964
05.01.01	Cartas /Telegramas	Tipologia	1936-1964
05.01.02	Guias de Remessa de correspondência	Tipologia	1938-1939
05.01.1	Cartas das greves	Dossiê	1945
05.01.2	Lista de códigos correspondência	Dossiê	1946-1949
05.01.3	Reorganização Arquivo Geral	Dossiê	1963-1964
05.02	AGÊNCIAS DE REPRESENTAÇÃO RIO GRANDE/PELOTAS	SERIE	1935-1962
05.02.01	Cartas /telegramas	Tipologia	1935-1946
05.02.02	Folhas de pagamento	Tipologia	1936-1962
05.02.03	Autorizações de navegação	Tipologia	1951-1954
05.02.04	Relatórios de fornecimento de carvão /entrega	Tipologia	1943-1953
05.02.05	Análise de amostras de carvão peneirado	Tipologia	1951-1952
05.02.06	Demonstrativos de entrada e saída de carvão	Tipologia	1938-1958
05.02.07	Vendas/Relação de preços de carvão	Tipologia	1943-1958
05.02.08	Registros de contas e notas a pagar receber	Tipologia	1936-1963
05.02.09	Solicitações de isenção taxa aduaneira	Tipologia	1943-1956
05.02.10	Registros de importação aduaneira	Tipologia	1947-1937
05.02.11	Declarações de rendimentos	Tipologia	1942-1948
05.02.12	Balancetes / Notas contábeis	Tipologia	1943-1957
05.02.13	Registros de materiais	Tipologia	1946-1961
05.02.14	Demonstrativos de pagamento	Tipologia	1943-1962
05.02.15	Previsões de consumo de carvão	Tipologia	1958
05.03	SEÇÃO PESSOAL	SERIE	1931-1964
05.03.01	Cartas	Tipologia	1943
05.03.01.01	Ministério de trabalho		1951-1957
05.03.01.02	Quartel Geral 2ª Região militar		1945-1947
05.03.02	Rescisões/indenizações trabalhistas/Aviões prévio	Tipologia	1936-1958
05.03.03	Folhas de pagamento	Tipologia	1940-1965
05.03.04	Prêmios de acidentes de trabalho	Tipologia	1960
05.03.05	Apólice de seguro	Tipologia	1950
05.03.06	Fichas de frequência/controle de férias	Tipologia	1943
05.03.07	Atestados / antecedentes/trabalho	Tipologia	1944-1945
05.03.08	Contrato de trabalho	Tipologia	s/d





05.03.09	Carteiras de Trabalho	Tipologia	195...
05.03.10	Livro ponto	Tipologia	1931-1973
05.03.11	Relação de empregados (livro fora)	Tipologia	1942-1961
05.03.1	Caixa de aposentadoria e Pensões – CAP	Subsérie	
05.03.1.01	Cartas	Tipologia	1937-1958
05.03.1.02	Fichas de desconto	Tipologia	---
05.03.1.03	Fichas hospitalários (Sarmento Leite)	Tipologia	1943-1955
05.03.1.04	Formulários Inspeção de saúde para admissão	Tipologia	1938-1952
05.03.1.05	Registro de Associados e Estatísticas	Tipologia	1936
05.03.1.06	Demonstrativos de contribuições descontos e débitos	Tipologia	1937-1953
05.03.1.1	Consultório médico	Dossiê	1933-1955
05.03.2	IAPETC (Inst. Aposentadoria Pensões Empregados Transportes Cargas)	Subsérie	
05.03.2.01	Concessão de benefício empregador sindicato	Tipologia	???
05.03.2.02	Caderneta de contribuinte/títulos de aposentadoria	Tipologia	s/d
05.03.2.03	Demonstrativos/ordenados/contribuições/arrecadações	Tipologia	1954-1961
05.03.2.04	Guias de recolhimento de acidentes de trabalho	Tipologia	1948-1964
05.03.3	IAPM (Instituto de aposentadoria e pensões dos marítimos)	Subsérie	
05.03.3.01	Folhas de pagamento	Tipologia	1944
05.03.3.02	Guias de recolhimento	Tipologia	1934-1960
05.04	ASSISTÊNCIA SOCIAL	SÉRIE	1936-1969
05.04.01	Cartas	Tipologia	1963-1969
05.04.01.01	Clubes de futebol e sociedades		1941-1961
05.04.02	Atas da Liga Butiense de Futebol	Tipologia	1962
05.04.03	Relatório de assistência Social CADEM	Tipologia	1944
05.04.1	Educação	Subsérie	
05.04.1.01	Mapas/declarações formação escolar trabalhadores/filhos	Tipologia	1961-1962
05.04.1.02	Declarações trabalhadores renunciando ao ensino escolar	Tipologia	1962-1963
05.04.1.03	Fichas matrícula curso supletivo	Tipologia	1963
05.04.1.04	Serviço Nacional da Indústria SENAI	Dossiê	1942-1963
05.04.2	Desportos/Saúde/Cultura	Subsérie	
05.04.2.1	Desportos	Dossiê	1940-1962
05.04.2.2	Saúde	Dossiê	1942
05.04.2.3	Cultura	Dossiê	1956-1967
05.04.2.4	Clube do Cinema	Dossiê	1944-1966
05.05	IMIGRAÇÃO / RECRUTAMENTO DE TRABALHO	SÉRIE	1947-1963
05.05.01	Cartas/ outros documentos	Tipologia	
05.06	PRODUÇÃO E REGISTRO INDUSTRIAL USINAS ELETRICIDADE	SÉRIE	1947-1951
05.06.01	Cartas/ outros documentos	Tipologia	
05.07	COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL – CEPKAN	SÉRIE	1952-1964
05.07.01	Ata de criação Congresso Nacional	Tipologia	1952-1961
05.07.02	Cartas	Tipologia	1962-1968
05.07.03	Relatórios/pareceres	Tipologia	1945-1966
05.07.04	Questionário/resposta Produção do Carvão	Tipologia	1957-1964
05.08	DEPARTAMENTO LEGAL	SÉRIE	1933-1964
05.08.01	Cartas	Tipologia	1936-1974
05.08.02	Processos judiciais / Legais	Tipologia	1938-1964
05.08.02.01	Companhia Estrada Ferro Minas São Jerônimo CEFMSJ		1938-1964
05.08.02.02	Companhia Carbonífera Riograndense - CCR		1938-1948
05.08.02.03	Companhia Carbonífera Minas do Butiã - CCMB		1941-1964
05.08.02.04	Conselho Administrador Empresas Mineração – CADEM		1944-1962
05.08.02.05	Estrada de Ferro Jacuí		1938-1960
05.08.02.06	Estaleiros de Navegação		1942-1955
05.08.02.07	Institutos de Aposentadoria		1943-1962
05.08.02.08	Sindicais		1937-1964
05.08.02.09	Greve de Ferrovilários (1956)		1956
05.08.03	Autorizações/Certidões/Declarações	Tipologia	1950-1964
05.08.04	Consultas/Pareceres	Tipologia	1936-1962
05.08.05	Contratos	Tipologia	1937-1964
05.08.06	Requerimentos	Tipologia	1940-1964
05.08.07	Acordos/Convênios	Tipologia	1937-1963
05.08.08	Relatórios de atividades forenses	Tipologia	1938-1962
05.08.09	Quadro de audiências	Tipologia	1944-1955
05.08.10	Depósitos/recursos judiciais	Tipologia	1939-1962
05.08.11	Procurações	Tipologia	1941-1963
05.08.12	Legislação	Tipologia	1937-1963
05.08.13	Inquéritos administrativo-policiais/autos de infração	Tipologia	1936-1963
05.08.14	Escrituras públicas	Tipologia	1939-1964
05.08.15	Intimações/notificações	Tipologia	1939-1964
05.08.16	Resoluções	Tipologia	1948-1951
05.08.17	Títulos de propriedade	Tipologia	1956
05.08.18	Atas: credores/sociedades beneficentes/ Audiências	Tipologia	1937-1959
05.08.1	Regulamento dos serviços jurídicos do CADEM	Dossiê	??
05.08.2	Conselho Nacional do Trabalho	Dossiê	??


05.08.3	Inundação de 1936	Dossiê	1936
05.08.4	Enchente de 1941	Dossiê	1941
05.09	ESCRITÓRIO COMERCIAL (CONTABILIDADE)	SÉRIE	1935-1964
05.09.01	Balancetes	Tipologia	1935-1964
05.09.02	Recibos/duplicatas/notas fiscais/faturas	Tipologia	1964-1964
05.09.03	Orçamentos	Tipologia	1958
05.09.04	Registros bancários	Tipologia	1946-1956
05.09.05	Notas de contabilidade	Tipologia	1936-1963
05.09.06	Guia /Ordens de pagamento/Controle de impostos	Tipologia	1941-1964
05.09.07	Relação de contas a pagar	Tipologia	1940-1944
05.09.08	Registros contábeis e cálculos	Tipologia	1944-1961
05.09.09	Livros caixa	Tipologia	1939-1964
05.09.10	Mapas de venda de carvão		
05.10	SEÇÃO DE ALMOXARIFADO ( COMPRA )	SÉRIE	1937-1961
05.10.01	Cartas	Tipologia	1937-1959
05.10.02	Recibos/Notas fiscais/Faturas	Tipologia	1944-1962
05.10.03	Controle de material	Tipologia	1937-1961
05.10.04	Mapas fornecedores de matérias (For de caixa )	Tipologia	1939-1961
05.10.05	Tomada de preços de fornecimento de materiais		??
05.10.06	Relação de materiais vendidos		1953
05.11	MOVIMENTAÇÃO/EXPLORAÇÃO-EXTRAÇÃO DE CARVÃO	SÉRIE	1935-1964
05.11.01	Registro/cálculo/controla produção e fornecimento de carvão	Tipologia	1936-1961
05.11.02	Registros de consignações	Tipologia	1963
05.11.03	Relatórios/pareceres técnicos	Tipologia	1935-1964
05.11.04	Relação de transporte		1959
05.12	ESTALEIROS E NAVEGAÇÃO	SÉRIE	1937-1961
05.12.01	Cartas	Tipologia	1937-1959
05.12.02	Diários de navegação	Tipologia	1944-1958
05.12.03	Taxas de movimentação fluvial/receita estadual	Tipologia	1954-1962
05.12.04	Listas de contratos Auxiliares marítimos	Tipologia	1944
05.12.05	Demonstrativos de custo	Tipologia	1943-1952
05.12.06	Folhas de pagamento	Tipologia	1936-1962
05.12.07	Demonstrativos de pagamento indenizações	Tipologia	1956-1959
05.12.08	Solicitação de demissão/arquivos prévios	Tipologia	1946-1956
05.12.09	Certificados de aposentadoria	Tipologia	1955-1957
05.12.10	Laudos periciais	Tipologia	1941
05.12.11	Livro ponto	Tipologia	1957-1961
05.12.12	Circulares	Tipologia	1942
05.12.13	Recibos desconto sindicato	Tipologia	1954-1957
05.12.14	Circular alimentação tripulação	Tipologia	1945-1957
05.12.15	Certificado/Controle de embarcações	Tipologia	1938-1959
05.12.16	Registros contábeis		s/d
05.13	PORTO DO CONDE/CABO AÉREO	SÉRIE	1936-1964
05.13.01	Cartas/Fotogramas	Tipologia	1960-
05.13.02	Relatórios de movimentação diária	Tipologia	1947-1964
05.13.03	ficha de controle carvão/ carregado-recebido	Tipologia	1948-1963
05.13.04	Nota consignação carvão/ embarcadas-recebidos	Tipologia	1943-1961
05.13.05	Listas fornecimento/recebimento/serviços	Tipologia	1936-1964
05.13.06	Faturas de Fretes	Tipologia	1941-1961
05.13.07	Folhas de pagamento	Tipologia	1935-1964
05.13.08	Lista de pessoal	Tipologia	s/d
05.13.09	Listas de remessas de correspondência	Tipologia	1944-1952
05.13.10	Requisições de passagens	Tipologia	1946-1961
05.13.11	Inventários	Tipologia	s/d
05.13.12	Mapas de movimentação do carvão	Tipologia	1963
05.13.13	Partes de ausência	Tipologia	1947-1951
05.13.14	Livro de Ponto	Tipologia	1938
05.13.15	Códigos contábeis (Cabo Aéreo)	Tipologia	1945-1954
05.13.1	Estação Otacilio Pereira	Dossiê	1956-1959
05.14.	ESTALEIRO MABILDE	SÉRIE	1939-1958
05.14.01	Cartas	Tipologia	1939-1958
05.14.02	Folhas de pagamento	Tipologia	1945-1958
05.14.03	Controle de pessoal	Tipologia	s/d
05.14.04	Lista de pessoal (auxiliares marítimos)	Tipologia	1945-1958
05.14.05	Inventários de móveis e imóveis	Tipologia	1949-1950
05.14.06	Manifestos de carga	Tipologia	1945
05.14.07	Relação de compras	Tipologia	1952
05.14.08	Pedidos de materiais	Tipologia	1955-1958
05.14.09	Notas de debito	Tipologia	1945-1951
05.14.10	Demonstrativo de movimento do almoxarifado	Tipologia	1946-1948
05.14.11	Balancetes de materiais	Tipologia	1951-1955
05.14.12	Controle de serviços	Tipologia	1946-1955
05.14.13	Controle de materiais serviços e despesas	Tipologia	1947-1957




05.14.14	Guias de recolhimento de acidente de trabalho	Tipologia	1957
05.14.15	Atestados contribuição IAPETC	Tipologia	1958
05.14.1	Obras do Ilhéu Pintado	Dossiê	??
05.15	COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO ARNT LTDA.	SÉRIE	1939-1957
05.15.01	Balancetes	Tipologia	1939-1957
05.15.02	Aviões prévios	Tipologia	1943
05.15.03	Atestados pagamentos serviços e materiais	Tipologia	1957
05.15.04	Guias de contribuições IAPM	Tipologia	1945-1948
05.15.05	Tabela de fretes	Tipologia	1957
05.15.06	Guias de impostos de renda	Tipologia	1942
05.16	SERVICO MARÍTIMO SUL BRASIL - SEMASUL	SÉRIE	1934-1959
05.16.01	Cartas	Tipologia	1934-1958
05.16.02	Folhas de pagamento	Tipologia	1939-1952
05.16.03	Guias de recolhimento	Tipologia	1939-1956
05.16.04	Balancetes	Tipologia	1949-1954
05.16.05	Diários de contabilidade	Tipologia	1939-1959
05.16.06	Indenizações trabalhistas	Tipologia	1956
05.16.07	Controle de embarcações	Tipologia	51-55
05.16.08	Registros da previdência social	Tipologia	1949-1954
05.16.09	Requerimentos	Tipologia	1949-1953
05.16.10	Fichas de carteira empréstimo IAPM	Tipologia	1949-1958
05.16.11	Recibos tripulantes SEMASUL	Tipologia	1949-1953
05.17	EMIL & CIA	SÉRIE	1934-1959
05.17.01	Guias de recolhimento	Tipologia	1934-1938
05.17.02	Folhas de Pagamento	Tipologia	1935-1939
05.17.03	Notas de Contabilidade	Tipologia	1937-1938
	COMPANHIA CARBONÍFERA RIOGRANDESE - CCR	SUBFUNDO 05.1	1936-1941
05.1.01	ADMINISTRATIVO	SÉRIE	
05.1.01.01	Cartas	Tipologia	1936-1941
05.1.01.02	Estatutos sociedade Beneficente	Tipologia	1939
05.1.02	PESSOAL	SÉRIE	1936-1941
05.1.02.01	Folha de pagamento	Tipologia	1937-1941
05.1.02.02	Livros Ponto	Tipologia	1937-1938
05.1.02.03	Atestados médicos / tempo de serviço	Tipologia	1937-1941
05.1.02.04	Registro de diárias (Estrada de Ferro Jacu)	Tipologia	1937
05.1.02.05	Ordens de pagamento/vales/descontos	Tipologia	1936-1941
05.1.02.06	Relação de fornecimento F&S	Tipologia	??
05.1.02.07	Fichas de pagamento de vencimentos	Tipologia	??
05.1.03	ALMOXARIFADO	SÉRIE	1937-1941
05.1.03.01	Cartas	Tipologia	1937-1941
05.1.03.02	Notas de débito/crédito	Tipologia	1938-1940
05.1.03.03	Faturas de materiais fornecidos	Tipologia	1937-1940
05.1.03.04	Balancos bancários	Tipologia	1936
05.1.03.05	Relação de dívidas	Tipologia	1941
05.1.03.06	Relação Fornecimento/entrada-saída materiais	Tipologia	1939
05.1.03.07	Inventários de materiais	Tipologia	1936
05.1.03.08	Controle pagamento serviços	Tipologia	1937
05.1.03.09	Registro e mercadorias importadas	Tipologia	??
	COMPANHIA CARBONIFERA MINA DO BUTIÁ - CCMB	SUBFUNDO 05.2	1941-1968
05.2.01	ADMINISTRATIVO (SEÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA)	SÉRIE	1936-1964
05.2.01.01	Cartas/Telegramas	Tipologia	1936-1964
05.2.01.02	Inventários bens móveis-imóveis	Tipologia	1949-1959
05.2.01.03	Registro de impressões de visitas	Tipologia	1944-1952
05.2.01.04	Requerimento/Concessões comerciais nas minas.	Tipologia	1948-1955
05.2.01.05	Aviões/comunicações	Tipologia	1944-1954
05.2.01.06	Registro de Remessa correspondência	Tipologia	1958
05.2.01.07	Inquérito Industrial IBGE - Ministério do Trabalho	Tipologia	1951
05.2.01.1	Projeto recuperação metalúrgica nas Minas de Butiá	Dossiê	1948-1962
05.2.01.2	Constituição Juntas Eleitorais Butiá - Eleições Nacionais	Dossiê	1950-1960
05.2.01.3	Organização do Arquivo	Dossiê	1943-1952
05.2.02	ESCRITÓRIO COMERCIAL (CONTABILIDADE)	SÉRIE	1933-1965
05.2.02.01	Folhas de Pagamento /Folhas ponto	Tipologia	1933-1965
05.2.02.02	Mapas extração do carvão	Tipologia	1945-1962
05.2.02.03	Vales/faturas/recibos/notas/autorizações	Tipologia	1947-1965
05.2.02.04	Guia de recolhimento - de impostos	Tipologia	1942-1963
05.2.02.05	Demonstrativos de despesas pagamentos	Tipologia	1959-1962
05.2.02.06	Controle de Caixa	Tipologia	1940-1965
05.2.02.07	Código de classificação contábil	Tipologia	??
05.2.02.1	Cooperativa Pastoral	Dossiê	1954-1956
05.2.02.2	Reorganização Departamento Contabilidade	Dossiê	??
05.2.03	ALMOXARIFADO	SÉRIE	1941-1964

05.2.03.01	Cartas	Tipologia	1941-1964
05.2.03.02	Balancete de Materiais	Tipologia	1942-1963
05.2.03.03	Faturas de materiais/Relação de compras	Tipologia	1941-1959
05.2.03.04	Relação de materiais para mineiros	Tipologia	1945-1949
05.2.03.05	Requisições materiais /orçamentos	Tipologia	1941-1964
05.2.03.06	Controles entrada/saída de materiais e produtos	Tipologia	1939-1965
05.2.03.07	Guias de remessa de documentos	Tipologia	1944-1964
05.2.03.08	Notas Fiscais /débito/recibos/vales	Tipologia	1944-196.
05.2.03.09	Controles de movimentação/manutenção transportes maq.	Tipologia	1942-1964
05.2.03.10	Ordens de pagamento	Tipologia	1943-1944
05.2.03.11	Anotações e apontes	Tipologia	S/D
05.2.03.12	Relações de fornecimento (F& Segura Ltda.)	Tipologia	1942-1945
05.2.03.13	Registro compra de materiais	Tipologia	
05.2.03.14	Registro de materiais importados	Tipologia	
05.2.04	EXPLORAÇÃO /PRODUÇÃO /MOVIMENTAÇÃO DE CARVÃO	SÉRIE	1940-1964
05.2.04.01	Registros e mapas de produção, extração, expedição e consumo.	Tipologias	1940-1964
05.2.04.02	Controle de escoamento / transporte de carvão	Tipologias	1941-1945
05.2.04.03	Controle de trabalhadores e empreiteiros	Tipologias	1941-1964
05.2.05	ASSISTÊNCIA SOCIAL MORADIA	SÉRIE	1945-1964
05.2.05.01	Relação de alugueis cauções imóveis	Tipologia	1945-1961
05.2.05.02	Relação de moradores e endereços	Tipologia	1947
05.2.05.03	Fichas controle zeladoria de casas	Tipologia	1957-1959
05.2.05.04	Fichas recebimento de aluguel	Tipologia	1957-1960
05.2.05.05	Requerimentos serviços moradia e eletricidade	Tipologia	1946-1964
05.2.05.06	Controle de serviços/ Controle moradias	Tipologia	1941-1951
05.2.05.07	Certidões da promessa de casamento	Tipologia	1957-1961
05.2.05.08	Registro de consumo de energia	Tipologia	1951-1961
05.2.05.09	Registro de hospedagem e penões	Tipologia	1944-1947
05.2.06	COOPERATIVA DE CONSUMO DAS MINAS DE BUTIÁ	SÉRIE	1939-1958
05.2.06.01	Atas do Conselho / Estatutos	Tipologia	1939-1942
05.2.06.02	Cartas	Tipologia	1939-1958
05.2.06.03	Controle compra/venda trabalhador Cooperativa	Tipologia	1944-1954
05.2.06.04	Proposta de inscrição cooperativa Mina de Butiá	Tipologia	1939-1946
05.2.06.05	Livro de registro de despeja	Tipologia	1954
05.2.06.06	Livro Matrícula trabalhadores (Filial N.5 Arroio dos Ratos)	Tipologia	1954
05.2.07	DEPARTAMENTO TRABALHISTA	SÉRIE	1942-1964
05.2.07.01	Folhas de Pagamento	Tipologia	1943-1964
05.2.07.02	Relação de fichas de pagamento (registros)	Tipologia	1942-1953
05.2.07.03	Tabelas de salários	Tipologia	1946-1962
05.2.07.04	Gratificações semanal/mensal/hora extra	Tipologia	1942-1962
05.2.07.05	Salário Família	Tipologia	1940-1969
05.2.07.06	Salário doença	Tipologia	1946-1950
05.2.07.07	Relação de salario não procurado	Tipologia	1957-1963
05.2.07.08	Reajustes salários	Tipologia	1946-1963
05.2.07.09	Reajustamentos de pensões	Tipologia	1946-1956
05.2.07.10	Tabelas horas extras	Tipologia	1950-1964
05.2.07.11	Relações de empregados/Agendas (registros)	Tipologia	1941-1960
05.2.07.12	Demonstrativo movimento entrada/saída operários	Tipologia	1942-1956
05.2.07.13	Fichas e declarações de trabalho individual	Tipologia	1947-1961
05.2.07.14	Autorizações de desconto de salários	Tipologia	1940-1955
05.2.07.15	Autorizações/declarações/atestados trabalho/ de menores	Tipologia	1943-1959
05.2.07.16	Atestados de trabalho	Tipologia	1940-1954
05.2.07.17	Ordens de serviços	Tipologia	1948-1961
05.2.07.18	Listas de Avisos prévios	Tipologia	1943-1954
05.2.07.19	Registro demissão/transfêrencia/afestamentos	Tipologia	1943-1957
05.2.07.20	Registros suspensão/advertência/faltas de trabalhadores	Tipologia	1943-1957
05.2.07.21	Registro de pagamento por demissão	Tipologia	1947-1963
05.2.07.22	Guias/ Registros de acidentes de trabalho	Tipologia	1943-1962
05.2.07.23	Atestados de acidentes de trabalho	Tipologia	1949-1950
05.2.07.24	Solicitação de autorização de férias	Tipologia	1943-1964
05.2.07.25	Guias de recolhimento de IAPTEC	Tipologia	1960-1964
05.2.07.26	Código de funções	Tipologia	
05.2.07.27	Registros de empregados	Tipologia	
05.2.07.28	Atestados/Tratamento saída/ retorno ao trabalho	Tipologia	1955-1964
05.2.07.29	Regulamento para os trabalhadores	Tipologia	
05.2.07.30	Registros inspeção de saúde	Tipologia	1942-1947
05.2.07.31	Comproventes/fichas de pagamento		
	COMPANHIA ESTRADA DE FERRO DE MINAS DE SÃO JERÔNIMO CEFMS	SUBFUNDO 05.3	1936-1964
05.3.01	ADMINISTRATIVO	SÉRIE	1944-1951
05.3.01.01	Registro de correspondência	Tipologias	1944-1951
05.3.01.02	Inventário de bens imóveis	Tipologias	
05.3.02	PESSOAL	SÉRIE	1936-1957

05.3.02.01	Relação de operários admitidos e readmitidos	Tipologias	
05.3.02.02	Folhas de pagamento	Tipologias	1936-1957
05.3.02.03	Relação de salários e gratificações/Vales	Tipologias	1944-1958
05.3.02.04	Tabelas horas extras	Tipologias	
05.3.02.05	Relação de operários no subsolo	Tipologias	
05.3.02.06	Registros de caução de moradia	Tipologias	
05.3.02.07	Atestados	Tipologias	
05.3.02.08	Termos de ratificação de demissão	Tipologias	
05.3.02.1	Relatório perdas greve EFJ	Dossiê	
05.3.03	CONTROLE DE PRODUÇÃO EXPEDIÇÃO/ESTOQUE DO CARVÃO	SÉRIE	1936-1958
05.3.03.01	Registros de Movimentação	Tipologias	1936-1958
05.3.03.02	Registro Transporte de carvão	Tipologias	1946-1947
05.3.04	ALMOXARIFADO	SÉRIE	1936-1964
05.3.04.01	Notas de débito	Tipologias	1936-1964
05.3.04.02	Relação de compras	Tipologias	1938-1953
05.3.04.03	Inventários de balanço de materiais	Tipologias	1946-1959
05.3.04.04	Relação entrada/saída de materiais	Tipologias	1960-1963
05.3.04.05	Mapas demonstrativos de preços (orçamentos)	Tipologias	1958-1960
05.3.04.06	Fichas de construção de casas (quadro de serviços)		
05.3.04.07	Registros de mercadorias importadas		1942
05.3.05	CONTABILIDADE	SÉRIE	1936-1964
05.3.05.01	Notas de contabilidade (recibos, notas, cartas)	Tipologias	1936-1957
05.3.05.02	Faturas	Tipologias	1936-1958
05.3.05.03	Relação de contas a pagar	Tipologias	1941-1964
05.3.05.04	Guias de recolhimento	Tipologias	1958-1964
05.3.05.05	Mapas devedores Força e Luz	Tipologias	1942
	<b>MINAS DO RECREIO</b>	SUBFUNDO 05.4	1941-1967
05.4.01	Atas das assembleias	Tipologia	1941-1946
05.4.02	Cartas	Tipologia	1937-1959
05.4.03	Folhas de pagamento	Tipologia	1945-1946
05.4.04	Demonstrativos de ganhos de empreiteiros	Tipologia	1956
05.4.05	Distribuição da produção do carvão	Tipologia	1955
05.4.06	Fichas de análise de carvão	Tipologia	1956-1957
05.4.07	Folhas de extração e produção do carvão	Tipologia	1958
05.4.08	Boletins de extração de carvão	Tipologia	1956
05.4.09	Partes diárias de maquinaria	Tipologia	1962
05.4.10	Relatórios da encosta do túnel	Tipologia	1962-1967
05.4.11	Demonstrativos prejuízos produção (Greve 1959)	Tipologia	1959
05.4.12	Demonstrativos de entrega de carvão (empreiteiros)	Tipologia	1955-1964
05.4.13	Tabelas de reajustamento de preços (empreiteiros)	Tipologia	1961
05.4.14	Balancetes contábeis	Tipologia	1934-1937
05.4.15	Recibos/faturas	Tipologia	1946-1952
	<b>COMPANHIA DE ENGENHARIA E EQUIPAMENTOS - COMPEQUI</b>	FUNDO 06	1961-1973
06.01	Atas de Assembleia	Tipologia	
06.02	Cartas (1961-1970)	Tipologia	1961-1970
06.03	Balancetes contábeis	Tipologia	1960-1967
06.04	Inventários materiais equipamentos	Tipologia	1966-1967
06.05	Guias declaração imposto de renda	Tipologia	
06.06	Imposto sindical	Tipologia	1966
06.07	Relatórios técnicos	Tipologia	
06.08	Termos de Contratos de Trabalho	Tipologia	
06.09	Partes diárias sondagem	Tipologia	1966-1967
06.10	Relatórios de extração	Tipologia	1973
06.11	Folhas de pagamento	Tipologia	1968
06.12	Guias de Recolhimento FGTS	Tipologia	1966-1967
06.13	Relações de equipamentos (sondagem)	Tipologia	1970
06.14	Indexizações - 1966	Tipologia	1966
06.1	Documentos constitutivos	Dossiê	
	<b>TERMOLÉTRICA DE CHARQUEADAS</b>	FUNDO 07	1952-1971
07.01	Cartas /Telegramas	Tipologia	1952-1971
07.02	Relatórios/Parcerias técnicas	Tipologia	1940-1964
07.03	"Movimento diário da Usina"	Tipologia	1957-1965
07.04	Controle de materiais e serviços	Tipologia	1958-1962
07.05	Balancetes contábeis	Tipologia	1958-1969
	<b>SINDICATOS</b>	FUNDO 08	1936-1990
08.01	Cartas/telegramas	Tipologia	1936-1976
08.02	Acordos	Tipologia	1937-1959
08.03	Editais de convocação	Tipologia	1957-1980

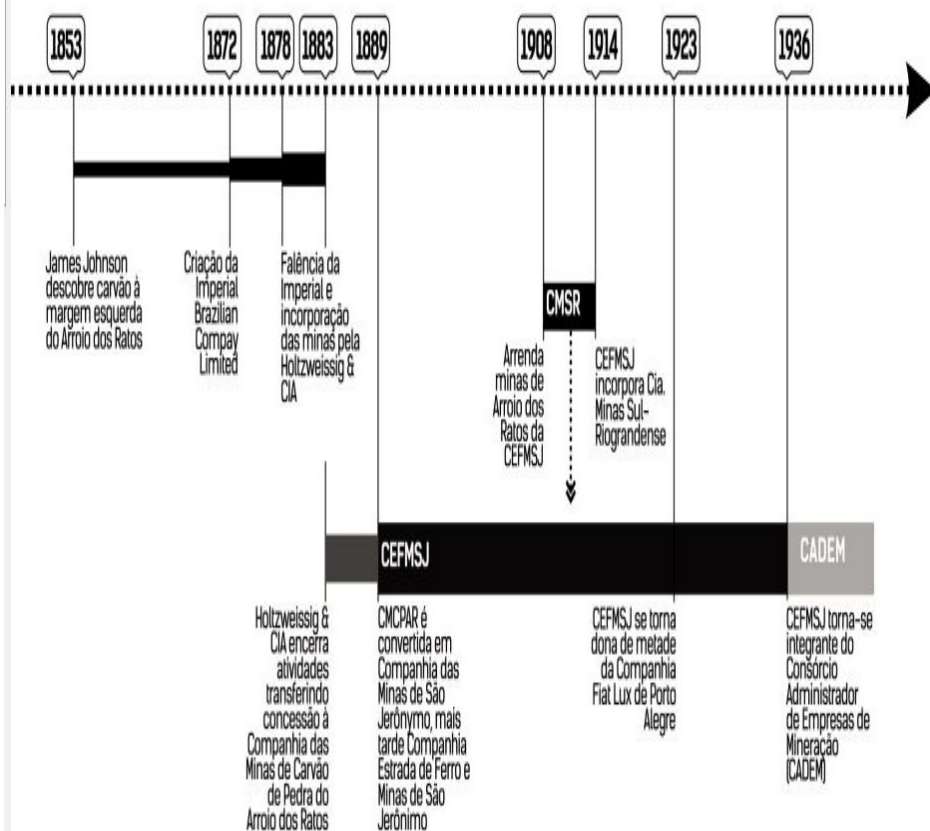
08.04	Circulares	Tipologia	1949-1951
08.05	Memorial / Relatório condições de trabalho	Tipologia	1948
08.06	Relação de associados CCMB/COPELMI	Tipologia	1944-1975
08.07	Relação associados Seguro acidentes	Tipologia	1964
08.08	Imposto sindical	Tipologia	1947-1960
08.09	Carteiras de filiação sindical	Tipologia	5/d
08.10	Recibos/ descontos /orçamentos	Tipologia	1960-1973
08.11	Autorizações de medicamentos	Tipologia	1982
08.12	Registro eleições (CIPA-Comissão Interna acidentes trabalho)	Tipologia	1972
08.13	Rescisões de contratos de trabalho	Tipologia	1970-1974
08.1	Comunicações/Divulgações/publicações	Dactil	1948-1990
08.2	Reivindicação salarial/intervenção militar	Dactil	1945
08.3	"Aumento de Salários" (1937)	Dactil	1937
	<b>COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS - COPELMI</b>	<b>FUNDO 09</b>	<b>1945-2017</b>
09.01	<b>SECRETARIA (ADMINISTRATIVO)</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1956-1974</b>
09.01.01	Atas reuniões (CEREGS, CIPA, E OUTRAS)	Tipologia	1956-1974
09.01.02	Cartas / telegramas	Tipologia	1956-1995
09.01.03	Guias/Memorials de remessa de correspondência	Tipologia	1966-1971
09.01.04	Inventários de bens móveis e imóveis	Tipologia	?
09.01.05	Minutas (DNPM)	Tipologia	1968-1971
09.02	<b>SEÇÃO DE PESSOAL</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1961-1996</b>
09.02.01	Cartas	Tipologia	1965-1992
09.02.02	Requerimentos Funcionais	Tipologia	1965-1971
09.02.03	Folha de pagamento	Tipologia	1967-1972
09.02.04	Contra cheques	Tipologia	??
09.02.05	Cartões/livros ponto	Tipologia	--1996
09.02.06	Controle de Pessoal	Tipologia	1961-1976
09.02.07	Registros de FGTS	Tipologia	1967-1974
09.02.08	Declarações de opção (salário família)	Tipologia	1965-1974
09.02.09	Guias de recolhimento (APETC/INPS)	Tipologia	1965-1974
09.02.10	Ficha de análises de acidentes CIPA	Tipologia	1971-1972
09.03	<b>ASSISTENCIA SOCIAL</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1963-1995</b>
09.03.01	Cartas	Tipologia	1963-1995
09.03.1	<b>Saúde</b>	<b>Subsérie</b>	
09.03.1.01	Atestados médicos	Tipologia	1967-1968
09.03.1.02	Prontuários	Tipologia	??
09.03.1.03	Fichas e controle de atendimento ambulatorial (SUS)	Tipologia	1987-1996
09.03.1.04	Fichas acidentes de trabalho	Tipologia	??
09.03.1.05	Registro de acidentes de trabalho CIPA	Tipologia	1971-1974
09.03.1.06	Guias /Atas /atestados acidentes de trabalho	Tipologia	1966-1989
09.03.1.07	Recibos (Hospital Caridade Minas Butiá /SESI)	Tipologia	1964-1970
09.03.1.08	Autorizações de tratamento (UNIMED)	Tipologia	1991-1992
09.03.1.09	Requerimentos serviço lactário	Tipologia	??
09.03.2	<b>Moradia</b>	<b>Subsérie</b>	
09.03.2.01	Fichas de consumo de energia elétrica	Tipologia	??
09.03.2.02	Guias de recolhimento (SESI)	Tipologia	??
09.03.2.03	Recibos (aluguéis, energia elétrica)	Tipologia	1965-1967
09.03.2.04	Controles/resumos produção/consumo energia elétrica	Tipologia	1965-1969
09.03.2.05	Relações de descontos (terrenos, casas, utensílios)	Tipologia	1965-1973
09.03.2.06	Relação de rendas de aluguéis	Tipologia	1965-1967
09.03.2.07	Relações de moradia - existe	Tipologia	
09.03.2.0	Requerimentos de serviços (Água e luz)		
09.03.3	<b>Educação</b>	<b>Dactil</b>	<b>1966-1972</b>
09.03.4	Desportes	Dactil	1965-1973
09.03.5	Cultura	Dactil	1966-1995
09.03.6	Religião	Dactil	1966-1974
09.04	<b>COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL (CPCAN)</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1961-1967</b>
09.04.01	Cartas	Tipologia	1965-1966
09.04.02	Relatórios/pareceres técnicos	Tipologia	1965-1985
09.04.03	Questionários/ carvão resposta produção	Tipologia	1960
09.04.04	Plano subvenção (Hospital Caridade Minas Butiá)	Tipologia	1961-1967
09.05	<b>ESCRITÓRIO TÉCNICO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1964-1995</b>
09.05.01	Cartas	Tipologia	1964-1980
09.05.02	Estudos/relatórios/pareceres técnicos	Tipologia	1950-1995
09.06	<b>DEPARTAMENTO JURÍDICO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1955-1974</b>
09.06.01	Cartas	Tipologia	1955-1974
09.06.02	Processos Judiciais	Tipologia	1965-1974
09.06.03	Certidões/declarações/procurações	Tipologia	1962-1968
09.06.04	Escrituras públicas	Tipologia	1965-1969
09.06.05	Contratos	Tipologia	1965-1991
09.06.06	Requerimentos	Tipologia	1958-1969
09.06.07	Legislação	Tipologia	1965-1972

09.06.08	Parcerias Jurídicas	Tipologia	1966
09.06.09	Autos de infração	Tipologia	1969
09.06.10	Termos demarcação imissão posse e pagamentos	Tipologia	1959-1973
09.06.11	Alvarás de licença	Tipologia	1974
09.06.12	Recibos judiciais	Tipologia	1965-
09.07	<b>ESCRITÓRIO COMERCIAL</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1964-1993</b>
09.07.01	Cartas	Tipologia	1964-1993
09.07.02	Notas de contabilidade	Tipologia	1963-1967
09.07.03	Balancetes contábeis	Tipologia	1960-1975
09.07.04	Recibos/notas fiscais/debito/ faturas	Tipologia	1955-2008
09.07.05	Controle de caixa	Tipologia	1964-1974
09.07.06	Controle de impostos	Tipologia	1964-1972
09.07.07	Mapas de distribuição de custos	Tipologia	1971-1974
09.07.08	Apólices de seguros	Tipologia	1967-1981
09.07.09	Roteiros de contas	Tipologia	1973
09.07.10	Movimentação bancária	Tipologia	1966-1968
09.08	<b>EXPLORAÇÃO / PRODUÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DO CARVÃO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1960-1994</b>
09.08.01	Controle de produção/extração	Tipologia	1963-1994
09.08.02	Controle de movimentação	Tipologia	1963-1992
09.08.03	Controle de explosivos	Tipologia	1964-1982
09.08.04	Boletins de ponto (controle extração)	Tipologia	1960-1970
09.08.05	Boletins de transporte	Tipologia	1960-1980
09.08.06	Mapas de custo	Tipologia	1966-1969
09.08.07	Fretes e serviços STC – (Estaleiro Mabilde)	Tipologia	1961-1968
09.09	<b>ESCRITÓRIO ALMOXARIFADO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1958-1996</b>
09.09.01	Cartas	Tipologia	1962-1996
09.09.02	Requisição/pedidos materiais	Tipologia	1963-1992
09.09.03	Controle entrada/saída de materiais	Tipologia	1963-1994
09.09.04	Controle de transporte	Tipologia	1968-1973
09.09.05	Vales de viagem	Tipologia	1968-1973
09.09.06	Controle combustível	Tipologia	1958-1973
09.09.07	Notas de debito/autorizações/recibos (Equipamento materiais)	Tipologia	1965-1993
09.09.08	Fichas equipamentos proteção individuais – EPI	Tipologia	S/D
09.09.09	Informações de manança	Tipologia	1996
09.09.10	Partes diárias de máquinas	Tipologia	1965-1966
09.10	<b>MINAS DO RECREIO</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1990-1994</b>
09.10.01	Cartas	Tipologia	1990-1992
09.10.02	Relação de pessoal/função	Tipologia	1994
09.10.03	Relatórios controle de estoque (almoarifado)	Tipologia	1992-1994
09.10.04	Relatórios de movimentação material	Tipologia	1992-1994
09.10.05	Controle/boletins produção	Tipologia	1991-1993
09.10.06	Fichas de análise carvão	Tipologia	1965
09.11	<b>COMPANHIA AGROPECUÁRIA BUTIÁ</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1963-1965</b>
09.11.01	Cartas	Tipologia	1963-1965
09.11.02	Folhas de pagamento	Tipologia	1971-1972
09.11.03	Relação de empregados (Depdo. Agropecuário CCMB)	Tipologia	1965-1972
09.11.04	Relação de mensalistas	Tipologia	1966
09.11.05	Controle Caixa	Tipologia	1965-1972
09.11.06	Fichas de Serviço	Tipologia	1966
09.11.07	Recibos/notas fiscais	Tipologia	1967-1974
09.11.08	Notas de contabilidade	Tipologia	1971-1972
09.11.09	Fichas de fretes e carretas	Tipologia	1971
09.11.10	Mapas de vendas	Tipologia	1966-1973
09.12	<b>COOPERATIVA DE CONSUMO MINAS DE BUTIÁ</b>	<b>SÉRIE</b>	<b>1963-1974</b>
09.12.01	Vales de consumo dos trabalhadores	Tipologia	1965
09.12.02	Relatórios	Tipologia	1965-1973
09.12.03	Controle compras/vendas (Trabalhadores da Cooperativa)	Tipologia	
	<b>FUNDO PLANTAS E MAPAS DA BACIA CARBONIFERA<sup>1</sup></b>	<b>FUNDO 10</b>	
	Plantas e mapas		

1 O Fundo está constituído por documentos cartográficos como mapas, plantas e desenhos arquitetônicos, oriundos dos setores técnicos das diferentes empresas que se constituiram para exploração mineira do carvão e diferentes períodos. Apresentam informações que são de extrema relevância para o conhecimento da atividade mineradora. Estes documentos foram acumulados em função de sua característica tipológica, e para sua estruturação arquivística como Fundo, destaca-se a localização do documento denominado “Chave do Arquivo de Plantas e Documentos”, que revela toda a sinalética e os termos adotados para a elaboração dos mapas e registros técnicos. Preocupação que demonstra na época, da importância dessas informações para o Consórcio minerador CADEM

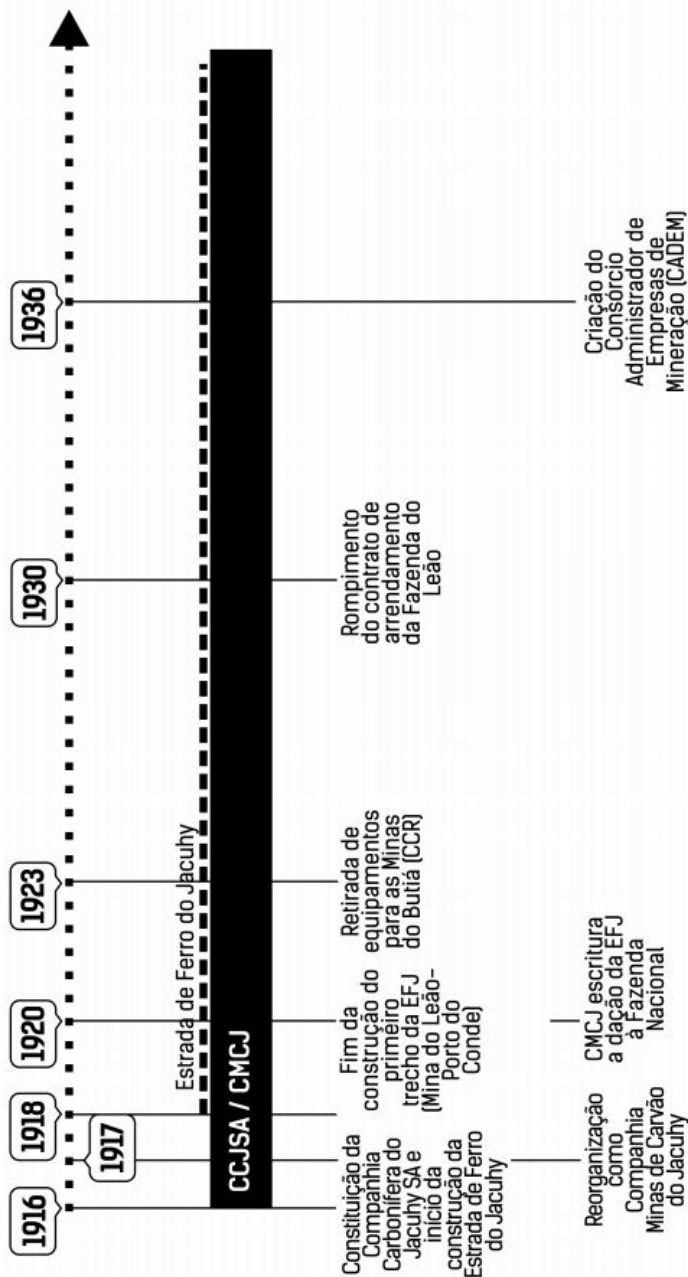
## ANEXO C – LINHA DE TEMPO CEFMSJ

### COMPANHIA ESTRADA DE FERRO E MINAS DE SÃO JERÔNIMO

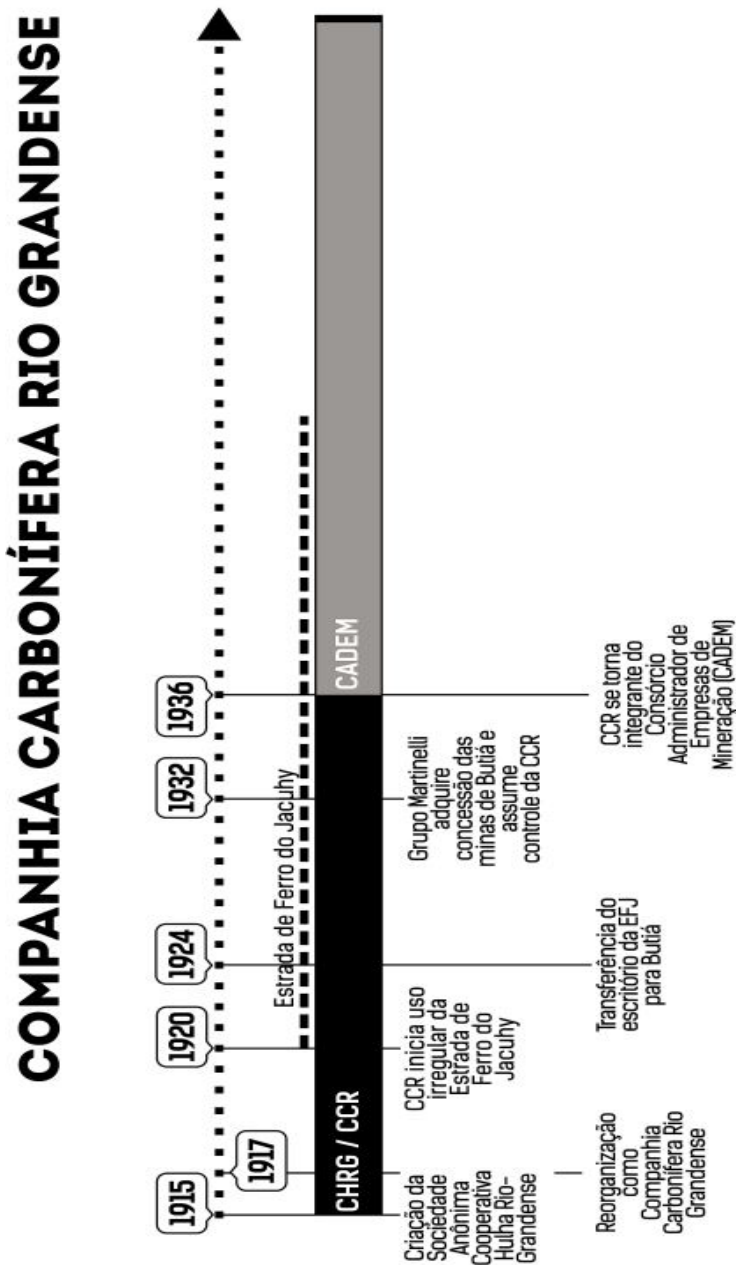


## ANEXO D - LINHA DE TEMPO CMCJ

# COMPANHIA MINAS DE CARVÃO DO JACUHY



# ANEXO E - LINHA DE TEMPO CCR





# ANEXO F – CRONOLOGIA EXPLORAÇÃO CARBONÍFERA

## COMPANHIAS; CONTEXTOS; LEGISLAÇÕES

1853	O mineiro de nacionalidade inglesa James Johnson realiza sondagens e redescobre carvão à margem esquerda do Arroio dos Ratos, e juntamente com dez mineiros naturais do País de Gales, abre uma mina através de poço escavado e passa a produzir carvão em 1855.
1866	Pelo Decreto Nº 3.715 de 06 de outubro de 1866, o Governo imperial concede permissão a James Johnson e Ignácio José Ferreira de Moura para lavrar a mina de Arroio dos Ratos, pelo período de trinta anos.
1872	Em 13 de abril de 1872, por meio do Decreto Nº 4291, o Governo Imperial concedeu autorização para o funcionamento da <i>Imperial Brazilian Company Limited</i> - formada por James Johnson e Ignácio José Ferreira de Moura - para funcionar no Império. A <i>Imperial</i> começou os trabalhos construindo a Estrada de Ferro das minas de Arroio dos Ratos até São Jerônimo, e abriu o Poço nº 6, também chamado de Poço Velho.
1878	A <i>Imperial Brazilian Company Limited</i> entra em falência e encerra suas atividades. O direito de concessão - por trinta anos - é transferido à firma <i>Holtzweissig &amp; CIA</i> .
1883	A firma <i>Holtzweissig &amp; CIA</i> encerra suas atividades, passando sua concessão à <i>Companhia das Minas de Carvão de Pedra do Arroio dos Ratos</i> (CMCPAR), formada majoritariamente com capital nacional provindo do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ocorre a construção de novo trecho de ferrovia destinada a ligar os poços de extração de Arroio dos Ratos ao novo ponto de embarque no Rio Jacuí, localizado na localidade de Charqueadas.
1885	Inauguração, pela <i>Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos</i> - CMCPAR, do Poço vertical -Izabel-, em Arroio dos Ratos.
1887	A usina elétrica da Sociedade Fiat Lux, localizada em Porto Alegre, começa a prestar serviço público.
1881	Nicácio Teixeira Machado inicia a exploração de carvão mineral nas proximidades do Arroio dos Cachorros "o maior afluente do Arroio dos Ratos", nas cercanias da região de Butiá.
1888	Liquidação judicial da <i>Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos</i> - CMCPAR.

1889	<p><i>Mai</i>o, 23: reorganização da CMCPAR com o nome de <i>Companhia das Minas de São Jeronymo</i>. Foram eleitos diretores: gerente Emanuel Paulo Frank e secretário Hermann Kalkuhl; membros do Conselho Fiscal Comendador José Joaquim de Valença, Pedro Perestrello da Câmara e João Alves do Carvalho.</p> <p><i>Julho</i>, 15: <i>Companhia das Minas de São Jeronymo</i> requer ao governo o prolongamento da sua Estrada de Ferro.</p> <p>A diretoria da <i>Companhia das Minas de São Jerônimo</i> firma um contrato de colonização com o Governo, que estabelecia a fundação de núcleos coloniais às margens da sua Estrada de Ferro.</p> <p><i>Setembro</i>, 09: reunião dos acionistas da <i>Companhia das Minas de São Jerônimo</i>, na qual foi deliberado reformar os estatutos, elevando o capital e o preço das ações. A Companhia - com um contrato de concessão de trinta anos, prorrogáveis indefinidamente - passa a denominar-se <i>Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo</i> (CEFMSJ), com sede no Rio de Janeiro.</p>
1890	<p><i>Julho</i>, 24: a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (CEFMSJ) obtém a concessão do privilégio, pelo prazo de setenta anos, para a construção, uso e gozo do prolongamento da linha principal da Estrada de Ferro.</p>
1895	<p><i>Junho</i>: primeira greve dos mineiros e demais trabalhadores vinculados às atividades de mineração, em Arroio dos Ratos.</p>
1905	<p><i>Junho</i>, 06: o Governo federal unifica a Rede Ferroviária no Estado do Rio Grande do Sul, e a arrendou à empresa belga <i>Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fers au Bresil</i>, controlada por Percival Farquhar, empresário dos Estados Unidos.</p> <p>Nicácio Teixeira Machado retoma as atividades na região de Butiá, entrando com pedido à Intendência Municipal de São Jerônimo para a concessão de pesquisa e exploração, e também a construção de uma Estrada de Ferro para o transporte da produção.</p>
1906	<p>Criação da Companhia Força e Luz Porto-Alegrense, com sede na Rua dos Andradas, em Porto Alegre. A Força e Luz foi fruto da fusão da Companhia Carris de Ferro Porto-Alegrense, constituída em 1872, e a Companhia Carris Urbanos de Porto Alegre, fundada em 1891.</p>
1907	<p><i>Janeiro</i>, 05: Decreto Nº 1637. Lei de Sindicalização: faculta a todas as classes de trabalhadores a formação de sindicatos, inclusive para profissionais liberais.</p>
1908	<p>A <i>Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo</i> (CEFMSJ) arrenda o complexo carbonífero de Arroio dos Ratos, por um período estipulado em trinta anos, à <i>Companhia Minas Sul-Riograndense</i>, pertencente a Manoel Buarque de Macedo &amp; Cia.</p>
1911	<p>Manoel Buarque de Macedo afasta-se da diretoria da <i>Companhia Minas Sul-Riograndense</i>, que fica sob os cuidados de Miran Latif, Ernesto Otero e Luiz Betim Paes Leme.</p>

1914	Realização de acordo de venda de todas as ações da <i>Companhia Minas Sul-Riograndense</i> entre os acionistas desta Companhia e os da <i>Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo</i> (CEFMSJ).
1915	<i>Janeiro, 26</i> : a diretoria da CEFMSJ incorpora aos seus bens os que lhe couberam em partilha na liquidação da <i>Companhia Minas Sul-Riograndense</i> , incluindo esses novos bens na totalidade dos bens da CEFMSJ. Inauguração da <i>Sociedade Anônima Cooperativa Hulha Rio-Grandense</i> , por Alfredo Wiedmann e Nicácio Machado que, com recursos estrangeiros, investem na exploração do carvão em Butiá. Início da exploração sistemática da Mina do Leão, por Ricardo de Souza Porto.
1916	<i>Julho, 24</i> : Frederico Bueno Horta Barbosa assina um contrato de arrendamento com os proprietários da Estância do Leão para explorar, por sessenta (60) anos, suas propriedades. <i>Agosto</i> : constituição da <i>Companhia Carbonífera do Jacuhy Sociedade Anônima</i> , com sede no Rio de Janeiro, para exploração do carvão encontrado na Mina do Leão. <i>Setembro, 27</i> : a <i>Companhia Carbonífera do Jacuhy</i> obtém a concessão, fornecida pela municipalidade de São Jerônimo, para a construção, uso e gozo da futura Estrada de Ferro do Jacuhy, a fim de transportar o carvão da Fazenda do Leão.
1917	<i>Janeiro, 26</i> : reorganização, no Rio de Janeiro, da Companhia Carbonífera do Jacuhy, localizada nas Minas do Leão, que passou a se denominar <i>Companhia Minas de Carvão do Jacuhy</i> (CMCJ). A ela foi transferida, em 15 de maio de 1917, a concessão da futura Estrada de Ferro Jacuhy. <i>Agosto, 22</i> : liquidação amigável da Cooperativa Hulha Rio-Grandense, organizando-se, então, a Sociedade Anônima <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR). Abertura do Poço Borges de Medeiros “o Poço 1” pela Companhia Carbonífera Rio-Grandense.
1918	<i>Fevereiro, 24</i> : término da construção do primeiro trecho da Estrada de Ferro Jacuhy, entre o Porto do Conde e a Mina do Leão. <i>Abril, 23</i> : É dada à <i>Companhia Minas de Carvão do Jacuí</i> , pela municipalidade de São Jerônimo, a concessão para fazer um ramal férreo às Minas do Butiá, de propriedade da <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR). <i>Junho, 14-21</i> : greve dos mineiros, nas minas de Arroio dos Ratos. Criação do Departamento Nacional do Trabalho, para efetuar a fiscalização do cumprimento de Leis sobre acidentes do trabalho, jornada, férias, trabalho de mulheres e menores e organização sindical.

1919	<p><i>Janeiro, 15:</i> promulgação da Lei Nº 3724 - Lei de Acidente de Trabalho aos Operários.</p> <p><i>Abril, 1º:</i> Criação da Caixa de Socorro da <i>Companhia Minas de Carvão do Jacuhy</i> (CMCJ), cuja assistência médica e farmacêutica é estendida ao pessoal da Estrada de Ferro Jacuhy.</p> <p><i>Agosto, 19:</i> a Cooperativa das Minas de Carvão do Jacuhy é posta em liquidação.</p> <p><i>Dezembro, 11:</i> constituição da <i>Companhia Brasileira de Transporte do Carvão S/A</i>, com sede no Rio de Janeiro e com o prazo de 25 anos de existência. A Companhia tinha em seu quadro de acionistas representantes das Companhias Carbonífera Rio-Grandense (Butiá), Minas do Jacuhy (Leão) e Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo (Arroio dos Ratos).</p> <p><i>Dezembro, 24 a 29:</i> a União se retira da sociedade em que era acionista nas <i>Minas de Carvão do Jacuhy</i>, assumindo a responsabilidade das dívidas da Companhia junto ao Banco do Brasil.</p>
1920	<p><i>Junho, 18:</i> a <i>Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil</i> entrega ao governo federal a concessão da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS).</p> <p><i>Julho, 12:</i> assinatura do acordo de transferência, ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, da VFRS.</p> <p><i>Setembro, 28:</i> a <i>Companhia Minas de Carvão do Jacuhy</i> escritura a dação da Estrada de Ferro do Jacuhy à Fazenda Federal, incluindo o ramal de Butiá. Também os Portos Pereira Cabral, em São Jerônimo, e Mauá, em Charqueadas, passam à órbita do Governo federal.</p>
1922	<p><i>Novembro:</i> a <i>Companhia Minas de Carvão do Jacuí</i> solicita que o Governo Federal torne sem efeito a escritura de dação da Estrada de Ferro Jacuhy, assinada em setembro de 1920.</p>
1923	<p><i>Janeiro, 24:</i> promulgação do Decreto Nº 4682 (Lei Eloy Chaves), que criou a Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias. A Lei Eloy Chaves também estabeleceu, para os ferroviários, a estabilidade no emprego ao trabalhador com dez anos de permanência em uma empresa.</p> <p>Retirada de grande parte do maquinário da <i>Companhia Minas de Carvão do Jacuhy</i> (CMCJ) para as Minas do Butiá, onde atua a <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR).</p> <p><i>Abril, 30:</i> criação, no âmbito do então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, do Conselho Nacional do Trabalho, por meio do Decreto federal Nº 16027.</p> <p>A Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo (CEFMSJ) adquire metade das ações da Companhia Fiat Lux de Porto Alegre, à época responsável pelo fornecimento de energia elétrica para várias regiões do Rio Grande do Sul.</p> <p><i>Novembro, 8:</i> fundação, na cidade do Rio de Janeiro, da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), tendo como principal acionista a Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jeronymo.</p> <p><i>Novembro, 9:</i> realização de Assembleia Extraordinária da Companhia Fiat Lux, na qual é decidida a aprovação da proposta de venda do acervo à Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG).</p>

1924	<p><i>Janeiro</i>: Luiz Betim Paes Leme e Mário Ramos, então diretores da CE-FMSJ, anunciam a fundação da Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense (CEERG).</p> <p><i>Julho, 10</i>: o superintendente da <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR) assume de modo efetivo o cargo de Superintendente Geral, além da própria Carbonífera Rio-grandense, das Companhias Minas de Carvão do Jacuhy e da Brasileira de Transporte do Carvão S/A.</p> <p><i>Agosto</i>: Transferência, para Butiá, da sede do escritório da Estrada de Ferro do Jacuhy.</p> <p>Inauguração da usina termelétrica de Arroio dos Ratos.</p>
1925	<p><i>Dezembro, 24</i>: promulgação da Lei de Férias, pelo Decreto Nº 4982, inicialmente restrita aos comerciários.</p>
1926	<p>Organização da <i>Sociedade Anônima -Minas do Recreio</i>, por Ricardo Porto.</p> <p><i>Fevereiro, 1º</i>: as Minas do Recreio firmam contrato com as Companhias <i>Carbonífera Rio-Grandense</i> e <i>Minas de Carvão do Jacuhy</i> acerca do transporte da produção de seu carvão.</p> <p><i>Dezembro, 1º</i>: instituído o Código de Menores, por meio do Decreto Nº 50863.</p> <p><i>Dezembro, 20</i>: extensão do regime de férias aos portuários, por meio do Decreto Nº 5109.</p> <p>A Cia Força e Luz Porto-Alegrense vende suas usinas para a CEERG, criada em 1923, de propriedade do grupo Electric Bond &amp; Share e passa a se chamar Cia Carris Porto-Alegrense.</p>
1927	<p><i>Outubro, 12</i>: com o Decreto 17943-A, ficam estabelecidas disposições sobre o trabalho de menores, e sua regulamentação.</p> <p>Criação da Associação Rural de São Jerônimo.</p>
1930	<p><i>Julho, 15</i>: a <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR) firma contrato com a Viação Férrea do Rio Grande do Sul (V.F.R.G.S.) para fornecimento de carvão nacional.</p> <p><i>Novembro, 26</i>: com o Decreto Nº 19.433, é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Criação das Comissões Mistas de Conciliação para os conflitos coletivos e as Juntas de Conciliação e Julgamento para os conflitos individuais</p> <p>Rescisão do contrato de arrendamento feito entre a <i>Companhia Minas de Carvão do Jacuhy</i> e os herdeiros de Albina Freitas de Souza, ficando a Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR) com o direito de retirar todas as máquinas instaladas nas Minas do Leão.</p>
1931	<p><i>Março, 19</i>: promulgação do Decreto Nº 19770, que regula a sindicalização das classes patronais e operárias.</p> <p><i>Junho, 09</i>: pelo Decreto Federal Nº 20.889, do Governo Provisório, define-se um percentual mínimo de 10% para o consumo do carvão nacional em relação ao estrangeiro, bem como se determina a adaptação de locomotivas em trânsito no território nacional para o seu uso.</p>

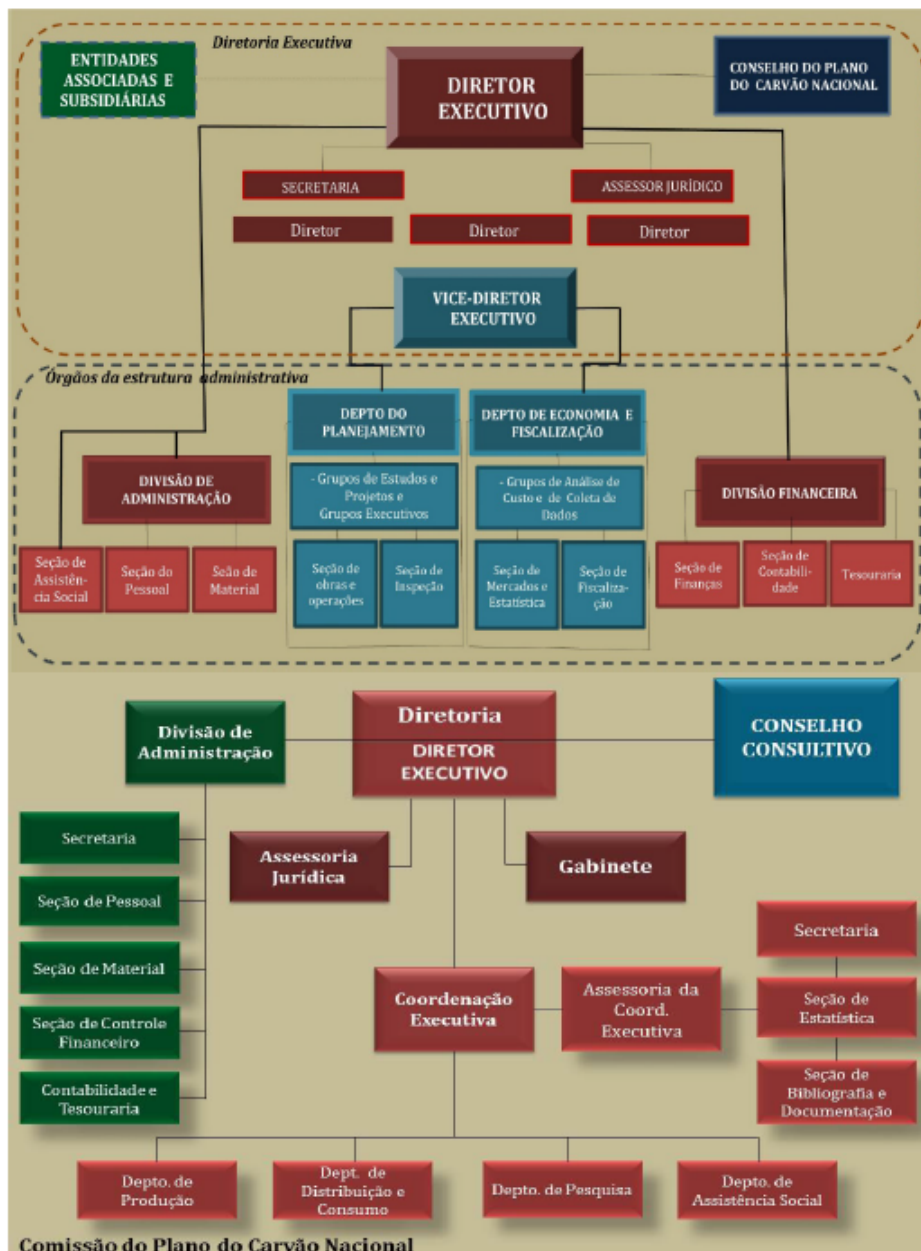
1932	<p>O Grupo Martinelli adquire todos os direitos de extração nas minas do Butiá, com a <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR), tendo nomeado como administrador o engenheiro Roberto Cardoso.</p> <p>A <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR) inicia o projeto de construção de um cabo aéreo-teleférico sobre o rio Jacuí, ligando o Porto do Conde à margem oposta, no município de General Câmara.</p> <p><i>Maio, 17</i>: promulgação do Decreto Nº 21417-A, que regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Em seu Artigo 5º, alínea “a”, estipula a proibição do trabalho feminino em subterrâneos, nas minerações, em subsolo, nas pedreiras, e em obras de construção pública ou particular.</p> <p><i>Maio, 19</i>: a <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i> (CCR) firma contrato de fornecimento de carvão com o Lloyd Brasileiro, conjuntamente com a <i>Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo</i> (CEFMSJ).</p> <p><i>Agosto, 1º</i>: com a promulgação do Decreto Nº 21690 criam-se as Inspetorias Regionais nos Estados da federação, posteriormente transformadas em Delegacias Regionais do Trabalho, pelo Decreto Nº 2168, de 06 de maio de 1940.</p> <p><i>Novembro, 25</i>: Promulgado o Decreto Nº 22132, que institui e regulamenta as Juntas de Conciliação e Julgamento, órgãos ligados ao Poder Executivo.</p>
	<p>Início da exigência de identidade profissional (carteira profissional) no Brasil.</p>
1933	<p><i>Janeiro, 27; Fevereiro, 02</i>: greve mineira em Butiá, devido ao atraso nos pagamentos dos salários no mês anterior, e os altos preços da Cooperativa de Minas de Butiá. Em decorrência da greve, ocorre a organização do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração de Carvão de São Jerônimo, representando os mineiros das minas de Arroio dos Ratos e Butiá, com sede em Arroio dos Ratos.</p> <p><i>Junho, 05</i>: O Sindicato dos Mineiros das Minas do Arroio dos Ratos, constituído em janeiro, entra com pedido de reconhecimento com a carta sindical nº 622533, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O reconhecimento do Sindicato, porém, só ocorre por despacho de de 16 de outubro de 1936, proferido pelo Processo DNT nº 25381/1936, tendo sido denominado como Syndicato dos Mineiros e Classes Anexas do Município de São Jerônimo do Estado do Rio Grade do Sul.</p> <p><i>Dezembro, 10</i>: fundação da Sociedade Cooperativa de Consumo dos Proletários das Minas do Arroio dos Ratos, conforme o Decreto Lei Nº 23611.</p>

1934	<p>Criação, em Arroio dos Ratos, da Sociedade Beneficente dos Empregados da Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo.</p> <p><i>Março, 08:</i> pelo Decreto N° 23.979, cria-se o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM).</p> <p><i>Julho, 10:</i> o Decreto N° 24642 “Código de Minas” modifica o regime jurídico das minas, instituído pela Constituição de 1891. Com este Código, as jazidas passaram a ser caracterizadas como bens imóveis, distintos e não integrantes das terras em que se encontravam, e seu aproveitamento ficou atrelado à autorização ou à concessão do Governo Federal.</p> <p><i>Julho, 16:</i> promulgação da Constituição Federal de 1934. Instituição da Justiça do Trabalho, que foi regulamentada somente em 1940, com o Decreto N° 6596.</p> <p><i>Dezembro, 7-9:</i> aproximadamente setecentos mineiros do Sindicato de Butiá entram em greve.</p>
1935	<p><i>Abril, 04:</i> promulgação da Lei de Segurança Nacional (LSN), que define crimes contra a ordem política e social.</p> <p><i>Junho, 29:</i> fundação, com orientação da Igreja Católica, do Círculo Operário, em Butiá, em contraponto ao Sindicato dos Mineiros.</p> <p>Inauguração do Poço 2, chamado Farroupilha, pela <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense (CCR)</i>.</p>
1936	<p><i>Junho, 21:</i> Decreto N.º 1828, de 21 de junho de 1936, que eleva de 10% a 20% a cota de aquisição de carvão nacional sobre as importações de carvão estrangeiro.</p>
	<p><i>Julho, 06:</i> autorizações feitas pela <i>Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo</i> e pela <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i>, para a assinatura de contrato com o Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM) para administração conjunta e comunhão de lucros e perdas.</p>
	<p><i>Julho, 21:</i> os Estatutos do CADEM foram publicados no Diário Oficial da União, estando assim legalmente constituída a Sociedade Civil Consórcio Administrador de Empresas de Mineração, composta, nesse período, por quatro sócios: Luiz Betim Paes Lemes e Otávio Reis, pela <i>Companhia Estrada de Ferro e Minas de São Jerônimo</i>, e Roberto Cardoso e o Grupo Martinelli, pela <i>Companhia Carbonífera Rio-Grandense</i>, cabendo a direção do Consórcio ao engenheiro Roberto Cardoso.</p> <p><i>Setembro, 11:</i> pela Lei N° 244, cria-se o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), que será extinto somente ao final do Estado Novo, em 1945.</p> <p><i>Outubro:</i> a Enchente de 1936 inunda completamente as galerias das minas em Arroio dos Ratos, provocando a paralisação das atividades de mineração.</p>
1941	<p>Funda-se a CCMB, foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal N° 7.783, de 3 de setembro de 1941, tendo sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, por escrituras de 4 e 15 de julho, a CCR transferiu todo o seu acervo relativo à indústria e comércio de carvão mineral à Companhia Carbonífera Minas de Butiá (CCMB)</p>
1945	<p>2 de outubro de 1945 Aprova-se o “Regulamento dos Serviços Internos do CADEM”</p>

1946	Em 19 de dezembro de 1946; constitui-se a COMPANHIA DE PESQUISAS E LAVRAS MINERAIS - COPELMI que será autorizada a funcionar como empresa de mineração em 26 de novembro de 1947. Seus primeiros diretores são: Ademar de Faria; Roberto Cardoso; Luiz Honold Reis; Elias do Amaral Souza.
1947	<i>O Decreto nº 24.115 de 26 de novembro de 1947. Concede à Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais, COPELMI autorização para funcionar como empresa de mineração e publicada no Diário Oficial de 29 de novembro de 1947</i>
1953	Pelo Decreto Nº 33.098, de 19 de Junho de 1953 Autoriza-se a Instalação as companhia TERMOELÉTRICA DE CHARQUEADAS - TERMOCHAR
1962	Em 26 de novembro de 1962, aprova-se a constituição e aprovação dos estatutos da Companhia de Engenharia e Equipamentos COMPEQUI, tendo a empresa sede e foro em Porto Alegre, com duração de cinquenta anos contados da data de sua constituição
1964	Publica-se no Diário Oficial do Estado da Guanabara a Certidão do registro da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da COPELMI, de 12/10/1964, com o inteiro teor dos estatutos, eleição da diretoria.
1964	Cessa em 31/12/1964, a comunhão de lucros e perdas existente, desde 1936, entre a CEFMSJ e a CCMB, cessando, por isso, as atividades do CADEM.
1965	A partir de 04/01/1965, todos os atos do CADEM, ou aqueles desenvolvidos diretamente pela CEFMSJ e a CCMB, que vinham sendo praticados, no que refere ao comércio e à indústria de mineração de carvão, passam a ser praticados pela COPELMI. Assim, a COPELMI assume o CADEM a CCMB e CEFMSJ concretizando-se a fusão das mesmas. Assumem como diretores da COPELMI Elias do Amaral Souza; Ivo de Magalhães.
1965	Termo de contrato que, entre si, fazem a Comissão do Plano do Carvão Nacional e a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais COPELMI”, pelo valor de Cr\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de cruzeiros)



# ANEXO G – CEPKAN - COMISSÃO DO PLANO DO CARVÃO NACIONAL



e d i t o r a

**FORMA**

diagramação

[formatacao@formadiagramacao.com.br](mailto:formatacao@formadiagramacao.com.br)

[www.formadiagramacao.com.br](http://www.formadiagramacao.com.br)

Cel/Whats:(51)98145.3137



A presente publicação é o resultado da revisão, complementação e acréscimo da descrição arquivística contida no *Guia de Fundos do Arquivo Histórico da Mineração Carbonífera (1891-1936)* publicado em 2016. Ela contém informações relacionadas à totalidade das séries documentais dos dez fundos documentais que compõem o Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão. Também contempla de forma sumária e abrangente os assuntos e o contexto das informações contidas nos documentos que fazem parte da totalidade do acervo arquivístico. Busca-se assim atender às necessidades dos pesquisadores que se relacionam com o tema da exploração minera do carvão no Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que se oferece à comunidade local, regional e ao público em geral, uma publicação que lhe permita conhecer a história desta atividade através do conteúdo dos documentos que fazem parte do Arquivo.

As opiniões e os dados contidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus organizadores e autores, não traduzindo assim opiniões da esfera pública.

Realização:



Patrocínio:



Financiamento:

